



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PERCEPÇÕES DE
NÃO BENEFICIÁRIOS:**

Um estudo sobre o efeito preconceito

MARY KAWAUCHI

Orientador: Prof. Dr. Joaquim José Soares Neto

Brasília

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PERCEPÇÕES DE
NÃO BENEFICIÁRIOS:
Um estudo sobre o efeito preconceito**

MARY KAWAUCHI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim José Soares Neto

Brasília
2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional -
PPGDSCI

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PERCEPÇÕES DE NÃO BENEFICIÁRIOS:
Um estudo sobre o efeito preconceito

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Joaquim José Soares Neto

Presidente

PPGDSCI/CEAM/UnB

Prof.^a Dra. Doriana Daroit

Membro Examinador Interno

PPGDSCI/CEAM/UnB

Prof. Dr. Flávio Cireno Fernandes

Membro Examinador Externo

Fundação Joaquim Nabuco

Dra. Natália Maria Leitão de Melo

Membro Examinador Externo

Ministério da Cidadania

Prof.^a Dra. Fernanda Litvin Villas Bôas

Membro Examinador Suplente

Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - Capes

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB, pela oportunidade desta realização. Agradeço, imensamente, a todos os professores e funcionários do Programa, pelo aprendizado, convivência e momentos de crescimento.

Sou muito grata ao meu orientador, Professor Neto, pela forma gentil, generosa e acolhedora com que exerce seu ofício. Agradeço imensamente à Professora Cecília Brito Alves, por me ajudar a superar dúvidas e inseguranças, principalmente nos anos iniciais deste doutorado; à Professora Doriana Daroit, pelas aulas enriquecedoras e instigantes e às Professoras Leides Barroso de Azevedo Moura e Marília F. Gomes, adicionalmente, pelas contribuições feitas no exame de qualificação, que foram essenciais para a consecução deste texto final.

Agradeço ao Professor Flávio Cireno por, dentre outras coisas, haver confiado à minha pessoa trabalhos tão importantes, durante minha breve passagem pelo MDS, que possibilitaram as reflexões iniciais que foram tomando corpo e culminaram neste trabalho.

Obrigada aos amigos do MDS, pela convivência afetuosa e pelo enorme aprendizado: Lucas, Micheline, Alessandro, Florentino, Juliana Agatte, Marta Dantas, Rosângela Silva, Daniel Biagioni, Sandra, Rosa e Kyara. À Iara Viana, muito obrigada pela parceria, apoio e por ter criado oportunidades, mesmo na correria do dia a dia. Ao Luiz Alexandre, agradeço imensamente não só pela amizade e apoio, mas, também, pelo incentivo para o ingresso nesse Programa, bem como pelo companheirismo durante nossa trajetória acadêmica na UnB. Sou profundamente grata à Natália Leitão, pelo apoio, encorajamento e parceria.

Aos amigos do PPGDSCI, meu enorme agradecimento pelo companheirismo, compartilhando experiências, dúvidas e alegrias: Alice, Andrea, Antônia, Fernanda Litvin, Melissa e Patrícia; à Layla e Urânia, obrigada, ainda, pelo apoio extra no texto do exame de qualificação; à Antía, agradeço, também, pela amizade traduzida em espanhol. Agradecimentos especiais e repletos de saudades ao pessoal do G2: Aline, Bruna, Claudete, Cláudio, Elisete, Fernanda Oliveira, Luciana e Norberto.

Agradeço à Capes, pela bolsa de estudos parcialmente concedida, até o meu ingresso na Funai.

Aos amigos da Funai, agradecimentos sinceros pelo grande apoio e também por compartilharem comigo conhecimentos tão importantes e de modo tão generoso: Aloísio Caetano, Vivian Gladys, Janete Carvalho, Rosane Amaral e Alessandra Schimtt. Agradeço imensamente à Eliane Araújo, pelo carinho paciente e precioso com a Língua Portuguesa.

Gratidão eterna a todos da minha família, especialmente à Yone e à Lucy, por estarem sempre a meu lado, mesmo a distância, de um jeito tão amoroso que emociona só de lembrar.

Ao Guilherme, meu amor e companheiro, gratidão imensa pelo carinho, suporte, paciência, encorajamento e por ter cuidado de quase tudo para mim, durante os momentos mais difíceis dessa caminhada acadêmica. Obrigada por estarmos juntos.

RESUMO

A presente tese teve como ponto de partida reflexões acerca de percepções de não beneficiários sobre o Programa Bolsa Família (PBF) e o preconceito. O objetivo geral estabelecido foi o de averiguar se o PBF, que é uma política de transferência condicionada de renda, provocaria efeitos negativos no comportamento de seus beneficiários, conforme afirmam não beneficiários. Assim, para esta pesquisa, foram selecionados quatro possíveis efeitos negativos, apontados por não beneficiários, que foram aqui denominados como: “efeito preguiça” (acomodação e não busca por trabalho); “efeito cegonha” (aumento intencional do número de filhos, para aumentar o valor do benefício); “efeito cachaça” (uso indevido do benefício para aquisição de álcool e outras drogas); e “efeito eleição” (beneficiários seriam venais ou oportunistas na hora de votar). Para tanto, buscou-se na produção acadêmica – teses, dissertações e artigos acadêmicos –, publicada no Brasil, até 2017, se esses efeitos refletiam ou não a realidade social do público beneficiário do PBF. O levantamento de trabalhos para a sistematização de resultados teve como referencial metodológico a revisão de literatura integrativa. Os resultados encontrados demonstraram que, para a maior parte dos trabalhos acadêmicos, apenas o “efeito eleição” pôde ser confirmado, isto é, foi identificada a ocorrência de associação entre o PBF e o resultado das eleições. Compreende-se, desse modo, que essas percepções de não beneficiários referentes aos outros três “efeitos” encontram-se ancoradas em prejulgamento, razão pela qual destacou-se um capítulo para as discussões acerca do preconceito e do estigma, bem como de suas implicações nas relações sociais. Esta discussão foi feita com base na abordagem sociológica do Interacionismo Simbólico, principalmente, a partir de Erving Goffman e Howard Becker. Esta pesquisa confirmou, assim, a ocorrência do “efeito preconceito” em relação aos beneficiários do PBF, pois mesmo no debate sobre o “efeito eleição” foi possível identificar, em algumas passagens, manifestações de cunho preconceituoso. Um dos fatores que contribuem para alimentar percepções e atitudes preconceituosas, além do desconhecimento das diretrizes e regras de funcionamento do PBF, é a ideia de meritocracia, o que pode produzir desdobramentos que geram processos sociais excludentes e discriminatórios.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Programas de Transferência Condicionada de Renda. Políticas Sociais. Preconceito. Estigma.

ABSTRACT

This doctoral dissertation had as starting point reflections about the Bolsa Família Program (PBF) – a conditional cash transfer governmental program –, specifically about the perceptions and prejudice of non-beneficiaries about this social policy. The main objective was to investigate if the PBF would have negative effects on the behavior of its beneficiaries, as posited by perceptions of non-beneficiaries. Thus, for this research, four possible negative effects were identified, indicated by non-beneficiaries, which were denominated here as: "sloth effect" (accommodation and not search for work); "birth effect" (intentional pregnancies increase of the birth rate to increase the value of the benefit); "alcohol effect" (improper use of the cash for alcohol and other drugs); and "election effect" (beneficiaries would be venal or opportunists at the time of voting). In order to do this investigation, we searched academic production - theses, dissertations and academic articles - published in Brazil, until 2017, with the purpose of verifying whether these effects corresponded or not to the social reality of the beneficiary public of the PBF. The survey of works for the systematization of results had as methodological reference the Integrative Review. The results showed that, for most academic papers, only the "election effect" could be confirmed, that is, the occurrence of association between the PBF and the election result was identified. It is understood, therefore, that these perceptions of non-beneficiaries referring to the other three supposed "effects" are grounded in prejudgment, which is why a chapter was dedicated to the discussion about prejudice and stigma, as well as its implications in social relationships. This discussion was based on the sociological approach of Symbolic Interactionism, mainly, from Erving Goffman and Howard Becker. This research thus confirmed the occurrence of the "prejudice effect" against PBF beneficiaries, even in the debate on the "election effect" it was possible to identify some prejudicial stances. One of the factors that contributes to put forward prejudicial perceptions and attitudes, besides the lack of knowledge of the guidelines and rules of operation of the PBF, is the idea of meritocracy, producing unfoldings that can generate exclusionary and discriminatory social processes.

Key words: Bolsa Família Program. Conditional Cash Transfer Programs. Social Politics. Prejudice. Stigma.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como punto de partida reflexiones acerca de las percepciones de no beneficiarios sobre el Programa Bolsa Familia (PBF) y del prejuicio. El objetivo general establecido fue el de averiguar si el PBF, una política de transferencia condicionada de renta, provocaría efectos negativos en el comportamiento de sus beneficiarios, como afirman no beneficiarios. Así, para esta investigación, se seleccionaron cuatro posibles efectos negativos, señalados por no beneficiarios, que fueron denominados "el efecto perezoso" (la acomodación y la no búsqueda de trabajo); "el efecto fecundidad" (el aumento intencional de la natalidad, para aumentar el valor del beneficio); "el efecto alcohólico" (el uso indebido del beneficio para la adquisición de alcohol y otras drogas); y "el efecto electoral" (los beneficiarios serían sobornables u oportunistas a la hora de votar). Para ello, se buscó en la producción académica – tesis, disertaciones y artículos académicos –, publicada en Brasil, hasta 2017, si esos efectos reflejaban o no la realidad social del público beneficiario del PBF. El levantamiento de trabajos para la sistematización de resultados tuvo como referencial metodológico la revisión de literatura integrativa. Los resultados encontrados demostraron que, para la mayoría de los trabajos académicos, sólo el "efecto electoral" pudo ser confirmado, es decir, se identificó la asociación entre el PBF y el resultado de las elecciones. Se entiende, de este modo, que estas percepciones de no beneficiarios referentes a los otros tres "efectos" se hallan ancladas en el prejuicio, por lo que se destacó un capítulo para las discusiones acerca del prejuicio y del estigma, así como de sus implicaciones en las relaciones sociales. Esta discusión se basó en el enfoque sociológico del Interaccionismo Simbólico, principalmente a partir de Erving Goffman y Howard Becker. Esta investigación confirmó, así, la existencia del "efecto prejuicio" en relación a los beneficiarios del PBF, pues, incluso en el debate sobre el "efecto electoral", fue posible identificar, en algunos textos, manifestaciones de cuño preconcebido. Uno de los factores que contribuyen a alimentar percepciones y actitudes preconcebidas, además del desconocimiento de las directrices y reglas de funcionamiento del PBF, es la idea de la meritocracia, lo que puede producir procesos sociales excluyentes y discriminatorios.

Palabras clave: Programa Bolsa Familia. Políticas de Transferencia Monetaria Condicionada. Políticas Sociales. Prejuicio. Estigma.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. <i>Print screen</i> da busca no sítio Google.com.....	71
Figura 2. Charge sobre a fila para o 1º emprego	73
Figura 3. Charge da família pedinte	74
Figura 4. Charge sobre o boato do fim do PBF.....	75
Figura 5. Charge sobre as cegonhas	76
Figura 6. Charge sobre reajuste do PBF	77
Figura 7. Charge sobre as eleições - I.....	78
Figura 8. Charge sobre as eleições - II	79
Figura 9. Gráfico - Teses, artigos e dissertações publicadas no Brasil, até 2017, sobre o PBF e as eleições	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipos de benefícios do PBF.....	30
Quadro 2. Acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF.....	33
Quadro 3. Acompanhamento das condicionalidades de educação do PBF.....	33
Quadro 4. Síntese das principais mudanças ocorridas no PBF (2003-2013).....	43
Quadro 5. Benefícios Variáveis do PBF.....	95
Quadro 6. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que analisaram a relação entre o PBF e o efeito cegonha	97
Quadro 7. Teses, dissertações e artigos sobre o PBF, publicadas no Brasil até 2017, que abordam o efeito cachaça.....	105
Quadro 8. Estudos de natureza quantitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017	117
Quadro 9. Estudos de natureza qualitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017	126
Quadro 10. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram não haver associação entre o PBF e os resultados das eleições	142
Quadro 11. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que a associação entre o PBF e os resultados das eleições ocorre em termos	145
Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições.....	148
Quadro 13. Tipos de comportamento desviante, segundo Becker (2008).....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Críticas sobre o PBF mais citadas por não beneficiários.....	59
Tabela 2. Trabalhos acadêmicos sobre o PBF localizados na internet	88
Tabela 3. Teses, dissertações e artigos que analisaram efeitos negativos do PBF – Brasil, publicados até 2017	89
Tabela 4. Teses, dissertações e artigos científicos publicados no Brasil, até 2017, sobre a oferta de trabalho dos beneficiários do PBF.....	115
Tabela 5. Teses, dissertações e artigos sobre o PBF e as eleições, publicados no Brasil, até 2017	140

LISTA DE SIGLAS

AIBF I	Avaliação de Impacto do Bolsa Família – 1ª rodada
AIBF II	Avaliação de Impacto do Bolsa Família – 2ª rodada
BFA	Benefício da Família (Benefício Variável Vinculado à Criança ou Adolescente)
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
BSP	Benefício para Superação da Extrema Pobreza
BVG	Benefício Variável Vinculado à Gestante
BVJ	Benefício Variável Jovem
BVN	Benefício Variável Vinculado à Nutriz
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria Geral da União
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Decon	Departamento de Condicionalidades (Senarc/MDS)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instância de Controle Social
IGD-E	Índice de Gestão Descentralizada – Estadual
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada – Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMC	Índice de Massa Corporal
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
Peti	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto

Planseq	Plano Nacional de Qualificação Setorial
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTRC	Programas de Transferência Condicionada de Renda
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDPC	Renda Domiciliar Per Capita
RF	Responsável Familiar
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (MDS)
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
Senarc	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (MDS)
Sibec	Sistema de Benefícios ao Cidadão
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	22
2.1 Breve contextualização dos programas de transferência de renda	23
2.2 Diretrizes e funcionamento do Programa Bolsa Família (PBF)	25
2.2.1 Alívio imediato à pobreza – a primeira dimensão do PBF.....	28
2.2.2 As condicionalidades – a segunda dimensão do PBF.....	31
2.2.3 As ações complementares – a terceira dimensão do PBF	36
2.2.4 As “portas de saída” do PBF	38
2.2.5 O PBF é uma política dinâmica.....	42
2.3 O que dizem as pesquisas sobre o PBF?	44
3. PERCEPÇÕES DE NÃO BENEFICIÁRIOS SOBRE O PBF	54
3.1 Percepções e relações sociais	55
3.2 Percepções de não beneficiários em trabalhos acadêmicos	59
3.3 Percepções de educadores	63
3.4 A charge como fonte de pesquisa para identificar percepções de não beneficiários	69
3.5 As principais percepções de não beneficiários sobre o PBF	81
4. A REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA	83
4.1 Apresentação da metodologia da revisão de literatura integrativa	84
4.2 Procedimentos para a realização da revisão de literatura integrativa	86
4.2.1 Definição do objetivo específico para a pesquisa – formular questionamentos que poderão ser respondidos pela literatura pesquisada.....	86
4.2.2 Realização de busca para coletar o máximo de estudos relevantes, indicando as fontes de pesquisa e as razões de sua escolha.	87
4.2.3 Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de materiais.	88
4.2.4 Avaliação crítica dos métodos empregados pelos estudos, com vistas a determinar sua validade.....	89
4.2.5 Coleta e análise sistemática dos dados:	91

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS: EXPLORANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE OS EFEITOS NEGATIVOS DO PBF	92
5.1 O efeito cegonha	94
5.2 O efeito cachaca	103
5.3 O efeito preguiça	114
5.4 O efeito eleição	139
6. O EFEITO PRECONCEITO	159
6.1 Reflexões sobre preconceito e estigma	160
6.2 Pobreza, desigualdade e meritocracia	173
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	188

1. INTRODUÇÃO

A presente tese teve como ponto de partida uma reflexão, sob o ponto de vista humano, acerca da percepção de não beneficiários sobre o Programa Bolsa Família (PBF) e o preconceito.

O PBF, criado em 2003, é uma política de transferência condicionada de renda que, em 2018, atendia a mais de 13 milhões de famílias, residentes em todos os municípios do território nacional, sendo internacionalmente reconhecido como referência em política pública de proteção social.

Contudo, em nosso cotidiano, tem sido muito frequente ouvir críticas contundentes ao PBF, proferidas por não beneficiários. Esses interlocutores alegam que o PBF é prejudicial ao seu público, pelo fato de provocar acomodação em seus beneficiários e estimular comportamentos oportunistas e socialmente indesejados. Essas críticas costumam trazer conteúdos recorrentes, ainda que manifestadas por indivíduos oriundos de diferentes esferas socioeconômicas e localidades.

Em razão de nossa experiência profissional no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre o ano de 2012 e meados de 2017, em períodos não contínuos, foi possível elaborar uma maneira totalmente distinta de olhar para essa política social, cuja realidade parecia não ser do conhecimento da sociedade nacional. Uma das atividades realizadas naquela oportunidade – e que fez germinar a ideia de elaborar o projeto que resultou na presente pesquisa – foi o levantamento de teses, dissertações e artigos científicos referentes ao PBF, produzidos no Brasil, com a finalidade de sintetizar as principais questões apontadas por essa produção acadêmica, com especial foco para o tema das condicionalidades de saúde e educação do Programa.

Como fruto dessa atividade, foram organizados bancos de dados, reunindo metadados sobre a produção acadêmica do PBF, para uso do Departamento de Condicionalidades (Decon)¹, contendo, no total, 741 teses e dissertações – defendidas até 2016 – e 226 artigos científicos publicados em periódicos nacionais, até abril de 2017².

¹O Decon é um dos quatro departamentos que compunham, até a conclusão da redação desta tese, no final de dezembro de 2018, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), instância do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) responsável pela execução do PBF, em âmbito nacional.

²O estudo foi realizado pelo MDS, com o apoio do Banco Mundial e Unesco, em duas contratações distintas - uma realizada em 2014 (Projeto Unesco 914BRZ3002 - Edital 25/2014 - Contrato AS-1590/2014), abrangendo análise das produções entre 2005 e 2012, e outra contratação em 2016 (Projeto Unesco 914BRZ3002 - Edital 29/2016 – Contrato AS-418/2017), sobre a produção entre 2013 e 2016.

No decorrer das leituras desses trabalhos acadêmicos, foi possível observar que muitos desses estudos coletaram dados para suas respectivas pesquisas, por meio de entrevistas realizadas com vários segmentos de públicos³ – beneficiários e não beneficiários do Programa, profissionais direta ou indiretamente ligados à gestão do PBF, em âmbito nacional, estadual e municipal. Muitos desses trabalhos registraram fragmentos dos depoimentos coletados e, assim, foi possível constatar que vários desses depoentes apontavam críticas ao PBF bastante próximas, em forma e conteúdo, ao que já vínhamos observando empiricamente, na fala cotidiana de pessoas ao nosso redor, emitindo percepções que seriam frutos do assim chamado senso comum, conforme será discutido, adiante, nesta tese.

Algumas dessas críticas, como mencionado, referiam-se a supostas externalidades negativas, isto é, consequências adversas – ou “efeitos”, como parte da literatura já vem apontando (ARRAIS, 2016; CASTRO et al., 2009; CAVALCANTI, 2013; CORREIA, 2016; OLIVEIRA, B.R., 2014a; PRÓSPERI, 2015; RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017; SANTOS, D.B., 2016; SANTOS, L., 2015; SCHIMIDT, 2016; TAVARES, C., 2014; dentre outros) –, resultantes do Programa:

- acomodação dos beneficiários, que deixariam de ofertar horas de trabalho remunerado (externalidade que as referências indicadas vêm denominando como “efeito preguiça”);
- estímulo à fecundidade das beneficiárias, para aumentar o valor do recurso a ser recebido (inspirando-se no item anterior, este aspecto será denominado, neste trabalho, como “efeito cegonha”);
- má utilização do recurso recebido, para o consumo, por exemplo, de álcool e também de outras drogas lícitas e ilícitas (que, neste estudo, dando sequência à linha adotada, é denominada como “efeito cachaça”);
- impacto no resultado das eleições, pois essa política teria como principal finalidade angariar votos da população beneficiária (que será denominada como “efeito eleição”⁴).

Contudo, avançando na leitura dos trabalhos acadêmicos, aumentavam nossas dúvidas sobre se os efeitos mencionados, de fato, representavam comportamento generalizado do público beneficiário do PBF.

³ Em uma contagem parcial, dentre os trabalhos selecionados para o Decon, foi possível identificar ao menos 200 pesquisas que utilizaram a entrevista como instrumento para a coleta de dados.

⁴ Para a finalidade deste projeto, a palavra “efeito” será utilizada para referir-se às externalidades negativas do PBF, elencadas nesta introdução e que foram indicadas em depoimentos de não beneficiários. Para maior fluidez e agilidade na escrita, as aspas não serão utilizadas, doravante.

Durante a realização do levantamento de metadados para o MDS, diversos questionamentos que não faziam parte do escopo daquele projeto foram surgindo e tomando corpo, até se transformarem em problemas de pesquisa que encontraram, nesta tese, uma oportunidade de investigação, não por acaso, em um programa de pós-graduação de natureza multidisciplinar e em área voltada ao estudo de políticas públicas.

A participação em disciplinas ofertadas pelo PPGDSCI proporcionou-nos instrumental conceitual e metodológico não só para maior compreensão dos estudos sobre o PBF, como também para constituir arcabouço teórico para a realização do presente estudo, com vistas a buscar respostas, de forma sistematizada, aos questionamentos formulados.

Assim sendo, os seguintes problemas de pesquisa orientaram o início dos estudos para a formulação do escopo da presente tese:

- As percepções de não beneficiários referentes aos efeitos negativos, anteriormente elencados, são recorrentes e têm sido registradas pela produção acadêmica nacional?
- Em diferentes localidades do Brasil, não beneficiários expressam percepções semelhantes?
- As pesquisas acadêmicas corroboram a ocorrência dessas externalidades negativas como realidades sociais representativas do público beneficiário?

Para esta etapa inicial, em uma primeira pesquisa realizada com a produção acadêmica sobre o PBF, já foi possível verificar a tendência de que as respostas para as duas primeiras perguntas seriam positivas e para a terceira, negativa, conforme será exposto adiante.

Isso permitiu o desdobramento dos problemas de pesquisas anteriores em novos questionamentos:

- Se esses efeitos não estão ancorados na realidade social, estes poderiam ser considerados como frutos de preconceito, por parte de não beneficiários? Em caso positivo, não sendo a realidade social que pode vir a provocar essas percepções, quais seriam os contextos que contribuem para sua formulação?
- Haveria implicações decorrentes dessas percepções de não beneficiários em práticas sociais e relacionais cotidianas?

Buscando responder a essas questões, com base em dados secundários obtidos a partir de teses, dissertações e artigos referentes a efeitos negativos do PBF, defendidos ou publicados até o ano de 2017, foi delineado o projeto final, de natureza qualitativa e exploratória, que desembocou neste estudo.

A primeira etapa desta pesquisa conseguiu apurar nos estudos da produção acadêmica nacional que as percepções de não beneficiários se destacavam pelo apontamento dos efeitos negativos do PBF acerca de seu público beneficiário. Além disso, foi possível observar que essas percepções acabavam por alicerçar manifestações públicas de críticos do PBF, em expressões artísticas, a exemplo da charge, conforme será visto neste estudo.

Uma vez constatado que tais percepções de não beneficiários têm sido recorrentes em vários estudos e publicações e que havia uma considerável produção acadêmica tratando da temática dos efeitos negativos, foi possível estruturar o projeto que resultaria no texto desta tese.

Assim, a presente tese teve como objetivo geral analisar se os supostos efeitos negativos do PBF apontados por não beneficiários encontram ressonância na realidade social do público beneficiário do PBF ou se são percepções ancoradas em preconceitos.

Para a consecução dessa finalidade, os seguintes objetivos específicos orientaram as atividades de pesquisa:

- Realizar revisão de literatura, considerando estudos acadêmicos produzidos sobre os efeitos negativos do PBF apontados por não beneficiários, sintetizando os principais resultados e conclusões;
- Analisar se as percepções de não beneficiários acerca desses efeitos negativos estão ancoradas em preconceito, buscando identificar fatores que favorecem a formulação ou propagação desse tipo de percepção;
- Analisar possíveis consequências dessas percepções para as relações sociais, por meio da discussão sobre o preconceito e seus desdobramentos.

Com vistas a apresentar a pesquisa realizada e os principais resultados obtidos, o texto desta tese está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

Após a introdução, o capítulo que segue é constituído pelos pontos que consideramos mais importantes acerca do PBF, suas diretrizes e regras de funcionamento. Como o PBF é uma política social de grande complexidade, cuja execução envolve todas as Unidades da Federação e todos os seus municípios, bem como um enorme contingente de profissionais que realizam operações de extensa descrição, para a finalidade desta tese, considerou-se como fator de relevância buscar demonstrar que o PBF não é apenas uma política de transferência de renda resultante da junção de outras anteriormente existentes; este Programa traz em seu escopo inovações em termos de políticas sociais, tendo sofrido adaptações constantes e consoantes às necessidades e desafios que foram se apresentando ao longo de sua existência.

No mesmo capítulo, em seção seguinte, são apresentados alguns dos principais apontamentos e conclusões identificados na produção acadêmica levantada referente ao PBF. São abordados alguns dos vários aspectos positivos apontados pelos estudos em relação ao PBF, quanto à qualidade de vida das famílias beneficiárias, à melhoria de indicadores de saúde e da educação básica, além de macro questões, referentes à redução das desigualdades e ao desenvolvimento econômico do país. Os principais problemas e desafios a serem vencidos também se encontram discorridos, com vistas a traçar um breve panorama dos trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil sobre essa política.

O Capítulo 3 buscou abordar os principais aspectos referentes a percepções de não beneficiários, iniciando-se com reflexões acerca da importância das percepções de indivíduos para as relações sociais e para a avaliação de uma política pública como o PBF. Na sequência, as análises se dirigem a fragmentos extraídos de depoimentos de não beneficiários, registrados em trabalhos acadêmicos, que refletem percepções críticas sobre o PBF que são muito próximas dos efeitos já apontados anteriormente. Com a intenção de ampliar os horizontes desta pesquisa, sete charges sobre o PBF, que foram localizadas na Internet, por meio do sítio de busca *Google.com*, são brevemente comentadas, como exemplos de não beneficiários que tornam públicas suas percepções, cujas temáticas coadunam com as registradas nos excertos anteriormente mencionados, demonstrando que tais percepções possuem abrangência ampla, no contexto da sociedade nacional. O levantamento de percepções de não beneficiários culminou com a definição dos quatro efeitos selecionados para análise nesta tese – cegonha, cachaça, preguiça e eleição.

O Capítulo 4 traz o estudo realizado para cada um dos quatro efeitos apontados, tendo como referenciais metodológicos a revisão de literatura integrativa, buscando-se traçar um quadro sintético dos estudos acadêmicos referentes à temática em tela. Por essa razão, a primeira parte do capítulo destinou-se a apresentar os principais aspectos da revisão de literatura integrativa, tendo, na sequência, a descrição das fontes que foram utilizadas para o levantamento de estudos existentes, bem como do protocolo definido para a seleção de trabalhos.

No total, foram localizados 1.279 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos acadêmicos que têm o PBF como objeto de estudo, publicados ou defendidos entre 2005 (ano em que os primeiros trabalhos foram defendidos) e 2017 (ano final considerado para o recorte deste levantamento). Após seguir os critérios definidos para a revisão, 64 trabalhos foram destacados para o estudo dos efeitos. Evidentemente, outros trabalhos também foram considerados para a discussão dos resultados, uma vez que, embora não tipificassem os temas

específicos de interesse desta tese como foco de suas análises, os efeitos negativos acabavam sendo abordados, demonstrando a importância e a recorrência dessas percepções.

O Capítulo 5 apresenta os principais pontos relativos à discussão dos resultados obtidos com a revisão de literatura. Foi possível concluir que, para a maioria dos estudos identificados, os efeitos cegonha, cachaça e preguiça não estão, de fato, ancorados na realidade social do público beneficiário do PBF, ao menos enquanto fenômeno social generalizado. Portanto, pode-se considerar que as percepções que creditam ao PBF os referidos efeitos estão baseados em preconceitos, pois acabam por generalizar comportamentos que podem, evidentemente, ser atribuídos a determinados indivíduos, mas não ao conjunto de beneficiários.

Já o efeito eleição trouxe em seus resultados elementos a mais para sua discussão. A maioria dos estudos confirmou que existe associação entre o PBF e os resultados das eleições presidenciais. O diferencial localizado, em relação ao estudo dos efeitos anteriores, foi o fato de que foi possível identificar que alguns desses trabalhos acadêmicos acabaram trazendo em seus textos a formulação de hipóteses, pressupostos ou de outras assertivas que coadunam com percepções preconceituosas do senso comum, razão pela qual a discussão dos resultados da revisão de literatura para o efeito eleição recebeu observações adicionais.

O Capítulo 6 procurou agregar a essas discussões algumas questões referentes ao preconceito e a seus desdobramentos na prática social, utilizando, para tanto, os referenciais teóricos da abordagem sociológica do Interacionismo Simbólico, especialmente, a partir de obras de Erving Goffman e Howard Becker. Nesse capítulo, alguns dos apontamentos da literatura especializada e dos autores citados foram abordados, com vistas à análise e compreensão de situações que envolvem contextos de preconceito e estigmatização do público beneficiário do PBF. Para concluir esse capítulo, buscou-se analisar questões referentes à meritocracia, a partir do debate realizado na área da Educação, tendo como finalidade explorar a possível associação existente entre esse conceito e a formulação de percepções do senso comum.

As considerações finais trazem uma síntese das principais reflexões abordadas nesta tese.

2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

O PBF, criado em 2003, faz parte das políticas de proteção social criadas pelo Governo Federal. Neste capítulo, são abordados, em linhas gerais, alguns dos antecedentes que contribuíram para a criação dessa política. Na sequência, são apresentados os principais aspectos referentes às diretrizes e funcionamento do PBF, a partir de sua legislação e de informações extraídas do sítio do MDS, seguidos pela descrição das três dimensões que compõem a estrutura do PBF: a transferência de renda, as condicionalidades e as ações complementares. Buscou-se, nessa seção explicitar os principais aspectos relacionados à gestão do PBF, sua natureza intersetorial e intergovernamental. Seguem sintetizadas, ainda, as principais mudanças ocorridas nas regras do PBF.

A última seção deste capítulo foi dedicada à apresentação de alguns dos apontamentos feitos pela produção acadêmica nacional sobre o PBF, trazendo à tona contribuições, conquistas, problemas e desafios a serem vencidos por essa política.

Dentre os desdobramentos positivos do PBF sublinhados pela literatura, foram destacados, dentre outras questões, aspectos relacionados: à melhoria da qualidade de vida das famílias; à redução da extrema pobreza e das desigualdades no Brasil; à melhoria de importantes indicadores de saúde e educação, em razão das condicionalidades; à melhoria da saúde nutricional; ao empoderamento feminino; ao desenvolvimento econômico local e regional. Foram registrados excertos dos estudos consultados, com a finalidade de ilustrar os diferentes pontos levantados.

Em relação aos estudos que apontam críticas ao PBF, no decorrer das leituras, foi possível observar que as pesquisas o fazem sob pontos de vistas distintos, que foram aqui agrupados em três categorias: os estudos que se posicionam favoravelmente à transferência de renda, reconhecendo sua importância para as famílias atendidas e para o contexto geral do país, mas que identificam pontos falhos que necessitam de aprimoramento; os que divergem do PBF sob o ponto de vista filosófico, de concepção política ou ideológica, dirigindo suas críticas principalmente ao Estado e à execução da política; e os que se posicionam contrariamente à existência da política, em razão de seus efeitos negativos, especialmente, em relação ao público beneficiário. Essa forma de categorizar algumas das tendências identificadas nos trabalhos foi um modo de subsidiar as análises dos efeitos negativos, foco do estudo desta tese.

2.1 Breve contextualização dos programas de transferência de renda

A discussão sobre políticas de transferência de renda tem sua origem “[...] no debate sobre a dignidade da pessoa humana e sua relação com a centralidade do emprego como forma de sustentação do Estado de Bem-Estar Social tradicional” (LÍCIO, 2012, p. 114). Nas últimas décadas do século XX, em seu período de crise, essa forma de política social passou a ser adotada em parte dos países que já possuíam alguma estrutura de bem-estar, para fazer frente ao desemprego crescente.

Tais debates chegaram à América Latina, no contexto da redemocratização de vários de seus países, especialmente a partir da década de 1990: os programas de transferência de renda na América Latina e Caribe foram criados após esse período, sendo que, em 2017, 18 países executavam algum tipo de política social dessa natureza (PASE; MELO, 2017). Desse modo, compreende-se que os programas de transferência de renda possuem papel significativo no contexto de redemocratização dos países, oportunidade em que se buscaram realizar ações sociais com a finalidade não só de mitigar os problemas advindos da pobreza extrema, mas também de reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Estas ações seriam, portanto, parte desse processo de democratização.

O debate sobre a instituição de programas de transferência de renda foi alavancado como parte da agenda pública no Brasil, especialmente a partir de 1991, quando o então Senador Eduardo Suplicy propôs o Programa de Garantia de Renda Mínima (LÍCIO, 2012; MENDES, P., 2010).

Além disso, em razão da discussão acerca do caráter multidimensional da pobreza – isto é, do entendimento de que as famílias em condição de maior vulnerabilidade não sofrem apenas com a insuficiência de renda, mas, também, com a dificuldade de acesso aos serviços básicos de cidadania, tais como saúde, educação, moradia e saneamento básico, dentre outros aspectos essenciais –, o modelo de política de transferência de renda incorporou a necessidade de articulação com outras políticas setoriais, com vistas a contribuir para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza (AGATTE, 2010).

O PBF é fruto de intensos debates e de várias décadas de trajetória das políticas de proteção social no Brasil, especialmente, após a Constituição Federal de 1988, que consolidou importantes aspectos para a construção de um sistema brasileiro de proteção social, equiparando a assistência social ao status de outras políticas sociais, a exemplo da educação, saúde e previdência (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Considerando as categorias utilizadas por Theodore J. Lowi, para a identificação de tipos de políticas públicas (apud PASE; MELO, 2017), os programas de transferência de renda são do tipo redistributivo, isto é, direcionam recursos oriundos da sociedade como um todo para destiná-los a um grupo específico; esta já seria uma das razões para que o PBF tivesse sido gestado sob clima de conflitos. Desde sua criação, o Programa tem estado exposto a intenso debate, considerando aspectos como a focalização do público, exigência de condicionalidades, o orçamento destinado a sua execução, os critérios para uma família se tornar beneficiária, o envolvimento das outras esferas do poder público, dentre outras questões. O debate continua e vem se aprofundando, como demonstram o grande número de teses e dissertações sobre o PBF localizadas no início desta pesquisa.

Muitos são os estudos que relataram e analisaram as origens, a criação e o funcionamento do PBF (AGATTE, 2010; ANNENBERG, 2014; HELLMANN, 2016; LÍCIO, 2012; LEITÃO, N., 2017; dentre outros), de forma profunda e abrangente, de modo que esta tese não terá a intenção de refazer esse percurso. Para a finalidade desta tese – que é refletir acerca do preconceito que envolve o PBF e seu público beneficiário –, serão destacados, na próxima seção, pontos referentes às regras de funcionamento dessa política que podem contribuir para esta reflexão, demonstrando-se, ainda, o grau de complexidade que envolve a execução, em âmbito nacional, dessa política.

Assim, neste capítulo, serão abordados, ainda que de modo sintético, as diretrizes gerais e principais aspectos das três dimensões que compõem o PBF. Após essa seção descritiva, serão percorridos algumas das questões observadas acerca da produção acadêmico-científica sobre o PBF, destacando-se algumas das principais contribuições, problemas e desafios a serem vencidos por essa política, sob o ponto de vista de acadêmicos que publicaram seus trabalhos no Brasil, até o ano de 2017.

2.2 Diretrizes e funcionamento do Programa Bolsa Família (PBF)

O PBF foi criado, em 2003, pela Medida Provisória n. 132, de 20 outubro de 2003, convertido na Lei n. 10.836, em 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. O PBF é uma política de proteção social não contributiva e de transferência de renda direta e condicionada, tendo como finalidade precípua “a melhoria das condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza”⁵.

A execução dessa política ficou sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em 2004, que após outras mudanças, em maio de 2017, passou a ser denominado apenas como Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

De acordo com o MDS, o PBF foi fundamentado nas diretrizes definidas pela Constituição Federal de 1988, razão pela qual foi estruturado a partir dos seguintes princípios:

- a) **Enfrentamento da pobreza e da desigualdade social** como responsabilidade compartilhada de todos os entes federados;
- b) **Proteção social não contributiva**, que é o conjunto de estratégias públicas capazes de garantir o cumprimento de direitos sociais previstos na Constituição Federal, assegurando a todo brasileiro o livre acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição ou pagamento direto para a previdência ou seguro social;
- c) **Proteção social à família**, com apoio do Estado à capacidade de a família atuar na assistência e no cuidado de seus componentes, considerando diferentes necessidades e formas de organização;
- d) **Intersetorialidade**, que ocorre na articulação com as áreas responsáveis pela garantia de alguns dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros: educação, saúde e assistência social;
- e) **Gestão descentralizada**, que é um dos fundamentos das políticas públicas brasileiras. Esse princípio possibilita que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuem de forma corresponsável e cooperativa para a implementação do PBF e do Cadastro Único; e
- f) **Inclusão social**, que possibilita que a população excluída socialmente partilhe bens e serviços sociais produzidos pela sociedade. (BRASIL, 2015, p. 2, grifos do autor).

Segundo a Lei de sua criação, o PBF foi concebido para unificar os procedimentos de gestão e execução de quatro ações de transferência de renda que estavam sob responsabilidade do Governo Federal:

- Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação (Bolsa Escola);

⁵As informações referentes às diretrizes e funcionamento do PBF que constam desta seção foram extraídas, principalmente, de https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/simulacao/sum_executivo/pdf/fichadescritiva_12.pdf. Último acesso em: 08 ago. 2018. As fontes distintas desta estarão devidamente indicadas.

- Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Saúde (Bolsa Alimentação);
- Programa Nacional de Acesso à Alimentação; e
- Programa Auxílio-Gás.

Esses Programas se encontravam sobrepostos e com baixa cobertura – algumas famílias recebiam mais de um desses benefícios e outras, ainda que tivessem perfil semelhante, não recebiam nenhum (LÍCIO, 2012).

Para reunir os dados de beneficiários e da população de baixa renda, o Governo Federal utilizou o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) como principal instrumento. A gestão do Cadastro é de responsabilidade compartilhada entre todos os entes federativos.

O CadÚnico, que já existia desde 2001, foi regulamentado pelo Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007, e tem sido utilizado não só para o PBF, mas, também, para a concessão de benefícios de outros programas voltados para a população de baixa renda, pois contém, dentre outros pontos, informações sobre características da família e do domicílio em que reside – tais como: composição familiar; endereço; despesas mensais; acesso a saneamento básico; identificação com grupos populacionais tradicionais e específicos –, bem como de cada um dos integrantes da família – tais como: escolaridade, rendimentos e situação no mercado de trabalho, dentre outros (BRASIL, 2017).

A unificação dos quatro programas anteriores teve como finalidade implementar uma política social de âmbito nacional; contudo, isso não significou apenas uma junção de políticas anteriormente existentes:

[...] a criação do PBF colocou a transferência de renda condicionada em outro patamar, tanto com relação aos gastos orçamentários quanto com relação à priorização de políticas públicas de combate à fome e redução de pobreza [...] e trouxe algumas mudanças importantes. Uma delas foi a criação de dois critérios de elegibilidade: as famílias pobres e as famílias extremamente pobres. Além disso, o valor do benefício passou a ser calculado de acordo com a renda da família e com a presença de crianças. [...]. O PBF promoveu também uma maior eficiência do uso dos recursos públicos, uma vez que a unificação reduziu os custos administrativos dos Programas [...]. Desse modo, a unificação ampliou o atendimento às famílias pobres e integrou o acompanhamento sobre o acesso dessas famílias aos serviços públicos. (LEITÃO, N., 2017, p. 24).

Portanto, o PBF trouxe em sua concepção elementos inéditos, em relação às políticas sociais brasileiras até então existentes, incorporando, ainda, ao longo de sua existência,

atualizações e modificações em seu delineamento que, conforme será discorrido, adiante, foram aumentando o grau de complexidade de sua operacionalização.

Dentre os aspectos que agregaram outros elementos ao Programa, podem ser destacados: utilização livre pelas famílias dos recursos recebidos; condicionalidades na área de saúde; preferência para a titularidade da mulher para o recebimento dos recursos; cartão magnético para o saque do benefício, tanto nas agências e nos pontos de autoatendimento da Caixa Econômica Federal, quanto em seus correspondentes bancários (agências lotéricas e estabelecimentos comerciais conveniados), ainda que o beneficiário não tenha uma conta corrente bancária; regularidade na data de recebimento do benefício; prioridade para a participação de públicos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (população em situação de rua, quilombolas, indígenas, resgatados de trabalho similar ao escravo, coletores de materiais recicláveis); criação de indicadores de gestão para os governos subnacionais – o Índice de Gestão Descentralizado⁶ Estadual (IGD-E) e Municipal (IGD-M); intersetorialidade, articulando ações do poder público, a partir das políticas de educação, saúde e assistência social referentes a um só benefício monetário (CAMPELLO; NERI, 2013; CASTRO; MODESTO, 2010; FERNANDES, 2016; HELLMANN, 2016; LÍCIO, 2012; LEITÃO, N., 2017).

A intersetorialidade é um dos aspectos fundamentais para a caracterização do modelo de gestão adotado pelo PBF. Para a execução do Programa, como será visto, a participação de outras pastas, principalmente, da Assistência Social, Educação e Saúde, na gestão do PBF, é de importância capital.

Além disso, o PBF adotou modelo de gestão pautado na perspectiva de compartilhamento entre o poder público municipal, estadual, distrital e federal, contemplando

[...] tanto as peculiaridades federativas brasileiras, ao conjugar esforços dos três níveis de governo na sua implementação, quanto à intersetorialidade, ao associar a transferência de renda ao acesso a serviços sociais de saúde, educação e assistência social na forma de condicionalidades. (LÍCIO, 2012, p. 125).

⁶ “O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) foi criado pelo MDS, em 2006, para avaliar e apoiar financeiramente a gestão do PBF nos municípios e estados brasileiros. O IGD representou um grande avanço por estabelecer uma forma de remuneração aos entes federados, tomando como referência os compromissos assumidos na adesão ao Programa, bem como por estabelecer um incentivo para a permanente melhoria da qualidade da gestão descentralizada”. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social/Informe%20ICS%20n%2029.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

Esse modelo de gestão descentralizado, intersetorial e intergovernamental possibilita ao PBF, conforme assinalado por Elaine Lício (2012), elementos de ação que permitem ultrapassar a ideia da transferência de renda como um fim em si.

Em linhas gerais, o PBF está estruturado em três eixos principais – ou dimensões, conforme consta dos materiais do Programa – que, atuando de modo articulado, têm como objetivo central contribuir para a superação do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza nas famílias:

- I. *Promoção do alívio imediato da pobreza*: o dinheiro é recebido diretamente pelo Responsável Familiar (RF), que utiliza um cartão magnético para realizar os saques.
- II. *Reforço ao acesso e exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social*: isto se daria por meio do cumprimento de condicionalidades, que seriam compromissos assumidos tanto pelas famílias quanto pelo poder público, devendo este assegurar a prestação dos serviços essenciais em questão.
- III. *Promoção de oportunidades para o desenvolvimento das famílias*: o poder público, em suas três esferas de governo, deverá buscar realizar ações com a finalidade de gerar oportunidades e apoio às famílias para a superação do quadro de vulnerabilidades e da situação de pobreza.

Na próxima seção, serão descritos apenas alguns dos principais aspectos de cada uma dessas dimensões, dado o grande volume de informações e da complexidade do funcionamento do Programa. Foram selecionados para serem descritos, a seguir, os pontos que contribuem para a visualização do contexto geral de funcionamento do PBF e daqueles que seriam mais significativos para a finalidade do estudo desta tese.

2.2.1 Alívio imediato à pobreza – a primeira dimensão do PBF

Embora a pobreza possa ter múltiplos sentidos e determinantes sociais que podem, ainda, variar de acordo com a época, tipo de sociedade e critérios adotados para sua identificação,

[...] o não atendimento das necessidades mínimas diárias de calorias e proteínas está ligado à noção mais elementar dela. Em qualquer sociedade, quem não possui meios de garantir a própria alimentação diária mínima é

considerado pobre. Esse tipo agudo de pobreza, ligada à insuficiência de alimentos, é chamado de “indigência”. (TRONCO; RAMOS, 2017, p. 296).

Segundo os autores, a linha de indigência seria definida, calculando-se o valor mínimo da moeda local que seria necessário para suprir as necessidades alimentares individuais, no período de um mês. Esta tem sido uma das primeiras medidas de metodologias que se dedicam à definição da pobreza, tendo a renda como principal premissa; a partir disso é que, considerando-se outras necessidades essenciais – moradia, acesso à renda e a serviços públicos, por exemplo – é que são definidas as linhas de pobreza. “A linha de pobreza é a soma da linha de indigência com os demais custos mínimos para um indivíduo sobreviver numa dada sociedade” (TRONCO; RAMOS, 2017, p. 296).

Para a definição do perfil de famílias que poderiam participar do PBF, os parâmetros iniciais utilizados para a implementação dessa política foram herdados do Programa Fome Zero⁷. Para tanto, à época, em 2003, utilizou-se o recorte das linhas de pobreza e extrema pobreza, definidas pela renda mensal familiar per capita.

Consideravam-se, desse modo, como famílias que se encontravam abaixo da linha de pobreza aquelas que tivessem renda mensal familiar per capita de até R\$ 100,00; até R\$ 50,00, estariam as famílias abaixo da linha da extrema pobreza. Esses parâmetros foram baseados no recorte da renda familiar per capita de um dólar por dia, utilizado pelo Banco Mundial, para definir o que seria a linha de pobreza para os países em desenvolvimento (TRONCO; RAMOS, 2017).

A partir de junho de 2018, passaram a ser considerados como recortes para linha de pobreza e extrema pobreza, as rendas familiares mensais per capita de até R\$ 178,00 e R\$ 89,00, respectivamente⁸.

Há vários tipos de benefícios que compõem o PBF, de acordo com a renda, quantidade e tipo de integrantes, conforme se observa no quadro, a seguir.

⁷ “O Programa Fome Zero é um dos itens mais importantes da agenda social do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Ele alinhava uma proposta ambiciosa destinada a combater a fome e seus determinantes estruturais, visando à segurança alimentar da população brasileira. O Programa busca articular os três níveis governamentais em torno de uma política emergencial de combate à fome, da construção de uma política integrada de segurança alimentar e da implementação de um conjunto de políticas públicas dirigidas [...]. Quanto a este último conjunto de iniciativas, as políticas públicas são assim classificadas: *estruturais*, referentes aos determinantes socioeconômicos da fome; *específicas*, referentes à ampliação do acesso aos alimentos; e *locais*, referentes a políticas dirigidas de segurança alimentar, sob a responsabilidade de governos estaduais e municipais. Como ilustração do sistema de classificação anterior, temos os seguintes exemplos que se relacionam respectivamente a cada um dos grupos citados: reforma agrária, cartão alimentação e restaurantes populares”. (PAES-SOUSA; RAMALHO; FORTALEZA, 2003, p. 22).

⁸ Valores em vigência, estabelecidos pelo Decreto n. 9.396, de 30 maio 2018, publicado no Diário Oficial da União, em 01 jun. 2018.

Quadro 1. Tipos de benefícios do PBF

Tipo de Benefício	Descrição do público	Valor em R\$, por mês⁹	Quantidade máxima por família
Benefício Básico	Valor fixo pago apenas a famílias em situação de extrema pobreza	89,00 por família	Um (R\$ 89,00)
Benefício Variável Vinculado à Criança ou Adolescente (BFA)	Integrantes com até 15 anos de idade	41,00 por integrante	Até cinco, no total - não importa o tipo (R\$ 205,00, no máximo)
Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG)	Pagamento de nove parcelas mensais	41,00 por gestante	
Benefício Variável Vinculado à Nutriz (BVN)	Pagamento de seis parcelas mensais, para famílias com bebês de até seis meses	41,00 por integrante	
Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ)	Jovens a partir de 16 anos, até o ano em que completem 18 anos, frequentando o Ensino Fundamental ou Médio	48,00 por integrante	Até dois (R\$ 96,00, no máximo)
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Famílias que continuem abaixo da linha de extrema pobreza, mesmo considerando o recebimento de outros benefícios do PBF.	Valor é calculado para que a família ultrapasse a linha de extrema pobreza	

Fonte: Elaboração própria, a partir de <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 02 dez. 2018.

Observa-se, portanto, que as famílias que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza, recebem o Benefício Básico e os Variáveis a que tiverem direito; famílias que declaram renda entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 só podem receber os Variáveis, de acordo com a composição de seus integrantes.

Assim sendo, em valores de dezembro de 2018, uma família em situação de pobreza que tivesse a composição máxima prevista pelos benefícios (cinco variáveis e dois BVJ, ou seja, sete pessoas que coadunam com o perfil descrito), poderia receber, R\$ 301,00, por mês; se for em situação de extrema pobreza, R\$ 390,00. A exceção é composta pelas famílias que necessitam do BSP, que podem receber valor maior.

Em agosto de 2018, o Governo Federal transferiu às 13.951.980 famílias atendidas no referido mês, o valor total de R\$ 2.625.161.695,00¹⁰; isso resulta no valor médio mensal familiar de R\$ 188,16. O número total de famílias participantes é dinâmico, pois todo mês entram e saem famílias do Programa.

⁹ Valores em vigência, estabelecidos pelo Decreto N° 9.396, de 30 maio 2018, publicado no Diário Oficial da União, em 01 jun. 2018.

¹⁰ http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623.460.587.589.450.448. Acesso em: 12 nov. 2018.

Para ingressar no PBF é necessário, em primeiro lugar, fazer a inscrição no Cadastro Único – por meio da Assistência Social dos municípios. A inscrição no Cadastro não insere a família automaticamente no PBF, pois há critérios que definem essa participação. A seleção das famílias participantes ocorre

[...] de forma objetiva e automatizada. Não há privilégio individual nessa seleção. Para cada município, é estabelecida uma estimativa do número de famílias em situação de pobreza, calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambos executados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2015, p. 7).

Assim, a concessão dos benefícios é feita por meio de sistema informatizado, no qual são priorizadas famílias com renda mais baixa e maior número de filhos até 17 anos, considerando, ainda, as que possuem perfil de maior vulnerabilidade, como já mencionado anteriormente. Assinale-se, ainda, que o PBF considera os dados do IBGE, para estabelecer a estimativa de famílias a serem atendidas em cada município.

Em todos os 5.570 municípios brasileiros¹¹, há famílias beneficiárias do PBF e, por conseguinte, todos os governos estaduais, municipais e do Distrito Federal participam da gestão do PBF.

Indubitavelmente, a transferência de renda é o componente mais proeminente dessa política. De modo geral, conforme será discutido no Capítulo 3, parte das críticas mais contundentes e recorrentes feita por não beneficiários ao PBF é relativa à transferência de recurso financeiro propriamente dita, como a principal causadora dos efeitos que esta tese tem como finalidade analisar.

2.2.2 As condicionalidades – a segunda dimensão do PBF

Essa dimensão do PBF tem sido o foco de intenso debate na literatura, dividindo a opinião dos pesquisadores em relação à sua necessidade, efetividade ou validade. Contudo, para o PBF, como será visto, principalmente em razão das condicionalidades, a transferência de renda não se constitui como um fim em si (LÍCIO, 2012).

¹¹<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2015/default.shtm>. Acesso em: 08 ago. 2017.

As condicionalidades possuem grande importância no escopo dessa política, em razão da perspectiva de médio e longo prazo que nelas se projetam; a transferência de renda, que teria a finalidade de proporcionar o alívio imediato da pobreza, seria a de curto prazo.

De acordo com a legislação vigente, as condicionalidades são compostas pelos seguintes compromissos – que devem ser assumidos tanto pelas famílias participantes quanto pelo poder público, que tem o dever de ofertar esses serviços:

- Na área da saúde:
 - ✓ Gestantes devem realizar o pré-natal e nutrízes, o acompanhamento do puerpério;
 - ✓ Crianças menores de sete anos devem cumprir o calendário de vacinas (conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde), bem como ter o acompanhamento de seu crescimento, por meio de registro semestral do peso e da altura.
- Na educação, beneficiários de seis a 15 anos devem ter frequência escolar mensal de 85%; a partir de 16 anos, até o ano em que completem 18 anos, 75%.

A gestão do acompanhamento das condicionalidades é uma tarefa bastante complexa e abrangente, pois necessita envolver as áreas de saúde, educação e assistência social das três esferas de governo – federal, estadual, municipal – sendo, portanto, uma ação intersetorial e intergovernamental.

Na área de saúde, o registro de informações referentes ao cumprimento de condicionalidades do público beneficiário é realizado por meio do *Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde*, no qual se inserem as informações do acompanhamento e são monitoradas as ações das condicionalidades da Saúde¹². O acompanhamento feito é informado semestralmente pelo Ministério da Saúde (MS) ao MDS.

O acompanhamento das condicionalidades de saúde, com dados referentes ao segundo semestre de 2017, está sintetizado no Quadro 2, a seguir.

¹² Em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_bfa.php. Acesso em: 02 dez. 2018.

Quadro 2. Acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF
Brasil, 2º semestre de 2017

Famílias sem informação	Famílias acompanhadas	Público beneficiário	Foram acompanhados	Cumpriram as condicionalidades
2.357.665	8.507.592	Gestantes	369.377	367.960 (99,61%)
		Crianças menores de sete anos	5.408.800	Vacinação: 5.355.988 (99,02%)
				Crescimento: 4.584.581 (84,76%)

Fonte:

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623.460.587.589.450.448. Último acesso em: 12/11/2018.

Na área da educação, participam dessa gestão todas as Secretarias de Educação municipais, estaduais e do DF, capitaneadas pelo Ministério da Educação (MEC). Por meio de sistema informatizado – o *Sistema Presença* –, os estudantes beneficiários devem ter sua frequência escolar informada por suas escolas às respectivas instâncias de governo, de forma que seja registrada no Sistema Presença.

Os dados referentes ao acompanhamento das condicionalidades de educação do PBF estão sintetizados, no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3. Acompanhamento das condicionalidades de educação do PBF
Brasil, maio de 2018

Beneficiários	Acompanhados	Cumpriram as condicionalidades	Público sem informação
De seis a 15 anos	10.900.787	10.395.674 (95,36%)	1.257.157
BVJ	1.924.723	1.781.433 (92,55%)	513.838

Fonte:

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623.460.587.589.450.448. Acesso em: 12/11/2018.

Tanto na saúde quanto na educação, observa-se que ainda há um contingente de beneficiários que não foram localizados para o acompanhamento das condicionalidades, sendo este um grande desafio a ser vencido pelo PBF. O MDS busca mobilizar as gestões locais do PBF, no sentido de que esse público seja localizado, pois não há como saber se estão ou não cumprindo as condicionalidades; caso não estejam, isso pode comprometer a consecução dos

objetivos do PBF, isto é, podem ser famílias que não estão conseguindo acessar esses serviços essenciais, sem que o poder público possa agir em favor destas, com vistas ao rompimento do ciclo intergeracional de pobreza.

Conforme a legislação vigente, o descumprimento de condicionalidades pode provocar efeitos¹³ sobre o benefício, dependendo do contexto em que a família se encontre:

- no primeiro descumprimento, a família recebe uma *advertência* – o aviso é feito pelo correio e também pelo extrato bancário –, mas ela continua recebendo o benefício;
- no segundo, pode ocorrer o *bloqueio* – o benefício só poderá ser sacado no próximo mês, junto com a próxima parcela; assim, a família não perderá a parcela bloqueada;
- no terceiro, a família ficará com o benefício suspenso por dois meses e ela não terá direito a sacar essas parcelas;
- seguindo em descumprimento, a família poderá, por fim, ter o benefício cancelado; contudo, para que isso aconteça, há vários procedimentos complexos que devem ser observados pela gestão do PBF; de modo sintético, pode-se dizer que nenhuma família terá seu benefício cancelado, sem antes ter sido atendida pelos serviços do *acompanhamento familiar*¹⁴ da Assistência Social.

A aplicação de efeitos sobre o benefício é gradativa, conforme se observa. Todavia para que ocorra a progressão de um efeito para o próximo, é necessário que o período entre um descumprimento e outro seja de, no máximo, seis meses; passado esse período, um novo descumprimento retornaria ao primeiro degrau, isto é, à advertência.

Antes da Portaria 252/2012, o cancelamento ocorria de modo automático, isto é, após a suspensão, o próximo descumprimento poderia levar ao cancelamento. A Portaria veio no sentido de materializar, nos termos da legislação, o entendimento de que a família em descumprimento está sinalizando o fato de que ela se encontra em um contexto de

¹³ Este é o termo utilizado pela legislação do PBF para indicar algum tipo de ação do MDS em relação ao benefício da família que se encontra em descumprimento de condicionalidades.

¹⁴ “O acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF [Proteção e Atendimento Integral à Família], buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas”. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protacao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em: 13 nov. 2018.

vulnerabilidade tal, que a impede de acessar esses serviços básicos e essenciais ao exercício da cidadania; o não recebimento do benefício poderia, portanto, agravar ainda mais essa situação.

É por essa razão que o descumprimento recorrente deve mobilizar ações do poder público, para que a família receba algum tipo de apoio socioassistencial ou encaminhamento por parte da gestão local. O cancelamento do benefício poderia afastar do Programa uma família em condição de maior fragilidade, motivo pelo qual este cancelamento só poderá ocorrer após a família receber alguma atenção, ao menos, dos serviços socioassistenciais, na busca de sua reinserção nos serviços que deixou de acessar.

Entende-se, assim, que a aplicação de efeitos é considerada pelo PBF como instrumento de acompanhamento das famílias, atuando como um canal de sinalização das famílias que se encontram em contextos de maior vulnerabilidade social, para que o poder público possa mobilizar-se em seu apoio.

O PBF prevê, ainda, em seu regulamento, várias situações em que os efeitos podem não ser aplicados, mesmo que haja descumprimento por parte da família.

No caso de frequência escolar abaixo do indicado pelo PBF, a escola deve informar ao MEC o motivo para tal ocorrência, pois a baixa frequência escolar

[...] sinaliza que algum fato está perturbando, desestimulando ou impedindo a ida diária do(a) aluno(a) à escola; portanto, é preciso identificar a causa da baixa frequência para que seja evitado o abandono escolar”¹⁵.

Para tanto, o MEC padronizou a forma de coletar essas informações, por meio da *Tabela de Motivos de Baixa Frequência*¹⁶, em que há situações, tais como doenças e impossibilidade de deslocamento, em que a família, mesmo em descumprimento – desde que justifique a situação à escola ou gestão municipal do PBF –, possa continuar recebendo o benefício.

Em quaisquer casos de aplicação de efeitos, a família pode apresentar recurso à gestão municipal do PBF, solicitando a reversão do efeito aplicado.

Mesmo que a família não tenha apresentado recurso, a gestão municipal do PBF, considerando a avaliação realizada por seus profissionais, pode acionar a interrupção temporária dos efeitos por descumprimento de condicionalidades, pelo prazo de seis meses, prorrogando pelo tempo que considerar necessário, para que a família, ainda que em descumprimento, possa continuar a receber o benefício¹⁷.

¹⁵ Disponível em: <http://tutorialpresenca.mec.gov.br/guia-de-motivos-de-baixa-frequencia-informacoes-uteis-coordenador-municipal.html>. Acesso em: 13 nov. 2018.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em: 13 nov. 2018.

Faz parte da gestão de condicionalidades, conforme descrito na Portaria GM/MDS 251/2012, buscar reduzir as situações de vulnerabilidade das famílias, por meio do apoio de outras políticas públicas. Desse modo, compreende-se que o adequado monitoramento das condicionalidades permitiria “[...] a identificação de vulnerabilidades que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços a que têm direito, demandando ações do Poder Público voltadas a seu acompanhamento” (Portaria GM/MDS 251/2012).

A referida Portaria assinala que a gestão de condicionalidades do PBF deve ser realizada de modo intersetorial, contando com a cooperação de todos os entes federativos, buscando apoiar as famílias em descumprimento, para que estas voltem a acessar os serviços mencionados.

2.2.3 As ações complementares – a terceira dimensão do PBF

Além das condicionalidades, o outro eixo do PBF, voltado ao apoio da superação de vulnerabilidades e promoção da autonomia, consiste nas chamadas ações complementares.

Conforme previsto no Decreto 5.209/2004, seguindo o modelo de gestão adotado pelo PBF, a realização de ações com vistas à promoção da emancipação sustentada das famílias beneficiárias é dever de todas as esferas de governo, podendo haver a celebração de acordos de cooperação entre os entes federados, bem como com instituições da sociedade civil. Seriam ações complementares de natureza educacional, de formação profissional, de concessão de crédito, dentre outras possibilidades.

Nesse contexto, o Governo Federal tem a atribuição de articular a implementação de ações complementares em âmbito nacional e de orientar os governos subnacionais para que as atividades dessa dimensão possam ocorrer de forma descentralizada, no sentido de que todas as esferas de governo busquem ofertar essas ações, podendo, ainda, celebrar termos de cooperação com outros setores do poder público, com entes federados, com a iniciativa privada ou instituições da sociedade civil (BRASIL, 2016).

No âmbito do Governo Federal, algumas foram as ações implementadas, ao longo da existência do PBF, tanto na forma de programas especificamente voltados aos beneficiários, quanto de natureza ampla, abertos ao público em geral, mas com prioridade aos beneficiários ou estimulando sua participação. Como exemplos dessas ações podem ser citados o *Plano*

*Setorial de Qualificação Bolsa Família (PlanSeQ)*¹⁸, especificamente voltado para o público beneficiário, sendo os mais recentes, de 2017, o *Plano Progredir*¹⁹ e, de 2018, o *Futuro na Mão: dando um jeito na vida financeira*²⁰.

Outros Ministérios também realizam ou realizaram ações dessa natureza: o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*²¹, pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, e os de natureza educacional, capitaneados pelo MEC, tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)²², Programa Brasil Alfabetizado²³ e Pró-Jovem²⁴.

¹⁸ “O Plano Setorial de Qualificação Bolsa Família (PlanSeQ Bolsa Família) é uma ação complementar de qualificação profissional dos membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Visa a inserção desses em postos de trabalho de setores que apresentam demanda, em especial, impulsionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”. (BRASIL, 2009, p. 2).

¹⁹ “[O Plano Progredir é] um conjunto de ações articuladas que visam a facilitar o acesso das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em especial as beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), a oportunidades de emprego e renda. O Progredir é viabilizado por meio de medidas que ampliam a inserção e a permanência dos cidadãos no mundo do trabalho, contribuindo para fortalecer capacidades e gerar autonomia socioeconômica”. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2017/setembro/28092017_boletim_BFIinforma.html. Acesso em: 08 dez. 2018.

²⁰ “A iniciativa vai incentivar a reflexão e a troca de ideias sobre práticas de educação financeira para mais de 200 mil mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Fruto da parceria com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), conta com o financiamento do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)”. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/programa-de-educacao-financeira-sera-voltado-as-beneficiarias-do-bolsa-familia>. Acesso em: 08 dez. 2018.

²¹ “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País”. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em: 08 dez. 2018.

²² “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da [Lei nº 12.513](#), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 08 dez. 2018.

²³ “O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e ao despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em: 08 dez. 2018.

²⁴ “Trazer de volta para a escola jovens que não concluíram a educação básica é um desafio que o Ministério da Educação abraça por meio do Pró-Jovem. Adotado pelo MEC desde 2012 e tocado em parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação, o programa oferece ensino fundamental, qualificação técnico-profissional e ações de participação cidadã, e vem transformando as vidas de milhares de estudantes de 18 a 29 anos. Somente na edição atual, são quase 100 mil matriculados”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/38241>. Acesso em: 08 dez. 2018.

2.2.4 As “portas de saída” do PBF

Conforme mencionado anteriormente, o público do PBF é bastante dinâmico, pois há um constante movimento de famílias que entram e saem do Programa. O PBF não prevê em sua legislação o tempo que uma família pode permanecer como beneficiária. Esta seria uma das razões apontadas pelos seus opositores como uma externalidade negativa do Programa, uma vez que esta situação, a ausência de “portas de saída” – isto é, de regras para que a família fosse forçada a buscar seu sustento e deixasse de ser beneficiária –, contribuiria para a “acomodação” das famílias, conforme será visto no Capítulo 3.

As chamadas “portas de saída” são um ponto controverso do Programa. De acordo com Soares e Sátyro (2009), podem ser identificadas duas tendências acerca do tema: a primeira, que defende a necessidade de que o benefício seja temporário, com vistas a não “acomodar” o beneficiário na busca de superar sua condição de pobreza; a segunda, a adotada pelo PBF, que não define a saída compulsória de famílias, a não ser em casos que envolvam algum tipo de irregularidade ou dolo. Segundo observado na seção 2.2.2, sobre as condicionalidades, mesmo o descumprimento de condicionalidades não é fator para o cancelamento imediato dos benefícios.

Em síntese, há três situações principais, além do descumprimento de condicionalidades (conforme termos da Portaria 251/2012), que podem fazer com que a família seja desligada do PBF, cujos aspectos principais serão descritos, a seguir.

A primeira é a falta de atualização cadastral. Em 2009, foi implementado o processo de Revisão Cadastral, com a finalidade de que os dados das famílias participantes sejam atualizados, no mínimo, de dois em dois anos, no CadÚnico, especialmente como forma de assegurar que permaneçam no PBF as famílias que, de fato, continuam dentro das regras de elegibilidade. Caso não realizem esse procedimento e se não forem localizadas pela gestão do PBF, poderá ocorrer o bloqueio do benefício e, se depois disso, essas famílias ainda não atualizem seus dados, no prazo de dois meses, estas poderão ter o benefício cancelado²⁵.

A segunda situação que leva ao desligamento ocorre em casos de comprovação de denúncias. Além dos profissionais ligados ao PBF, que podem apontar a ocorrência de irregularidades cadastrais e outras situações de dolo, qualquer pessoa pode apresentar denúncias acerca de famílias que possam estar recebendo o benefício indevidamente, isto é, famílias cujos perfis estão fora das regras de elegibilidade. Contribui para isso o fato de que a relação de

²⁵ Portaria MDS nº 617, de 11 out. 2010.

beneficiários do PBF deve ser pública e amplamente divulgada pelas gestões locais do PBF, conforme previsto no Decreto 5.209/2004. A relação nominal de beneficiários e os respectivos valores recebidos podem também ser conferidos no Portal da Transparência²⁶.

De acordo com o previsto na Lei 10.836/2004, a Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (Senarc) do MDS é a responsável pela coordenação das ações de fiscalização, em âmbito nacional. A apuração de irregularidades e a obrigatoriedade do ressarcimento dos valores indevidamente recebidos estão previstas no Decreto 5.209/2004. Como o modelo de gestão adotado pelo PBF é descentralizado, intersetorial e intergovernamental, as ações de fiscalização também ocorrem segundo esse modelo – cada instância de governo participante da gestão do PBF é responsável pela fiscalização em sua respectiva jurisdição. Desse modo, há vários canais para a manifestação de denúncias, nas três esferas de governo, além da possibilidade de qualquer cidadão acionar o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Conforme previsto na lei de criação do PBF, também atuam junto às gestões locais as Instâncias de Controle Social (ICS)²⁷, cuja composição deve ser paritária entre integrantes que representam o poder público e a sociedade civil. As ICS têm como atribuições a fiscalização de vários aspectos referentes à gestão e execução do Programa.

As ICS são peças fundamentais na fiscalização do PBF, uma vez que podem acompanhar de perto a gestão do programa por terem mais acesso à população local. São também importantes aliadas dos gestores locais na garantia da transparência e da correção de irregularidades na gestão do PBF, podendo atuar de forma conjunta com o município, subsidiando a fiscalização nos processos de cadastramento, gestão de benefícios, acompanhamento das condicionalidades e articulação de oportunidades de desenvolvimento das famílias. (BRASIL, 2010, p. 30).

Para apoiar o funcionamento das ICS, ao menos 3% dos recursos referentes ao IGD-E e IGD-M, transferidos pelo Governo Federal aos entes, deverão ser utilizados para financiar o apoio técnico e operacional, com vistas ao controle social do PBF.

No âmbito do Governo Federal, a Senarc possui a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização, que tem como finalidade principal proceder os devidos encaminhamentos para a apuração de denúncias. Além disso, a Ouvidoria do MDS recebe denúncias por telefone, e-mail ou carta, as quais podem ser anônimas. As denúncias são apuradas, por intermédio da visita domiciliar, realizada, em geral, por profissionais vinculados

²⁶ Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/bolsa-familia?ordenarPor=beneficiario&direcao=asc>. Acesso em: 06 dez. 2018

²⁷ Regulamentada pela Instrução Normativa MDS n. 1, de 20 de maio de 2005. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=76242>. Acesso em: 14 dez. 2018.

à gestão local, ou podem, ainda, ser objeto de inquérito da Polícia Federal. O MDS deve atuar, também, em situações em que os agentes públicos possam ter contribuído para que uma família receba o benefício indevidamente²⁸.

O PBF, assim como as demais políticas públicas, está sujeito ao trabalho de fiscalização externa exercido pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), cujas equipes, por meio de amostragem, buscam averiguar, dentre outras questões, os dados de elegibilidade dos beneficiários. Os Ministérios Públicos da União e dos Estados buscam, ainda, apurar irregularidades e investigar casos.

Além disso, o MDS realiza rotinas de monitoramento e averiguação, especialmente por meio do pareamento de diferentes bases de dados que contêm registros administrativos do Governo Federal, com a finalidade de verificar a existência de beneficiários que estejam fora das regras do PBF. Segundo dados do MDS, até julho de 2018, foram cancelados 5,2 milhões de benefícios do PBF que estavam sendo indevidamente transferidos²⁹.

Em resumo, há três tipos de fiscalização que atuam sobre o PBF: controle interno, controle externo e controle social (BRASIL, 2006). Essas têm sido as formas pelas quais a fiscalização acerca da transferência indevida de benefícios vem sendo realizada. Toda essa mobilização do poder público, segundo Sergei Soares (2010), tem apresentado resultados. Após realizar consulta exaustiva a diversas bases de dados, com a finalidade de encontrar irregularidades ou fraudes no PBF, o TCU

[...] encontrou 713 proprietários de veículos com valor elevado, 106 mil famílias proprietárias de veículos com valor superior a R\$ 4 mil e 20.601 políticos ou familiares de políticos³⁰ no PBF. Somando todos [...], chegamos à conclusão que 1,09% dos benefícios são fraudulentos. (SOARES, 2010, p. 305).

Observa-se, portanto, que a focalização do PBF tem sido considerada eficiente, não só pelo autor do fragmento anterior, como também por Cleuseni Carvalho (2013), Juliana Silva (2014), Joana Mostafa e Thuany dos Santos (2016) e Naiara Sperandio (2016), dentre outros pesquisadores.

A terceira forma de desligamento é o chamado Desligamento Voluntário. É o caso de famílias que conseguem melhorar sua renda, ultrapassando o valor mensal per capita de meio

²⁸ Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/fiscalizacao>. Acesso em: 06 dez. 2018.

²⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/pente-fino-corta-r-10-bi-em-gasto-irregular-com-57-mi-de-beneficiarios.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2018.

³⁰ Segundo Decreto n. 7013, de 19 nov. 2009, que alterou o texto da lei de criação do PBF, é vedada a participação para os ocupantes de cargo eletivo remunerado em qualquer das três esferas de governo.

salário mínimo, e que, portanto, solicitam o desligamento do PBF. De acordo com o MDS, até 2015, cerca de 3,1 milhões de famílias deixaram o PBF em razão do Desligamento Voluntário³¹.

Caso a família necessite, poderá retornar ao Programa, a qualquer momento, no prazo de 36 meses, desde que atenda aos critérios de elegibilidade. Esta regra é denominada como Retorno Garantido³², cuja finalidade é a de estimular a família que melhorou de renda a proceder ao desligamento do PBF, permitindo que outra possa ser atendida em seu lugar. Contudo, oferece-se alguma segurança à família de poder retornar ao Programa, caso necessite. Esta medida leva em conta o fato de que o rendimento das famílias, especialmente as de baixa renda, costumam ser instáveis, razão pela qual muitas famílias poderiam temer abrir mão do benefício, pois este se constitui como uma renda regular e estável. O Retorno Garantido só se aplica como direito às famílias que fazem o Desligamento Voluntário.

Todavia, nem todo incremento na renda leva, necessariamente, ao desligamento. A família que venha a aumentar sua renda até o limite de meio salário mínimo mensal per capita pode permanecer no Programa, pelo período de dois anos, desde que informe o fato ao CadÚnico – esta é a chamada Regra de Permanência³³. Segundo Fernandes (2016), esta medida, assim como o Retorno Garantido, levou em consideração os estudos relativos à volatilidade de renda da população pobre, especialmente o de Soares e Sátyro (2009) e Sergei Soares (2010).

A Regra de Permanência, porém, só se aplica como direito no caso de famílias que atualizam seus dados cadastrais, consoante as regras do PBF; caso haja denúncia e comprovação de má-fé, a família pode ter o benefício cancelado sem que tenha direito à Regra de Permanência nem ao Retorno Garantido. Contudo, essas famílias podem inscrever-se novamente, após o período de 12 meses e, havendo disponibilidade do Programa para o atendimento, poderão voltar a participar do PBF.

Como mencionado anteriormente, não há prazo máximo de permanência no PBF. Para Soares e Sátyro (2009) e Renata Bichir (2010), estabelecer um tempo máximo de permanência no Programa coaduna com a visão de que a causa da pobreza estaria localizada na própria família, minimizando o fato de que a pobreza está relacionada a problemas estruturais da economia do país, o que dificulta às famílias pobres a obtenção de condições que seriam essenciais para a inserção no mercado de trabalho, conforme será abordado no Capítulo 5, acerca da discussão referente ao efeito preguiça.

³¹Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/mais-de-3-1-milhoes-de-familias-sairam-voluntariamente-do-programa> . Acesso em: 04 dez. 2018.

³² Conforme regulamentado pela Instrução Operacional n. 48 Senarc/MDS, de 13 out. 2011.

³³ Regulamentada pela Portaria MDS n. 617, de 11 ago. 2010.

2.2.5 O PBF é uma política dinâmica

Todo o delineamento e regras de funcionamento, anteriormente apresentados, foram sendo construídos ao longo da existência do Programa. De forma geral, as alterações incorporadas ao PBF foram frutos de decisões tomadas com base em estudos internos da Senarc, bem como de outras instâncias do MDS – a exemplo da Secretaria de Avaliação e Gestão (SAGI) – e do Governo Federal – a exemplo do Ipea –, buscando responder aos desafios colocados, desde sua implementação (FERNANDES, 2016).

O Quadro 4, a seguir, apresenta, de modo sintético, as principais modificações ocorridas nas normativas do PBF, ao longo de seus 15 anos de existência, em que houve a incorporação de novas regras, com a finalidade de aprimorar os mecanismos de inclusão de participantes, mitigar erros de exclusão e aperfeiçoar o atendimento às famílias beneficiárias.

Quadro 4. Síntese das principais mudanças ocorridas no PBF (2003-2013)

Período	Principais alterações
2003 a 2004	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da cobertura / atendimento – inclusão de novas famílias
2005 a 2006	<ul style="list-style-type: none"> Criação do Índice de Gestão Descentralizada – IGD, que serve como base para o cálculo do repasse de recursos da União para os entes federados, com vistas à articulação entre o governo federal e as gestões locais Normas sobre concessão e pagamento de benefícios sobre o acompanhamento de condicionalidades
2006	<ul style="list-style-type: none"> Maior articulação entre o MDS, MEC e MS, com a finalidade de aprimorar o acompanhamento de condicionalidades
2007 a 2008	<ul style="list-style-type: none"> Criação do BVJ (para apoiar jovens de 16 e 17 anos, até o ano em que completem 18 anos, na continuidade dos estudos) Averiguação de inconsistências cadastrais – pareamento entre os dados do Cadastro Único e outros registros administrativos governamentais, para localizar famílias indevidamente beneficiadas
2009 a 2010	<ul style="list-style-type: none"> Procedimentos de Revisão Cadastral Implementação da Regra de Permanência Prioridade de atendimento nos serviços da Assistência Social para as famílias em descumprimento de condicionalidades em fase de suspensão (Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS)
2011	<ul style="list-style-type: none"> Articulação com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), para superar a extrema pobreza: criação da estratégia de Busca Ativa – equipes de atenção socioassistencial buscam famílias que são elegíveis e que ainda não eram beneficiárias – correção de erros de exclusão Implementação do Benefício Variável à Gestante (BVG) e Benefício Variável à Nutriz (BVN) – pagamento de nove e seis parcelas mensais, respectivamente Aumento do limite de três para cinco Benefícios Variáveis por família Implementação do Retorno Garantido
2012	<ul style="list-style-type: none"> Criação do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) - inicialmente previsto para famílias com crianças de até seis anos foi, posteriormente, estendido para famílias com membros de até 15 anos de idade Mudança nas regras para o cancelamento de benefícios por descumprimento de condicionalidades, de modo que, em princípio, nenhuma família possa ser desligada do PBF, por descumprimento, sem que antes tenha recebido algum atendimento da Assistência Social do município
2013	<ul style="list-style-type: none"> BSP estendido para famílias que necessitem, independentemente da composição familiar

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de Natália Leitão (2017), F.C. Fernandes (2016) e informações do site do MDS (Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em: 14 dez. 2018).

2.3 O que dizem as pesquisas sobre o PBF?

Conforme será discorrido no Capítulo 4, referente à revisão de literatura sobre o PBF, a busca por teses, dissertações e artigos demonstrou o grande interesse da comunidade acadêmica acerca dessa política. Em busca realizada no sítio do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes³⁴, foi possível localizar quase mil estudos referentes ao PBF.

Esses estudos tratam dos mais variados aspectos do PBF, abordando questões relacionadas a suas três dimensões; à implementação e gestão; ao público beneficiário; a aspectos teóricos e filosóficos referentes à concepção, execução e avaliação dessa política; abordando, ainda, os pontos de interesse da presente tese – a percepção de não beneficiários e a análise dos efeitos negativos do PBF. Estes últimos pontos serão discorridos no próximo capítulo.

O PBF é considerado como uma referência em políticas sociais e de transferência de renda, tendo o reconhecimento de organismos internacionais e de governos de outros países (CONCEIÇÃO, 2013; MENDES, P., 2010).

Em artigo que sintetiza metadados sobre a produção acadêmica relativa ao PBF, considerando o total de 855 teses, dissertações e artigos científicos publicados no Brasil, no período de 2005 a 2016, e que têm o PBF como principal objeto de estudo, observou-se que cerca de 73% desses estudos consideram que o Programa traz contribuições positivas ou muito positivas, em relação aos respectivos contextos analisados, ainda que haja a indicação de vários problemas, críticas e desafios a serem vencidos (VIANA; KAWAUCHI, 2018).

Dentre as diversas contribuições abordadas pelos estudos levantados, serão destacadas, doravante, as consideradas como mais significativas para a presente tese, por representarem a consecução de alguma das diretrizes do PBF.

Um aspecto bastante apontado pelos estudos como fator de sucesso do PBF é o alívio da pobreza e a melhoria das condições de vida de seu público:

Principalmente no sentido de contribuírem para mudanças de atitudes das famílias em relação aos serviços públicos, para mudanças na posição da mulher na família e na comunidade, bem como em relação à noção fundamental de que o desenvolvimento não é uma troca clientelista, mas sim uma expansão de direitos e provimentos. Nesse sentido, é plausível interpretar que existe sim uma relação positiva entre o PBF e a redução da pobreza extrema no Brasil. Essa conclusão constitui uma instância válida (um

³⁴ Disponível em: [www. https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/](http://www.https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/). Acesso em: 09 jul. 2018. No Capítulo 4 estão descritos todos os passos adotados para a realização dessa busca.

corolário) de uma proposição mais geral, qual seja, a de que as instituições importam para o desenvolvimento. (HELLMANN, 2016, p. 109).

O fragmento anterior - extraído de uma tese na área da Economia, que teve como finalidade discutir sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas - destaca não só a redução da extrema pobreza, como também indica a ocorrência de mudanças de atitude das famílias em relação a aspectos que são caros ao PBF – acesso aos serviços públicos essenciais.

O próximo excerto, também de estudo da área econômica, destaca a temática da desigualdade de renda e da contribuição do PBF para o quadro analisado:

Já o programa Bolsa Família contribuiu com 9,2% para a queda da desigualdade da renda domiciliar do país. Os resultados para o PBF ficaram próximos da literatura nacional, porém o período analisado aqui é outro (2006-2011), quando a variação do rendimento do PBF cresceu menos, pois já estava focalizado nos mais pobres desde 2006. O ritmo de expansão do PBF, isto é, da cobertura, é menor para o período em questão. Note-se que a maior contribuição do programa se encontra na macrorregião Nordeste, contribuindo com aproximadamente 18% para a queda da desigualdade da RDPC [Renda Domiciliar Per Capita] regional, praticamente o dobro da contribuição nacional, principalmente em função do efeito renda. É preciso destacar-se que a contribuição do programa Bolsa Família na redução da desigualdade é ainda mais extraordinária quando se tem presente que seus benefícios sequer representam 1% da RDPC. (CARVALHO; MARQUES, 2014, p. 254).

Conclusões semelhantes foram apontadas por outros estudos, não só aqueles referentes à área da Economia, a exemplo dos fragmentos que seguem, extraídos de pesquisas na área de Administração Pública e Política Social, respectivamente:

Assim, a partir dos resultados desta pesquisa, pode-se afirmar que o Programa Bolsa Família, sem desconsiderar a existência dos demais programas sociais governamentais, além do contexto socioeconômico vigente no período abrangido por esta análise, pode ser capaz de reduzir as desigualdades de renda, alterar e combater a dinâmica do ciclo de pobreza e, conseqüentemente, fazer com que, no longo prazo, o ciclo de exclusão e a pobreza extrema sejam rompidos. (PEÑA et al., 2015, p. 910).

[...] o PBF foi um dos fatores que mais contribuíram para a redução da desigualdade social no Brasil, ainda que essas transferências representem apenas 0,5% da renda total das famílias brasileiras. Entre 1995 e 2005, o Índice de Gini no país caiu 4,7%, tendo sido o PBF responsável por 21% dessa queda. O Programa também teve impactos significativos sobre os índices de pobreza e, sobretudo, de extrema pobreza no Brasil, sendo responsável por 12% da redução da pobreza e 19% da extrema pobreza, neste período. (MAURICIO, 2010, p. 145).

As condicionalidades são também um tema analisado por muitos estudos acadêmicos. Em relação às condicionalidades de educação, há vários autores que consideram que essa

dimensão do PBF contribui para melhorar os indicadores educacionais, especialmente os referentes à evasão escolar, a exemplo do fragmento, a seguir:

As estimativas encontradas apresentam indícios de que uma elevação de um ponto percentual na proporção de alunos beneficiados pelo PBF em uma escola, em média, reduz em 0,012 p.p. a taxa de abandono da escola; de outra forma, se todos os alunos da escola são beneficiários do Programa Bolsa Família, condicional a ter o mesmo perfil socioeconômico de alunos, a taxa de abandono será 1,2 ponto percentual menor do que a de outra onde nenhum aluno recebe bolsa família. A magnitude desse resultado é bastante relevante, se considerarmos que a taxa de abandono nas escolas onde a porcentagem de beneficiários é superior a 75% era de 5,41%, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2009. Possivelmente, pelas condicionalidades que exigem em termos da frequência escolar, o Programa Bolsa Família faz com que um menor número de crianças escolha por abandonar a escola. (CAMARGO; PAZELLO, 2014, p. 636).

Há registros, ainda, de melhoria em vários indicadores educacionais no Brasil, segundo exposto pela tese da área da Educação, de Mirian Collares (2014), que identificou a redução de 11% na taxa de analfabetismo e crescimento de 15% nos anos de estudo. Além disso, a pesquisadora apontou a redução de 30% na distorção idade/série no Ensino Fundamental e de 44% no Ensino Médio. A autora observou que esses dados representam avanço importante, quando se considera que se referem à população mais pobre do país, historicamente submetida às desigualdades de diversas naturezas.

No próximo capítulo, na seção 3.3, que aborda percepções de professores sobre o PBF, serão abordadas outras questões referentes à temática da educação.

Em relação às condicionalidades de saúde, estas também têm sido apontadas como fatores que vêm contribuindo para melhorar a saúde dos beneficiários e, em vários casos, para salvar vidas, reduzindo, por exemplo, a mortalidade infantil provocada por doenças relacionadas à pobreza, como demonstra a tese de Rasella (2013), da área de Saúde Pública, que realizou estudo de natureza quantitativa com base em amostra representativa do país:

Os resultados destas avaliações demonstraram uma grande efetividade do Programa Bolsa Família na redução da mortalidade na infância, especialmente nos municípios onde conseguiu assegurar uma cobertura completa de todas as famílias pobres por quatro ou mais anos. Este efeito foi maior para as causas de mortalidade ligadas à pobreza, como a desnutrição e a diarreia. [...]. A plausibilidade dos resultados foi reforçada pelo efeito sobre indicadores de processo, como o aumento das taxas de vacinação e das visitas pré-natais e a redução das hospitalizações pelas mesmas causas. A robustez dos achados foi demonstrada, entre outros, pela ausência de efeito na mortalidade por causas externas, utilizada como controle. (RASELLA, 2013, p. 91).

Desse modo, o pesquisador atribuiu às condicionalidades de saúde participação importante na promoção de maior acesso aos cuidados, principalmente, da atenção primária à saúde, o que vem gerando redução nas hospitalizações.

As condicionalidades de saúde contribuem, assim, para promover maior acesso a outros serviços disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente nas fases críticas para o desenvolvimento humano – pré-natal e crescimento nos primeiros anos de vida –, conforme apresentado por Kyara Nascimento (2013), em sua dissertação da área de Saúde Pública, referente ao monitoramento das condicionalidades de saúde por gestões locais.

Além das questões diretamente associadas às condicionalidades de saúde, vários estudos demonstram que o PBF tem colaborado para exercer efeito protetor na saúde nutricional, melhorando a quantidade, qualidade e variedade dos alimentos consumidos pelas famílias (KAWAMURA, 2014; LOPES, A.G., 2013; MARTINS, A.P.B., 2013; PINHO NETO, 2014; SPERANDIO, 2016; SUZART, 2016; dentre outros).

Jerusa Santana (2017), em pesquisa realizada para sua tese na área de Saúde Coletiva, concluiu que o PBF pode configurar-se como fator protetor para a nutrição da gestante:

Quanto aos fatores protetores para o peso da gestante, identificou-se que o Programa Bolsa Família exerceu efeito direto e negativo no Padrão de consumo 2 (-0,10) (cereais refinados, caruru, vatapá, acarajé, óleo vegetal, embutidos, carnes salgadas e lanches) e no IMC [Índice de Massa Corporal] materno durante a gestação (-0,12), revelando que gestantes beneficiárias do programa tiveram maior adequação do IMC e menor adesão ao padrão de consumo alimentar considerado de risco para a saúde. [...]. Os resultados sugerem que o PBF, enquanto política de proteção social, exerce efeito protetor na saúde nutricional materna, ampliando o acesso aos alimentos básicos tradicionais da dieta da família brasileira e indica que o pré-natal na atenção básica é o espaço privilegiado para a promoção da alimentação adequada e saudável do grupo materno-infantil. (SANTANA, J., 2017, resumo).

As mulheres e as relações de gênero têm sido outro tema muito abordado nos estudos sobre o PBF, dada a preferência pela titularidade feminina, conforme previsto em lei. Em seu escopo, o PBF não aborda diretamente as questões de gênero, explicitando, em sua legislação, apenas a questão da titularidade.

Contudo, é possível verificar nos estudos acadêmicos que tal prerrogativa provocou externalidades, influenciando positivamente nas relações familiares e no empoderamento das mulheres. Este fato é abordado pela pesquisa de Mirian Rocha (2015), que resultou em sua tese na área de Economia. Ao analisar como a renda do PBF vem sendo alocada pelas famílias, apresentou como uma de suas conclusões o fato de que, como titulares do PBF, as mulheres

passariam a ter mais autonomia para decidir como utilizar o orçamento familiar, em razão do benefício:

Portanto, pode-se concluir que transferir renda para a mulher influencia na forma como o domicílio aloca a renda. Talvez essa influência se limite à renda do PBF e não ao rendimento total do domicílio. Porém, o PBF garante à mulher acesso à renda, ter um dinheiro próprio e a certeza de que poderão escolher como gastá-lo. Com isso, pode-se iniciar um processo de desestabilização das hierarquias de poder internalizadas nas famílias. Essas mulheres podem começar a alcançar potencialidades de transformar as negociações cotidianas, mesmo que timidamente, como por exemplo, não ter que pedir mais dinheiro para o marido para realizar os gastos com a casa e com os filhos. (ROCHA, M., 2015, p. 114-5).

No artigo de Melo, Menta e Serafim (2014), que discute a questão de gênero, envolvendo o PBF sob o ponto de vista da Terapia Ocupacional, foi possível verificar considerações semelhantes ao do estudo anterior, destacando-se as possibilidades de as mulheres assumirem o papel de protagonistas em seus respectivos contextos familiares, possibilitando a elas o poder de decisão e gerenciamento do recurso do PBF, contribuindo para a melhoria de suas condições econômicas e, por conseguinte, de sua valorização social.

Assim como a questão de gênero, outros temas referentes a consequências positivas também foram abordados por trabalhos, identificando a existência de associação entre o PBF e desdobramentos positivos não previstos em seu escopo, ou seja, a ocorrência de externalidades positivas.

Um exemplo disso é a referência ao desenvolvimento local e regional. Christian Oliveira (2015), em seu estudo de caso voltado a um município do interior de Goiás, avaliou que os recursos da transferência de renda possuem efeito multiplicador, por meio das transações que são efetuadas pelos beneficiários no comércio local, o que termina aquecendo a economia do lugar, favorecendo a geração de renda e empregos. O mesmo contexto positivo foi abordado também por Andrade (2013), Arrais (2016), Diniz (2016) e Rezende (2015), dentre outros pesquisadores.

Outro exemplo de abordagem de externalidades positivas do PBF pode ser observado no estudo de Flávia Alves (2017), que analisou índices referentes ao suicídio, nos 5.507 municípios brasileiros, no período de 2004 a 2012. O suicídio, de acordo com a pesquisadora é uma das principais causas de morte externa no mundo, configurando-se, portanto, como um importante problema de saúde pública. Considerando que fatores socioeconômicos estão associados a essas ocorrências, a pesquisadora buscou avaliar a existência de associação entre

a cobertura do PBF e as taxas de suicídio, apresentando como uma de suas conclusões, o que segue:

O aumento da cobertura do PBF foi associado à redução das taxas de suicídio, nas análises brutas e ajustadas. O efeito do PBF foi mais forte quando, além de uma maior cobertura municipal (igual ou maior que 70%), a duração dessa cobertura foi mantida por 3 anos ou mais. Resultados semelhantes foram encontrados nas hospitalizações por tentativa de suicídio. Em relação ao sexo, a cobertura do PBF apresentou efeito na redução das taxas de suicídio somente de mulheres. Conclusão: os resultados evidenciam que a implementação de programas condicionais de transferência de renda pode reduzir as mortes e hospitalizações por tentativa de suicídio, sugerindo que estratégias que visem a melhoria de condições econômicas e sociais podem mitigar os efeitos da pobreza na ocorrência do suicídio. (ALVES, F., 2017, resumo).

É interessante observar que a pesquisadora encontrou associação positiva entre a cobertura do PBF e a redução nas taxas de suicídio e de hospitalizações por tentativa de suicídio entre as mulheres, público preferencial para a titularidade do PBF. Não se pode deixar de observar que os recursos transferidos pelo PBF, mesmo sendo modestos, possuem capacidade de interferir em contextos drásticos que envolvem esse tipo de ocorrência.

Outro tema localizado na pesquisa para esta tese, que exemplifica a ocorrência de mais uma externalidade positiva, é a migração interna. O estudo de caso realizado por Thais Santos (2015), em bairro localizado no município de São Francisco - MG, identificou que muitos homens e mulheres deixam de migrar para outros centros urbanos em busca de trabalho remunerado. Mulheres que antes migravam com seus companheiros, após o PBF, permaneceram nas respectivas comunidades, com vistas a manterem os filhos na escola (SANTOS, Thais, 2015, p. 91). As mesmas conclusões podem ser observadas no trabalho de Santiago Quezada (2014), que analisou dados nacionais constantes do Censo Demográfico de 2010.

Acerca das migrações, Cláudia Costa (2011), em sua pesquisa sobre as desigualdades regionais de indicadores escolares de Minas Gerais e da Bahia, no período de 2007 a 2009, encontrou dados que demonstram que o PBF

[...] está possibilitando o fenômeno da migração de retorno para os estados do Nordeste e do Norte, ante a verificação de que os fluxos migratórios estão invertendo uma tendência histórica, favorecendo a estados, como São Paulo, a enviar mais indivíduos para o Nordeste do que recebê-los. (COSTA, C., 2011, p. 156).

Assim, mais do que possibilitar a permanência na própria comunidade, o PBF vem contribuindo para que migrantes possam retornar às localidades de origem, invertendo o sentido do fluxo migratório que marcou décadas da história deste país.

Todavia, evidentemente, o PBF possui problemas vários e os estudos acadêmicos têm feito diferentes críticas ao seu escopo, gestão, execução, público beneficiário e externalidades negativas, como será discorrido, doravante.

Ao realizar o levantamento para a presente pesquisa, em relação a essas críticas, foi possível observar a existência de três tendências gerais, de acordo com as conclusões e o posicionamento de seus pesquisadores.

Uma dessas tendências pode ser identificada como sendo a de trabalhos que se posicionam favoravelmente à transferência de renda, criticando, no entanto, os pontos que consideram como falhos, que deveriam ser aprimorados, excluídos ou substituídos, para que o PBF pudesse, de fato, atingir seus objetivos. São exemplos dessas críticas, dentre outras questões, as relativas:

- ao baixo valor do benefício (CAMPARA, 2016; CEZAR, 2016; DOMINGOS, 2015; ROCHA, G., 2013);
- à exigência de condicionalidades, no sentido de que estas não deveriam existir, seja pelo seu caráter punitivo e autoritário, seja pela sua não eficiência (DOMINGOS, 2015; GALVÃO, 2016; VAZ, 2013);
- à sobrecarga das mulheres beneficiárias em razão do cumprimento de condicionalidades (EGER, 2013; EGER; DAMO, 2014; GORGOZINHO, 2015; MOTA et al., 2014 VESTENA, 2016);
- à falta de orientação aos beneficiários acerca de maus hábitos de consumo alimentar e os consequentes danos à saúde (KOPRUSZYNSKI, 2014; SOBERON, 2014; SPERANDIO, 2016; VEGA; TADEI; POBLACION, 2014);
- à má qualidade dos serviços públicos de saúde e educação prestados aos beneficiários (HAVRECHAKI, 2016; MEDEIROS, 2015; VASCONCELOS, A., 2013).

Um exemplo de problemas na execução do Programa pode ser observado no fragmento, a seguir, extraído do artigo de Rosana Magalhães (2014), que realizou estudo de caso, no Rio de Janeiro – RJ, observando que o PBF não apresentava capacidade de atendimento ao público que dele necessita:

De acordo com os gestores e os profissionais do programa entrevistados, algumas famílias poderiam ser priorizadas se apresentassem menor renda

quando comparadas com outras, mesmo que todas estivessem dentro do critério estabelecido pelo programa. Em Manguinhos, havia demora entre o cadastramento e o recebimento do auxílio monetário. Segundo os entrevistados, isto era devido às inúmeras dificuldades burocráticas e erros na digitação de dados. A não inclusão de famílias, apesar de apresentarem rendimentos monetários compatíveis com o critério de seleção do programa e a demora entre o cadastramento e o recebimento do auxílio, eram problemas presentes também em outras regiões do país e geravam sentimentos difusos de injustiça entre as famílias, os gestores e os profissionais. (MAGALHÃES, R., 2014, p. 2119).

No excerto anterior, pode-se observar que a morosidade do processo, dificuldades burocráticas e erros técnicos simples – como a digitação – estavam comprometendo o atendimento às famílias.

Outro ponto que tem sido bastante abordado pela literatura, conforme mencionado anteriormente, é a questão de gênero. Há pesquisadores que avaliam que o PBF acaba por reforçar as tradicionais divisões de tarefa por sexo, chegando a sobrecarregar ainda mais as mulheres, em razão da necessidade do cumprimento de condicionalidades, como apontado no excerto, a seguir.

Os modelos da pesquisa sugerem que o PBF não contribui para a “individualização” das mulheres pobres, mas, ao contrário, reforça papéis tradicionais que associam as mulheres ao cuidado no lar e às responsabilidades familiares, uma vez que o grupo de beneficiárias, em comparação ao de não beneficiárias em situação semelhante, apresenta uma maior dedicação ao trabalho não pago (cuidados domésticos) e menor tempo no trabalho pago, enquanto os homens no domicílio beneficiado dedicam menos tempo aos cuidados. O aumento do tempo de cuidados do lar por parte das mulheres do PBF dificilmente pode ser interpretado como positivo no âmbito das relações de gênero, que já são assimétricas dentro dos lares. (PASSOS; WALTENBERG, 2016, p. 534).

Do mesmo modo, como no fragmento anterior, Kamila Gorgozinho (2015) também destaca o impacto negativo do PBF no cotidiano de trabalho das beneficiárias, por razões semelhantes. Por isso, a autora, em suas recomendações, sugere a necessidade de o poder público fortalecer outras políticas públicas, que contribuam para a individualização das mulheres beneficiárias – a exemplo de estabelecimentos de educação infantil e escolas em tempo integral – e que possam ser associadas ao PBF. Embora reconheça que o foco do PBF é o combate à pobreza e não às desigualdades de gênero, a pesquisadora destaca a responsabilidade do poder público em relação aos impactos indiretos das políticas sociais.

Uma outra tendência consiste nas críticas de natureza filosófica, de concepção política, que colocam em questão o fato de que programas como o PBF não são capazes dar conta de combater a pobreza, isto é, o PBF pode tão somente aliviá-la, sem, contudo, chegar às raízes

que a causam, razão pela qual acaba contribuindo para a manutenção das estruturas do sistema capitalista que produzem a pobreza.

Laurileide Silva (2014) buscou analisar, em sua tese na área do Serviço Social, as atividades do controle social, no âmbito do PBF. Para essa pesquisadora, a noção de pobreza adotada pelo PBF é muito limitada, pois segue o corolário recomendado pelos organismos internacionais, em vez de pautar-se pelas múltiplas determinações da pobreza, no contexto social e histórico do Brasil. Assim, a autora considera que

[...] o PBF se constitui como uma estratégia do grande capital financeiro internacional para consolidar seu controle sobre a classe trabalhadora; isto provoca sérios obstáculos à proposta de gestão democrática das políticas sociais, tornando evidente a contradição do controle social na sociedade capitalista. (SILVA, L., 2014, p. 14).

Guilherme Câmara (2014), comparando as políticas de transferência de renda da Argentina e do Brasil, em sua tese na área de Administração, considerou que ambas não se constituem como transferência de renda, de fato, pois ofertam apenas um valor que permite às famílias uma compensação na esfera do consumo, não sendo suficiente para satisfazer suas necessidades básicas. Para o pesquisador, esses programas seriam como mecanismos complementares para a manutenção da superexploração do trabalho:

Nesse modelo, não é possível reproduzir a própria vida pelo trabalho, de modo que os valores recebidos garantem a sobrevivência das famílias beneficiárias sem alterar a lógica excludente e o seu padrão de acumulação vigentes. (CÂMARA, 2014, p. 201).

Assim, na perspectiva das análises anteriores, o PBF pode contribuir para a manutenção da pobreza, uma vez que “complementa” a baixa remuneração obtida pela população pobre, para que esta sobreviva e continue se constituindo como mão de obra barata para o mercado capitalista.

Como pode ser percebido, esta segunda tendência de críticas ao PBF está voltada ao Estado, avaliando esse Programa como parte de uma concepção política que reproduz as estruturas de poder e os interesses da sociedade capitalista.

Um terceiro tipo de crítica que expressa oposição ao PBF, diferentemente da linha anteriormente explicitada, tem como foco a ocorrência de externalidades negativas, voltando-se, sobretudo, ao comportamento do público beneficiário resultante do próprio delineamento do Programa, tendo desdobramentos que acabam por atingir o conjunto da sociedade brasileira, como poderá ser observado em estudos, a seguir, destacados.

Em sua pesquisa de mestrado, Fabiana Kaiser (2013), sob a ótica da Análise do Comportamento, teve como objetivo estudar as contingências estabelecidas pelo PBF, a partir do conceito de regras. Para essa pesquisadora, ocorre uma supervalorização do recurso financeiro, em detrimento do protagonismo social, considerando que

A tão repetida frase “o importante não é dar o peixe, mas ensinar a pescar” (Provérbio Chinês) torna-se clichê mas, ao mesmo tempo, contraditório em consequência de uma política não planejada e da falta de estrutura dos municípios para atender ao terceiro eixo do PBF: programas complementares que buscam o desenvolvimento de potencialidades das famílias, a fim de que consigam enfrentar as situações de vulnerabilidade social. Na falta desses programas, o incentivo dessas famílias está reduzido ao benefício monetário e os seus membros acabam sendo reconhecidos, frequentemente, como “acomodados” e “preguiçosos”. Em resumo, estão condicionados ao recebimento do benefício e não são incentivados a serem autônomos. (KAISER, 2013, p. 18-9).

Outro exemplo de estudos dessa tendência é a tese de Gabrielle Lima (2013), na área de Economia, que teve como objetivo identificar os fatores que afetam a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil. De acordo com a autora, o PBF não tem contribuído para a redução da pobreza nem da desigualdade de renda:

Este trabalho traz evidências empíricas de que a importância dada às políticas assistencialistas de transferência de renda aos mais pobres não levou aos resultados esperados e defendidos pelo governo, durante o período analisado. Em todas as equações estimadas, tanto no modelo de pobreza como no modelo de desigualdade, os coeficientes estimados para a variável referente ao valor dos benefícios do Programa Bolsa Família não apresentam significância estatística. [...]. As transferências podem resultar na diminuição dos incentivos ao trabalho e na redução da oferta de trabalho, além de manter os beneficiários na dependência em relação ao governo e às transferências. Os beneficiários se acomodariam com a situação de pobreza e não seriam estimulados a reverter esta situação, justamente para continuarem recebendo os benefícios. (LIMA, G.P.P., 2013, p. 60).

Os dois estudos anteriores fazem referência ao efeito preguiça, embora esta temática não fosse o foco de análise das respectivas pesquisas. Há várias controvérsias que envolvem essa temática, como poderá ser verificado, adiante, nesta tese.

As reflexões acerca desta terceira linha de críticas serão retomadas no Capítulo 5, a partir das análises de trabalhos acadêmicos que têm como objetivo examinar os efeitos destacados para o presente estudo. Para tanto, o próximo capítulo irá apresentar os resultados da pesquisa empreendida acerca das percepções de não beneficiários, a qual possibilitou a seleção dos quatro efeitos negativos elencados para análise nesta tese.

3. PERCEPÇÕES DE NÃO BENEFICIÁRIOS SOBRE O PBF

Este capítulo tem como finalidade apresentar dados relativos a percepções de não beneficiários acerca do PBF, demonstrando como esta pesquisa chegou ao levantamento dos quatro efeitos negativos que compõem os objetos de estudo da presente tese.

Para tanto, este capítulo se inicia discorrendo sobre o que são percepções e qual sua importância para o tecido das relações sociais e para a avaliação de políticas públicas.

Na segunda seção, serão apresentadas discussões referentes a dados secundários coligidos de trabalhos que realizaram entrevistas com não beneficiários, destacando fragmentos dos depoimentos registrados pelos respectivos pesquisadores.

O mesmo ocorre com a seção seguinte, sendo que os entrevistados não beneficiários são educadores que trabalham com estudantes beneficiários. Esta seção específica para os docentes se deve à quantidade expressiva de trabalhos que se dedicaram a entrevistar esse segmento de profissionais, bem como pelas particularidades referentes ao debate sobre as condicionalidades de educação.

A quarta seção buscou ampliar o escopo da pesquisa, buscando percepções de não beneficiários expressas na linguagem midiática das charges. Os principais dados levantados corroboram as percepções de não beneficiários, anteriormente indicadas.

Ao final do capítulo, foram retomadas as principais percepções de não beneficiários que se constituíram como objetos de análise da presente pesquisa, que são os efeitos cegonha, cachaça, preguiça e eleição.

3.1 Percepções e relações sociais

Quando se fala em *percepção* de um dado público acerca de determinado tema ou questão, a ideia é buscar identificar quais as informações que as pessoas possuem sobre a temática e como se posicionam diante dela – excluindo-se especialistas, estudiosos e profissionais que lidam com o tema, pois espera-se que estes segmentos tenham conhecimento mais aprofundado acerca do assunto. De modo geral, os estudos sobre as percepções possibilitam compreender que elas estão relacionadas não só ao grau de conhecimento que as pessoas possuem sobre o tema, como também às suas crenças e a grupos de referência com os quais convivem ou a que se encontram expostos (OLSÉN, 1992).

As percepções, geralmente, estão relacionadas ao assim chamado *senso comum*. Para Rubem Alves (1981), o senso comum

[...] é aquilo que não é ciência e isto inclui todas as receitas para o dia a dia, bem como os ideais e esperanças que constituem a capa do livro de receitas. E a ciência? Não é uma forma de conhecimento diferente do senso comum. Não é um novo órgão. Apenas uma especialização de certos órgãos e um controle disciplinado do seu uso. (ALVES, R., 1981, p. 10).

Seguindo a mesma direção, Becker (2008) define o senso comum como sendo “[...] a sabedoria tradicional da tribo, a mistura das ‘coisas que todo mundo sabe’, que as crianças aprendem à medida que crescem, os estereótipos da vida cotidiana” (BECKER, 2008, p. 190).

Contudo, se contradições e distorções podem ser esperadas em relação às percepções do senso comum sobre o PBF, no caso do presente estudo, o que importa “[...] é que na ausência de uma base de informação ‘real’, as decisões individuais e os movimentos coletivos [...] são, na prática, direcionados por essas percepções” (OLSÉN, 1992, p. 189).

Assim, as percepções sobre o PBF, estando ou não próximas à “realidade”, podem orientar a adoção de práticas cotidianas no trato das relações sociais, bem como a tomada de decisões de maior abrangência, até mesmo no campo das políticas públicas. Dessa forma, pode-se dizer que a percepção se configura como um dos fatores importantes para a mudança ou para a manutenção de práticas sociais.

Via de regra, as políticas públicas produzem desdobramentos que ultrapassam os contornos inicialmente previstos em seu delineamento, provocando reações até mesmo em indivíduos ou grupos que não fazem parte do público alvo estabelecido inicialmente. Ainda que sejam de natureza simbólica, essas reações podem imprimir marcas no tecido relacional de uma dada sociedade (MARINS, 2014). Como decorrência disso, os diferentes significados

atribuídos ao PBF pelos indivíduos, beneficiários ou não, poderiam suscitar diferentes práticas sociais que teriam potencial para alterar aspectos das relações sociais, de modo intencional ou não.

Um exemplo dessas reações pode ser observado nos movimentos envolvendo as eleições no Brasil, em que uma política pública como o PBF tem sido utilizada como parâmetro para análises conjunturais, fundamentando posicionamentos políticos perante questões que ultrapassam o âmbito do Programa em si.

No ano de 2014, após a divulgação dos resultados das eleições presidenciais, o PBF foi recorrentemente “acusado” de ser um dos principais responsáveis pela eleição de Dilma Rousseff, sugerindo-se que a população beneficiária do PBF teria votado maciçamente na referida candidata, ou em seu partido, com a intenção precípua de apenas defender interesses próprios, para que o Programa continuasse existindo e, assim, continuarem a receber os benefícios financeiros.

O acirramento desse tipo de percepção pôde ser visto em notícia veiculada pela imprensa eletrônica, quando um deputado estadual de São Paulo, após a derrota eleitoral de seu candidato à presidência da República, em 2014, teria defendido publicamente a alteração dos termos da Constituição Federal, para que beneficiários de programas sociais, como os do PBF, em especial, não tivessem o direito de votar:

Na minha opinião, até choca um pouco, eu acho que quem depende do governo precisa ter temporariamente o seu título de eleitor suspenso. Ele deveria sim votar a partir do momento em que ele saísse da dependência do Estado [...]. O que ficou claro no resultado dessa eleição é que onde tem trabalho, onde existe o trabalhador, aquele que levanta de manhã, que trabalha e gera a riqueza desse país, que é São Paulo, o registro, a fotografia da mudança foi clara. Onde foi que nós perdemos? Onde [há] a dependência do Bolsa Família, onde tem a dependência das pessoas que não querem o trabalho, que não veem o progresso dentro da sua carreira. Nós perdemos ali.³⁵

Observa-se, nesse fragmento, que o PBF teria o poder de provocar um efeito eleitoral de grande monta, estando esse fato atrelado diretamente ao “não querer trabalho”; o contrário ocorria nas Unidades da Federação em que o referido candidato havia vencido, locais em que se tinha o retrato da população ligada ao trabalho, ao esforço individual e coletivo – “aquele que levanta de manhã”, que “gera a riqueza desse país”. Na opinião desse parlamentar, que certamente não é beneficiário, há um efeito preguiça que seria inerente à condição de

³⁵Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/29/deputado-defende-que-beneficiario-do-bolsa-familia-seja-proibido-de-votar.htm>. Acesso em: 26 jun. 2017.

beneficiário – a “dependência” daqueles que “não querem o trabalho” – e isso constituiria, portanto, razão suficiente para a proposição de uma alteração no texto da Constituição Federal.

É interessante observar que, verificando dados sobre o PBF referentes ao Estado de São Paulo, este possuía, em 2014, o segundo maior público beneficiário do país, em números absolutos, com 1.327.024 famílias, ficando atrás apenas do Estado da Bahia, com 1.808.376³⁶. Ainda que a população de São Paulo seja bem maior que a da Bahia (aproximadamente, 41 milhões e 18 milhões, respectivamente)³⁷, não se pode negar que há um grande contingente de famílias beneficiárias naquele Estado. Pode-se, assim, inferir que o referido parlamentar não possuía informações acerca de pontos importantes do Programa, incluindo o número de famílias beneficiárias, razão pela qual associou a vitória de seu candidato ao fato de que, no Estado de São Paulo, é “onde existe o trabalhador” que não “depende do Bolsa Família”.

Buscando compreender essa lógica, infere-se que os beneficiários não estariam aptos a participar de um processo eleitoral, por colocarem seus interesses particulares – a dependência do PBF – acima dos interesses do país, objetivando negligenciar sua força de trabalho. Seria como se os demais segmentos da população brasileira – classe média, proprietários rurais, empresários e afins – escolhessem seus candidatos com base em aspectos outros que não os de seus interesses pessoais ou de classe; isto, seguindo ainda a lógica em tela, habilitaria esses indivíduos à participação no processo eleitoral. O referido parlamentar desconsidera em sua fala que outros segmentos da população possam estar recebendo subvenções, isenções tributárias, incentivos e renúncias fiscais, além de toda sorte de mecanismos existentes – apenas em referência aos meios que são legais – para a transferência de recursos públicos à esfera privada, em valores enormemente superiores aos recursos destinados ao PBF.

Como se pode depreender, se tal proposta fosse efetivada, esta teria como consequência prática a exclusão dos segmentos mais pobres da população brasileira do processo eleitoral.

De todo modo, claro está que há uma carga pejorativa na forma como o conjunto de beneficiários do PBF tem sido considerado. Seria essa manifestação uma forma de percepção isolada? Haveria outros segmentos da população, em diferentes momentos e em outros lugares do país, com percepções semelhantes? A experiência empírica cotidiana dá a entender que poderia, sim, haver mais pessoas, representando diferentes grupos sociais, econômicos e culturais, que talvez sejam detentoras e disseminadoras das mesmas percepções.

³⁶ Matriz de Informações Sociais do MDS – Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php. Acesso em: 27 jul. 2017.

³⁷ Dados de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: 08 dez. 2017.

Assim, as pesquisas empreendidas com vistas a responder às questões anteriormente colocadas, foram organizadas, neste capítulo, em duas partes. A primeira apresenta destaques da pesquisa exploratória realizada na produção acadêmica sobre o PBF, em que foram reproduzidos excertos de depoimentos de não beneficiários que foram colhidos de entrevistas realizadas pelos respectivos pesquisadores, em diferentes contextos, localidades e períodos. Um destaque à parte será dado às percepções de docentes de escolas públicas que possuem estudantes do PBF matriculados, em razão de algumas peculiaridades identificadas, como será descrito adiante.

Na segunda parte, as fontes da pesquisa foram ampliadas, com a finalidade de verificar se haveria a ocorrência de percepções negativas em outras formas de manifestação de não beneficiários. Para tanto, foi escolhida a linguagem imagética e midiática das charges, o que possibilitou visualizar o fato de que a percepção dos efeitos negativos do PBF sobre seu público é algo bastante disseminado na sociedade brasileira. Assim, destacamos sete charges apresentadas como resultado da busca empreendida por meio do sítio de buscas Google.com, cujos conteúdos, proferidos por não beneficiários, remetem diretamente às percepções dos efeitos negativos do PBF.

3.2 Percepções de não beneficiários em trabalhos acadêmicos

Um dos trabalhos que trouxeram importantes contribuições para a reflexão sobre a temática em questão é a pesquisa *Percepção sobre os programas federais* (CASTRO et al, 2009)³⁸, realizada em 2008. Esta pesquisa, de natureza quantiquantitativa, relacionou a expressão de críticas comuns acerca do PBF, considerando público amostral de 6.001 respondentes, compostos por não beneficiários residentes em 214 municípios brasileiros de 25 estados, que foram selecionados de maneira a serem representativos de todos os portes e das cinco macrorregiões do país.

Dentre os principais resultados apresentados pela referida pesquisa, foi possível localizar as três críticas mais apontadas pelos respondentes, sintetizadas na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1. Críticas sobre o PBF mais citadas por não beneficiários
(Brasil - 2008)

Concordância com algumas críticas comuns sobre o PBF	Sim/ Tende a concordar (em %)
1) Inclui pessoas que não precisam	82
2) Faz as pessoas se acomodarem e não quererem mais trabalhar	67
3) Faz as pessoas quererem ter mais filhos	56

Fonte: Castro et al., 2009, p. 346.

A primeira crítica seria relativa à má focalização do Programa, isto é, o PBF não estaria sendo capaz de atender apenas e tão somente famílias que se encontrem abaixo da linha de pobreza. Esta crítica estaria mais direcionada à má fé das pessoas ou à falta de capacidade de

³⁸“A pesquisa “Percepção sobre os Programas Federais” foi realizada sob demanda da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e executada pelo DATAUnB – Pesquisas Sociais Aplicadas. Incluiu metodologias qualitativas e quantitativas para captar a percepção na sociedade sobre programas federais nas áreas social, de educação, saúde, infraestrutura, comunicação, segurança e economia. A etapa quantitativa envolveu coleta de dados em uma amostra da população brasileira, urbana e rural, com inferência de nível regional. A amostra totalizou 6.001 entrevistas domiciliares em 214 municípios de 25 Unidades da Federação brasileiras. O esquema amostral foi por conglomerados em dois estágios, em cada uma das cinco regiões, cujas amostras foram de 1.200 unidades. Um dos principais objetivos foi avaliar o quanto os programas eram conhecidos pelo nome ou por suas funções e em que medida a população considerava que os respectivos objetivos estavam sendo atingidos. O programa federal analisado com maior detalhe foi o Bolsa Família”. (CASTRO et al., 2009, p. 355)

fiscalização governamental, do que propriamente a um efeito negativo produzido pelo Programa. Por esse motivo, essa questão não será aprofundada no presente estudo³⁹.

A segunda crítica mais citada é a expressão do efeito preguiça; a terceira, do efeito cegonha. É interessante observar que, embora 72% dos respondentes tenham avaliado que o PBF traz mais coisas boas do que ruins para o país (CASTRO et al, 2009), mais da metade da população pesquisada considera que os beneficiários podem ficar acomodados e não querer trabalhar ou, também, podem querer ter mais filhos para aumentar o valor do benefício.

Do total do público respondente da referida pesquisa, 45% afirmaram concordar com as três críticas listadas e apenas 10% afirmaram discordar de todas. Isto significa que os outros 45% concordam com ao menos uma ou duas das críticas listadas.

Assim sendo, pode-se deduzir que o PBF possui legitimidade política na sociedade brasileira, conforme demonstra o percentual de aprovação apontado; contudo, é evidente a percepção negativa acerca dos beneficiários, em razão dos supostos efeitos prejudiciais provocados por essa política.

Em estudos que realizaram entrevistas com não beneficiários, foi possível observar a recorrência de percepções críticas em relação ao público do PBF, baseadas nos efeitos negativos supostamente produzidos pelo Programa, que coadunam com a mencionada pesquisa de Castro et. al. Algumas das principais percepções de não beneficiários, que foram coletadas em diferentes momentos e localidades do país, passarão a ser discutidas, a seguir.

Em sua pesquisa para o doutorado em Sociologia, Mani Marins (2013) registrou percepções de diferentes públicos acerca do PBF, incluindo beneficiários e não beneficiários, em 2011, no município de Itaboraí – RJ, com a finalidade de examinar os possíveis desdobramentos que uma política de transferência de renda pode produzir entre a população pobre.

Segundo Cristina (codinome⁴⁰ dado a uma não beneficiária entrevistada), as mães beneficiárias não utilizam o recurso do PBF com seus filhos: “Eu vejo que gastam para elas. Outro dia, eu vi uma bebendo e o filho largado. Ao invés de correr atrás, arrumar emprego...” (MARINS, 2013, p. 143).

³⁹ O tema da focalização foi brevemente abordado no Capítulo 2. Apenas a título de ilustração, acerca dos problemas de focalização, para Castro et al (2009), “[...] os erros do processo de seleção são intrínsecos a um programa como esse, pois não pode haver critérios tão rígidos que o inviabilizem e que, mesmo assim, não impediriam as falhas de cobertura de famílias elegíveis, nem critérios tão transigentes que levam à inclusão indevida de pessoas” (p. 348).

⁴⁰ De modo geral, os trabalhos pesquisados utilizam codinomes para seus respondentes – excetuando-se entrevistados que são referências para o meio acadêmico ou profissional, por exemplo –, com a evidente finalidade de proteger suas respectivas identidades. Por esse motivo, os codinomes apresentados serão mantidos no presente texto de acordo com as respectivas pesquisas de origem.

Pode-se observar, no fragmento anterior, que a percepção colocada sobre os não beneficiários se refere a dois efeitos concomitantemente: cachaça e preguiça.

No estudo de Carolina Silva (2014), para sua tese na área de Desenvolvimento Rural, a pesquisadora também entrevistou diferentes públicos em municípios gaúchos do Alto da Serra do Botucaraí, no ano de 2014. Dentre os entrevistados, havia profissionais da Assistência Social do município, ou seja, aqueles que mais diretamente lidam com os beneficiários do PBF. Dentre estes, dois profissionais do CRAS⁴¹ de Barros Cassal – RS, quando perguntados acerca das perspectivas de futuro oferecidas pelo PBF a seus beneficiários, responderam que:

Nossa! Eles ficaram bem limitados assim no sentido... se vem aqui às vezes e "ah, não vou me empregar por que preciso do bolsa família", coisas desse tipo assim que deixa... é um recurso que vem praticamente gratuito... (entrevista 16). (SILVA, Carolina, 2014, p. 173).

O nosso município é muito difícil. O pessoal não procura muita mudança, né? Procuram ficar estabilizados até com medo de perder o Bolsa Família, né? do que desenvolver... (entrevista 17). (idem, ibidem, p. 174).

A mesma percepção pôde ser observada nos dois fragmentos anteriores, em que o medo de perder o benefício é o que move o beneficiário, especialmente quando o assunto é a busca de emprego.

Entrevistando profissionais que atuam na Assistência Social, em Belford Roxo – RJ, em 2014, a pesquisadora Rebeca Silva (2015), em sua dissertação na área de Saúde Pública, constatou que alguns desses profissionais também comungam da mesma visão acerca dos efeitos:

Para um dos diretores dos CRAS, no município de Belford Roxo, a transferência de renda faz com que as pessoas tenham menos interesse pelo trabalho, a despeito de ter trazido durante a entrevista que há variedade entre as centenas de casos em que lida na rotina do serviço, que corroboram ou não com sua afirmação. Porém, essa análise pode estar mais imbuída de preconceito do que propriamente de uma constatação, já que a opinião não foi compartilhada pelos demais entrevistados diretores e coordenadores dos CRAS. (SILVA, R., 2015, p. 138).

De acordo com o que a autora destacou no excerto anterior, o diretor do CRAS expressou uma espécie de ponto de vista cristalizado, no sentido de não considerar que o

⁴¹“O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade” (Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em: 31 jul. 2017). Em geral, o CRAS é o responsável pelas ações diretas com o beneficiário, incluindo a inscrição no Cadastro Único e as principais atividades relativas à gestão do PBF.

cotidiano de atendimento apresenta diversidade de casos e contextos em que beneficiários se encontravam envolvidos, conforme o próprio profissional teria relatado anteriormente. Observa-se, assim, uma generalização na percepção daquele diretor, razão pela qual a pesquisadora teria considerado que a percepção dele estava imbuída de preconceito – assunto que será abordado no capítulo seguinte.

Em entrevistas realizadas com não beneficiárias que se dedicam a atividades extrativistas, em municípios costeiros do Estado de Sergipe, de 2011 a 2014, Mota et al (2014) perguntaram às entrevistadas acerca das respectivas percepções sobre o PBF.

Em três entrevistas, catadoras de mangaba que não são beneficiárias do PBF, incentivadas a explicitar os efeitos do programa, afirmaram que “deixa é o povo preguiçoso, porque tem gente que deixa de trabalhar pra receber essa Bolsa”. “O povo está fazendo mais filho por causa dessa Bolsa Família”. Apesar das afirmações, elas não conseguiram apontar nenhuma família que exemplificasse essa situação. (MOTA et al., 2014, p. S202).

O excerto anterior traz uma observação dos próprios autores, em que se coloca a intenção de averiguar se, de fato, tais famílias beneficiárias existiam e quem seriam; contudo, não obtiveram as indicações desejadas. Isto chama a atenção para a forma generalizada como as afirmações referentes aos efeitos negativos vêm sendo feitas, isto é, ainda que não se identifiquem quais ou quantas pessoas se encontram nessa condição, a percepção se mantém como certeza para aquelas depoentes.

Poderia se imaginar que ter a percepção desses efeitos negativos e conhecer beneficiários que os exemplificassem deveriam ser, necessariamente, duas ações que ocorressem de modo subsequente ou quase concomitante. Os trabalhos acadêmicos demonstram que a primeira ação pode ocorrer independentemente da segunda, ou seja, não é necessário que o respondente conheça beneficiários, para que tenha essas percepções.

Embora não seja a regra, isso pôde ser observado em algumas entrevistas com educadores de escolas que possuíam matriculados beneficiários, conforme segue exposto, na próxima seção.

3.3 Percepções de educadores

Um conjunto de entrevistados que possui destaque dentre os trabalhos acadêmicos pesquisados é a de educadores que trabalham com estudantes beneficiários.

No levantamento realizado para o presente estudo, foi possível localizar 18 teses e dissertações que realizaram entrevistas com educadores – professores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e diretores de escola –, durante o período de 2013 a 2016. Fazendo uma breve contagem, apenas a título de ilustração, ao menos 50 educadores de 12 Unidades da Federação tiveram suas percepções registradas nesses trabalhos, o que demonstra a importância desse segmento profissional como foco de estudo para o conhecimento acadêmico.

Para o PBF, a educação ocupa papel fulcral, ao lado da saúde, para o processo de rompimento do ciclo intergeracional de pobreza, razão pela qual os educadores do PBF podem ser considerados como agentes essenciais desse processo, que não deveria estar restrito ao mero registro da frequência mensal escolar.

A leitura do fragmento, a seguir, foi bastante motivadora para o delineamento do presente estudo. Trata-se de excerto de um trabalho de campo, que foi realizado por Maria Cristina Schefer (2014), entre os anos de 2011 e 2012, em uma escola pública situada na periferia da Região Metropolitana de Porto Alegre – RS, em que cerca de 75% de seus matriculados são beneficiários do PBF.

A ideia de recolher informações sobre o olhar docente expresso nas falas do dia a dia da escola partiu de um comentário ouvido na secretaria, quando uma professora comunicou para a equipe a nova gravidez da mãe de um aluno da Educação Infantil. Conforme anotado em Diário de Campo, depois de relatar a novidade, a professora insinuou que a grávida decidiu aumentar o valor do benefício do PBF. Rapidamente, outras professoras se manifestaram em favor do veredito, bem como a diretora, a vice-diretora e a merendeira. Essa última ainda levantou dúvidas sobre quem seria o pai. E uma sequência de comentários se ouviu: – “Assim é fácil pôr filho no mundo, ganham tudo de lambuja e trabalho que é bom, nada” (Professora A). – “Sim, depois, largam as crias aqui no portão para a gente endireitar” – completou a Professora B. “E o baile continua” – retrucou a Professora C. “E o Lula se reelegeu por causa disso e ainda elegeu a Dilma” – completou o dito a Professora D. Naquela ocasião, nenhuma professora manifestou simpatia pelo programa, nem houve qualquer ponderação em relação aos benefícios educativos que a condicionalidade da presença escolar propicia. (SCHEFER, 2014, p. 154).

Neste fragmento, foi possível constatar, entre educadoras que não são beneficiárias, mas que lidam com esse público diariamente, uma manifestação dos principais efeitos negativos já

elencados nesta tese, acrescidos, ainda, por outros apontamentos: a fecundidade intencional das beneficiárias; o comportamento sexual irresponsável e promíscuo; a negligência com seus filhos; acomodação e não busca por emprego; mau uso do recurso financeiro recebido; impacto nas eleições presidenciais. Tudo isso reunido em um único e breve diálogo entre educadoras.

A situação retratada pelo trabalho de campo de Breynner Oliveira (2014b), em duas escolas públicas, situadas na periferia de Belo Horizonte – MG, em 2013, também trouxe apontamentos próximos ao do fragmento anterior:

Secretária escolar: Eu acho um absurdo pagar para a mãe colocar a criança na escola. O governo está pagando para a mãe mandar o menino para escola. Para mim é o cúmulo. É uma obrigação da mãe colocar o menino na escola, não tirar o dinheiro do nosso bolso para a mãe fazer isso.

Professora escola B: O programa é muito assistencialista, muito paternalista. Às vezes, a gente pensa assim “aquela mãe, em vez de ela ter dois filhos, ela teve cinco, seis filhos para ter o Bolsa Família e não ter que trabalhar”. (OLIVEIRA, B., 2014b, p. 537).

Como se pode observar nos fragmentos anteriores, tanto a secretária da escola quanto a professora consideram que a transferência de renda é injusta – por tirar de quem tem para dar a mães beneficiárias – e por ser paternalista e incentivar o efeito cegonha.

Daniela Flores (2015), em sua dissertação na área da Educação, realizou pesquisa em uma escola estadual do município de Campinas – SP, entre 2013 e 2014, entrevistando 13 professores e professoras, com vistas a compreender o ponto de vista desses profissionais acerca do PBF e de sua importância como forma de enfrentamento da pobreza. De modo ilustrativo acerca das conclusões a que o estudo chegou, o título da dissertação é “*A gente não tem noção*”: *pontos de vista de professores de uma escola pública de Campinas (SP) em relação ao Programa Bolsa Família*.

Como o título da dissertação já aponta, havia desconhecimento dos professores acerca das diretrizes e regras gerais de funcionamento do PBF – com exceção da condicionalidade da frequência escolar –, não existindo na escola nenhum momento reservado para a discussão de questões referentes ao Programa. Ainda que os 13 educadores entrevistados afirmassem desconhecer quais dos seus alunos eram beneficiários na ocasião da pesquisa, quase todos consideraram que ser beneficiário não contribui para o sucesso escolar desse público, como se observa nos fragmentos, a seguir destacados, da dissertação de Flores (2015):

Olha, eu não sei avaliar. Se os que vêm são participantes da Bolsa, eu não sei. Não sei avaliar. Geralmente, quem vem nas aulas são os alunos que mais dão problema. Então, será que esses alunos são participantes do Bolsa Família, por isso não podem faltar? É uma questão de saber, e eu não sei. (Professor 12). (FLORES, 2015, p. 104).

A não ser a grande propaganda que a dona Dilma faz na tevê, o resto eu não sei. Nada. Não tem direito a nada, o Bolsa Família. [...]. Sugiro que tire [o PBF]. A mãe força o aluno a vir pra escola [...]. Que os alunos venham pra escola pra aprender e não pra ganhar dinheiro. Até porque já teve muita falcatura por trás desse Bolsa Família. (Professora 10). (Idem, ibidem, p. 112-113).

Então, a frequência é o que parece que conta, né? Ele está ali presente, mas às vezes nem abre o caderno. Então, às vezes, você ouve os comentários: “ah, é por causa do Bolsa Família”, entendeu? (Professora 7). (Idem, ibidem, p. 103).

Quer arrumar uma briga feia, fala para uma mãe de aluno que você vai levar para o Conselho Tutelar, e que ela vai perder a Bolsa. (Professora 6). (Idem, ibidem, p. 94).

Observa-se, nos fragmentos anteriores, que os educadores entrevistados, mesmo sem saber quais de seus alunos eram, de fato, beneficiários, expressaram percepções negativas acerca desse público, considerando que estes são os que, provavelmente, “mais dão problema”; que são desinteressados, por serem “forçados” por suas mães a frequentarem a escola e que “nem abrem o caderno”; e que mães “brigam feio” pelo simples interesse de manter o recurso monetário do PBF.

Situação semelhante foi detectada por Janaína Silva (2014), em pesquisa para sua dissertação na área de Educação, realizada em uma escola pública na capital paulista, que era a que possuía, à época de seu trabalho de campo, no ano de 2013, o maior número de alunos beneficiários de sua região.

Outro ponto interessante é o trazido pela professora Iris ao afirmar que sabe muito pouco do programa, apenas que alguns alunos recebem, mas não sabe quais. O não saber quem são os alunos, pode não permitir aos professores constatar as mudanças no desenvolvimento dos alunos esperadas pelos objetivos do programa a partir do acesso e permanência na escola. (SILVA, Janaína, 2014, p. 78).

Perspectivas distintas puderam ser observadas na dissertação, também da área de Educação, de Geni Candado (2016). Em sua pesquisa, realizada em uma unidade escolar na Reserva Indígena de Dourados – MS, em 2014, a autora entrevistou seis professoras e a coordenadora pedagógica. Esse estudo trouxe percepções mais favoráveis acerca do PBF e de seus beneficiários indígenas, considerando que esta política vem contribuindo para melhorar a condição de vida das famílias e para a permanência dos alunos na escola, embora a pesquisadora tenha observado que tanto mães beneficiárias quanto professoras tenham manifestado pouco conhecimento sobre as regras gerais de funcionamento do PBF. Diferentemente dos outros

trabalhos até aqui apresentados, as educadoras da escola indígena não fizeram referência aos principais efeitos negativos do PBF, ao menos nos excertos transcritos e selecionados pela pesquisadora para o texto final de sua dissertação.

Contudo, assim como grande parte dos professores, cujas percepções foram registradas nos trabalhos acadêmicos levantados, consideram que não há crescimento em termos de aprendizagem:

Varia bastante de aluno para aluno, por mais que eles têm o benefício, então é por isso quando eu falo assim só ajuda na permanência do aluno, de fato a bolsa família só faz que o aluno venha, na minha opinião, mas pra ter um aprendizagem boa, isso fica a desejar [...]. não estimula ele a querer fazer tarefa, não estimula ele a querer ler, a querer fazer, pelo contrário, ele fica feliz porque ele vem com um tênis novo, mochila nova, “risos”, aí ele só quer vir porque está com coisa nova. (Depoimento da Coordenadora Pedagógica, em: CANDADO, 2016, p. 112).

Agora, o aluno deveria ter mais participação, mais interesse vamos dizer assim, para ter um bom rendimento né, ele precisa participar se ele vem só por vir por causa da presença, por causa do Bolsa Família, ele não vai participar, ele não tem interesse, então eu acho que deveria ter mais essa cobrança do aluno para participar, tirar boas notas, ter um bom rendimento, não só a frequência, mas também as boas notas faz parte da aprendizado dele, né? (Professora PK2, CANDADO, 2016, p. 112).

Assim como apresentado por outros estudos (GHELLER, 2015; GONÇALVES, Aline, 2015; MARINS, 2013; OLIVEIRA, R., 2015; SCHEFFER, 2014), os fragmentos destacados apontam a percepção de educadores que acreditam ser necessário acrescentar novas regras às condicionalidades de educação: a exigência tanto de rendimento escolar quanto da participação dos familiares no acompanhamento escolar de suas crianças. Nessa perspectiva, estudantes que não apresentarem desempenho satisfatório, bem como aqueles cujos pais não compareçam a atividades na escola ou não acompanhem a rotina escolar de seus filhos, deveriam ser caracterizados como beneficiários que descumprem as condicionalidades.

Embora não seja o foco da presente tese, cabe destacar que atrelar o rendimento escolar à manutenção do benefício poderia ter como consequência a exclusão – não só do PBF, mas, possivelmente, também da escola – de parte significativa do segmento da população composta por aqueles que mais necessitariam de uma conjunção de políticas públicas para promover sua permanência na escola, bem como para o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza. Conforme observado pelo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, estudantes que se originam de contextos socioeconômicos desfavorecidos apresentam duas vezes maior propensão a ter baixo desempenho escolar, além de maior

tendência à evasão – um em cada cinco jovens abandona a escola antes de concluir o Ensino Médio (OECD, 2012).

Em estudos realizados por Cireno, Silva e Proença (2013), bem como por Craveiro e Ximenes (2013), observou-se que o maior tempo de participação no PBF tem contribuído para que estudantes beneficiários venham a obter melhores resultados, tanto nos índices de permanência quanto no desempenho escolar, ainda que, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, tivessem obtido resultados piores do que a média nacional dos matriculados na rede pública.

Assim sendo, estabelecer esses critérios de corte no PBF, com base no desempenho escolar de seus beneficiários ou do acompanhamento dos responsáveis, pode significar a exclusão prematura de estudantes que ainda poderiam apresentar melhorias com o decorrer dos anos de participação no Programa.

Contudo, importante se faz assinalar que esta tese não tem a intenção de desconsiderar os desafios colocados à educação contemporânea e a seus educadores. Temos clareza de que esses desafios são muitos, sendo que, a cada dia, novos problemas vão surgindo no cotidiano escolar, ainda que os anteriores não tenham sido solucionados. São contextos de alta complexidade, para os quais não há respostas simples e que não podem encontrar soluções em uma única política pública de transferência de renda; tão pouco se pode responsabilizar os profissionais que se encontram na linha de frente desse cotidiano desafiador.

Concluindo suas análises referentes às falas de educadores sobre o PBF, cujos fragmentos foram reproduzidos anteriormente, Maria C. Schefer (2014) observou que

Obviamente, não serão professoras excluídas as que poderão reverter uma ordem capital estrategicamente demarcada. Dentro de uma situação, a visibilidade é outra, e como foi refletido, todas(os), no não lugar para o ensino, estão em estado de abandono, sofrem preconceitos em níveis diferentes, mas contínuos. (SCHEFER, 2014, p. 156).

A análise dessa pesquisadora se faz muito relevante, na medida em que nos alerta para o fato de que todos nós nos encontramos envoltos por situações e contextos adversos, sendo que nem sempre temos consciência, condições ou mesmo vontade de reagir a eles. São muitas as agruras que desafiam a sobrevivência e a dignidade das diversas categorias profissionais mencionadas neste capítulo – profissionais da assistência social, da saúde e da educação –, especialmente, quando se trata daqueles que atuam em áreas de maior vulnerabilidade social, cujas condições de trabalho são marcadas pela precariedade e baixa remuneração.

Portanto, não se trata aqui de formular juízos de valor em relação aos referidos profissionais e, sim, de refletir acerca das percepções sobre o PBF que podem ou não corresponder à realidade social do público beneficiário, mas que acabam, de algum modo, orientando práticas sociais e relacionais que possuem desdobramentos.

Em razão da recorrente falta de informações acerca das regras de funcionamento do PBF e, principalmente, de suas diretrizes, importante seria que o poder público, em suas três esferas de governo, atuasse consistentemente na capacitação dos profissionais ligados ao PBF, além de, evidentemente, disponibilizar condições adequadas de trabalho e remuneração condigna.

Pelo exposto nesta seção e na anterior, pôde-se identificar, nos depoimentos de não beneficiários entrevistados por pesquisadores acadêmicos, a percepção de ao menos quatro efeitos negativos do PBF: o efeito preguiça, o efeito cachaça, o efeito cegonha e o efeito eleição.

Com a finalidade de verificar se as percepções acerca dos efeitos negativos do PBF se encontram disseminadas em outros segmentos da sociedade brasileira, buscou-se pesquisar, ainda, as formas pelas quais indivíduos não beneficiários têm expressado publicamente suas percepções, por meio de uma linguagem midiática, que é a charge, conforme será apresentado no próximo segmento.

3.4 A charge como fonte de pesquisa para identificar percepções de não beneficiários

A manifestação de percepções acerca do PBF e de seu público beneficiário pode ser observada em diferentes canais e formas de expressão. Luciene Prósperi (2015), em sua dissertação de mestrado na área de Gestão Pública e Sociedade, realizou uma pesquisa no Youtube, uma plataforma virtual de compartilhamento de vídeos, em 2015, utilizando apenas as palavras “bolsa família” como chaves da busca nesse sítio da Internet. Como resultado de sua procura foi possível verificar que, dentre os vídeos mais visualizados – os dois primeiros destes registrando quase três milhões de visualizações –, havia referências recorrentes ao efeito preguiça, de maneira fortemente pejorativa (PRÓSPERI, 2015, p. 10). Os vídeos encontrados pela pesquisadora incluíam fragmentos de entrevistas com personalidades famosas, trechos de depoimentos de anônimos, bem como produções amadoras.

Em relação a esses resultados, a pesquisadora observa que esse fato

[...] é uma evidência de como a suspeita do suposto “efeito preguiça” é recorrente. E ela ainda vem acompanhada da crítica de que o beneficiário gastará o dinheiro de maneira irresponsável e de que isso pode servir como “compra de votos” [...]. (PRÓSPERI, 2015, p. 11).

Assim, a dissertação de Prósperi, pesquisando em um canal de audiovisuais bastante popular na Internet, identificou as mesmas percepções listadas na seção anterior deste capítulo.

A importância da mídia como veiculadora de informações e formadora de percepções é fato inconteste. Conforme alertam Bauer e Gaskell (2002),

[...] o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes, dependem de elementos visuais. Consequentemente, "o visual" e "a mídia" desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica. Eles se tornaram "fatos sociais", no sentido de Durkheim. Eles não podem ser ignorados. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 138).

Os “fatos sociais”, de acordo com o conceituado por Émile Durkheim (apud FALCÃO, 2012), são constituídos por

[...] toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. (DURKHEIM apud FALCÃO, 2012, p. 11).

Entende-se, desse modo, que os fatos sociais exercem uma ação coercitiva sobre os indivíduos, independentemente de suas escolhas ou vontades pessoais, razão pela qual Bauer e

Gaskell enfatizam a importância do papel da mídia visual na sociedade contemporânea, dado o seu poder de persuasão.

Dessa maneira, partindo da experiência pessoal empírica e cotidiana, pela observação de que muitas charges abordam a temática de pesquisa desta tese, foi possível encontrar nessa forma de expressão artística e jornalística – que possui grande abrangência de público, por ser esta uma linguagem de fácil acesso, cujas publicações podem ocorrer tanto na mídia impressa quanto na eletrônica – um meio para coletar percepções de não beneficiários.

De acordo com estudo realizado por Telma Silva (2012), a charge é uma espécie de crônica humorística, com a finalidade de tecer críticas, cujo efeito hilário é obtido por meio do exagero. A charge articula a linguagem verbal e não verbal para constituir efeitos de sentidos que caracterizam o discurso humorístico. Entre as principais características desse gênero estão a caricatura, a sátira e a ironia.

A charge faz “um recorte transversal no tempo”, para expor “um ponto que, de alguma forma, é digno de crítica ou registro em um determinado momento histórico” (LIEBEL, 2013, p. 183).

Portanto, de modo geral, a charge é elaborada a partir de outros textos, especialmente de notícias veiculadas pela imprensa, atualizando discursos que circulam na sociedade contemporânea, razão pela qual a interpretação de uma charge, via de regra, supõe algum conhecimento anterior acerca do fato abordado. Assim sendo, uma vez que a charge

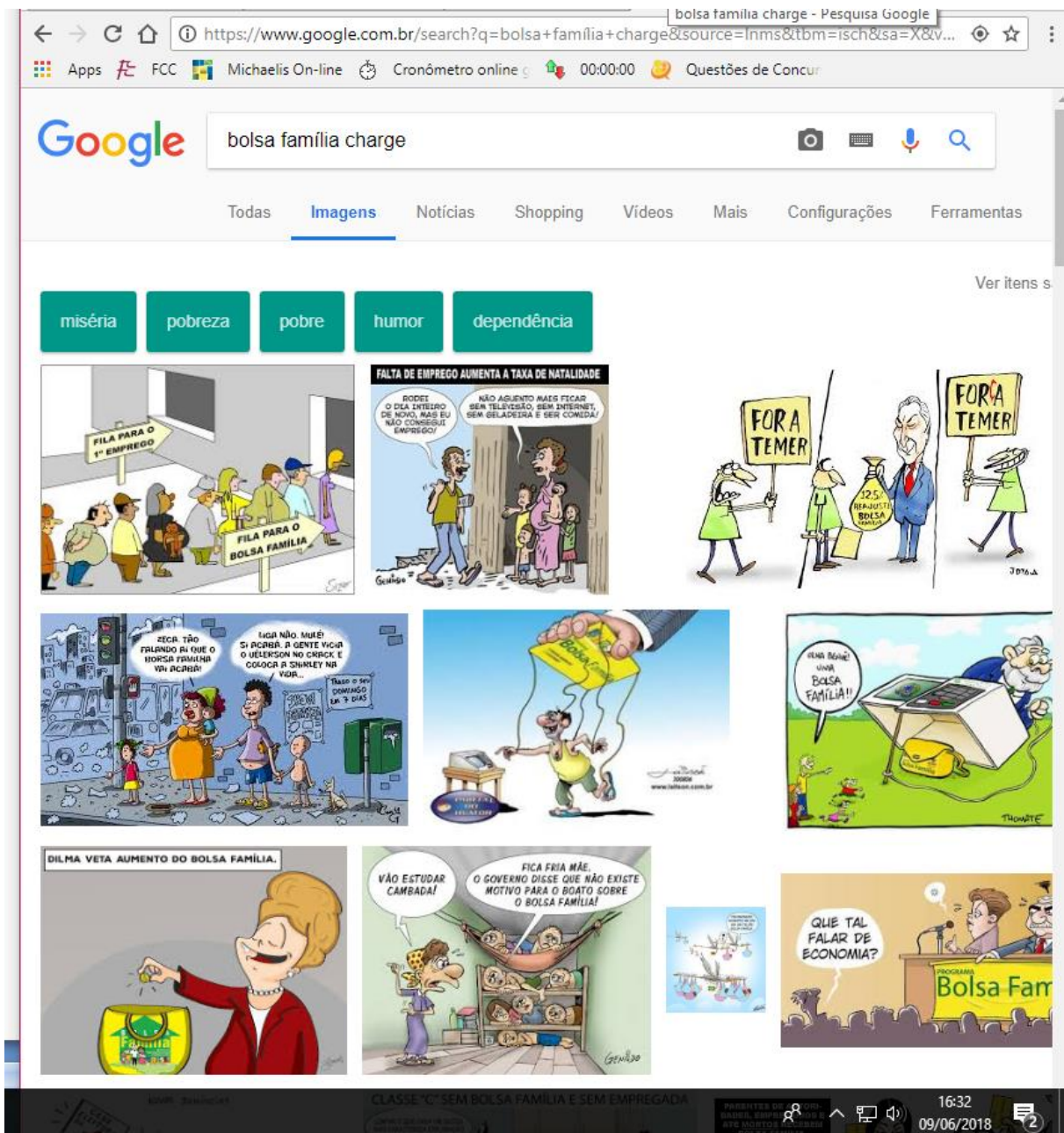
[...] se apropria de discursos que povoam a sociedade e os atualiza através da linguagem do humor, esse é um gênero diretamente ligado ao cotidiano social, pois aborda de forma humorística valores, política, problemas sociais etc. e, com isso, propaga ideologias, tendo, assim, uma grande aceitação popular. (SILVA, T., 2012, p. 307).

Pelo exposto, destaca-se que a charge, mais do que entreter, veicula ideologias que são inerentes à visão de mundo de seu autor ou, quando for o caso, de um cliente ou, ainda, de uma instituição.

Pode-se concluir, portanto, que as charges são expressões de pontos de vista ou de percepções e, no caso das que têm o PBF e seus beneficiários como temática central, podem ser consideradas como manifestações das percepções de seus autores. Como poderá ser constatado, adiante, esses autores são indivíduos que compõem, muito provavelmente, o segmento de público não beneficiário e que registram críticas ao PBF, especialmente a seus beneficiários, tratando-os como um coletivo relativamente homogêneo.

Com a finalidade de executar essa pesquisa, foi utilizado como ponto de partida o sítio de buscas *Google.com*, digitando, entre aspas, como palavras-chave, “bolsa família charge”. Centenas de imagens foram apresentadas, em poucos segundos. Porém, para a finalidade desta pesquisa, foram destacadas somente as dez primeiras imagens apresentadas, conforme demonstra a figura, a seguir.

Figura 1. *Print screen* da busca no sítio *Google.com*



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=bolsa+fam%C3%ADlia+charge&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj3oLuWpsfbAhUEmJAKHRK7CWIQ_AUICigB&biw=968&bih=907#imgrc=. Acesso em: 09 jun. 2018.

Dentre as dez primeiras charges apresentadas como resultado dessa busca, sete fazem alusão direta a algum dos efeitos negativos anteriormente mencionados. São exceções a segunda charge (da esquerda para a direita; de cima para baixo) - que é a única que não faz referência ao PBF; a sétima (da esquerda para a direita; de cima para baixo) – que ironiza o baixo valor do benefício –; e a última – que critica o governo de Dilma Rousseff, por considerar que o PBF vinha sendo mais valorizado do que as medidas econômicas que deveriam ter sido empreendidas, sob o ponto de vista da charge.

Com vistas aos objetivos desta tese, breves comentários serão tecidos acerca das sete charges que fazem alusão direta aos efeitos negativos do PBF em seus beneficiários.

Necessário se faz ressaltar que as charges somente serão comentadas em sua referência explícita ao PBF, pois, para o escopo do presente projeto, importa compreender se essas imagens são portadoras de mensagens que traduzem alguma percepção sobre o Programa e quais conteúdos expressam acerca dessa temática, procurando identificar, ainda, se é possível inferir que se tratam de percepções de não beneficiários. Considerando que as charges, como dito anteriormente, estão conectadas a acontecimentos sociais, elas podem constituir-se como espaços para a manifestação da percepção de seus autores. Será esse o foco dos comentários tecidos acerca das charges destacadas.

Desse modo, não serão feitas análises mais aprofundadas, pois não serão abordados, neste trabalho, aspectos relativos ao estudo da charge como documento histórico ou como objeto da análise de discurso, dentre outras possibilidades teóricas e metodológicas. Não serão feitas análises acerca das técnicas artísticas utilizadas, dos referenciais teóricos de seus autores ou dos sítios em que seus respectivos trabalhos se encontravam hospedados.

3.4.1 Comentários acerca de charges sobre o PBF

Nesta seção, as sete charges selecionadas dentre as dez primeiras indicadas pelo sítio de buscas *Google.com* serão comentadas brevemente, destacando-se as maneiras pelas quais seus autores se reportaram ao PBF e a seu público beneficiário.

Figura 2. Charge sobre a fila para o 1º emprego



Fonte: <http://www.tribunadainternet.com.br/o-bolsa-familia-foi-politizado-denuncia-o-ministro-do-desenvolvimento-social/>. Publicado em: 13 nov. 2016. Acesso em: 09 jun. 2018.

A primeira charge (figura 2) retrata várias pessoas em uma fila para o “Bolsa Família”, conforme indicado pela placa; subentende-se que a fila é extensa e é composta por diferentes tipos humanos, incluindo duas gestantes, sendo que uma está com criança pequena no colo. Não se sabe a finalidade da fila; talvez para se cadastrarem no Programa ou para receberem os benefícios.

Enquanto isso, no guichê ao lado, não há ninguém na fila para o “1º emprego”, corroborando, assim, a ideia de que o PBF promove o efeito preguiça e o efeito cegonha. Pode-se fazer, ainda, uma interpretação subliminar de que os beneficiários não só não pretendem trabalhar como também nunca trabalharam, pois a outra placa indica fila para o “1º emprego”.

Percepção semelhante aparece na próxima charge.

Figura 3. Charge da família pedinte



Fonte: <http://chargesdodenny.blogspot.com/2013/05/fim-do-bolsa-familia.html>.

Publicado em: 22 maio 2013. Acesso em: 09 jun. 2018.

Na charge acima, percebe-se que a família se encontra em condições precárias de vida, com as mãos estendidas e com um chapéu no chão, revelando a condição de pedintes em uma rua movimentada e suja. O pai tece considerações acerca de alternativas pouco dignificantes, ressalte-se, para a sobrevivência da família, no caso de não mais haver o “Bolsa Família”. Ele não avança a possibilidade de busca por um trabalho remunerado nem demonstra quaisquer preocupações com a condição de vida das crianças; muito pelo contrário, na falta do benefício, as crianças serão exploradas impiedosamente por seus pais.

Destaca-se, ainda, o tom pejorativo utilizado pelo autor, em sua descrição de como uma família beneficiária do PBF se expressa – com vícios de linguagem e ignorância no uso da língua portuguesa – e se comporta, estando a mãe aparentemente grávida e com um filho pequeno no colo, e o pai que, além de tudo, ainda traz uma garrafa no bolso traseiro de sua bermuda.

O número de filhos também é foco da próxima charge (figura 4).

Figura 4. Charge sobre o boato do fim do PBF



Fonte: <http://www.genildo.com/2013/05/boatos-sobre-o-bolsa-familia.html>.

Publicado em: 19 maio 2013. Acesso em: 09 jun. 2018.

Esta charge, assim como a anterior, é uma referência à falsa notícia disseminada, em maio de 2013, de que o PBF iria acabar⁴², trazendo, ainda, uma interpretação que demonstra desconhecimento das regras do Programa.

Na imagem, oito crianças ou adolescentes com ar sonolento – ou preguiçoso? –, deitados no beliche, na rede e até no chão, são advertidos pela mãe - de lenço na cabeça, sandálias rasteiras e vestido simples -, para que fossem à escola. Como resposta de um dos filhos, a alegação de que o governo já havia confirmado que a notícia sobre o fim do Bolsa Família era apenas um boato; por essa razão, não haveria mais necessidade de irem à escola. Subentende-se, assim, que a preocupação da mãe para que os filhos fossem à escola seria em decorrência do boato sobre a suposta perda do benefício financeiro advindo do PBF.

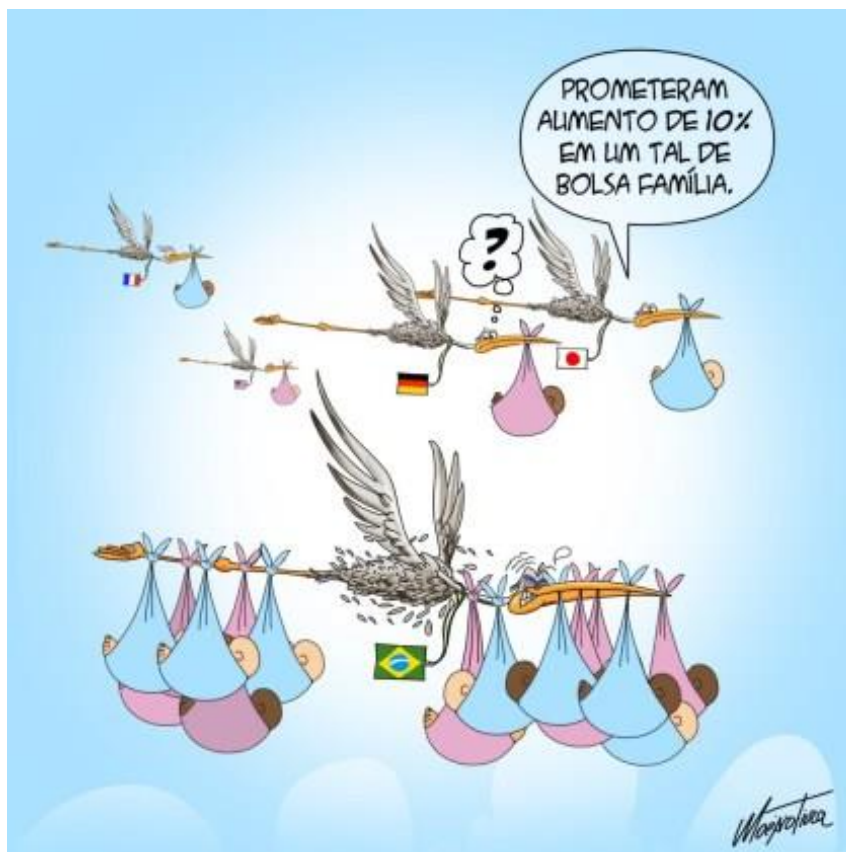
Contudo, deve-se observar que, além da alusão ao efeito preguiça aplicado à educação, o autor dessa charge desconhece as regras do PBF e de suas condicionalidades, em que beneficiários em idade escolar devem apresentar frequência escolar mensal mínima obrigatória para a manutenção do recebimento do benefício. Assim sendo, como o boato já havia sido desmentido, o correto na charge, de acordo com as regras do PBF, deveria ser que os filhos fossem à escola.

⁴² A imprensa noticiou que, em razão do boato sobre o fim do PBF, houve correria dos beneficiários para tentar sacar o benefício, mesmo em dia fora do previsto, provocando vários tumultos, especialmente nos estados do Nordeste, conforme noticiado em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/19/boato-sobre-fim-do-bolsa-familia-causa-confusao-e-tumulto-em-estados-do-nordeste.htm>. Publicado em: 19 maio 2013. Acesso em: 15 jun. 2018.

O tom pejorativo também se fez presente nessa imagem: são oito filhos (apesar de aparentarem, no desenho, pouca diferença de idade entre eles) acomodados e dependentes do PBF.

A próxima charge traz referência explícita e literal ao efeito cegonha.

Figura 5. Charge sobre as cegonhas



Fonte: <https://apocalipsetotal.wordpress.com/2014/05/08/charge-bolsa-familia/>.
Publicado em: 08 maio 2014. Acesso em: 09 jun. 2018.

Cegonhas de diferentes nacionalidades, indicadas por bandeiras atadas ao pescoço, trazem apenas um bebê cada uma, enquanto que a cegonha de bandeira brasileira traz mais de dez crianças, sendo que várias destas são visivelmente negras.

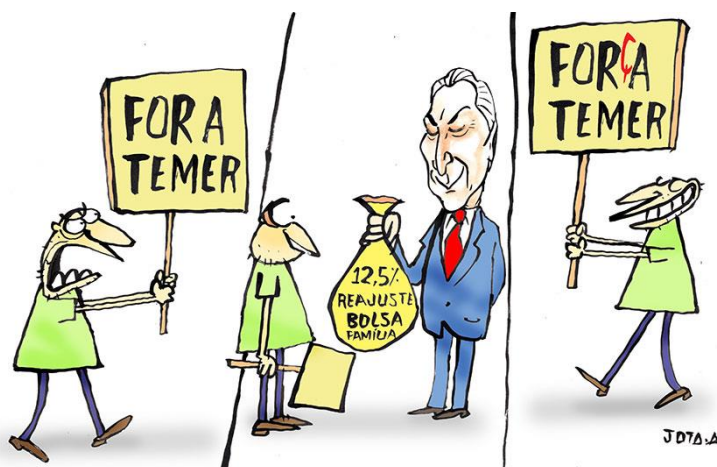
A situação retratada é uma referência ao aumento de 10% anunciado pelo Governo Federal, em maio de 2014, corroborando-se, assim, a ideia de que o PBF contribui para aumentar o número de filhos entre suas beneficiárias.

É interessante observar que o “aumento” informado pela charge, na realidade, não cumpriria sequer a função de reajuste, uma vez que esse percentual não seria suficiente para

cobrir a inflação acumulada no período, que foi de 19,6%, segundo noticiado pela Folha de S. Paulo⁴³.

As próximas três charges referem-se ao efeito eleição, retratando situações em que beneficiários teriam apoiado políticos ou votado em candidatos que fossem favoráveis à manutenção PBF ou que tivessem anunciado reajustes nos valores do benefício.

Figura 6. Charge sobre reajuste do PBF



Fonte: <https://www.portalodia.com/blogs/jotaa/charge-do-jota-a-bolsa-familia-tem-reajuste-de-12.5-no-governo-interino-275178.html>. Publicado em: 03 jul. 2016. Acesso em: 09 jun. 2018.

No caso da charge anterior (figura 6), destaca-se o beneficiário que muda o tom de sua crítica ao então Presidente da República, representado pela caricatura de Michel Temer, apenas por este haver anunciado reajuste de 12,5% nos valores transferidos pelo PBF. Assinale-se o fato de que o então Presidente da República assumia o cargo após o impeachment sofrido por Dilma Rousseff, em abril do mesmo ano da publicação dessa charge. Infere-se, portanto, que o Governo Federal utilizou o PBF com a finalidade de obter apoio popular, considerando, assim, que o beneficiário muda de lado facilmente, escolhendo seu posicionamento político em razão de uma conveniência pessoal; no caso apresentado, um pequeno reajuste no valor do benefício.

As charges que seguem (figuras 7 e 8) apresentam também percepções sobre o público beneficiário e sua relação com as eleições.

⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1448388-reajuste-de-10-no-bolsa-familia-nao-repoe-perdas-com-a-inflacao.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2018.

Figura 7. Charge sobre as eleições - I



Fonte: <http://otambosi.blogspot.com/2018/02/a-encruzilhada-do-bolsa-familia.html>. Publicado em: 11 fev. 2018. Acesso em: 09 jun. 2018.

A charge anterior apresenta o beneficiário de forma claramente pejorativa: desdentado, malvestido, expressão facial um tanto quanto delirante ou como se estivesse hipnotizado, com braços e pernas atados, feito marionete, sendo conduzido pelo cartão do PBF à urna de votação, manipulado pela mão de um homem que se subentende vestido com paletó e camisa social – traje social tipicamente utilizado por políticos.

A mesma ideia se repete, na próxima charge.

Figura 8. Charge sobre as eleições - II



(Fonte: <http://thomate.blogspot.com/2006/07/bolsa-familia.html>)
 Publicado em: 02 jul. 2006. Acesso em: 09 jun. 2018)

A charge acima apresenta o PBF como “isca” para que o eleitor pobre caia em uma “armadilha” – representada pela urna eletrônica – a ser acionada por Lula, candidato à reeleição, no ano da publicação da charge.

Interlocutoras do efeito eleição, as três charges anteriores, veiculadas em anos distintos (2016, 2018 e 2006, respectivamente), utilizaram como argumento o fato de que o PBF teria sido uma criação que teve como finalidade precípua angariar votos entre a população pobre. Esta população é apresentada pelos autores das charges como sendo facilmente manipulável e capturável, desprovida de capacidade crítica, cujo voto só depende da manutenção e do aumento de valores do PBF.

Deve-se observar que, assim como a pesquisa feita por Prósperi (2015), no Youtube, para esta pesquisa foram digitadas apenas as palavras “bolsa família charge”, ou seja, não houve a inserção de termos que fizessem quaisquer referências aos supostos efeitos negativos do PBF, para que essas temáticas tenham sido trazidas à tona pelas imagens apresentadas na busca do Google.

Para Liebel (2013), por ser a charge uma criação pessoal de seu respectivo autor ou do grupo a que pertença ou represente,

[...] as características intrínsecas a essa criação são também baseadas nas percepções do produtor sobre esses elementos. [...]. Fazendo-se uso dessa representação crítica e/ou humorística, o desenhista apresenta seu julgamento

ou seu elogio, sendo este o objetivo último da charge. (LIEBEL, 2013, p. 184-185).

Isto leva à compreensão de que as charges que foram destacadas para esta reflexão traduzem a percepção que seus autores possuem sobre o PBF. Levando-se em conta as maneiras pelas quais expressaram essas percepções, pode-se concluir que os autores das sete charges comentadas fazem parte do público de não beneficiários, expressando suas críticas acerca dos beneficiários do PBF, de modo a explicitar franca oposição à essa política, tanto pelo mau uso que dela fazem os titulares do poder público quanto, principalmente, pelos efeitos negativos que o Programa poderia estar gerando para o conjunto de beneficiários.

Chama a atenção o fato de que as sete charges direcionaram suas críticas mais severas ao público beneficiário, mais do que ao Programa propriamente dito ou a seus criadores e executores – no caso, os titulares do Governo Federal. Em resumo, as charges comentadas apresentam o público beneficiário como sendo formado por indivíduos acomodados, ignorantes, manipuláveis, preguiçosos, interesseiros, oportunistas, acrílicos, individualistas e irresponsáveis, que são maus progenitores e agem de má fé, destacando-se a manifestação da percepção de três dos efeitos negativos abordados na seção anterior: preguiça, cegonha e eleição. O efeito cachaça está apenas subentendido em uma das charges, não se constituindo como assunto de destaque.

3.5 As principais percepções de não beneficiários sobre o PBF

Conforme foi possível identificar nas seções anteriores, as principais percepções que vêm sendo proferidas por não beneficiários, em contextos do nosso cotidiano, também estão presentes nos depoimentos de vários indivíduos residentes em diversas regiões do país, coligidas em diferentes períodos e contextos, pelos respectivos pesquisadores.

Desse modo, partindo da pesquisa inicial feita por Castro et al. (2009) e do levantamento de depoimentos registrados em teses e dissertações sobre o PBF, mais as manifestações identificadas nas charges, a presente pesquisa fez a opção por averiguar quatro possíveis efeitos negativos do PBF:

- preguiça⁴⁴: o público beneficiário fica acomodado e não busca trabalho remunerado ou reduz intencionalmente as horas de oferta de trabalho;
- cegonha: as beneficiárias ficam grávidas intencionalmente para aumentar o valor do benefício a ser recebido;
- eleição: beneficiários apoiam políticos ou votam em candidatos em razão do seu interesse na manutenção do PBF, sem se preocuparem com o bem-estar geral e do país;
- cachaça: beneficiários utilizam mal o recurso do PBF, destinando-o à aquisição de bebida alcoólica ou outras drogas.

Como mencionado anteriormente, o estudo acerca dos efeitos apontados foi realizado, para a finalidade desta tese, por meio da revisão de literatura integrativa. Para tanto, foram levantados trabalhos sobre o PBF, realizados pela comunidade acadêmica no Brasil, até o ano de 2017, considerando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos brasileiros, que tiveram algum dos efeitos listados como objeto de estudo.

A finalidade da revisão de literatura foi a de investigar se os quatro efeitos mencionados podem ser entendidos como fenômenos sociais que, de fato, caracterizam o conjunto de beneficiários do PBF – ou de parte considerável destes – ou se podem ser interpretados como percepções que encerram em si manifestação de prejulgamento por parte de não beneficiários em relação ao público beneficiário.

⁴⁴ Os quatro efeitos negativos buscaram utilizar expressões utilizadas pelo senso comum, com o objetivo de conferir a devida carga pejorativa – à exceção de “eleição”, cuja palavra não traz essa carga, mas o sentido atribuído, sim. Contudo, conforme mencionado anteriormente, embora possam possuir sentido diferente do literal, essas palavras não serão grafadas entre aspas, com vistas a possibilitar maior fluidez e agilidade no texto.

Os principais resultados foram sintetizados e seguem expostos no próximo capítulo, em que também se encontram descritos os referenciais teóricos e os procedimentos adotados nesta pesquisa para a realização da revisão de literatura integrativa.

4. A REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA

O presente capítulo tem como finalidade apresentar os principais resultados encontrados na pesquisa de caráter qualitativo e descritivo realizada com base na produção acadêmica publicada no Brasil, até 2017, que tivesse como objetivo o estudo dos efeitos preguiça, eleição, cachaça e cegonha.

Desse modo, serão descritos, na seção que segue, os principais aspectos da revisão de literatura integrativa – opção metodológica feita para o estudo dos efeitos elencados – bem como o protocolo adotado para sua realização.

Os principais resultados, expostos nas seções subsequentes, demonstram que, para a produção acadêmica brasileira, os efeitos preguiça, cachaça e cegonha não se constituem como fenômenos sociais inerentes à realidade do público beneficiário do PBF, motivo pelo qual o Capítulo 5 irá abordar discussões teóricas acerca do preconceito e do estigma, com a finalidade de aplicar essas reflexões à análise das percepções de não beneficiários sobre o PBF.

Em relação ao efeito eleição, a maior parte dos trabalhos levantados para esta revisão corroboram a existência de associação entre a cobertura do PBF e o resultado das eleições presidenciais. Contudo, no decorrer da leitura dos estudos referentes a esse tema, em particular, foi possível identificar que mesmo trabalhos de natureza acadêmica podem trazer, por vezes, fragmentos que reproduzem percepções do senso comum, como se estas retratassem realidades incontestes.

Em razão disso, foram feitos alguns apontamentos, no sentido de contribuir com reflexões acerca do preconceito em relação ao público beneficiário e sobre sua estigmatização, bem como a respeito de alguns possíveis desdobramentos que poderiam impactar as relações sociais. Seriam os beneficiários eleitores acrílicos, manipuláveis e venais, conforme retratados pelas charges anteriormente analisadas? Ou isso seria fruto do preconceito existente contra a população pobre do país? Para fazer esta reflexão foram inseridas algumas questões formuladas pelo debate realizado pela literatura, na discussão dos resultados do efeito eleição.

Importante assinalar que a revisão de literatura realizada não retrata a totalidade da produção acadêmica sobre o PBF, uma vez que um dos critérios adotados para a exclusão de trabalhos foi o de que o texto deveria estar disponível em sua integralidade na Internet, motivo pelo qual o número de trabalhos pode ser maior do que o apresentado nesta tese. Esforços adicionais foram empreendidos, no sentido de ter acesso a vários textos, como será visto adiante.

4.1 Apresentação da metodologia da revisão de literatura integrativa

Os estudos de revisão de literatura são formas de pesquisa que utilizam, como fonte de dados, publicações existentes sobre determinado tema, possibilitando disponibilizar uma síntese das evidências referentes à questão, por meio da “aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84).

A revisão integrativa é uma metodologia que possibilita buscar, avaliar criticamente e sintetizar informações disponíveis sobre o tema pesquisado, resultando em um produto final que compreende o estado atual do conhecimento acerca da questão investigada (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). É denominada como integrativa pelo fato de que favorece a coleta de informações mais amplas sobre um assunto ou problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento, com vistas a diferentes finalidades, “podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular” (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2018, p. 9).

Um dos diferenciais deste método, em relação a outras formas de revisão de literatura, reside na possibilidade de que múltiplos estudos, ainda que utilizem diferentes metodologias de pesquisa, sejam sintetizados, de modo sistematizado, para a produção de conclusões gerais acerca de uma temática particular de estudo, contribuindo, assim, para o aprofundamento de um determinado fenômeno, baseando-se em estudos anteriores (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

No caso da presente pesquisa, com caráter qualitativo e descritivo, a revisão integrativa de literatura possibilitou sistematizar os resultados de trabalhos que investigaram ao menos um dos quatro efeitos destacados para esta tese. Desse modo, foram sistematizados dados referentes a trabalhos realizados em diferentes momentos e localidades do país, que utilizaram referenciais teórico-metodológicos e fontes diversas, tendo como ponto em comum os respectivos objetos de estudo.

Dentre os trabalhos de natureza qualitativa, muitos utilizaram o estudo de caso como referencial de pesquisa, fato que não possibilitaria, em princípio, comparabilidades ou generalizações (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005). Contudo, como será possível verificar nesta tese, não se pode deixar de observar que as principais conclusões dos estudos de caso convergiram para resultados muito próximos entre si.

Em resumo, os principais passos para a realização da revisão de literatura integrativa estão sintetizados, de acordo com a bibliografia consultada – principalmente Botelho, Cunha e

Macedo (2011); Rebeca Cruz (2018); Grupo Anima Educação (2014); Jesus, Brandão e Silva (2015); Mendes, Silveira e Galvão (2008); Pires et al. (2014) –, da seguinte forma:

- a. Definição do objetivo específico para a pesquisa – formular questionamentos que poderão ser respondidos pela literatura pesquisada;
- b. Realização de busca para coletar o máximo de estudos relevantes, indicando as fontes de pesquisa e as razões de sua escolha;
- c. Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de materiais;
- d. Avaliação crítica dos métodos empregados pelos estudos, com vistas a determinar sua validade;
- e. Coleta e análise sistemática dos dados;
- f. Interpretação e síntese dos dados para a formulação de conclusões.

4.2 Procedimentos para a realização da revisão de literatura integrativa

Neste subitem serão descritos os procedimentos realizados para a realização da revisão de literatura integrativa, considerando os principais passos sintetizados anteriormente, com base nas referências bibliográficas anteriormente mencionadas.

4.2.1 Definição do objetivo específico para a pesquisa – formular questionamentos que poderão ser respondidos pela literatura pesquisada

O objetivo específico para esta revisão de literatura, como já explicitado, pode ser sintetizado do seguinte modo:

- Os quatro efeitos negativos – cegueira, cachaça, preguiça e eleição – podem ser considerados, de fato, como realidades sociais produzidas pelo PBF sobre seu público beneficiário?

Assim, com base neste questionamento específico, buscou-se selecionar publicações acadêmicas que tivessem como objeto de estudo específico algum dos quatro efeitos, em quaisquer áreas do conhecimento acadêmico, com a finalidade precípua de verificar se as percepções de não beneficiários acerca desses efeitos estão baseadas em acontecimentos sociais concretos, cujas realidades teriam sido pesquisadas pela produção acadêmica brasileira levantada.

4.2.2 Realização de busca para coletar o máximo de estudos relevantes, indicando as fontes de pesquisa e as razões de sua escolha.

Para esta atividade, conforme dito anteriormente, a opção de busca foi por teses e dissertações sobre o PBF, bem como artigos publicados em periódicos científicos do país, até o ano de 2017, independentemente da área de conhecimento e metodologias de pesquisa utilizadas.

As teses e dissertações foram as primeiras a serem pesquisadas. No Brasil, o principal sítio que congrega esses trabalhos é o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (catalogodeteses.capes.gov.br). Com um sistema de buscas próprio, esse sítio possibilita a realização de diversos tipos de pesquisa. Para a finalidade desta tese, foram digitadas no campo de busca as palavras-chave, entre aspas, “bolsa família”.

Em relação aos artigos científicos, foram utilizados basicamente dois sítios: o *Scientific Electronic Library Online* - Scielo (www.scielo.org) e o Portal de Periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br). Esses dois sítios são referência na comunidade acadêmica brasileira e, de modo geral, compõem as bases para buscas por artigos publicados em periódicos indexados no Brasil.

Os mesmos procedimentos de triagem das teses e dissertações foram replicados em relação aos artigos publicados.

Foram levantados para esta revisão apenas os artigos, teses e dissertações disponíveis em sua integralidade, na Internet, e que explicitaram, em seus objetivos, o estudo de ao menos um dos quatro efeitos considerados para este estudo.

4.2.3 Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de materiais.

A primeira triagem foi feita a partir da leitura dos títulos, excluindo-se todos os trabalhos em que já fosse possível identificar que não tinham o PBF como foco da pesquisa. Em caso de dúvidas, procedia-se ao passo seguinte da triagem.

O segundo passo foi a leitura dos resumos, especialmente dos objetivos explicitados por seus autores, procurando verificar se a temática de algum dos quatro efeitos se constituía como parte do objeto de estudo. Assim, todos os trabalhos voltados a um dos quatro efeitos, independentemente do período, do local da pesquisa, da metodologia e dos referenciais teóricos utilizados, foram selecionados para esta revisão, desde que publicados ou defendidos até 2017.

Na época em que esta atividade foi iniciada, em janeiro de 2016, os trabalhos ainda não se encontravam disponíveis no sítio da Capes, razão pela qual foi necessário realizar buscas na Internet, com a finalidade de encontrar os textos integrais dos trabalhos. Para isso, recorreu-se ao portal Google.com. Quando não era possível localizar o trabalho por meio do Google, foi empreendida busca no banco virtual de teses e dissertações da respectiva instituição de ensino, quando este estava disponível – havia casos em que a instituição não possuía esse banco em seu sítio; em outros, por questões técnicas, temporárias ou não, a ferramenta de busca não estava funcionando nos momentos de consulta. Portanto, esforços adicionais foram empreendidos, no sentido de localizar o maior número de trabalhos disponíveis na Internet.

Desse modo, como terceiro critério para triagem, apenas trabalhos disponíveis na íntegra na Internet foram considerados para esta revisão de literatura.

A tabela, a seguir, traz a síntese numérica dos trabalhos inicialmente localizados, antes da primeira triagem.

Tabela 2. Trabalhos acadêmicos sobre o PBF localizados na Internet e defendidos ou publicados no Brasil, até 2017

Teses e dissertações localizadas no Catálogo da Capes (Disponível em: catalogodeteses.capes.gov.br Último acesso em: 09 jul. 2018)	Dissertações	723
	Teses	212
	Subtotal	935
Artigos (Disponíveis em: www.scielo.org ; www.periodicos.capes.gov.br Último acesso em: 14 jul. 2018)	SciELO	179
	Capes	165
	Subtotal	344
	TOTAL	1.279

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa (jul. 2018).

Deste primeiro levantamento, foram excluídos todos os trabalhos que:

- Não tinham o PBF como objeto central de estudo;
- Estavam repetidos;
- Não estavam disponíveis na íntegra, na Internet;
- Que foram publicados ou defendidos após 2017.

Após esses procedimentos iniciais para a exclusão de trabalhos, foi possível selecionar os trabalhos que tinham o PBF e ao menos um de seus efeitos como foco de estudo. Todos os resumos foram lidos e somente foram mantidos para esta revisão de literatura os trabalhos que tivessem explicitado o estudo de ao menos um dos quatro efeitos negativos relacionados. Desse modo, foram mantidos para esta revisão o quantitativo sintetizado na tabela, a seguir.

Tabela 3. Teses, dissertações e artigos que analisaram efeitos negativos do PBF, publicados no Brasil, até 2017

Efeito	Teses	Dissertações	Artigos	Total
Cegonha	2	1	2	5
Cachaça	3	3	3	9
Preguiça	3	9	6	18
Eleição	6	10	16	32
Total	14	23	27	64

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

4.2.4 Avaliação crítica dos métodos empregados pelos estudos, com vistas a determinar sua validade.

Acerca deste item, cabem ressalvas, em relação às opções feitas para o presente projeto de pesquisa. Como já mencionado, a revisão integrativa possibilita a combinação de estudos que se basearam em diferentes metodologias – ponto fundamental que levou à opção por este tipo de método. No entanto, realizar uma avaliação crítica dos métodos empregados em cada um dos estudos selecionados representa uma atividade praticamente inexaurível, considerando-se não só a amplitude dos métodos e referenciais utilizados pelos trabalhos, mas, também, pelo grande número de áreas do conhecimento que pesquisaram o PBF.

Por essa razão, a presente pesquisa optou por considerar, para a realização da revisão integrativa de literatura, as produções acadêmicas *stricto sensu* – teses de doutorado e

dissertações de mestrado – e artigos publicados em periódicos científicos indexados e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁴⁵.

As produções *stricto sensu* passam pela avaliação de uma banca de docentes ou especialistas (cujos integrantes possuem, no mínimo, o grau de doutorado) e os artigos publicados nesses periódicos devem ser aprovados, usualmente, em uma avaliação feita por pares, com a finalidade de aprovar ou rejeitar o texto, podendo, ainda, solicitar e sugerir adaptações e alterações.

Em relação aos periódicos, a Capes mantém o sistema *Qualis-Periódicos*⁴⁶, por meio do qual disponibiliza uma relação com os periódicos avaliados e classificados.

Trata-se, portanto, de trabalhos cujo rigor científico e validade de métodos se encontram referendados pelas respectivas comunidades acadêmicas.

Assim sendo, para a finalidade deste estudo, todas as teses, dissertações e artigos que tiverem expressos, em seus objetivos, o estudo da temática de interesse para esta pesquisa, no caso, os efeitos negativos do PBF destacados, serão considerados.

Ainda que a subjetividade seja parte inerente a este trabalho de pesquisa, buscou-se, contudo, manter o máximo de fidedignidade possível aos textos consultados, buscando respeitar os posicionamentos adotados pelos respectivos autores, com vistas a uma sistematização que seja a mais representativa possível da produção acadêmica levantada.

⁴⁵ “A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. [...]. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento *das ações de fomento* (bolsas de estudo, auxílios, apoios)”. (Disponível em: <https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 31 jul. 2017).

⁴⁶ “O *Qualis-Periódicos* é um sistema usado para classificar **a produção científica dos programas de pós-graduação** no que se refere **aos artigos publicados em periódicos científicos**. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção”. (Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>. Acesso em: 30 jul. 2017. Grifos do autor.).

4.2.5 Coleta e análise sistemática dos dados:

Partindo-se dos 64 trabalhos identificados, segundo os critérios adotados para esta revisão de literatura, foram elaborados quadros sintéticos para cada um dos quatro efeitos, conforme dispostos adiante, nas seções subsequentes.

No caso dos artigos, todos os textos foram lidos, praticamente, na íntegra; no caso das teses e dissertações, foi dada maior atenção ao sumário, apresentação, capítulos sobre a metodologia, referenciais teóricos, resultados e conclusão final. A partir dessas leituras, foi possível sintetizar nos quadros, expostos adiante, os principais dados levantados, quais sejam:

- Referência bibliográfica
- Período pesquisado
- Abrangência territorial aproximada da pesquisa
- Principal metodologia utilizada
- Principais conclusões
- Confirma a ocorrência do efeito analisado?

Nas próximas seções, serão apresentados os principais resultados da revisão de literatura integrativa empreendida, acerca dos quatro efeitos negativos do PBF.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS: EXPLORANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE OS EFEITOS NEGATIVOS DO PBF

Conforme relatado anteriormente, o PBF tem recebido muitos estudos. Desde sua implementação até julho de 2018, último acesso aos sítios de busca mencionados no capítulo anterior, foram localizados 935 teses e dissertações e 344 artigos científicos publicados no Brasil, até o ano de 2017, ano de recorte desta pesquisa, tendo como objeto de estudo algum dos aspectos relativos a essa política pública.

Todos esses trabalhos tratam de diferentes temáticas, desde questões referentes à formulação, implementação, operacionalização, efeitos e impactos, abrangendo as três dimensões do PBF e utilizando referenciais teóricos e metodológicos das mais diversas naturezas e orientações.

Os trabalhos mais antigos que tratam do PBF, localizados na primeira etapa do levantamento, foram publicados em 2005. Após os procedimentos indicados para a revisão de literatura, o trabalho mais antigo encontrado foi o artigo de Soares e Terron (2008), tendo como foco de análise o efeito eleição.

Para a finalidade desta tese, o levantamento sobre o PBF foi feito com o olhar focado em encontrar respostas para os problemas de pesquisa formulados para este estudo. Portanto, a discussão teórica proposta para este estudo irá partir de uma síntese referente aos debates e análises já publicados sobre o PBF e voltados aos quatro efeitos selecionados.

É importante assinalar que a presente pesquisa não tem como finalidade avaliar os trabalhos levantados, sob quaisquer aspectos e hipóteses. Embora haja, evidentemente, preferências ideológicas e pontos de vista pessoais que podem coadunar mais ou menos com os referenciais adotados pelos diversos trabalhos, o que se buscou nesta tese foi o estabelecimento de um diálogo entre a produção acadêmica recortada e as percepções do público não beneficiário, para, posteriormente, procurar analisar as causas ou razões que fundamentam ou provocam formulações de juízos de valor referentes ao Programa e a seu público beneficiário.

Ressalte-se, ainda, que esta revisão de literatura não é completa, uma vez que nem todos os textos foram localizados em sua íntegra, à época da finalização dessas buscas (julho de 2018), e a seleção de trabalhos considerou critérios próprios para esta revisão de literatura. Portanto, é grande a probabilidade de haver muitos trabalhos que não foram considerados nesta pesquisa.

Nas próximas seções, serão apresentadas análises referentes aos quatro efeitos negativos levantados para esta pesquisa.

Estas reflexões serão precedidas pelo apontamento da existência ou não de regras do PBF referentes à temática ressaltada. Após a apresentação dos resultados da revisão de literatura, em cada um dos efeitos estudados, outros trabalhos existentes na produção acadêmica brasileira, além dos indicados para a revisão de literatura, também foram citados. São trabalhos que não apresentavam os efeitos como foco de suas pesquisas – razão pela qual não foram considerados para a revisão de literatura –, mas que acabavam abordando algum ponto dessa temática de forma significativa para a finalidade desta tese.

Assim, na discussão dos resultados, outras referências bibliográficas, além das que compuseram a revisão de literatura, foram inseridas, contribuindo para qualificar a discussão dos dados apresentados, de modo a buscar responder à questão-problema central: os quatro efeitos negativos – cegonha, cachaça, preguiça e eleição – podem ser considerados, de fato, como realidades sociais produzidas pelo PBF em seu público beneficiário?

5.1 O efeito cegonha

Apontado recorrentemente por não beneficiários como uma das externalidades negativas do PBF, o efeito cegonha refere-se ao aumento intencional do número de filhos dentre o público beneficiário, com a suposta intenção de incrementar o valor do recurso transferido à família, cujo montante varia de acordo com o número de filhos. Considera-se, portanto, como uma externalidade negativa, um efeito colateral não desejado, que questiona o papel que o PBF estaria cumprindo no atual processo demográfico brasileiro.

Antes de proceder à análise da literatura levantada acerca do tema, buscou-se verificar, na legislação vigente, as regras de funcionamento do Programa acerca desta questão. De acordo com essa legislação⁴⁷ e com as informações que constam do sítio do MDS⁴⁸, os valores que as famílias recebem por mês podem variar de acordo com sua composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes e nutrízes, dentre outros fatores) e também da renda familiar declarada.

Somente as famílias que se encontram na condição de extremamente pobres (renda mensal familiar per capita de até R\$ 89,00), recebem o Benefício Básico, no valor de R\$ 89,00. Além disso, podem vir a receber a soma de diferentes tipos de benefícios, de acordo com sua composição, conforme sintetizado no Quadro 5, adiante. As famílias consideradas pobres (renda de até R\$ 178,00) podem receber somente os Benefícios Variáveis, de acordo com sua composição.

⁴⁷ Decreto Nº 5.209, de 17 set. 2004, alterado pelo Decreto N º 8.794, de 29 jun. 2016.

⁴⁸ Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 16 set. 2018.

Quadro 5. Benefícios Variáveis do PBF⁴⁹

Tipo de benefício	CrITÉrios	Valor mensal por integrante (em R\$)	Valor mensal máximo que uma família pode receber
Benefício Básico	Valor fixo pago apenas a famílias em situação de extrema pobreza	89,00 por família	R\$ 89,00
Benefício Variável Vinculado à Criança ou Adolescente (Benefício da Família - BFA)	Crianças ou adolescentes até 15 anos de idade	41,00	R\$ 205,00 (Até cinco benefícios, independentemente do tipo)
Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG)	Gestante (repassa de nove parcelas mensais)	41,00	
Benefício Variável Vinculado à Nutriz (BVN)	Crianças de até 6 meses (repassa de seis parcelas mensais)	41,00	
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)	Jovens a partir de 16 anos de idade, até o ano em que completem 18 anos, frequentando o Ensino Fundamental ou Médio	48,00	R\$ 96,00 (Até dois benefícios)

Fonte: Elaboração própria, a partir de <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 16 set. 2018.

Observa-se, assim, que há um limite no número de benefícios variáveis que podem ser concedidos a uma família, bem como uma temporalidade definida para sua concessão, seja pela condição de gestante, seja pela idade do integrante.

Como exemplo, uma família com cinco crianças menores de 15 anos e dois jovens com 16 e 17 anos teria direito a um benefício mensal no valor de R\$ 301,00, desde que cumpridas as respectivas condicionalidades de saúde e educação; estando abaixo da linha da extrema pobreza, o valor mensal seria acrescido de R\$ 89,00, totalizando R\$ 390,00. Esse valor não aumentaria, mesmo que houvesse, por exemplo, uma nova gestação ou mais integrantes em idade escolar.

Seriam esses valores, com as limitações aqui assinaladas, suficientes para o estímulo ao aumento intencional do número de filhos? De acordo com as percepções de não beneficiários levantadas para a finalidade desta pesquisa, a resposta é sim, ainda que não se possa afirmar que esses entrevistados tenham conhecimento das regras mencionadas – a probabilidade maior é de que não tenham, a exemplo das charges analisadas no Capítulo 3.

⁴⁹ Valores vigentes até dezembro de 2018.

Com os procedimentos descritos no capítulo anterior para a realização da revisão integrativa, foi possível localizar cinco trabalhos, que seguem elencados no próximo quadro. Esses trabalhos tiveram como foco específico a análise da associação entre o PBF e as taxas de fecundidade das beneficiárias.

Quadro 6. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que analisaram o efeito cegonha

Referência bibliográfica	Período / abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Há associação entre o PBF e o efeito cegonha?
BERBEL, C.S. <i>Interações econômicas entre capital humano e fecundidade</i> . 2011. 93 f. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.	1995 a 2007 / Brasil	Diferença em diferença / PNAD ⁵⁰	“Nosso primeiro experimento foi determinado pelo lançamento do programa Bolsa Família, demonstrando que em programas de transferência condicional de renda com desenho semelhante ao BF a gravidez pode ser percebida como um potencial facilitador da participação no programa, gerando incentivos ao aumento da taxa de gravidez juvenil. O desenvolvimento do programa e sua grande heterogeneidade administrativa, contudo, permitiram a realização de um segundo experimento relevante, já que ocasionaram o surgimento de uma situação praticamente inversa à anterior em diversos estados, na qual a gravidez era percebida como um fator de não participação no programa, criando incentivos à ‘não gravidez’ e à consequente diminuição da TGIJ”. (p. 26-7).	Em termos
CECHIN, L.A.W. et al. O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das beneficiárias. <i>Revista Brasileira de Economia</i> . Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 303-329, jul./set., 2015.	2010 / Brasil	Censo 2010	“Os resultados obtidos indicam a existência de um efeito causal entre o Programa Bolsa Família e a taxa de fecundidade das beneficiárias, embora pouco expressivo. Para o grupo das mulheres que tinham apenas um filho em 2009, o PBF gerou um pequeno incentivo à fecundidade (1,31 pontos percentuais). Entre os ‘extremamente pobres’, o valor do efeito em nível nacional também foi baixo, pois uma beneficiária do PBF tem probabilidade 2,24 pontos percentuais maior de gerar o segundo filho em comparação com o seu <i>match</i> do grupo de controle. Além disso, as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentaram os maiores valores válidos desse impacto”. (p. 305).	Em termos

(continua)

⁵⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): “Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados”. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 16 dez. 2018.

Quadro 6. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que analisaram o efeito cegonha

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Há associação entre o PBF e o efeito cegonha?
ROCHA, R.C.B. <i>Três ensaios em avaliação de intervenções sociais com foco comunitário e familiar</i> . 2009. 125 f. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.	1995 a 2007 / Brasil	Diferença em diferença; Diferença tripla; Propensity Score Matching / PNAD	“Portanto, é importante frisar que não encontramos nenhum efeito robusto do Programa Bolsa Família na fecundidade dos beneficiários. Os coeficientes encontrados, não apenas são não significativos como muito próximos de zero em todas as especificações. Estes resultados, em grande parte, vêm do desenho moderno do Programa, assim como acontece em outros programas da América Latina”. (p. 109).	Não
SIMÕES, P. <i>Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das mulheres beneficiárias</i> . 2011. 74 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.	1991 a 2006 / Nordeste e Brasil	Diferença em diferença / Pesquisa Demográfica e Saúde (Projeto <i>Measure DHS</i>)	“Estendendo essa análise para o Brasil, foram encontrados efeitos positivos quanto à efetividade do PBF na redução das taxas de fecundidade esperadas das beneficiárias quando estas são comparadas com as elegíveis não beneficiárias. Conclui-se, então, que o programa está influenciando as mães a priorizarem a qualidade de seus filhos em detrimento da quantidade de crianças”. (p. 65).	Não
SIMÕES, P.; SOARES, R.B. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. <i>Revista Brasileira de Economia</i> . Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 533-556, out./dez., 2012.	2004 a 2006 / Brasil	Dois-estágios estilo Heckman e GMM / Pesquisa Demográfica e Saúde (Projeto <i>Measure DHS</i>)	“O efeito negativo encontrado neste trabalho sinaliza que os condicionantes para a manutenção do benefício do PBF impõem, de fato, um “custo” de cuidado aos filhos já nascidos que não é compensado por transferências extras para filhos adicionais. O fato de não haver aumento na demanda por filhos sugere que o valor do auxílio concedido não é suficientemente atrativo para o aumento da fecundidade. Logo, fornecer recursos para os demais membros das famílias com mais de 3 filhos não impactaria, <i>ceteris paribus</i> , na composição destas famílias beneficiárias”. (p. 458).	Não

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Os cinco trabalhos elencados foram destacados por terem a temática da taxa de fecundidade das beneficiárias como objeto de pesquisa, sendo compostos por uma dissertação, duas teses e dois artigos.

Esses estudos utilizaram métodos de natureza quantitativa, com vistas a investigar a existência ou não de algum tipo de associação ou relação de causalidade entre o PBF e a taxa de fecundidade das beneficiárias. Dentre estes, o artigo de Cechin e colaboradores (2015) e a tese de Berbel (2011) apontaram algum tipo de efeito positivo do PBF acerca do aumento do número de nascimentos no contexto do público beneficiário.

O primeiro trabalho concluiu que há uma probabilidade um pouco maior, de 2,24 pontos percentuais em relação ao grupo controle (não beneficiárias da mesma faixa socioeconômica), quando se trata do segundo filho, no segmento de famílias extremamente pobres; o segundo, que poderia haver incentivo à gravidez juvenil, possivelmente, como forma de aumentar a probabilidade de se tornar elegível ao PBF. Assim, pode-se considerar que não são resultados que atribuem relação de causalidade entre ser beneficiário e aumento do número de filhos de forma absoluta para todo o público beneficiário.

Os demais trabalhos indicam a inexistência desse efeito, chegando a apontar a ocorrência de redução no número de filhos. Analisando essa situação, Patrícia Simões, em sua dissertação (2011) e em artigo como coautora, com Soares (2012), avalia que, por um lado, os valores repassados não são atrativos para provocar um aumento deliberado do número de filhos e, por outro, consideram que as condicionalidades podem ter contribuído efetivamente para a ocorrência dessa redução - análise corroborada por Rocha (2009). Isto se daria por conta do maior contato do público beneficiário com os serviços de saúde, dentre outros fatores. Em razão do cumprimento das condicionalidades, o comparecimento ao posto de saúde poderia contribuir para possibilitar o acesso a outros tipos de atendimento, além dos previstos pelas regras do PBF, tais como o acesso aos métodos contraceptivos, por exemplo.

Simões e Soares (2012) concluem, ainda, que as beneficiárias apresentaram taxas de fecundidade significativamente menores do que as não beneficiárias elegíveis, principalmente no segmento de renda mais baixa.

Considerando outros estudos que não tiveram a temática do efeito cegonha como objeto de pesquisa, mas que, por motivos diversos, foram levados a tratar dessa questão, foi

possível identificar resultados que coadunam com a não associação entre o PBF e o aumento do número de filhos.

Lautharte Junior (2013), em sua dissertação, analisou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF⁵¹) de 2008, para discutir políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil. Mesmo não sendo o foco de sua pesquisa, seu trabalho apontou que o PBF, além de não induzir o aumento do número de filhos, contribuiu para que houvesse uma pequena redução, considerando o público pesquisado, composto por mulheres entre 13 e 44 anos de idade.

O estudo de caso feito por Braga (2015), para analisar o PBF, em dois municípios do Piauí, comparando dados do período de 1991 a 2014, apresentou como um dos resultados o fato de que

A quantidade de filhos por mulher foi reduzida em mais de 50% nos dois municípios. Em Guaribas, a taxa de fecundidade, que era de 6,4 em 1991, reduziu para 4,2 em 2000 e para 2,8 em 2010. Em Acauã, essa taxa saiu de 6,4 também em 1991, para 3,7, em 2000, e para 2,4, em 2010. O resultado comprova que não tem sustentação o preconceito de que as mulheres pobres estavam aumentando a quantidade de filhos para receber maior benefício do PBF”. (BRAGA, 2015, p. 200).

Assim, acompanhando o movimento demográfico brasileiro, desde a década de 1970, a taxa de fecundidade vem caindo de forma pronunciada.

Em estudo etnográfico realizado por Marion Quadros e Giselle Santos (2017), com beneficiárias, em Recife – PE, de 2012 a 2014, as autoras constataram que é frequente a busca por métodos contraceptivos reversíveis e definitivos, indicando ainda que, no grupo pesquisado, o ingresso das mulheres no PBF ocorreu após o nascimento do primeiro ou do segundo filho, isto é, “as mulheres ingressaram no Bolsa Família porque tiveram filhos, mas o crescimento de sua prole não é resultante do ingresso no Programa” (p. 5). Ou, como resumiu José Alves (2013), acerca dos resultados de pesquisas realizadas na mesma cidade “(...) tais mulheres estão no Programa porque tiveram filhos e não o contrário” (p. 2). O autor aponta ainda que

⁵¹ A POF possui abrangência nacional e busca obter “[...] informações gerais sobre domicílios, famílias e pessoas, hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias pesquisadas, tendo como unidade de coleta os domicílios. Atualiza a cesta básica de consumo e obtém novas estruturas de ponderação para os índices de preços que compõem o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE e de outras instituições”. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=25. Acesso em: 16 dez. 2018.

Tanto as mulheres que recebem quanto as que não recebem os benefícios do PBF desejam ter menos filhos. No entanto, há um efeito perverso que acontece em função do alto índice de gravidez não planejada, uma vez que o Sistema Único de Saúde (SUS) não tem sido capaz de universalizar os serviços de saúde sexual e reprodutiva. (ALVES, 2013, p. 2).

Assim, há contextos maiores que envolvem a decisão de ter ou não filhos, não sendo essa uma simples questão de escolha pessoal.

De acordo com Quadros e Santos (2017), as beneficiárias entrevistadas também tecem críticas ao discurso de que elas estariam tendo mais filhos por conta do PBF, a exemplo da beneficiária Lívia: “ter muitos filhos pensando no Bolsa Família é uma ilusão, o povo sai dizendo que se tiver mais filhos o Bolsa Família cria, mas não dá, é uma furada” (QUADROS; SANTOS, 2017, p. 5).

Em sua dissertação, Elci Tonetto (2013), ao investigar a temática das desigualdades socioeconômicas no Rio Grande do Sul, concluiu que

O discurso pró-natalista de alguns contrários ao programa pode ser facilmente contestado pelas baixas taxas de natalidade na maioria dos municípios gaúchos e, em queda, no Brasil como um todo. As taxas de fecundidade ainda são mais altas entre as pessoas pobres, mas isso não se deve ao benefício do PBF e sim à falta de políticas que conscientizem as mães, muitas vezes meninas, de que só precisam ter filhos se assim desejarem. Esse fato traz implícita a liberdade de escolha para a qual ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se torne efetiva. Essa conquista passa por questões de saúde e de educação. (TONETTO, 2013, p. 116).

O longo caminho a que se refere o fragmento, deve, ainda, levar em conta que as mulheres beneficiárias, por comporem os estratos mais pobres e vulneráveis da população brasileira, encontram-se expostas a situações tais que

No mosaico social (pobreza, falta de oportunidades educacionais, falhas dos serviços de saúde pública em oferecer variadas formas de contracepção, experiências malsucedidas com métodos reversíveis hormonais), os projetos de maternidade responsável, muitas vezes, não se concretizam para as mulheres pobres. (QUADROS; SANTOS, 2017, p. 6).

Desse modo, compreende-se que as decisões acerca do número de filhos não dependem apenas de opções individuais das beneficiárias ou das mulheres, de um modo geral; estas se encontram envoltas em contextos sociais, econômicos, políticos e culturais

que podem ou não contribuir para que decisões individuais tenham maior ou menor capacidade de realização.

Em outras pesquisas, que entrevistaram beneficiárias, perguntando a elas sobre o que pensavam acerca do efeito cegonha, foi possível observar manifestações do desejo de poder ter o controle sobre a quantidade do número de filhos, como se verifica, nos excertos que seguem:

As mulheres titulares do PBF procuram controlar o número de filhos, vislumbrando melhores possibilidades de condições de vida para as mesmas (e seus filhos) e não encontram políticas efetivas e integradas que possibilitem o exercício dos direitos reprodutivos. (SANTOS, Giselle, 2014, p. 102).

Quando essa possibilidade de “efeito preguiça” e aumento proposital do número de filhos foi por nós colocada para uma beneficiária do PBF, ela recebeu a notícia com estranhamento e até com ar de deboche: “Quem é doido de querer mais filho? Uma hora a Bolsa acaba. E aí?” (MOTA et al, 2014, p. S202).

Portanto, segundo a literatura pesquisada, não se pode considerar o efeito cegonha como realidade no Brasil, enquanto fenômeno social generalizado. Conforme já mencionado, o aumento da taxa de fecundidade que pode ter ocorrido entre o público beneficiário foi marginal e pouco significativo, restringindo-se a contextos específicos. Ao contrário do que afirmam não beneficiários, a tendência de queda das taxas de fecundidade no Brasil é observada também no público beneficiário.

5.2 O efeito cachaça

O efeito cachaça tem sido apontado como uma das externalidades negativas do PBF pelos não beneficiários, partindo-se do pressuposto de que a população pobre não teria discernimento para o uso consciente do recurso monetário, utilizando-o para o consumo de bebidas alcoólicas ou outras drogas, conforme discorrido no Capítulo 3, acerca da percepção de não beneficiários.

Conforme se observa em sua normativa, os valores transferidos pelo PBF às famílias estão circunscritos às características dos componentes familiares – considerando-se a renda familiar, a idade, a maternidade e o cumprimento das condicionalidades –, mas seu uso é absolutamente livre, ainda que o poder público possa realizar ações para orientar a utilização desse recurso, de modo sustentável, racional e mais proveitoso, por meio de cursos, panfletos e uso de mídias. Na percepção de não beneficiários, a população pobre não teria capacidade para gerenciar esse recurso, utilizando-o com a aquisição de produtos supérfluos ou que se desviam da finalidade do Programa.

No conjunto de teses, dissertações e artigos sobre o PBF pesquisado, não foi possível localizar nenhum trabalho que tivesse como objetivo precípuo de estudo investigar o efeito cachaça. Desse modo, a opção feita, para a finalidade da presente pesquisa, buscou verificar todos os trabalhos que tivessem como objeto de estudo questões relativas à utilização do recurso recebido pelo PBF e, especialmente, a aspectos relacionados a práticas alimentares do público beneficiário. O propósito de levantar esses estudos foi o de observar se, no transcorrer das pesquisas referentes a práticas alimentares, haveria alguma menção ao efeito cachaça.

Assim sendo, para esta revisão, seguindo o protocolo de pesquisa anteriormente definido, foram identificados 69 trabalhos que se dedicaram ao tema do consumo alimentar ou da utilização do recurso do PBF, conforme apontado em seus objetivos gerais ou nos respectivos resumos. Destes, 66 tiveram como foco a análise de práticas de consumo e/ou da segurança alimentar, considerando o levantamento do perfil de consumo do público beneficiário e a frequência ou características do consumo alimentar, recortados por faixas etárias, períodos e áreas de abrangência.

Após leitura dos pontos fulcrais desse conjunto de trabalhos, foi possível identificar que nove fizeram algum tipo de referência direta ao consumo de bebidas alcoólicas. A síntese com as principais informações se encontram no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7. Teses, dissertações e artigos sobre o PBF, publicadas no Brasil até 2017, que abordam o efeito cachaça

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Fonte / Principal metodologia	Principais conclusões	PBF provoca efeito cachaça?
BAPTISTELLA, J.C.F. <i>Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Bolsa Família sobre o consumo de alimentos</i> . 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2012.	2008-2009 / nacional	POF / <i>Propensity score matching</i> - pareamento entre famílias beneficiárias e não beneficiárias	“Os resultados mostram que a proporção média gasta com grãos, legumes, doces, carnes, aves e óleos é mais elevada e significativa nas famílias participantes do programa, ou seja, essas famílias, comparativamente com aquelas que não participam do programa, empregam um valor maior do seu gasto total com alimentação na compra de alimentos que se enquadram nessas categorias. Em contrapartida, as proporções dos gastos com leite, panificados e bebidas alcoólicas são menores nas famílias beneficiárias do que nas não beneficiárias. Em relação à pequena parcela da despesa destinada ao consumo de bebidas alcoólicas, pode ser vista como um ponto positivo do Bolsa Família, uma vez que existe um questionamento na sociedade quanto à apropriação indevida do valor dos benefícios pelos pais, mas como é verificado, essa é uma das menores proporções do gasto com alimentação das famílias beneficiárias do programa, além de ser inferior à das famílias não beneficiadas”. (p. 66).	Não
EGER, T.J. <i>Dinheiro e moralidade no Bolsa Família: uma perspectiva etnográfica</i> . 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.	2010-2012 / beneficiárias de Porto Alegre e Alvorada – RS	Dados primários / estudo etnográfico	“No plano ideal, manifesto discursivamente, no entanto, aponta-se, com certa segurança para o que ‘deve’ e o que ‘não deve’ ser feito com este dinheiro. Gastar o dinheiro com bebida alcoólica, cigarros, drogas, jogos, alimentos considerados supérfluos (doces, refrigerantes, salgadinhos), brinquedos (principalmente quando a família era considerada muito pobre), eletrodomésticos, telefones, batom, etc. Todas estas despesas consideradas inadequadas diziam respeito à prática de consumo de famílias às quais nunca fui apresentada”. (p. 141-2).	Não

(continua)

Quadro 7. Teses, dissertações e artigos sobre o PBF, publicadas no Brasil até 2017, que abordam o efeito cachaça

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Fonte / Principal metodologia	Principais conclusões	PBF provoca efeito cachaça?
EGER, T.J.; DAMO, A.S. <i>Money and morality in the Bolsa Família. Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology</i> . Brasília, v. 11, n. 1, p. 250-284, jan./jun., 2014.	2010-2012 / beneficiárias de Porto Alegre e Alvorada – RS	Dados primários / estudo etnográfico	<p><i>"The 'poor' definitely do not spend their money on the first thing they see - or, better said, even if they do, they do so through the mediation of symbolic lenses shaped by moral values that are being constantly tensioned. Not all spend that money appropriately, according to the PBF beneficiaries' own views, but all have a precise idea of how they should proceed, and even of the leverage for negotiation that is available to them".</i>⁵² (p. 279).</p> <p><i>"In terms of the ideas that were discursively manifested, what 'must not' be done with the PBF money seemed well established: alcoholic drinks, cigarettes, drugs, gambling, superfluous foodstuffs (sweets, soda, unhealthy snacks), toys (especially when the family was considered very poor), domestic appliances, telephones, lipstick, and so forth"</i>⁵³. (p. 280).</p>	Não
FERRARIO, M.N. <i>Análise do impacto dos programas de transferência de renda sobre as despesas familiares com o consumo</i> . 2013. 91 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.	2008-2009 / Nacional	POF / regressão linear; Regressão múltipla; escore de propensão	<p>"As despesas com álcool e fumo não apresentaram efeitos estatisticamente significativos em nenhuma das metodologias utilizadas para avaliar os impactos do PBF. Cabe ressaltar que, embora os efeitos não se mostrassem estatisticamente significativos, todas as estimativas foram negativas. Cabe notar, ainda, a irrelevância desses itens na cesta de consumo das famílias pobres. Os demais resultados, esses sim importantes, mostraram que as famílias beneficiárias possuem maiores despesas em alimentação. Ao analisar o efeito do PBF com controle da renda bruta foram observados efeitos positivos e estatisticamente significativos nas despesas com: aves e ovos, legumes e verduras, cereais, farinha, tubérculos e raízes e artigos escolares. [...]. O efeito da transferência de renda nas despesas com alimentos mostrou que as famílias, ao receber o dinheiro do governo, consomem relativamente mais alimentos do que as famílias que não recebem transferência". (p. 79).</p>	Não

(continua)

⁵² Em tradução livre: *Os "pobres" definitivamente não gastam seu dinheiro na primeira coisa que veem - ou, melhor dizendo, mesmo se o fizerem, eles o fazem com a mediação de lentes simbólicas moldadas por valores morais que estão sendo constantemente tensionados. Nem todos gastam esse dinheiro apropriadamente, de acordo com os próprios beneficiários do PBF, mas todos têm uma ideia precisa de como devem proceder, e até mesmo do poder de negociação que está disponível para eles.*

⁵³ Em tradução livre: *Em termos das ideias manifestadas em seus discursos, o que "não deve" ser feito com o PBF parecia bem estabelecido: bebidas alcoólicas, cigarros, drogas, jogos de azar, alimentos supérfluos (doces, refrigerantes, lanches não saudáveis), brinquedos (especialmente quando família era considerada muito pobre), eletrodomésticos, telefones, batons e assim por diante.*

Quadro 7. Teses, dissertações e artigos sobre o PBF, publicadas no Brasil até 2017, que abordam o efeito cachaça

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Fonte / Principal metodologia	Principais conclusões	PBF provoca efeito cachaça?
FERREIRA, V.A.; MAGALHÃES, R. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. <i>Saúde e Sociedade</i> . São Paulo, v. 26, n.4, p.987-998, 2017.	2013-2014 / 24 beneficiárias de Diamantina – MG	Dados primários / Análise de conteúdo – entrevistas e grupos focais com beneficiárias	“Ainda com relação ao consumo de alimentos, embora tenha sido unânime o discurso de que ‘todos comem a mesma coisa’, foi possível constatar uma polaridade entre o corpo obeso das mulheres e o corpo aparentemente desnutrido dos homens. Esse fenômeno nos pareceu intrigante. Entretanto, os discursos permitiram verificar uma problemática muito presente nesses arranjos: o alcoolismo masculino. De acordo com Frieiro (1982), o álcool sempre foi um refúgio para todos os males, sobretudo para o homem pobre, servindo ainda como poderoso estimulante, fonte de energia. Não raro, as mulheres mencionaram o uso frequente de álcool por seus companheiros e todos os conflitos vivenciados pela família em função dessa dependência”. (p. 993).	Aponta um fato, mas não houve discussão sobre isso
MARESI, V.A. <i>A relação entre a titularidade do Programa Bolsa Família e as práticas alimentares de famílias beneficiárias residentes no município de Duque de Caxias - RJ</i> . 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	2015-2016 / cinco homens e cinco mulheres beneficiários de Duque de Caxias – RJ	Dados primários / entrevistas	“Em geral, conforme demonstrado no estudo ‘Vozes do Bolsa Família’ (REGO; PINZANI, 2013), as mulheres titulares consideram mais adequada a titularidade ser feminina, pois os homens em geral não teriam a preocupação com a família e com os filhos, podendo gastar o recurso do PBF com bebidas alcoólicas, situação não encontrada nos resultados deste estudo”. (p. 64).	Não

(continua)

Quadro 7. Teses, dissertações e artigos sobre o PBF, publicadas no Brasil até 2017, que abordam o efeito cachaça

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Fonte / Principal metodologia	Principais conclusões	PBF provoca efeito cachaça?
PINTO, M.L.P. <i>Políticas públicas de transferência de renda: um estudo sobre o Programa Bolsa Família na favela do Pavão-Pavãozinho, Rio de Janeiro</i> . 2016. 166 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.	2012-2015 / três famílias beneficiárias e agentes sociais do CRAS do RJ	Dados primários / estudo etnográfico	“As práticas de consumo, realizadas principalmente na favela, pelas famílias acompanhadas, envolviam questões econômicas, uma vez que ter uma renda facilitava o acesso a determinados bens e garantia a subsistência. Porém, não é possível compreender o consumo dessas famílias apenas pela variável da renda. As práticas e estratégias de consumo de determinados bens pelas famílias demonstravam a existência de relações sociais envolvidas nesse âmbito – relações entre beneficiárias que dividiam alimentos e objetos como computador; entre beneficiárias e sua família, por meio da compra de doces para os filhos e da preparação de alimentos para seus companheiros; e entre beneficiárias e demais moradores, relação essa que assegurava ajuda e, ao mesmo tempo, ocasionava vigilância quanto às famílias”. (p. 151).	Não
SOUZA, S.C.M. <i>Insegurança alimentar, acesso e inflação de alimentos no Brasil</i> . 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.	2004-2009 / Nacional	POF; PNAD / Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; análise descritiva	“A análise por faixa de renda em São Paulo revela que há 4 itens que fazem parte da despesa das pessoas com rendimento domiciliar per capita entre R\$ 70 e R\$ 140 e não estão presentes nas faixas de menor rendimento: ‘Carne de boi de primeira’, ‘Alimentação na escola’, ‘Cervejas, chopes e outras bebidas’ e ‘Alimentos preparados’. Na verdade, isso reflete a informação que pode ser constatada pelos dados completos [...]: para essa faixa de menor rendimento em São Paulo, apenas 32 itens apresentam mais do que 1% da despesa com alimentação, dos 68 que compõem a despesa nacional”. (p. 167).	Não
SPERANDIO, N. et al. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. <i>Ciência e Saúde Coletiva</i> , v. 22, n. 6, p. 1771-1780, 2017.	2008-2009 / Regiões Sudeste e Nordeste	POF / Propensity Score Matching - compara beneficiários e não beneficiários.	“Os beneficiários do Programa Bolsa Família apresentaram menor consumo de alimentos processados e ultraprocessados, em ambas as regiões, e maior consumo de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados na região Nordeste. Esses resultados indicam que os beneficiários do programa, principalmente os residentes no Nordeste, atendem a recomendação do novo Guia Alimentar para População Brasileira, que ressalta a importância do consumo de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados ⁵⁴ ”. (p. 1779).	Não

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

⁵⁴ De acordo com o artigo, as bebidas alcoólicas fazem parte do grupo de alimentos ultraprocessados (SPERANDIO et al., 2017, p. 1776), razão pela qual, para este levantamento, considerou-se que o PBF não está associado ao efeito cachaça, ainda que a temática não tenha sido diretamente abordada.

Verificando os trabalhos listados, observa-se que nenhum deles confirma o efeito cachaça como externalidade do PBF, ao menos de modo generalizado em seu público beneficiário.

Os estudos de Juliana Baptistella (2012), Marcela Ferrario (2013) e Sabrina Souza (2012), analisaram os microdados da POF 2008/2009, sendo que a terceira pesquisadora utilizou dados do período de 2004 a 2009; estes apresentaram claros indícios de que o efeito cachaça não é uma realidade dentre o público do PBF, ao menos enquanto fenômeno social. Este resultado também foi encontrado no artigo de Naiara Sperandio e colaboradores (2017), cujas conclusões apontam para o fato de que os beneficiários das regiões Sudeste e Nordeste, quando comparados a não beneficiários, apresentam menor consumo de produtos processados e ultraprocessados – dentre os quais se incluem as bebidas alcoólicas.

Segundo Baptistella (2012, p. 66), famílias beneficiárias, de acordo com a POF 2008-2009, teriam utilizado por volta de 0,8% dos recursos recebidos pelo PBF para a aquisição de bebida alcoólica. Considerando-se que o valor médio mensal pago às famílias beneficiárias é de R\$ 187,79⁵⁵, o valor correspondente a 0,8% é de, aproximadamente, R\$ 1,50, por mês.

Para Sabrina Souza (2012, p. 165), o consumo de cerveja, chopp e outras bebidas alcoólicas, referentes à alimentação fora de casa, de acordo com dados da POF 2008/2009, não aparecem listados como itens de consumo, em termos percentuais significativos, para o público da faixa de rendimento dos beneficiários do PBF.

Dentre os estudos listados, os de natureza qualitativa, principalmente os etnográficos, identificados para esta revisão, registraram alguns episódios envolvendo o consumo de bebidas alcoólicas por parte de beneficiários.

O artigo de Vanessa Ferreira e Rosana Magalhães (2017) aponta observação empírica do “alcooolismo masculino”, referindo-se a maridos de titulares do PBF entrevistadas. Todavia, como o artigo não tinha como finalidade dissecar essa questão, a associação com o PBF não foi discutida. O artigo identifica, porém, que as decisões acerca do uso do recurso do PBF são feitas pelas mulheres titulares, cujos relatos indicam a insuficiência dos valores recebidos para a aquisição de alimentos básicos.

⁵⁵ De acordo com o MDS, esse valor médio foi obtido a partir do reajuste ocorrido em julho de 2018, conforme informado em seu sítio: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/abril/governo-federal-reajusta-bolsa-familia-em-5-67-1>. Acesso em: 04 nov. 2018.

Talita Eger, em sua dissertação de mestrado (2013) e em artigo publicado em coautoria com Arlei Damo (2014), apresentou resultados de estudo etnográfico realizado com famílias de Porto Alegre e de Alvorada, municípios do Rio Grande do Sul, e Michele Pinto (2016), desenvolveu sua pesquisa para sua tese, com famílias residentes na Favela do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro – RJ. Esses estudos abordaram o aspecto moral que envolve a utilização dos recursos oriundos do PBF, cujo foco no consumo de álcool e outras drogas reflete a forma pela qual não beneficiários – ou mesmo beneficiários próximos – formulam juízo de valor acerca do que seria o uso inconsequente do benefício.

Os estudos destacados demonstraram que o público beneficiário entrevistado possui clareza acerca das recomendações moralmente validadas pelas respectivas comunidades e, de modo genérico, pelo conjunto da sociedade, quais sejam: utilizar o recurso do PBF para a manutenção das necessidades vitais básicas, especialmente alimentação, e das necessidades escolares de seus filhos. Por essa razão, as entrevistadas declararam que se sentem vigiadas e cobradas por integrantes da própria comunidade.

Pode-se considerar que esta situação está relacionada a um contexto mais amplo, em que o PBF tem sido alvo de críticas, desde sua implementação, pelos mais diversos setores da sociedade brasileira:

But in the press and among beneficiaries, none of these [críticas] is as common as questions regarding the latter's capacity to manage the funds they receive. To a large extent, such criticism is addressed to spending on arguably superfluous items, presumed embezzlement, underestimation of income by the beneficiary families, and especially misspending – a notion based on certain assumptions about the appropriate ways to spend certain kinds of cash. These critiques suggest two opposite and complementary directions: the money's origin and destination, that is, from the public purse to the pockets of the "poor". This brings to surface judgments, tensions, and negotiations stemming less from utilitarian issues than from the moral management of these funds – or yet, to the imbrication between these two dimensions.⁵⁶ (EGER; DAMO, 2014, p. 257-258).

⁵⁶ Em tradução livre: *Mas na imprensa e entre os beneficiários, nenhuma crítica é tão comum quanto as questões relativas à capacidade destes últimos de administrar os recursos que recebem. Em grande parte, essas críticas são direcionadas a gastos com itens supostamente supérfluos, pressupostos desvios, subdeclaração de renda pelas famílias beneficiárias e especialmente desperdício - uma noção baseada em certas suposições sobre as maneiras apropriadas de gastar certos tipos de dinheiro. Estas críticas sugerem duas direções opostas e complementares: a origem e o destino do dinheiro, isto é, dos cofres públicos para os bolsos dos 'pobres'. Isso traz à tona julgamentos, tensões e negociações decorrentes menos de questões utilitárias do que da gestão moral desses fundos - ou ainda, da imbricação entre essas duas dimensões.*

Observa-se, portanto, que há uma ideia preconcebida de que a população pobre seria incapaz de administrar os recursos oriundos do PBF, podendo-se inferir que esta incapacidade estaria relacionada à própria condição de pobreza em que esta população se encontra.

Para Michele Pinto (2016), o consumo possui contornos cuja compreensão extrapola a questão da renda, como demonstra o fragmento reproduzido no Quadro 7. A pesquisadora, ao acompanhar o cotidiano das famílias que participaram de seu estudo etnográfico, observou que estas sofrem uma “vigilância da pobreza”, baseada em um discurso moralizante sobre o que se deve ou não consumir. O estudo registra episódios em que as beneficiárias utilizam o recurso para realizar, eventualmente, atividades de lazer com as crianças (ir à praia e comprar sorvete, por exemplo) ou de variar o cardápio do final de semana, incluindo a compra de cerveja.

Por esse motivo, uma das famílias, considerada como a mais pobre dentre as outras do estudo, “era constantemente criticada [por moradores da comunidade] toda vez que não gastava o dinheiro com o que fosse considerado ‘básico’ para sua sobrevivência” (PINTO, 2016, p. 156). As outras duas famílias eram criticadas pela comunidade, em razão da dúvida de que se, de fato, “elas ‘precisavam do benefício’, motivo pelo qual tinham certo cuidado quando o gastavam” (PINTO, 2016, p. 156).

Em outros trabalhos, que não compuseram a revisão de literatura, porque não tinham o consumo ou a utilização do benefício como finalidade principal de pesquisa, foi possível identificar o registro de situações pontuais acerca do consumo de bebidas alcoólicas ou de outras drogas.

Suziana Vasconcelos (2015) entrevistou dez beneficiários de comunidades com elevado grau de vulnerabilidade social, localizadas na periferia de Fortaleza – CE, com a finalidade de compreender as experiências de vida de sujeitos em situação de pobreza e extrema pobreza. Em seu trabalho de campo, a pesquisadora identificou casos dramáticos de beneficiários usuários de crack, cujos cartões magnéticos do PBF acabaram sob o domínio do traficante, como forma de assegurar que o consumo da droga seria pago. Tal contexto extremo, em que o usuário inadimplente corre o risco real de ser executado por seu fornecedor, poderia colocar em questão o quanto o PBF poderia estar se afastando de seus propósitos.

A pesquisadora, contudo, traz à reflexão o fato de que, se por um lado, poder-se-ia pensar que o beneficiário nessa situação não valoriza o recurso recebido, uma vez que não trabalhou para recebê-lo; por outro lado, porém, ela observa que trabalhadores braçais, que se submetem a intensas atividades laborais, por várias horas, todos os dias, também utilizam seu rendimento para a aquisição de drogas, razão pela qual “[...] conclui-se que o ponto-chave não é o recurso financeiro, mas a condição que a pessoa tem de transformar renda no que ela mesma considera ‘valioso’ fazer ou ter” (VASCONCELOS, 2015, p. 191).

Trata-se, portanto, de um problema multifacetado – de caráter social, cultural, psicológico, político, de saúde coletiva e de segurança pública, dentre outros – de natureza muito grave e que está muito além da existência ou não de um programa de transferência de renda.

Maria Mercedes Rabelo (2011), ao investigar, para sua tese, os sentidos atribuídos pelos beneficiários à sua participação no PBF, realizou entrevistas com 40 beneficiários na periferia de Porto Alegre, no ano de 2010. Caracterizando os locais de sua pesquisa de campo, a autora destaca as más condições de vida a que estavam expostas as famílias residentes:

[...] casa de “chão batido”; esgoto a céu aberto; postos de saúde fechados; prédios escolares em más condições de uso; ruas sem calçamento; presença de tráfico de drogas; violência. Todas essas condições constituem-se em fatores que obstaculizam sua ascensão social, causam um desestímulo muito forte às crianças, contribuindo fortemente para uma reprodução da pobreza [...]. (RABELO, 2011, p. 147-8).

É nesse ambiente que a pesquisadora encontrou relatos em que o benefício poderia ser utilizado para o consumo de drogas ilícitas. Para Eloá, uma das entrevistadas, esse uso “[...] depende de quem tá recebendo. Eu conheço gente que gasta tudo em ‘pedra’ [crack]. A minha irmã eu posso falar: tudo na ‘pedra’, os filhos não veem o dinheiro” (RABELO, 2011, p. 162). Como a própria pesquisadora ressalta, essa é uma questão de difícil manejo e solução. Apesar desse registro, em síntese, a tese considera que

As entrevistadas relataram a utilização do recurso transferido tanto para uso na alimentação da família, que, muitas vezes, havia experimentado períodos de fome, quanto para outros consumos como transporte, aquisição de bens duráveis, reforma da casa, os quais permitiram agregar algum conforto a um cotidiano com grandes precariedades materiais. Também referiram a utilização do recurso para melhoria da própria aparência e, em menor medida, para a aquisição de produtos eletrônicos (como celular, DVD, computador). (RABELO, 2011, p. 261).

A pesquisadora concluiu, ainda, que o PBF, ao possibilitar incremento na capacidade de consumo e redução da desigualdade social, contribui para que as beneficiárias passassem a almejar mais recursos, direitos e inclusão social.

Analisando a literatura levantada, essas foram situações extremas e pontuais que não caracterizam o público beneficiário em seu conjunto.

Desse modo, o efeito cachaça, de acordo com a pesquisa realizada, não pode ser considerado como um fenômeno social de larga abrangência, como uma externalidade negativa disseminada entre o público do PBF. O consumo de álcool e outras drogas, quando ocorre de modo abusivo, se insere em um contexto social muito mais complexo – e não se pode generalizar o público beneficiário em relação a esse consumo. Ressalte-se, porém, que, conforme levantado nesta revisão de literatura, os casos de utilização do benefício para esse consumo podem ser considerados como minoritários e não generalizáveis.

Embora não seja o foco da presente tese, pode-se acrescentar o fato de que, considerando o conjunto de 66 trabalhos localizados inicialmente para a realização desta revisão de literatura, em relação ao acesso à alimentação e à melhoria da qualidade nutricional, para esses estudos, o PBF:

- Contribui positivamente, no caso de 23 trabalhos;
- Contribui parcialmente, para 35 trabalhos; e
- Não contribui, para oito trabalhos.

Em resumo, apesar de o PBF não poder dar conta, em muitos contextos, de solucionar questões relativas ao consumo de produtos alimentares nocivos à saúde – cuja escolha, muitas vezes, recai pela busca de alimentos de baixo custo, com maior densidade energética (CARMO et al., 2016; MONTEIRO et al., 2014) –, os recursos transferidos pelo PBF vêm contribuindo positivamente para a melhoria da segurança alimentar e nutricional de seus beneficiários.

5.3 O efeito preguiça

Conforme apresentado no Capítulo 2, a promoção da autonomia das famílias e a superação de suas vulnerabilidades são parte da terceira dimensão do PBF, razão pela qual ações de diversas naturezas, a exemplo da capacitação profissional, fazem parte do escopo dessa política. Além disso, a normativa do PBF é sensível à volatilidade de renda a que podem estar expostas as famílias mais pobres, motivo pelo qual foram implantados a “Regra de Permanência” – para que a família possa continuar participando do Programa, no caso de conseguir aumentar sua renda – e o “Retorno Garantido” – para que a família que fez o “Desligamento Voluntário” possa voltar a participar do Programa, caso necessite (cf. Seção 2.2.4).

Contudo, de acordo com as percepções de não beneficiários identificadas para esta pesquisa, a estabilidade do recebimento mensal de recursos monetários poderia promover a acomodação do público beneficiário, no sentido de que essas pessoas deixariam de ofertar horas de trabalho de modo total ou parcial. Isso seria, em síntese, o efeito preguiça, assim denominado por parte da literatura que estuda o tema, constituindo-se como uma das externalidades negativas muito apontadas por críticos do PBF (PRÓSPERI, 2015), cuja recorrência também foi observada no levantamento realizado para esta tese.

Com a finalidade de verificar se o efeito preguiça é de fato uma externalidade negativa do PBF confirmada pela produção acadêmica brasileira, foram efetuados os procedimentos descritos para a realização da revisão de literatura integrativa, cujo resultado se encontra sintetizado, na tabela, a seguir.

Tabela 4. Teses, dissertações e artigos científicos publicados no Brasil, até 2017, que analisaram o efeito preguiça

Ano de publicação / defesa	Artigo	Dissertação	Tese	TOTAL
2009	--	1	--	1
2010	2	--	--	2
2014	1	1	--	2
2015	1	2	--	3
2016	1	3	1	5
2017	1	2	2	5
TOTAL	6	9	3	18

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Pode-se observar que os anos de 2016 e 2017 concentram o maior número de trabalhos, incluindo-se a defesa de três teses e cinco dissertações, nesse período.

Destaque-se que, além destes, também foi possível localizar outros 25 estudos que trazem a temática da oferta de trabalho dos beneficiários, não como parte do objetivo de estudo das respectivas pesquisas, mas que acabaram por abordar a questão de modo significativo para o presente estudo.

Não foram considerados, para a finalidade desta tese, estudos referentes ao trabalho infantil, uma vez que a redução de horas de trabalho para este segmento da população seria um efeito não só desejado, como também se encontra delineado e previsto no escopo do próprio PBF⁵⁷.

Os estudos selecionados apresentam opções teórico-metodológicas variadas, fato que, em princípio, poderia dificultar a comparabilidade entre estes. Contudo, foi possível observar que os resultados apresentados pela maioria dos trabalhos são muito próximos, a despeito dessas diferenças, possibilitando-se, assim, chegar à conclusão de que o efeito preguiça não é uma externalidade negativa produzida pelo PBF, embora possa haver redução das horas de trabalho ofertadas ao mercado, em contextos específicos, conforme descrito adiante.

⁵⁷De acordo com o Decreto 5.209, de 17 set. 2004, em seu artigo 25, Inciso I, a comprovação da ocorrência de trabalho infantil na família beneficiária pode levar à aplicação de efeitos nos benefícios que são transferidos mensalmente ou mesmo à suspensão destes.

Para verificar a existência de algum tipo de tendência comum, os estudos foram organizados, de acordo com sua natureza metodológica, em estudos quantitativos e qualitativos, conforme quadros-síntese apresentados, a seguir.

Quadro 8. Estudos de natureza quantitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Houve redução da oferta de trabalho?
CAVALCANTI et al. Impactos do Programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. <i>Economia Aplicada</i> . São Paulo, v. 20, n. 2, p. 173-201, 2016.	2010 / Brasil	Metodologia de Firpo para estimação do efeito quantílico de tratamento (EQT) / Microdados do Censo Demográfico Amostral - 2010	“Assim, não se pode negar que parte desse efeito se deva a dados subdeclarados, bem como há indícios de que o PBF tem um impacto negativo no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com as hipóteses levantadas, tal efeito deve-se tanto ao próprio desincentivo ao trabalho (‘efeito-preguiça’), quanto a possíveis fugas de contratos formais e piores postos de trabalhos”. (p. 197-8).	Sim – considera como efeito negativo
CORREA JUNIOR, C.B. <i>Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2013</i> . 2017. 163 f. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.	2004-2013 / Brasil	Modelo dedutivo econométrico clássico; estimação dos Mínimos Quadrados Ordinários das variáveis na primeira diferença, por modelo de dados em painel de efeitos fixos e por modelos dinâmicos de dados em painel de Arellano e Bond / Matriz de Informação Social do MDS e dados do IBGE por município	“Nesse sentido, os resultados obtidos indicam que o benefício do Programa Bolsa Família não causa efeitos adversos com relação às decisões relacionadas à oferta de trabalho, descartando tanto a hipótese do predomínio do efeito preguiça como descartando a hipótese de um <i>trade-off</i> entre o benefício do PBF e a evolução do mercado de trabalho. Também, entende-se como efetiva contribuição de gestão de política pública, a constatação que o Programa Bolsa Família está positivamente associado ao crescimento do Produto Interno Bruto dos municípios”. (p. 143).	Não
CORREIA, L.C.F. <i>Efeitos do Programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho de jovens e adultos</i> . 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.	2005-2009 / Brasil	Modelo semiparamétrico de Cox; análise de sobrevivência / Avaliação de Impacto do Bolsa Família – 1ª rodada (AIBF I) – 2005 e AIBF II - 2009	“Para as variáveis de oferta de trabalho, ou seja, a oferta de trabalho na ocupação principal e a oferta de trabalho em todas as ocupações, tanto para todos os indivíduos quanto somente para adultos, os resultados obtidos também foram não significativos considerando-se que a metodologia empregada abrangeu tanto a correção de viés causado pelo desenho amostral quanto aquele causado pela seleção de indivíduos. Ou seja, a incongruência dos resultados obtidos pelas estimações parece refutar a hipótese do ‘efeito preguiça’ do PBF no padrão comportamental dos beneficiários”. (p. 81).	Não, mas provoca informalidade

(continua)

Quadro 8. Estudos de natureza quantitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Houve redução da oferta de trabalho?
COSTA, R.A. <i>Ensaio sobre o mercado de trabalho, ocupação e Programa Bolsa Família, nas áreas rurais do Brasil</i> . 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.	2010 / Brasil	<i>Propensity Score Matching</i> (PSM) e Efeito Quantílico de Tratamento de Firpo – Censo 2010	“Considerando os efeitos médios, foi possível observar, em todas as regiões e no Brasil, resultados negativos sobre as horas trabalhadas e a renda do trabalho dos beneficiários do programa comparado às famílias que são elegíveis, mas não são beneficiadas. Assim, constatou-se um efeito desincentivo para o Brasil e regiões, sendo este efeito de maior impacto na região Sul, enquanto o menor impacto foi registrado na região Norte. Já o Nordeste é a região com a maior quantidade de beneficiários do programa no Brasil e a segunda região com menor impacto nas horas trabalhadas. No entanto, esta região é a que oferta menos horas trabalhadas, em média, no país, enquanto a região Sul é a que tem a maior oferta. Logo, para os beneficiários que se encontram na região Nordeste, uma maior redução das horas trabalhadas poderia implicar uma perda monetária mais significativa, se comparado aos beneficiários da região Sul”. (p. 42).	Sim – considera como efeito negativo
LIMA, F.F. <i>Ensaio sobre a oferta de trabalho das mulheres no meio rural do Brasil</i> . 2017. 61 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.	2014 / Brasil	<i>Propensity Score Matching</i> e Mínimos Quadrados Ordinários (OLS) sobre os grupos de tratamento (beneficiárias) e de controle (não beneficiárias) / PNAD 2014	“Os resultados mostraram relatos semelhantes aos encontrados na literatura para o meio urbano do Brasil, ou seja, o Programa Bolsa Família não gera dependência às beneficiárias, que apresentaram maior jornada de trabalho, quando comparadas às mulheres não atendidas pelo programa”. (p. 58).	Não

(continua)

Quadro 8. Estudos de natureza quantitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangeção	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Houve redução da oferta de trabalho?
NUNES, J.A.; MARIANO, J.N. Efeitos dos Programas de Transferência de Renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região Nordeste. <i>Revista de Economia e Sociologia Rural</i> . Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 71-090, jan./mar., 2015.	2006 / Região Nordeste	Modelos de Heckman e de <i>double hurdle</i> , de Cragg / PNAD 2006	“Os resultados, em geral, apontaram efeito negativo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais sobre a decisão dos pais e dos filhos de participarem de atividades não agrícolas. No que diz respeito aos pais, esses efeitos devem ser interpretados separadamente: o recebimento do Bolsa Família exige maior atendimento às condições requeridas pelo programa, como a frequência escolar dos filhos, a atenção à saúde das crianças, entre outras, que demandam tempo e maior responsabilidade dos pais. Porém, surgem as seguintes questões: o valor recebido é suficiente para os pais tomarem a decisão de não participar de atividades não agrícolas? Ou seja, o efeito renda do programa é suficiente para essa tomada de decisão?” (p. 86-7).	Sim – consideram o fato como positivo
SANTOS, D.B. <i>Escolhas individuais e bem-estar financeiro: três ensaios utilizando microdados</i> . 2016. 96 f. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas/SP, São Paulo, 2016.	2008-2011 / Brasil	Modelo semiparamétrico de Cox; análise de sobrevivência / CadÚnico; Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; Folha de pagamento PBF	“Conclui-se que as chances dos beneficiários do Programa Bolsa Família permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários do programa. Essa constatação não só contraria a hipótese de um efeito preguiça vinculado à concessão do benefício, como estabelece o efeito inverso, de que o benefício financeiro advindo do programa ajude na manutenção do emprego. Em termos de políticas públicas esse é um resultado bastante desejável, uma vez que a população pobre brasileira é caracterizada por uma alta volatilidade na renda e rotatividade no emprego, o que impacta o seu bem-estar presente e futuro, uma vez que dificulta a obtenção de aposentadorias por tempo de contribuição”. (p. 75).	Não
SANTOS, D.B. et al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. <i>Revista de Administração Pública</i> . Rio de Janeiro, v. 51, n. 5, p. 708-733, set./out., 2017.	2008-2011 / Brasil	Estimação dos modelos de riscos proporcionais de Cox - compara duração no emprego entre beneficiários e não beneficiários / CadÚnico; RAIS; Folha de Pagamento do PBF	“Utilizando o modelo semi-paramétrico de Cox, estima-se o risco de desligamento do emprego para os beneficiários do Bolsa Família como sendo de 7% a 10% menor do que para os não beneficiários. A título de ilustração, pode-se comparar ao efeito causado por filhos menores de idade, que aumentam as chances de os pais deixarem seus empregos. Na regressão principal, a presença de três crianças no lar é responsável por aumentar em 9,6% a chance de saída do emprego. No entanto, essa probabilidade é anulada se o indivíduo recebe o benefício do PBF. Os modelos paramétricos corroboraram o resultado, indicando que os beneficiários do PBF permanecem, no mínimo, 9% mais tempo em seus empregos do que os não beneficiários”. (p. 18).	Não

(continua)

Quadro 8. Estudos de natureza quantitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Houve redução da oferta de trabalho?
SANTOS, G.C. et al. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. <i>Economia Aplicada</i> . v. 14, n. 3, p. 355-379, jul./set., 2010.	2007 / Brasil - zona rural	Procedimento de Heckman – modelo econométrico / PNAD 2007	“Inicialmente, nas três variáveis comparadas, os efeitos foram mais fortes para as que recebiam recursos do programa Bolsa Família. Por exemplo, no grupo mais geral das mulheres, o fato de a mulher ser casada reduz sua oferta de trabalho em 9 p.p., enquanto para as que recebem recursos do programa Bolsa Família a oferta reduz em 12 p.p. Considerando-se o rendimento familiar per capita mensal, os efeitos são ainda maiores. Enquanto que cada R\$ 1.000,00 de incremento no rendimento familiar reduz a probabilidade de uma mulher encontrar-se economicamente ativa em 18 p.p., para as que recebem os recursos do governo o efeito é mais que o dobro, alcançando 50 p.p. Finalizando, ao se considerar a existência de criança pequena na família, novamente o efeito é maior para as mulheres que receberam recursos do Bolsa Família, no sentido de redução da oferta de trabalho em 7 p.p. contra 4,7 p.p. das demais mulheres”. (p. 374).	Sim – o impacto é principalmente no caso das mulheres casadas ou mães
TAVARES, C.M.M. <i>Quais políticas públicas que influenciam no tempo de permanência no Programa Bolsa Família</i> . 2014. 43f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.	2002-2015 / Brasil	Regressão linear múltipla; análise de sobrevivência; modelo Probit ordenado; efeitos fixos / PIB municipal; Índice de Gini; dados do IPEA e MDS	“Consequentemente é previsível e aceitável que o benefício do PBF diminua as horas de trabalho das mulheres enquanto que aumenta as horas dedicadas aos afazeres domésticos em 1,18 horas por semana, resultado que sugere que o PBF estimula a alocação do tempo em atividades que aumentam o bem-estar e o cuidado com os filhos, apesar de reduzir as horas de trabalho remunerado das mulheres. Mesmo não havendo uma perfeita substituição de horas de trabalho por horas em afazeres domésticos, não se pode afirmar que as mulheres deixam de trabalhar para despendar tempo em lazer”. (p. 30).	Sim – considera o fato como positivo

(continua)

Quadro 8. Estudos de natureza quantitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Houve redução da oferta de trabalho?
TAVARES, P.A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. <i>Economia e Sociedade</i> . Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635, dez., 2010.	2004 / Brasil	Propensity Score Matching / PNAD 2004	“Os resultados mostram que, embora exista um efeito-renda negativo sobre as decisões de trabalho das mães, expresso pelo coeficiente associado ao valor do benefício, ele não parece ser suficiente para gerar o chamado 'efeito-preguiça', ou seja, um incentivo adverso caracterizado pela redução da oferta ou da jornada de trabalho das mães beneficiárias do PBF. Isso porque o efeito da participação no programa sobre as decisões de trabalho das mães é, na verdade, positivo. A explicação para esse resultado pode advir do efeito-substituição, caracterizado pelo aumento da oferta de trabalho das mães como consequência do aumento da frequência escolar dos filhos e, portanto, da redução do trabalho infantil”. (p. 630).	Não
TEIXEIRA, C.G. <i>O Programa Bolsa Família e a oferta de trabalho: uma perspectiva de choque orçamentário</i> . 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.	2006 / Brasil	Escore de Propensão Generalizado /PNAD 2006	“Com base nesses resultados, pode-se concluir pela inexistência de efeito adverso do Bolsa Família na oferta de horas de trabalho dos adultos ocupados membros de domicílios beneficiados pelo programa. O possível efeito adverso não se verifica, uma vez que o impacto obtido é consequência da maximização da utilidade domiciliar e se comporta em consonância com a dinâmica do mercado de trabalho no qual os adultos estão inseridos. (...). Os resultados aqui obtidos mostram que o efeito na oferta de horas de trabalho é apenas marginal e para alguns grupos específicos, de forma que não há ameaça efetiva aos objetivos do Bolsa Família”. (p. 94).	Não

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

O levantamento realizado possibilitou a localização de 12 estudos de natureza quantitativa que tinham como objetivo analisar a oferta de trabalho do público beneficiário. Embora possam variar no que diz respeito aos modelos estatísticos ou econométricos utilizados como referência, todos têm como principais fontes as grandes bases de dados nacionais governamentais, especialmente as bases dos Censos Demográficos, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, bem como as bases organizadas pelo MDS, a exemplo da Matriz de Informação Social, o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e a Folha de Pagamento do PBF.

Com exceção de Nunes e Mariano (2015), que estudaram dados referentes à Região Nordeste, os outros 11 trabalhos trataram do contexto nacional em suas análises.

Partindo-se do problema de pesquisa para este tópico – o PBF provoca a redução da oferta de trabalho de seus beneficiários? –, foi possível observar, a partir das conclusões apresentadas pelos 12 trabalhos de natureza quantitativa, três tipos de resultados:

- Sim – três trabalhos (CAVALCANTI; COSTA; SAMPAIO, 2016; COSTA, R., 2016; SANTOS, G.C. et al., 2010);
- Há redução, mas não se trata de efeito preguiça – dois trabalhos (NUNES; MARIANO, 2015; TAVARES, C., 2014);
- Não – sete trabalhos (CORREA JUNIOR, 2017; CORREIA, 2016; LIMA, F., 2017; SANTOS, D.B., 2016; SANTOS, D.B. et al., 2017; TAVARES, P., 2010; TEIXEIRA, 2009)

A especificação indicada tem relevância pelo fato de que a detecção da redução de carga horária ofertada de trabalho não indica, necessariamente, que se trata de um desincentivo ao trabalho, como apontaram dois estudos. Para ambos, o PBF tem como contribuição o aumento das horas dedicadas aos cuidados com os filhos e a família, em razão da necessidade de cumprimento das condicionalidades de saúde e educação, dentre outras questões.

Nesse sentido, a dissertação de Camila Tavares (2014) apontou para o fato de que as mulheres, mais do que os homens, têm aumentado as horas dedicadas ao bem-estar e cuidados com os filhos e familiares, reduzindo suas horas de trabalho remunerado. Assim sendo, essa redução é vista como um efeito positivo do PBF.

Além desse fato, o artigo de Nunes e Mariano (2015), analisando a relação entre o PBF e a oferta de trabalho não agrícola (o que representaria diversificação das fontes de renda nas áreas rurais e importante alternativa de sobrevivência para famílias desse meio), na região Nordeste, destacou que, mesmo que os valores transferidos pelo PBF sejam baixos, ainda assim estes podem pesar para a decisão de reduzir as horas ofertadas a atividades não agrícolas.

Os três estudos que evidenciam o PBF como fator de desincentivo ao trabalho têm como finalidade a análise quantitativa dos dados, a partir das fontes indicadas, não tendo, contudo, o objetivo de abordar os contextos que podem envolver a ocorrência de tal fenômeno.

O artigo de Cavalcanti et al. (2016), partindo da análise dos dados do Censo Demográfico amostral de 2010, assinala o fato de que, além da redução da carga horária de trabalho ofertado, existe a possibilidade de que ocorra a fuga de contratos formais de trabalho – para o beneficiário não ultrapassar a linha de elegibilidade do PBF e não correr o risco de perder o direito ao benefício –, bem como a subdeclaração de rendimentos ou, ainda, a tendência a buscar, conscientemente, atividades com menor remuneração, pelo mesmo motivo apontado.

O artigo de Gilnei Santos e colaboradores (2010) tem como foco a análise do mercado de trabalho rural, a partir dos microdados da PNAD 2007. Dentre os resultados apresentados, conforme se observa no quadro anterior, a redução de horas é maior entre as mulheres casadas, em geral, subindo um pouco, dentre as que são casadas e recebem o PBF, sendo ainda maiores quando são, também, além de beneficiárias, mães de crianças pequenas.

A dissertação de Rayssa Costa (2016), comparando famílias beneficiárias e não beneficiárias com perfil para o PBF, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, concluiu que ocorre o efeito desincentivo para todo o Brasil e macrorregiões.

Entre os sete estudos que consideram que não há ocorrência do efeito preguiça, há maior variedade tanto das fontes de dados utilizadas quanto dos modelos estatísticos e econométricos referenciados.

Em sua tese, Correa Junior (2017) utilizou os dados por municípios do IBGE como uma das fontes de sua pesquisa, além da Matriz de Informações Sociais do MDS, buscando avaliar o impacto agregado das políticas nos municípios brasileiros, em vez de dados relativos ao comportamento individual ou familiar advindo da participação no PBF. A partir da análise desses dados, o pesquisador conclui que não há ocorrência do efeito preguiça, além de constatar que o PBF está positivamente associado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios.

Priscilla Tavares (2010) e Fúlvia Lima (2017), partindo de estudo dos dados da PNAD de 2004 e de 2014, respectivamente, para analisar a oferta de trabalho de mães beneficiárias, concluíram que o PBF pode gerar resultados contrários ao efeito preguiça, uma vez que estas apresentaram maior jornada de trabalho do que mães não beneficiárias. Ainda que os públicos estudados sejam específicos, essa conclusão tem grande relevância, uma vez que as mulheres são, preferencialmente, as titulares do benefício, razão pela qual elas compõem cerca de 92% dentre os responsáveis familiares cadastrados⁵⁸.

Clarissa Teixeira (2009), analisando dados da PNAD de 2006, acerca da ocupação laboral de adultos de ambos os sexos, chegou à conclusão de que o PBF reduz marginalmente a oferta de horas de trabalho, havendo diferenças de acordo com os valores do benefício, com a localização (se são áreas rurais ou urbanas), bem como o tipo de ocupação (se são trabalhos formais e informais), dentre outras variáveis. Contudo, tal redução não seria significativa na média nacional analisada, não sendo, portanto, suficiente para afirmar que há ocorrência de efeito preguiça. Segundo a autora, os resultados apontam para

[...] um efeito de redução da jornada de trabalho na média, que tem pequena magnitude e que é significativo apenas para as mulheres. [...]. Acredita-se que a maior elasticidade da oferta de horas de trabalho das mulheres decorre do fator cultural, segundo o qual as mulheres usariam as horas livres do trabalho para realizar afazeres domésticos. Esta especulação é confirmada com a estimação do impacto sobre as horas em afazeres domésticos que têm sinal positivo significativo. (TEIXEIRA, C.G., 2009, p. 91).

Compreende-se, assim, que as beneficiárias dedicam suas horas fora do trabalho remunerado aos cuidados com a casa e a família e isto em nada se caracteriza como efeito preguiça.

Luis Correia (2016), partindo dos dados da *Avaliação de Impacto do Bolsa Família 1ª Rodada – 2005* (AIBF – I) e *2ª rodada – 2009* (AIBF II)⁵⁹, refutou a hipótese de ocorrência do efeito preguiça; contudo, assinala a maior probabilidade de beneficiários recorrerem à informalidade, comparando-se com não beneficiários elegíveis ao PBF (9,15% e 7,6%,

⁵⁸ Dados de 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/marco/bolsa-familia-garante-direitos-e-autonomia-as-mulheres>. Acesso em: 02 set. 2018.

⁵⁹ “A AIBF é uma pesquisa longitudinal de avaliação do impacto do Programa Bolsa Família (PBF), que contrasta famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa, quanto aos itens de consumo das famílias beneficiárias, à antropometria de crianças, à vida escolar das crianças, além de outros aspectos-chave do PBF, considerando condições de acesso à educação, saúde e mercado de trabalho. A pesquisa, realizada em 269 municípios, tem representatividade nacional e para três macrorregiões: Nordeste, Norte Urbano+Centro Oeste e Sul+Sudeste”. (Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/microdados1309/arqs/0.ficha_tecnica_AIBF_2.pdf. Acesso em: 02 set. 2018)

respectivamente), como maneira de preservar o recebimento do benefício, isto é, de modo a não ultrapassarem a linha da elegibilidade⁶⁰.

Danilo Santos, em sua tese (2016) e em artigo sobre o mesmo tema como coautor (2017), também analisou as bases de dados da AIBF I e II, bem como do CadÚnico e de outras bases do MDS. Esses estudos chegaram a conclusões distintas dos trabalhos anteriores: além da não ocorrência de efeito preguiça, o PBF está associado a um aumento de chances de seus beneficiários permanecerem empregados, pois o risco de desligamento do emprego para beneficiários é de 7 a 10% menor do que para não beneficiários. Os modelos paramétricos utilizados nesses estudos indicam que beneficiários permanecem, no mínimo, 9% mais tempo em seus empregos do que não beneficiários.

A razão para tal efeito pode ser descrito, segundo os referidos estudos – que coadunam com as conclusões de Priscilla Tavares (2010) –, pelo fato de que a exigência da frequência escolar para as crianças “alivia o tempo destinado pelos pais nos cuidados domésticos, o que facilita a manutenção do emprego e reduz o trabalho infantil, o que torna a família mais dependente do emprego dos pais” (SANTOS, D.B., 2016, p. 75).

Já os seis estudos de natureza qualitativa são unânimes em analisar de modo crítico a hipótese de que o PBF gera o efeito preguiça.

⁶⁰ Embora o tema da informalidade no PBF não seja parte do escopo desta tese, ao final desta seção, serão abordados alguns aspectos referentes a essa temática que foram destacados pela literatura pesquisada.

Quadro 9. Estudos de natureza qualitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Provoca efeito-preguiça?
MELLO, L.M.M.J. <i>Programa de transferência de renda e mercado de trabalho: um estudo de impactos do Bolsa Família sobre inserção laboral de beneficiários do município de São Luís</i> . 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.	2016 / São Luis – MA	Grupos focais e entrevistas semiestruturadas: 28 beneficiários e não beneficiários; 3 profissionais da gestão local do PBF	“Em suma, diante dos aspectos levantados pode-se concluir que, apesar da tendência à redução da oferta de trabalho observada entre as mulheres, em geral o recebimento do benefício não estimula a acomodação ou diminuição da oferta de trabalho por parte dos beneficiários. Além disso, embora seja evidente que uma parcela dos beneficiários permaneça na informalidade para não perder o benefício, considerando que o aumento na renda faria com que as famílias não se enquadrassem mais nos critérios de elegibilidade, evidencia-se que a permanência no mercado de trabalho informal, na maioria das vezes, não se dá por escolha do indivíduo, mas sim pelo fato de que, em geral, pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza não se viabilizam em condições dignas de trabalho, tendo acesso somente a trabalhos precários e de baixa remuneração, o que em parte justificaria também o fato de tantos indivíduos necessitarem receber o benefício do programa”. (p. 111).	Não
MOTA, D.M. et al. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. <i>Revista de Economia e Sociologia Rural</i> . Piracicaba, v. 52, n. 1, p. S189-S204, 2014.	2011-2014 / diversas localidades costeiras de Sergipe	Estudo de caso / Entrevistas com 50 beneficiárias e não beneficiárias marisqueiras e catadoras de mangaba	“A afiliação ao PBF revalorizou o trabalho doméstico na esfera da reprodução e pôs em questionamento o trabalho externo dos pais, realizado anteriormente, a qualquer preço para manter os filhos. Nas palavras de uma entrevistada, ‘agora não saio mais doida por aí para arranjar comida para dentro de casa’. Em estudos sobre os impactos do PBF, Rego e Pinzani (2013b) classificaram essa luta diária por alimentos de ‘caçar comida’, apontando a renda estável oriunda do PBF como ‘condição real de início de processos de libertação’, a exemplo de aprender a lidar com um planejamento financeiro familiar mínimo ou da ampliação do seu raio de circulação e acesso aos serviços (agências bancárias, secretarias municipais, supermercados, lojas diversas etc.)”. (p. S199-200).	Não

(continua)

Quadro 9. Estudos de natureza qualitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Provoca efeito-preguiça?
PRÓSPERI, L.O. <i>O Programa Bolsa Família, o “efeito preguiça” e o mercado de trabalho</i> . 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2015.	2004-2015 / Brasil	Revisão bibliográfica de estudos econométricos	“Os resultados das pesquisas levaram à constatação de que não há evidências empíricas de que realmente exista um efeito preguiça significativo quando os beneficiários são comparados à população em geral e a pobres não beneficiários. Há variações de significado estatístico, relacionadas ao número de horas semanais trabalhadas pelas mulheres chefes de família, assim como dos beneficiários que atuam no trabalho informal, o que não denota efeito preguiça, mas a escolha de dedicar parte do tempo para atividades relacionadas ao cuidado com a família”. (p. 80).	Não
SCHMIDT, A.F. <i>O Programa Bolsa Família e a acomodação de seus beneficiários na cidade de Joinville - SC: uma análise econômica dos (des)incentivos ao trabalho</i> . 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.	2003-2014 / Joinville – SC	Estudo quantiqualitativo: criação do Índice de Acomodação dos Beneficiários – IDA; entrevistas semiestruturadas com 25 beneficiários	“No cenário joinvilense, atingiu-se o coeficiente de +1, representando que, no universo pesquisado, pouco menos de 20% dos beneficiários demonstraram alguma tendência a se acomodarem com o recebimento dos repasses”. (p. 199). “Existe um ‘efeito desilusão’ para além de um ‘efeito preguiça’, em que o beneficiário simplesmente deixa de procurar empregos formais devido a sua baixa qualificação. Como necessita de uma renda para custear seus gastos pessoais e familiares, acaba por aceitar empregos informais e mal remunerados, pois também não se sente preparado para iniciar seu próprio negócio ou participar de cursos de capacitação. (p. 201).	Não

(continua)

Quadro 9. Estudos de natureza qualitativa - Teses, dissertações e artigos sobre o efeito preguiça, publicados no Brasil, até 2017

(continuação)

Referência bibliográfica	Período /abrangência	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões	Provoca efeito-preguiça?
SILVA, A.T. <i>Transferência de renda e risco: o Programa Bolsa Família e a fuga do emprego</i> . 2017. 125 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.	Não localizado / Brasil	Análise documental e bibliográfica	“Os diversos pesquisadores mencionados neste trabalho usaram diferentes métodos empíricos para investigação sobre a relação do Programa Bolsa Família e o efeito de sua implantação no mercado de trabalho. Apesar de a realidade contextual e regional apresentar conjunturas diversas, há vários pontos em comum, porém não há como parear a propensão de risco do beneficiário para alcançar o aumento de sua participação no mercado de trabalho. Entretanto, não há comprovação empírica, pelas pesquisas executadas, de que haja uma relação direta entre a diminuição da participação das famílias no mercado de trabalho e o Programa Bolsa Família, gerando o ‘efeito preguiça’. A diminuição da participação no mercado de trabalho foi compensada pelo chamado efeito substituição, em que a mão de obra infantil é gradativamente realocada para escola”. (p. 105).	Não
SILVA, O.M.T. <i>Salário x transferência de renda: tensões no processo de reprodução social de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém</i> . 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.	2014 / Belém - PA	Entrevistas semiestruturadas com 11 beneficiários e 8 profissionais do CRAS	“[...] hipótese b) ‘O usuário do Programa Bolsa Família não é ocioso, é um trabalhador que não tem espaço no mercado de trabalho formal diante das novas configurações que ele assumiu na história’ também é confirmada na medida em que nas entrevistas dos usuários e dos próprios profissionais há o reconhecimento da forte presença do trabalho nas histórias de vida dos usuários, que acompanha toda a sua trajetória. E também o reconhecimento de que a configuração atual do trabalho na sociedade capitalista, na maioria das vezes, não abre espaço para que eles alcancem o mercado formal de trabalho”. (p. 155).	Não

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

A dissertação de Luciene Prósperi (2015), tendo como base de sua pesquisa a revisão bibliográfica de estudos econométricos, e a tese de Agostinho Silva (2017), que realizou discussão teórica a partir de análise documental e bibliográfica, buscaram realizar estudos de abrangência geral do PBF, no contexto geral brasileiro. Os outros quatro trabalhos utilizaram como fonte de pesquisa dados primários obtidos por meio de diferentes técnicas de entrevistas e grupos focais, realizados com beneficiários, não beneficiários e profissionais ligados ao PBF, constituindo-se, portanto, como estudos de casos em localidades situadas nos Estados do Maranhão, Santa Catarina, Pará e Sergipe.

Embora os seis estudos mencionados se refiram a diferentes períodos, locais e tipos de público, utilizando referenciais teóricos e metodologias de pesquisa diversas, todos chegaram à conclusão de que, como já mencionado, o PBF não promove o efeito preguiça e que pode haver redução da carga horária de trabalho remunerado ofertado em contextos específicos – e isto não significa acomodação ou desincentivo ao trabalho, de modo generalizado.

Ao contrário, esses estudos assinalam que o trabalho tem forte presença na trajetória de vida dos beneficiários entrevistados – fato também reconhecido por profissionais ou parte destes, conforme registra Olga Silva (2015), em sua dissertação.

Um ponto comum apontado pelos seis estudos se refere às restrições impostas pelo mercado formal de trabalho, cuja competitividade se acirra em momentos de crise econômica, dificultando a participação da população pobre e extremamente pobre. Dentre os diversos perfis que compõem os fatores de exclusão social mais frequentes na sociedade brasileira e em seu mercado de trabalho, destacam-se os dos seguintes grupos:

- Que possuem pouca ou nenhuma escolaridade;
- Que não possuem as qualificações profissionais desejadas pelo mercado;
- Que se encontram em idade considerada “avançada”;
- Negros e descendentes, principalmente as mulheres;
- Pessoas com algum tipo de enfermidade ou deficiência.

Nesse contexto de restrições, Schmidt (2016) ressaltou que existe, ainda, o “efeito desilusão”, ocasionado pela dificuldade de colocação ou recolocação no mercado, em razão de sua baixa qualificação, conforme descrito nos fragmentos do quadro anterior.

Em pesquisas anteriormente mencionadas, a redução de horas ofertadas ao mercado de trabalho ocorreria de modo mais significativo com o público feminino do PBF, conforme apontaram os estudos quantitativos de Gilnei Santos (2010), Camila Tavares (2014) e Clarissa Teixeira (2009); estas duas autoras consideraram, ainda, que essa redução pode ser compreendida como reflexo do aumento do tempo dedicado aos cuidados com a família, conforme exposto no Quadro 9.

Exemplos desse contexto de cuidado com os filhos pôde ser visto na pesquisa realizada por Olga Silva (2015), que entrevistou beneficiárias em Belém – PA, em 2014:

Eu parei de trabalhar justamente pra cuidar das minhas filhas, porque, eu acho assim: que um filho ele também precisa de amor e de carinho, então eu tinha que parar de trabalhar pra mim dar isso pras minhas filhas, porque as vezes eu chegava 10 horas, 11h da noite. Então, eu acharia assim que eu não tava dando aquele amor de mãe pra elas, *eu tava dando mais amor pros filhos dos meus patrões do que pra elas* [...]. (Lua, desempregada. Em: SILVA, O., 2015, p. 119. Grifos da autora).

[...] eu tive que parar de trabalhar por causa dela [a filha com problemas mentais] [...]. (Regina, dona de casa, 4 filhos). (SILVA, O., 2015, p. 119).

Os estudos qualitativos levantados, conforme se observa no Quadro 9, são praticamente unânimes em considerar que essa redução pode ser compreendida como forma de haver maior alocação do tempo no cuidado com a família – o que não representa, portanto, acomodação ou desincentivo ao trabalho.

Em outros estudos, embora não possuam a temática do efeito preguiça como objetivo central da pesquisa, a participação de beneficiários no mercado de trabalho acabou sendo um assunto recorrente, especialmente quando os pesquisadores realizam entrevistas abertas ou semiestruturadas, tanto com beneficiários quanto com não beneficiários.

Um exemplo disso é o artigo de Eger e Damo (2014), que traz os resultados de um estudo de base etnológica, realizado, entre 2010 e 2012, em dois municípios do Rio Grande do Sul. Com a finalidade de compreender os significados e os valores morais que envolvem a utilização do recurso monetário transferidos pelo PBF, responsáveis familiares beneficiários foram entrevistados, de modo que seus pontos de vista pudessem ser colhidos. Uma das entrevistadas, que faz parte do segmento que deixou de ofertar horas de trabalho remunerado, possibilitou o seguinte registro:

Vera was a young, 29 years old, married (or “living together”, as she preferred) woman, mother of four children (15, 12, 9 and 6 years old). A

residente of Ilha da Pintada (in Porto Alegre) for around ten years, she worked as a housecleaner in order to complement her husband's income. According to her, Gustavo was the "house hold head", because he "works", "leaves home 5 [a.m.] and only returns late at night". Since she became a beneficiary of the PBF around three years earlier, Vera dropped the cleaning service and became fully dedicated to household chores. She proudly explained that the "PBF income" allowed her "the privilege of taking the children to school", and also of "purchasing clothes and shoes for them".⁶¹ (EGER, Talita J.; DAMO, 2014. p. 269).

Esta visão é corroborada pela tese na área de Sociologia, de Charles dos Santos (2017), que realizou seu estudo na Zona da Mata Canavieira de Alagoas, entre 2014 e 2015:

Sônia argumentou que o recurso proveniente do programa governamental possibilitou-lhe deixar de trabalhar em "casas de família" para poder cuidar dos filhos. Ela, inclusive, em um dado momento da entrevista, ofereceu uma visão de como era a relação de trabalho nos tempos de trabalhadora doméstica: "[...]. Como era que ia estudar? A patroa não queria que eu estudasse e trabalhasse, aí era melhor trabalhar para ter o dinheiro para comprar as coisas e para manter e ajudar as minhas outras irmãs que estavam aqui" (Informação verbal). (SANTOS, C., 2017, p. 191).

Em estudo de caso realizado para sua dissertação na área de Sociologia, Ana Carolina Lima (2015) entrevistou beneficiárias da Favela do Vidigal, no Rio de Janeiro – RJ, em 2015, buscando analisar a interferência do PBF na vida daquelas mulheres. Acerca da temática do trabalho, a pesquisadora teceu considerações no sentido de que o PBF não afasta as mulheres do mercado, acontecendo, isso sim, o acúmulo da dupla jornada de trabalho – a de dentro de casa e a de fora:

O que acreditamos, no caso das entrevistadas, é que o benefício não afasta a mulheres do mercado de trabalho formal. Havendo a possibilidade da entrada delas nas atividades remuneradas e com carteira assinada, o que vai acontecer é a atuação da tradicional dupla jornada de trabalho: a executada dentro de casa e as executadas fora de casa. Foi possível verificar ainda, entre as beneficiárias entrevistadas, que a renda do Programa Bolsa Família funciona como uma renda complementar, não permitindo a retirada delas do mercado de trabalho. No entanto, os trabalhos realizados são aqueles tradicionalmente atribuídos como trabalhos típicos femininos, precarizados e informais, muito em função da baixa qualificação. Como demonstramos em capítulos anteriores, a maioria

⁶¹ Em tradução livre: *Vera era uma jovem de 29 anos, casada (ou "vivendo junto", como preferia), mãe de quatro filhos (15, 12, 9 e 6 anos). Residente da Ilha da Pintada (em Porto Alegre) há cerca de dez anos, trabalhava como faxineira para complementar a renda do marido. Segundo ela, Gustavo era o "chefe da família", porque ele "trabalha", "sai de casa às cinco da manhã e só retorna tarde da noite". Desde que se tornou beneficiária do PBF, cerca de três anos antes, Vera deixou o trabalho de limpeza e tornou-se totalmente dedicada às tarefas domésticas. Ela orgulhosamente explicou que o "rendimento do PBF" permitia "o privilégio de levar as crianças à escola", e também de "comprar roupas e sapatos para elas".*

das mulheres entrevistadas não concluíram o segundo grau. Não adquiriram uma profissão para entrar na competição no mercado qualificado. (LIMA, A., 2015, p. 94).

A questão da competitividade no mercado foi abordada na dissertação de Dourado Neto (2017), da área de Computação Aplicada, cujo estudo analisou o impacto do PBF no acesso de jovens beneficiários ao mercado de trabalho. O pesquisador chegou à conclusão de que a concentração dos efeitos de crises econômicas acaba sendo maior em relação a jovens do sexo feminino, situação que, segundo o autor “[...] pode ser atribuída a algum tipo de preconceito contra a contratação de força de trabalho feminina e jovem em situação de pouca oferta de emprego e grande número de pessoas à procura de trabalho” (DOURADO NETO, 2017, p. 75).

Situação semelhante foi apontada por Alexandre Guerra (2017), em sua tese, na área de Administração Pública e Governo, sobre o público beneficiário de Osasco – SP, observando que o contexto de restrições é ainda maior, quando se trata do público feminino:

As mulheres em situação de pobreza sofrem diversas barreiras para a contratação em empregos com carteira de trabalho assinada. Os critérios de seleção do mercado de trabalho de Osasco/SP apontam para predominância de contratações masculinas, no período 2005-2012. Os homens foram responsáveis por 58,6% das novas contratações no período. (GUERRA, 2017, p. 170).

Aline Martins (2016) realizou um estudo de caso sobre o Pronatec, em Fortaleza – CE, para sua dissertação na área de Serviço Social, e constatou a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, principalmente no formal, de pessoas que se encontram acima de uma certa faixa etária. A pesquisadora ilustrou o fato, citando Antunes, para quem o capital

[...] considera como “velhos” trabalhadores na faixa etária de 40 anos de idade em diante e que, uma vez desempregados, não voltarão mais para o mercado de trabalho, restando-lhes o trabalho informal, parcial, dentre outras formas precarizadas. (ANTUNES apud MARTINS, Aline, 2016, p. 93).

Abordando o contexto dos trabalhadores rurais, a dissertação de Carolina Pedroso (2013), na área de Desenvolvimento Sustentável, apresentou os resultados de sua pesquisa sobre a agricultura familiar, realizada em cinco municípios do Piauí, no período de 2006 a 2012. Esse estudo teve como finalidade discutir a influência das políticas públicas, dentre as quais o PBF, na redução das vulnerabilidades desse segmento populacional. Em relação à

temática em foco para este tópico, a pesquisadora concluiu que o PBF vem contribuindo para promover alguma autonomia dessas famílias acerca das decisões referentes à produção agrícola:

Eles declaram que, com esse dinheiro, eles não se veem mais obrigados a buscar trabalho nas terras de outros fazendeiros, e podem dedicar mais tempo às suas próprias produções. [...]. Essas respostas explicam em parte porque alguns gestores locais (alguns deles proprietários de fazendas), quando questionados sobre o programa, alegaram que não se encontra mais mão de obra na zona rural. Tais respostas indicam que não é mais da vontade de muitos agricultores prestar serviços em outras propriedades. Ou seja, ao menos o direito da escolha e da decisão foi obtido por esses produtores por meio do PBF. Eles agora podem escolher se trabalham mais tempo em suas produções ou se dedicam seu tempo a qualquer outra atividade que lhes traga maiores benefícios. (PEDROSO, 2013, p. 115-6).

No excerto anterior, observa-se que a pesquisadora destacou o fato de que, em razão da participação no PBF, os beneficiários rurais passaram a poder fazer escolhas acerca de como e em que atividades empregariam sua mão de obra, fato que talvez não tenha agradado aos produtores rurais locais. Este fato também pode dar a noção do valor da remuneração que vinha sendo ofertada por esses produtores aos trabalhadores, considerando que o valor médio do benefício repassado a uma família é de R\$ 188,16, conforme mencionado anteriormente.

Situação envolvendo possibilidades de escolha para os beneficiários foi constatada também por Cláudia Guedes (2016). Pesquisando as condições de trabalho de uma comunidade de pesca artesanal no município de Salinas das Margaridas – BA, em sua dissertação na área de Saúde, Ambiente e Trabalho, a autora constatou que o PBF possibilitou

[...] a diminuição do cumprimento da rotina diária à maré, que proporcionou uma redução da exposição aos riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos. Ressalta-se que houve um aumento da renda que contribuiu tanto na melhoria das condições de trabalho e saúde desses pescadores e pescadoras artesanais quanto proporcionou uma amenização dos possíveis agravos que possam comprometer a sua saúde ocupacional. (GUEDES, 2016, p. 74).

No caso do excerto anterior, a escolha possibilitada aos trabalhadores envolvia a melhoria da condição de saúde desse grupo, uma vez que a redução de carga horária representava a diminuição de exposição aos riscos associados à atividade da pesca artesanal.

Em estudo para sua dissertação na área de Geografia, Francisca Lima (2014) entrevistou 30 beneficiárias do município de Pau dos Ferros – RN, em 2013, com a finalidade de analisar, dentre outras questões, as relações estabelecidas entre território, pobreza e políticas públicas. Ao ser perguntada sobre a importância do benefício recebido pelo PBF, a entrevistada identificada como Dona Marizete, beneficiária do PBF, prestou o seguinte depoimento:

Sabe moça eu posso dizer que foi uma grande benção esse dinheirinho, pois, antes dele, eu trabalhava como doméstica, daquelas que fazem tudo sabe? E só recebia 100 reais por mês. Eu aguentava aquilo porque só tinha isso né? Depois da Bolsa [Família] não fui mais para a casa deles. Eles me chamaram de preguiçosa, mas, na verdade, eu não aguentava mais tanto trabalho (é que eu só saía de lá à noitinha) para ganhar uma mixaria. Hoje, recebo mais de 200 reais da Bolsa, né? E faço unha também, que ajuda muito. Aprendi a fazer unha num curso que deram pra nós lá nos CRAS. (LIMA, Francisca, 2014, p. 144.).

A título de ilustração, o valor do salário mínimo era de R\$ 678,00⁶², em 2013, ano em que foi registrado o depoimento do fragmento anterior.

Em síntese, os estudos levantados para esta tese, mesmo que não tivessem como objetivo central investigar diretamente a temática do efeito preguiça, assinalaram contextos adversos – agravados em momentos de crise econômica – que contribuem para que beneficiários adultos reduzam sua jornada de trabalho ou se mantenham fora do mercado, uma vez que:

- de modo geral, o público beneficiário não possui escolaridade ou qualificação profissional para enfrentar a competição do mercado de trabalho, havendo, ainda, outros fatores que concorrem para sua exclusão, a exemplo da faixa etária mais avançada e da cor da pele (DALT, 2013; GUERRA, 2017; JESUS, V. 2015; LIMA, A., 2015; MARIANO; SOUZA, 2014; MARTINS, Aline, 2016; MELLO, 2017; PRÓSPERI, 2015; RODRIGUES, V., 2016; SILVA, O., 2015; SPERANDIO; PRIORE, 2015; TAVARES, C., 2014; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015);

⁶² Valor em vigência, a partir de 01 jan. 2013, de acordo com o Decreto n. 7872, de 26 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7872.htm . Acesso em: 02 dez. 2018.

- o PBF possibilita maior dedicação aos cuidados com a família, especialmente em localidades de maior vulnerabilidade social e escassez ou ausência de equipamentos públicos essenciais – principalmente creches e escolas de educação infantil (LIMA, A., 2015; MELLO, 2017; MOSTAFA; SANTOS, 2016; MOTA et al., 2014; SANTOS, C., 2017; SILVA, O., 2015; TAVARES, P., 2010);
- as camadas mais pobres da população, em geral, encontram-se submetidas a situações de trabalho extenuantes, degradantes, irregulares, insalubres, sub-remunerados ou desvalorizados; o PBF representa, assim, uma possibilidade para amenizar possíveis agravos desse quadro ocupacional, por meio da redução da jornada de trabalho ou, ainda, pela busca de alternativas de renda (GUEDES, 2016; LIMA, Francisca, 2014; LUI, 2013; OLIVEIRA, L., 2015; PEDROSO, 2013; PRÓSPERI, 2015).

Não compuseram a revisão de literatura realizada para esta pesquisa, os estudos referentes ao aumento ou manutenção da informalidade, que buscaram analisar uma suposta tendência existente entre os beneficiários de optarem por postos informais de trabalho, com vistas a não auferir valores registrados que pudessem colocar em risco o recebimento do benefício do PBF, pelas razões anteriormente explicadas.

Assim, embora não seja finalidade da presente pesquisa discutir a questão da informalidade entre o público beneficiário, foi possível localizar alguns estudos que contribuem para essa reflexão.

Ádba Silva (2012) e Godward (2017), ao realizarem estudos de natureza quantitativa em suas dissertações, tendo como fontes principais dados do IBGE de 2004 a 2008 e de 2004 a 2016, respectivamente, concluíram que o PBF não contribui para que seu público saia da informalidade – fato avaliado como negativo, considerando-se as implicações inerentes aos postos de trabalho informal, tais como a não contribuição previdenciária e tributária, fato que poderia provocar impactos na própria capacidade estatal para a execução de políticas sociais.

Já Barbosa e Corseuil (2014) e Luísa Nazareno (2016), com base nos dados da PNAD de 2006 e de 2011-12, respectivamente, concluíram que ser beneficiário do PBF não impacta

no aumento da informalidade, havendo, ainda, o indicativo de que poderia existir associação entre transferências de renda e redução da informalidade.

Independentemente dos resultados mencionados, é interessante observar que, nem sempre, a informalidade se constitui, de fato, como uma escolha pessoal do beneficiário, conforme destacado por Livia Mello (2017):

[...] em geral, não existe uma “preferência” dos beneficiários pelo trabalho informal. Isso ocorreria entre grupos específicos nos quais os indivíduos, principalmente devido ao baixo nível de instrução, não possuem outra opção a não ser o trabalho informal. Além disso, a tendência à informalidade pode ser verificada nos casos em que, também devido ao baixo nível de instrução, os beneficiários conseguem apenas empregos formais instáveis e mal remunerados, sendo, na opinião destes, mais vantajoso auferir uma renda do trabalho informal que, somada ao benefício do Bolsa Família, muitas vezes consegue ser equivalente à renda das ocupações anteriores. (MELLO, 2017, p. 106).

Pode-se compreender, assim, que não se trata, necessariamente, de uma “preferência”: a informalidade, especialmente nos contextos de crise econômica, acaba sendo a “alternativa” possível, pelas mesmas razões anteriormente apontadas para a não inserção de beneficiários no mercado de trabalho.

Rabelo (2011), ao abordar o tema do efeito preguiça em entrevistas com beneficiárias, observou quatro conjuntos de argumentos apresentados por elas:

1) há muita dificuldade para conseguir um trabalho; 2) o valor transferido é insuficiente para ser a única fonte de sobrevivência; 3) as beneficiárias, em geral, conhecem os direitos trabalhistas e preferem ter um emprego com carteira assinada e 4) o trabalho tem, para elas, um valor simbólico e auferir dignidade. (RABELO, 2011, p. 201).

Os argumentos elencados sintetizam as razões pelas quais o efeito preguiça não pode ser atribuído ao conjunto de beneficiários do PBF, pois não é somente a insuficiência do valor transferido que deve ser levado em conta para refutar esse efeito; os direitos trabalhistas e a dignidade auferida pelo trabalho são questões importantes para o público estudado.

Foi possível identificar que algumas pesquisas buscaram meios para apurar esse tipo de ocorrência em famílias ou indivíduos no contexto comunitário das respectivas pesquisas de campo. Um episódio que ilustra esse fato foi registrado no artigo de Dalva Mota et al. (2014), em que foram entrevistados beneficiários e não beneficiários de uma comunidade coletora de mangabas, em região costeira de Sergipe:

Retomamos uma situação de campo quanto às diferentes apreciações do PBF. Em três entrevistas, catadoras de mangaba que não são beneficiárias do PBF, incentivadas a explicitar os efeitos do programa, afirmaram que “deixa é o povo preguiçoso, porque tem gente que deixa de trabalhar pra receber essa Bolsa”. “O povo está fazendo mais filho por causa dessa Bolsa Família”. Apesar das afirmações, elas não conseguiram apontar nenhuma família que exemplificasse essa situação. (MOTA et al., 2014, p. S199-200).

É possível que haja indivíduos que coadunem com o perfil descrito no fragmento anterior. Todavia, a questão que se coloca nesta pesquisa é o fato de que este efeito não pode ser considerado como sendo majoritário no conjunto do público beneficiário.

Considerando apenas os estudos que compuseram a revisão de literatura e os demais trabalhos referenciados nesta seção, foram realizados estudos de caso que refutaram o efeito preguiça, nos municípios e períodos que seguem:

- Belém – PA, 2014;
- Joinville – SC, 2003-2014;
- Municípios da região costeira do Estado de Sergipe, 2011-2014;
- Municípios da Zona da Mata Canavieira do Estado de Alagoas, 2014-2015;
- Municípios do Estado de Piauí, 2006-2012;
- Osasco – SP, 2005-2012;
- Pau dos Ferros – RN, 2013;
- Porto Alegre – RS, 2010-2012;
- Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2011;
- Rio de Janeiro – RJ, 2014;
- Salinas das Margaridas – BA, 2015;
- São Luiz – MA, 2016.

Observa-se, assim, que, embora sejam estudos realizados em diferentes municípios e períodos, os resultados acabaram convergindo para a ideia de que o PBF não provoca o efeito preguiça como comportamento generalizado do público beneficiário. Quando ocorre a redução na jornada de trabalho de beneficiários, isso se dá em contextos específicos que envolvem vulnerabilidades de diferentes naturezas, bem como desigualdades socioeconômicas e dificuldade de acesso a serviços essenciais. Portanto, não se pode afirmar

que essa redução possa ser caracterizada como efeito preguiça – com toda a carga pejorativa que esta expressão encerra.

Se os resultados das pesquisas de natureza qualitativa, mormente os estudos de caso, não podem, em princípio, ser generalizados, também não o podem, do mesmo modo, as percepções expressas pelo dito senso comum – especialmente pelo fato de que estas últimas não encontram ressonância na quase totalidade da produção acadêmica brasileira levantada para esta tese.

5.4 O efeito eleição

O efeito eleição é apontado por não beneficiários como uma externalidade negativa, em razão de que, na percepção deles, o PBF teria sido criado ou estaria sendo utilizado com a finalidade de angariar votos para o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus candidatos. Esse debate foi acirrado especialmente nos momentos da reeleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2006, e, posteriormente, da eleição e reeleição de Dilma Rousseff, em 2010 e 2014, respectivamente, como será exposto adiante.

Seguindo o protocolo indicado no Capítulo 4, foi realizada a busca por estudos dedicados a esse tema, o que resultou na localização de 32 trabalhos, entre artigos, teses e dissertações; dentre estes, os primeiros a serem publicados ou defendidos, no contexto da revisão de literatura realizada, são de 2008 e os mais recentes, de 2017, último ano do recorte desta tese. Os trabalhos que compõem esta revisão são os que indicaram em seus objetivos analisar a ocorrência de algum tipo de associação entre o PBF e os resultados das eleições, buscando-se investigar se o público beneficiário tenderia a votar nos candidatos do PT, em razão de sua condição de beneficiários.

Desse conjunto de 32 trabalhos, 28 realizaram análises quantitativas que, na maioria dos casos, procuraram investigar se poderia haver, dentre outras possibilidades, alguma relação entre a cobertura do PBF e a votação nos candidatos do PT. As pesquisas quantitativas utilizaram modelos estatísticos e econométricos, analisando bases de dados do poder público, principalmente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do MDS e do IBGE.

As pesquisas qualitativas, compostas por quatro trabalhos, têm como referenciais metodológicos a pesquisa de campo e o estudo de caso, em três trabalhos, e a análise documental e bibliográfica, em um.

Agrupando-se os trabalhos pelo foco de estudo, observa-se que a temática das eleições presidenciais foi predominante, conforme sintetizado na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5. Teses, dissertações e artigos sobre o PBF e as eleições, publicados no Brasil, até 2017

Foco do estudo	Pesquisa quantitativa	Pesquisa qualitativa	Total
Eleições municipais e/ou estaduais	4	--	4
Eleições presidenciais	23	3	26
Eleições para o Legislativo	1	1	2
Total	28	4	32

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

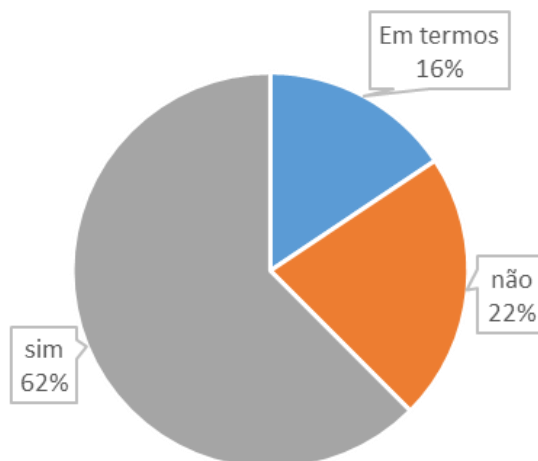
Dentre os trabalhos, considerando as discussões e as conclusões expostas, foi possível agrupar os resultados em três categorias:

- 19 trabalhos concluíram que há associação entre o PBF e o resultado das eleições;
- para oito, não há evidências suficientes para essa associação;
- para cinco, a associação, embora deva ser considerada, não se estabelece de forma absoluta, havendo a necessidade de analisar a importância de outras variáveis dos contextos de que tratam os respectivos estudos.

Com vistas a responder à questão-problema “há associação entre o PBF e os resultados das eleições no Brasil?”, os trabalhos foram agrupados, conforme as categorias estabelecidas, para a elaboração do gráfico, a seguir.

Figura 9. Gráfico - Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, sobre o PBF e as eleições

Há associação entre o PBF e o resultado das eleições no Brasil?



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Dada a quantidade de estudos localizada, serão apresentados, a seguir, os quadros contendo a síntese desses trabalhos, organizados nas três categorias anteriormente mencionadas, iniciando-se pelos categorizados como “não”.

Quadro 10. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram não haver associação entre o PBF e os resultados das eleições

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
BOLZAN, D.D. <i>Ciclos político-econômicos e as eleições presidenciais brasileiras de 2014</i> . 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.	2014 / nacional / Eleições presidenciais (Dilma Rousseff)	Modelo econométrico Tobit / Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; MDS; STF; TSE	“Apesar de muito discutido, o impacto do Programa Bolsa Família é muito pequeno para causar qualquer alteração significativa na votação da candidata. Além disso, pode-se afirmar que a base eleitoral do partido já estava estabelecida antes da eleição. Quando se observam as votações da candidata nas eleições de 2010 e 2014, a correlação entre as variáveis é de 89,56%. Já a relação inversa entre o IDH-M corrobora a interpretação de que regiões menos desenvolvidas preferiram a candidata petista”. (p. 65).
CORRÊA, D.S. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. <i>Opinião Pública</i> . Campinas, v. 21, n. 3, p. 514-534, dez., 2015.	1990-2014 / nacional / eleições presidenciais	Modelos de regressão OLS / Tribunais Eleitorais e ministérios responsáveis pela administração dos programas	“Estudiosos dos efeitos eleitorais de programas de TRC têm sido muito rápidos em extrair conclusões de seus achados empíricos. É verdade que o apoio eleitoral do governo tende a crescer entre os pobres, mas há fortes motivos para se crer que esses programas também geram toda uma gama de críticas entre eleitores de classes mais altas, o que os leva a migrar para a oposição. Como consequência, programas de TRC geraram profundas mudanças nas bases de apoio do governo, que passaram a ser compostas por uma maior proporção de eleitores de baixa renda e uma menor proporção de eleitores de classe alta. Isto deve ser encarado como uma consequência natural da consolidação democrática em contextos de alta desigualdade social”. (p. 90).
CORRÊA, D.S. Transferência de renda e eleições - A trajetória latino-americana. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> . São Paulo, v. 31, n. 90, p. 99-114, 2016.	2002-2007 / nacional / eleições presidenciais	Modelos de regressão linear; modelo teórico próprio; índice I de Moran / <i>Americas Barometer (Latin American Public Opinion Project – Lapop) 2007</i> ; TSE; Censo 2000; MDS	“Não obstante, políticas redistributivas sofrem oposição de certos segmentos da população, especialmente em países desiguais. Essa oposição se reflete na arena eleitoral, e presidentes que implementam programas de TRC correm o risco de perder votos. Esses custos eleitorais têm sido misteriosamente negligenciados por todos os autores que analisaram o impacto do Bolsa Família no desempenho eleitoral de Lula em 2006. Atualmente, existe um certo consenso acadêmico de que o programa estimulou os pobres a votar a favor do governo e que o seu efeito na votação de Lula, em 2006, foi positivo. Neste artigo, apresentei evidências teóricas e empíricas de que essa interpretação precisa ser retificada. Lula ganhou pelo menos tantos votos quanto perdeu em consequência do Bolsa Família, o que explica o fato de sua proporção nacional de votos não ter mudado muito de uma eleição para outra”. (p. 530-1).

(continua)

Quadro 10. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram não haver associação entre o PBF e os resultados das eleições

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
MACIEL, N.; VENTURA, T. O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014). <i>Opinião Pública</i> . Campinas, v. 23, n. 1, p. 96-125, abr., 2017.	1994-2014 / nacional / Câmara dos Deputados	Análise descritiva; modelos longitudinais com dados municipais / IBGE; MDS; TSE; CEBRAP	“Testes complementares indicaram que o programa Bolsa Família não teve influência na votação para essa casa legislativa”. (p. 97).
NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. <i>Opinião Pública</i> . Campinas, v. 20, n. 3, p. 311-325, dez., 2014.	2010 / nacional / eleições presidenciais	Modelo de regressão logística multinomial / Estudo Eleitoral Brasileiro	“Entre as variáveis selecionadas, a escolaridade, a região, a religião, a preferência partidária, o autopoicionamento na escala esquerda-direita e a avaliação de governo foram as que apresentaram diferenças na votação obtida pelos candidatos. Por outro lado, o sexo, a idade e a participação no programa Bolsa Família tiveram reduzido impacto nessa votação”. (p. 311).
RODRIGUES, L.A.S.T. <i>Programa de transferência de renda e comportamento eleitoral: um estudo do Bolsa Família federal</i> . 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.	2008 / 2 municípios / eleições presidenciais	Estudo de caso em dois municípios; entrevistas; análise de conteúdo; modelos explicativos do comportamento eleitoral / dados primários (30 entrevistados)	“As entrevistas qualitativas mostram, então, que não há uma relação do recebimento do benefício com o voto, principalmente, nas entrevistadas de Formosa. Em Barreiras, todas afirmaram que na próxima eleição votariam no candidato apoiado por Lula, mas quase nenhuma relaciona esse apoio à existência do programa. Por outro lado, é tocante a importância do recebimento em suas vidas, principalmente quanto elas afirmam ter medo de perder a bolsa. E também afirmam que suas vidas mudaram muito depois do programa em que elas passaram a ter mais poder de compra, seja de alimentos, seja de material escolar”. (p. 107).
SILVA, F.M.E. <i>Clientelismo, eleições legislativas e o Programa Bolsa Família: um estudo de caso em Minas Gerais</i> . 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.	2002-2014 / Estado de Minas Gerais / Câmara dos Deputados de MG	Estudo de caso em MG; estatística descritiva; regressão de dados em painel com 4 candidatos a deputado federal; análise do perfil biográfico / dados primários; MDS; TSE	“Assim, esse ensaio buscou elucidar, com estudo de caso, se havia uma possível interação entre os níveis de dominância local dos candidatos e a ampliação do programa Bolsa Família, especialmente porque era esperado que o programa tivesse atuado como depressor da competição eleitoral em nível local, refletindo nos índices de dominância, mesmo de candidatos com expressão nacional. Os resultados apontaram para inconsistência desta afirmação, e aventaram-se por três motivos explicativos para tanto: 1) falha de aderência geral do parâmetro concentrado-dominante ao perfil biográfico clientelista; 2) os parâmetros de distribuição espacial de votos podem não refletir apropriadamente o clientelismo; 3) no parâmetro concentrado-dominante podem conviver tanto candidatos clientelistas quanto não clientelistas”. (p. 106).

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

Os estudos que investigaram a relação entre o PBF e as eleições para os cargos legislativos e os do Executivo subnacionais – municipal ou estadual – não encontraram associações significativas.

Considerando os trabalhos que avaliaram que o PBF não foi decisivo para o resultado das eleições presidenciais no Brasil, foram apontados, dentre os argumentos, conforme identificado no quadro anterior, o fato de que o PT já tinha sua base eleitoral estabelecida antes das eleições, especialmente no caso da eleição de Dilma Rousseff. Outro argumento, seria o fato de que se o PBF poderia, por um lado, angariar votos para o PT entre o seu público, por outro, também poderia vir a perdê-los, a exemplo daqueles que são contrários ao Partido e que alegam como um dos motivos para isso a oposição ao Programa.

Ludmila Rodrigues (2009), em sua dissertação na área de Ciências Sociais, entrevistou 29 beneficiárias de dois municípios – um no interior da Bahia e outro no interior de Goiás. A pesquisadora observou que, embora o PBF tenha trazido mudanças e tenha grande importância para a vida desse público, não houve depoimentos contendo a manifestação da relação direta entre ser beneficiária e votar no candidato Lula, isto é, o PBF não seria o ponto fulcral da decisão de voto dessas eleitoras, mas, sim, o conjunto de políticas públicas aprovado pela população. Como exemplo, a autora cita o fato de que cerca de 20% da população era beneficiada pelo PBF, à época de sua pesquisa; o presidente Lula havia recebido mais de 65% dos votos nos dois municípios pesquisados.

Reflexões semelhantes são apontadas pelos estudos que, mesmo considerando a importância do PBF para o resultado das eleições, não associam os dois fatores de forma absoluta nem estabelecem relação de causalidade entre eles.

Quadro 11. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que a associação entre o PBF e os resultados das eleições ocorre em termos

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
AMARAL, O.E.; RIBEIRO, P.F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. <i>Revista de Sociologia e Política</i> . Curitiba, v. 23, n. 56, p. 107-123, dez., 2015.	2014 / nacional / eleições presidenciais (Dilma Rousseff)	Modelo logístico multinomial; modelo binário / Estudo eleitoral Brasileiro	“O julgamento sobre o desempenho do governo esteve dissociado, no entanto, da avaliação sobre a situação econômica do país, sugerindo que a percepção sobre outras políticas públicas deve ter impulsionado a avaliação positiva da gestão. A identificação partidária se confirmou como importante atalho cognitivo, o Bolsa Família teve efeitos significativos apenas no segundo turno e as variáveis sociodemográficas se mostraram pouco relevantes. O caráter retrospectivo do comportamento do eleitor, recompensando ou punindo o candidato do governo a partir da análise de seu desempenho, mostra-se um fator mais complexo do que se supunha, na medida em que não se restringe à avaliação do cenário econômico ou à participação direta nos programas de transferência de renda”. (p. 107).
CANÊDO-PINHEIRO, M. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. <i>Economia Aplicada</i> . São Paulo, v. 19, n. 1, p. 31-61, 2015.	2000-2006 / nacional / eleições presidenciais (Lula)	Método de agregação proposto em Kelejian (1995); Mínimos Quadrados Não-Lineares Generalizados (MQNLG) / TSE; IBGE; MDS	O que explicaria a mudança no padrão de votação de Lula nas eleições presidenciais de 2006: desempenho da economia ou a massificação do programa Bolsa Família? Ao contrário de boa parte da literatura anterior, a resposta é: nenhum dos dois. O impacto do programa de transferência de renda se mostrou bastante superior ao do crescimento da economia, mas parece não ser a principal explicação para a migração significativa de votos em direção do candidato do PT nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. (p. 58).
MARTINS, D.J.D. et al. Fatores que contribuíram para a reeleição da presidente Dilma Rousseff. <i>Política & Sociedade</i> . Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 145-170, jan./abr., 2016.	2014 / nacional / eleições presidenciais (Dilma Rousseff)	Econometria espacial; Regressão Ponderada Geograficamente; Análise Exploratória de Dados Espaciais / TSE, IBGE, Censo 2010; Sistema de Benefícios ao Cidadão - Sibec (Caixa Econômica)	“De acordo com os resultados obtidos, a votação da presidente Dilma no segundo turno das eleições para presidente em 2014 foi maior nos municípios de renda per capita mais baixa, com maior parcela da população analfabeta, com maiores taxas de desemprego e onde o Programa Bolsa Família beneficia um número maior de pessoas. [...]. Outra questão foi relacionada à hipótese que, com a melhora na condição social dos eleitores mais pobres a partir da aplicação do Programa Bolsa Família, esses eleitores direcionariam seus votos à candidata Dilma. Porém, um valor de λ de 0,782 não confirma a hipótese de que o Programa foi o elemento chave para eleger a presidente, pois indica que existem outras variáveis que não fizeram parte do modelo e que colaboram para sua reeleição”. (p. 166).

(continua)

Quadro 11. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que a associação entre o PBF e os resultados das eleições ocorre em termos

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
PINTO, J.M. <i>Benefícios do Governo Federal: uma análise com base na teoria dos ciclos eleitorais</i> . 2011. 88f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.	2004-2010 / nacional / eleições presidenciais	Teste de Dickey-Fuller; análise de regressão / MDS; Ipeadata	“No presente estudo, os resultados encontrados neste capítulo para a análise das séries temporais para o Brasil como um todo indicam que a política de concessão do Bolsa Família não apresenta indícios conclusivos no que se refere à adequação da dinâmica do PBF com a teoria dos ciclos eleitorais. Entretanto, há de se ressaltar que, apesar dos resultados encontrados na seção de análise das séries de tempo, a análise dos dados em painel aponta no sentido de que há "efeitos eleitorais" na concessão do Bolsa Família. Apesar do fato de não ser possível concluir indubitavelmente que a dinâmica de tais benefícios está sujeita ao calendário eleitoral, pode-se inferir que há um "certo efeito" eleitoral no PBF, que não teria sido captada pela série de tempo, devido à quantidade pequena de observações na amostra nacional. Assim, pode-se conjecturar que existe uma razoável adequação da dinâmica do PBF com o calendário eleitoral”. (p. 77).
SIMONI JUNIOR, S. <i>Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral</i> . 2017. 154 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.	2006 / nacional / eleições presidenciais	OLS com variáveis apenas aditivas, OLS com interação e modelos multinível <i>varying-intercept</i> e <i>varying-slope</i> ; modelos de regressão com erro espacial / IBGE (MUNIC e CENSO), IPEADATA, TSE	“[...] a maior parte das análises supõe que os ganhos eleitorais oriundos da política pública deveriam ocorrer única, direta e mecanicamente nos seus beneficiários. Tem-se como pressuposto que os benefícios alocados pelo governo aos mais pobres poderiam constituir causa suficiente para afetar seu comportamento eleitoral, ao passo que os demais eleitores decidiriam seu voto com base em outras questões. Entretanto, procurei argumentar que esse pressuposto não é razoável. Eleitores não beneficiários podem ser afetados pela política tanto por receber benefícios de maneira indireta, quanto porque podem formar opiniões ou posições sobre a transferência de renda que podem ter impacto em seu comportamento político”. (p. 110).

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

De modo geral, os estudos que apontaram que a associação entre o PBF e as eleições é relativa, assinalaram que seria razoável considerar que outras políticas e outras variáveis tenham influenciado na decisão do eleitorado – e não só o PBF.

O estudo de Simoni Júnior (2017), por exemplo, ressaltou que esta associação não seria uma relação de causalidade, uma vez que não beneficiários podem também ter percepções positivas sobre a transferência de renda, o que pode provocar impacto em seu comportamento eleitoral. Pode-se considerar, assim, que não beneficiários poderiam ser simpatizantes ou mesmo indiretamente beneficiados por esta política ou, ainda, que outras políticas além do PBF tenham influenciado na decisão do eleitorado.

Para Canêdo-Pinheiro (2015), o crescimento econômico teria possibilitado a migração de votos para Lula, em 2006, entre os eleitores mais ricos. Segundo o autor, a votação em Lula parece indicar que “[...] os eleitores mais pobres estão tão alijados dos ganhos advindos do crescimento econômico, que simplesmente não levaram essa variável em conta quando decidiram seu voto nas eleições de 2006” (CANÊDO-PINHEIRO, 2015, p. 59).

Em outros trabalhos, observa-se que pode haver variações nos resultados encontrados, dependendo da metodologia escolhida e também das bases de dados analisadas.

Os estudos que apontam associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições no Brasil compõem a maioria do presente levantamento e tiveram os métodos quantitativos de análise como principal opção metodológica, com exceção de dois estudos.

Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
AGUIAR, S.C. O Programa Bolsa Família e o governo Lula. <i>Polêm!ca</i> . Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1513-1521, out./dez., 2014.	2006 / nacional / eleições presidenciais (Lula)	Pesquisa exploratória bibliográfica / documentos oficiais e bibliografia	“Além da expressividade do número de votos dos beneficiários do PBF que somaram para a permanência de Lula no governo, é preciso contextualizar esse programa, pois o Brasil é um país historicamente desigual que não oferecia possibilidade de qualquer mudança e o PBF, num dado momento favorável e por conta da estabilidade econômica, aponta, ainda que deficientemente, para uma direção inversa. Os mais pobres, até então alijados ou presentes muito timidamente na política assistencial, passam a ser assistidos por um programa carro-chefe do governo. Isso criou um sentimento de pertencimento, de inclusão e de valorização nos beneficiários do PBF e a clara vinculação do programa ao ex-presidente Lula; uma verdadeira unidade PBF e Lula. E tal sentimento se confunde entre gratidão e veneração, transformando o ex-presidente Lula num mito rotulado de ‘pai dos pobres’, ‘o único que fez pelos pobres’, expresso na popularidade e no carinho que muitos brasileiros demonstram ao se referir a ele”. (p. 1519-20).
ALMEIDA JUNIOR, P.M.; SOUZA, T.C. Estimativas de votos da presidente Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 sob o âmbito do Bolsa Família. <i>Ciência e Natura</i> . Santa Maria, v. 37, n. 1, p. 12-22, 2015.	2010 / nacional / Eleições presidenciais (Dilma Rousseff)	Modelo de regressão beta / TSE; IBGE; IPEA; Atlas do Desenvolvimento Humano	“Ajustando o modelo de regressão beta para explicar o percentual de votos da presidente Dilma em 2010, verifica-se que o gasto per capita com o programa Bolsa Família do Governo Federal teve uma influência positiva em relação ao percentual de votos da presidente Dilma Rousseff no Nordeste nas eleições de 2010. Isto é, os municípios que tinham maiores gastos com o programa assistencial Bolsa Família apresentaram maior percentual de votos a favor da presidente Dilma”. (p. 20).
ANDRADE, L.C.M. <i>Do quase nada ao praticamente tudo: Uma análise espacial da evolução da votação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência no Nordeste</i> . 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.	1998-2010 / nacional / eleições presidenciais	Análise espacial exploratória; regressão simples e múltipla; regressão espacial; índice de Moran / Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); TSE	“O Programa Bolsa Família é um dos grandes responsáveis pelo fenômeno eleitoral do Nordeste e, atualmente, é um programa que colabora muito para o desenvolvimento da Região. Os impactos do programa no Nordeste dizem respeito ao fato de ser essa a região em que maiores recursos do programa são despendidos e porque era a região que mais necessitava desse tipo de investimento. Quando se planta uma árvore frutífera no meio de um pomar a diferença quase não se faz sentir, mas quando essa árvore é plantada no meio de um deserto ela pode fazer uma revolução. O Programa ainda possui alguns defeitos como algumas fraudes no cadastro das famílias e a falta de autonomia que ele causa às prefeituras que tem o programa como quase a única renda municipal. No entanto, é impossível negar que o programa modificou a vida de muita gente no Nordeste e no Brasil como um todo”. (p. 91).

(continua)

Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
BASTOS, M.R.C. <i>A Implementação de Políticas Públicas com Agenciamento e Múltiplos Principais - A Análise da Difusão do Programa Bolsa Família</i> . 2015. 168 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	2000-2010 / nacional / eleições municipais	Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com erro-padrão robustos à heterocedasticidade; regressão linear; análise de correlação / TSE; Censo 2000 e 2010; MDS; TCU; CGU; Ministério Público da União	“Encontramos evidências robustas de que, nos locais onde a implementação do programa está em estágio inferior ao dos demais, prefeitos têm fortes incentivos eleitorais em ampliar o programa. Esse resultado propicia um jogo eleitoral onde prefeitos incumbentes precisam acompanhar o desempenho de seus pares para se reelegerem, mecanismo que contribui para explicar a rápida difusão do PBF no país. [...] Em resumo, trazemos evidências de que eleitores, municiados com informação relevante para avaliar o desempenho da prefeitura, fortalecem o controle exercido pelo Governo Federal sobre os municípios na implementação do PBF, criando incentivos para maior provisão de serviços”. (p. 4).
BORGES, A. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. <i>Revista de Sociologia e Política</i> . Curitiba, v.18, n. 35, p. 167-188, fev., 2010.	2002-2006 / nacional / eleições estaduais	Análise de regressão linear e correlação linear simples, de modo a explorar a conexão entre a política nacional e estadual ao longo dos anos 1990 e 2000 / IBGE;TSE;MDS	“Como esperado, há uma relação forte e positiva entre os ganhos eleitorais do PT e o percentual de famílias atendidas pelo Bolsa Família no nível estadual. É interessante notar que o mesmo efeito positivo verifica-se para a variável dif cadeiras partidos de esquerda, o que indica que o impacto eleitoral do Bolsa Família não se restringiu ao partido do Presidente, o que não é de todo surpreendente, quando se considera que o PT fez alianças com outros partidos de esquerda em vários estados brasileiros. Pode-se supor ainda que o programa Bolsa Família contribuiu para enfraquecer as redes clientelistas previamente controladas pelos partidos e lideranças de centro-direita dominantes nos estados mais pobres, assim ajudando, mesmo que indiretamente, as forças de oposição de esquerda nesses estados”. (p. 176).
CARVALHO, D.; SANTOS, G.F. Ciclos políticos, socioeconomia e a geografia eleitoral do estado da Bahia nas eleições de 2006. <i>Revista de Sociologia e Política</i> . Curitiba, v. 23, n. 54, p. 109-135, jun., 2015.	2006 / estadual (BA) / eleições estaduais	Estatística e econometria espacial - georreferenciamento de dados; Índice Global de Moran; Modelo Autorregressivo Espacial, Modelo de Erro Espacial e o Modelo Espacial Geral / TSE; Tribunal Regional Eleitoral - BA; IBGE; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); MDS	“Quanto ao Programa Bolsa Família, este apresentou efeito causal direto na votação do PT para o cargo de presidente, mas não sobre os resultados da eleição para governador, o que não descarta o fato de que o efeito do programa tenha sido decisivo no agregado do eleitorado. Os resultados mostraram que os determinantes puramente locais podem não ter sido suficientes para determinar a vitória do PT para o cargo de governador e a respectiva derrota do “carlismo” nas eleições de 2006”. (p. 109).

(continua)

Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
COELHO, B.D.P. <i>Essays in Applied Economics: Inequality and Voting Decision in Brazil</i> . 2017. 95 f. Tese (Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.	2010 / nacional / eleições presidenciais (Dilma Rousseff)	Modelo <i>mixed logit</i> / IBGE (Censo e PNAD), MDS, TSE	“Resultados indicam que o caráter redistributivo do programa possui um impacto eleitoral nos eleitores maior do que os ganhos individuais de renda dos beneficiários. O efeito marginal de ser um beneficiário do programa na decisão de voto é equivalente a um aumento de 81 reais na renda mensal do trabalho, menos do que o valor médio recebido por beneficiário que é de 90 reais. Nosso exercício contrafactual aponta que, sem o programa Bolsa Família, a incumbente, Sra. Rousseff, perderia 5,6% do total de votos, deixando o resultado da eleição inconclusivo”. (resumo).
CORACY, L.A.V. <i>Efeito de políticas assistencialistas no percentual de votos</i> . 2016. 44 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2016.	2006-2014 / nacional / eleições presidenciais	Estatística descritiva; modelo de regressão linear múltipla / TSE; IBGE; MDS; DATASUS	“Todavia, a fiança negativa sobre os escândalos de corrupção nos governos petistas não foi suficiente para tirar o fôlego dos eleitores na decisão do voto, principalmente dos eleitores mais pobres (BIROLI; MANTOVANI, 2010). Entretanto, o fato desses eleitores não darem importância à corrupção, estaria relacionado aos benefícios alcançados por meio dos programas de transferência de renda de caráter partidário do governo petista, dessa forma, alcançando a dominação dos eleitores com vistas à desinformação [...]”. (p. 12).
COSTA, M.A.C. <i>Norteando o voto: o impacto do Programa Bolsa Família no comportamento do Eleitor do Norte do Brasil</i> . 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.	2002-2006 / Região Norte / eleições presidenciais (Lula)	T Pareado; modelo de correlação de variáveis (relação entre o nº de votos em Lula e de beneficiários em 2006) / IDHM, PNUD, TSE, MDS, IPEA, IBGE	“Podemos afirmar, então, que nas áreas em que é mais visível a dependência da população por iniciativas do poder público, como nos municípios menos desenvolvidos da região Norte, Lula obteve uma melhor performance eleitoral. Embora não possamos garantir que os beneficiários do programa Bolsa Família foram os mesmos que votaram em Lula em 2006, não se pode negar a robustez do impacto positivo desta política pública na votação do candidato do PT, o que contraria as afirmações de Carraro et al (2008), e confirma as conclusões de Nicolau e Peixoto (2007), Soares e Terron (2008) e Marques et al (2009). Por mais que consideremos a influência do contexto social de crescimento econômico mundial apontado por Carraro et al, os resultados desta pesquisa confirmam que quanto maior a cobertura do programa Bolsa Família em relação à população geral, mais elevada foi a votação de Lula na região Norte”. (p. 77).
CUNHA, C.C. <i>O Impacto Eleitoral de Programas de Transferência de Renda Estaduais no Brasil</i> . 2014. 43 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Fundação Getúlio Vargas/RJ, Rio de Janeiro, 2014.	2012-2014 / 182 municípios do RJ / eleições municipais	Técnicas de matching; Métodos dos Mínimos Quadrados; pareamento genético / TSE; MDS; Secretaria de Planejamento e Gestão do RJ	“As estimativas apresentadas neste artigo sobre o efeito eleitoral de políticas de transferência de renda estaduais, operadas em conjunto com o governo federal, apontam para a existência de uma relação significativa entre a aplicação do programa e votos no incumbente do partido que iniciou a política no nível estadual. Isto significa que a cobertura do programa explica uma parte da variação nos votos dos incumbentes do partido estadual que implantou a política e também nos votos dos candidatos municipais do mesmo partido e de partidos aliados do governo estadual”. (p. 39).

(continua)

Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
LICIO, E.C.; RENNÓ, L.R.; CASTRO, H.C.O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. <i>Opinião Pública</i> , v.15, n.1, Campinas, jun., 2009.	2006 / nacional / eleições presidenciais (Lula)	Modelo estatístico multivariado em uma amostra probabilística nacional / Etapa brasileira da Pesquisa Barômetro das Américas (coordenada pelo <i>Latin American Public Opinion Project</i>) - 1.497 entrevistados	“A análise dos dados permitiu identificar uma nítida diferença de opiniões e atitudes em relação ao Presidente da República e ao Governo Federal em ambos os grupos analisados. Os testes estatísticos realizados também permitiram reconhecer que os comportamentos de beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família são diferentes, pelo menos no que concerne às variáveis selecionadas. Em suma, os achados deste trabalho contribuem para fortalecer a hipótese de que os beneficiários do Programa tendem a votar mais em Lula, além de avaliar o governo federal e o trabalho do Presidente de uma forma mais positiva do que os não beneficiários”. (p. 48).
LOPES, C.C. <i>Uma avaliação do impacto eleitoral do Programa Bolsa Família</i> . 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estatística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.	2006-2010-2014 / nacional / eleições presidenciais	Modelo de regressão beta com dispersão variável / TSE, MDS, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, IBGE	“Nesse contexto, evidencia-se que os gastos com assistencialismo, principalmente com o Programa Bolsa Família, foco desta pesquisa, exercem influência sobre a votação dos candidatos à presidência. Em períodos mais remotos a influência era maior, isto é, acarretava maior quantidade de votos favoráveis aos presidentes, entretanto, com o passar dos anos, este cenário foi enfraquecendo, tanto que o resultado da eleição mais recente poderia ter sido alterado com base no número de votos perdidos caso tais gastos não tivessem aumentado nos últimos 4 anos”. (p. 78).
MAGALHÃES, A.M.; SILVA, M.E.A.; DIAS, F.M. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. <i>Opinião Pública</i> . Campinas, v. 21, n. 3, p. 535-573, dez., 2015.	2006-2010 / nacional / eleições presidenciais	Abordagem econométrico-espacial / IBGE / TSE	“Os resultados indicaram que tanto o Bolsa Família quanto Lula foram importantes na votação de Dilma (tanto no primeiro quanto no segundo turnos). Ou seja, mesmo controlando pela votação obtida por Lula, o BF [Bolsa Família] continuou importante para a eleição de Dilma. É possível interpretar esse resultado como sendo uma consequência do desempenho do segundo mandato de Lula: o aprofundamento do BF na segunda gestão ampliou a sua força além daquela sentida no pleito de 2006 e rendeu mais dividendos eleitorais. O efeito Lula foi, entretanto, maior do que aquele gerado pelo programa”. (p. 560).

(continua)

Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
MARQUES, R.M. et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. <i>Revista de Economia Política</i> , v.29, n.1, p. 114-132, São Paulo, jan./mar., 2009.	2006 / nacional / eleições presidenciais	Modelos de regressões simples e múltipla / MDS, IBGE, IDH e IDH-M, TSE	“Assim, foi determinante para o resultado do pleito presidencial de 2006 o fato de o PBF abranger mais de 11 milhões de famílias e beneficiar quase 26% da população. Esses dados indicam que, mais do que uma percepção de uma política governamental, as famílias beneficiárias e seu entorno veem o PBF como algo concreto, que alterou sua condição de vida. O presidente Lula, ao levar essa política para os municípios brasileiros e ao introduzir, no interior do PBF, um componente fixo, sem condicionalidade que não a pobreza, assegurou uma ampla base de apoio eleitoral”. (p. 131).
OLIVEIRA, E.R. <i>Políticas públicas sociais e comportamento eleitoral: o Programa Bolsa Família e as eleições federais no município de Vila Velha - ES (2006 -2010)</i> . 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) - Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2014.	2006-2010 / local (Vila Velha – ES) / eleições presidenciais	Estudo de caso; entrevistas semiestruturadas; análise descritiva / MDS, Tribunal Regional Eleitoral; Cartório Eleitoral; dados primários	“Desse modo, a análise dos dados sugere que há uma forte relação entre o voto dos beneficiários e o PBF e o resultado das eleições presidenciais de 2006 e 2010 neste município. Notou-se, que de alguma forma esses beneficiários acreditam que, com a troca de partido o benefício (PBF) pode deixar de existir. Ou, se não isso, seríamos levados a acreditar que o comportamento desses beneficiários estaria relacionado à ideologia partidária. Todavia, não foi o que se observou na pesquisa de campo descrita no capítulo 4 – Comportamento Eleitoral dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Vila Velha [...]”. (p. 128).
PETTERINI, F.C. <i>Três ensaios sobre escolhas e o uso da técnica mixed logit</i> . 2009. 94 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.	2002-2006 / nacional / eleições presidenciais	Teoria da escolha; <i>mixed logit</i> ; modelos de <i>matching</i> / TSE; MDS	“Pelos resultados apresentados acima, nos estados do Nordeste cada Bolsa Família gerou algo entre 0,3 e 0,4 voto para Lula. E perdas de algo entre 0,1 e 0,2 voto para Alckmin. Para os outros candidatos, em geral, essa relação se mostrou diminuta. Dentre os estados com maior número de eleitores (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul), a Bahia é onde se estimou a maior relação entre votos e Bolsas Família: cada unidade gerou 0,33 voto para Lula. Enfim, os resultados apontam que uma Bolsa Família pode gerar entre 0,1 e 0,4 voto, dependendo da localidade”. (p. 81).

(continua)

Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
SOARES, G.A.D.; TERRON, S.L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). <i>Opinião Pública</i> , v.14, n.2, Campinas, nov., 2008.	2002-2006 / nacional / eleições presidenciais (Lula)	Estatística e econometria espacial; análises exploratórias e de regressão, incluindo 5.564 municípios / IBGE, TSE, Ministério das Cidades (PPGEO-UFPE e FASE); Observatório das Metrôpoles; MDS; PNAD	“Confirmaram que a participação do Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante deste novo contorno das bases geoeleitorais e o fator com maior peso na explicação da votação municipal”. (p. 298).
SOUZA, T.Q. <i>Programa Bolsa Família: as conexões eleitorais e os aspectos político-institucionais das políticas sociais do Governo Lula</i> . 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.	2002-2010 / nacional / eleições presidenciais	Estatística descritiva; correlação de Pearson; regressão linear / MDS; Caixa Econômica Federal	“O PBF explica praticamente 50% dos votos recebidos pelo candidato [Lula] em ambos os turnos, com 99% de probabilidade de certeza. As outras variáveis, seguindo o que a correlação de Pearson havia demonstrado, não impactaram no processo. [...]. O PBF também se apresenta como responsável por pouco mais de 50% da votação recebida pela candidata [Dilma Rousseff] no primeiro e segundo turnos, também com 99% de probabilidade. [...]. A análise dos dados sugere que o PBF desempenhou um impacto bastante significativo, a partir da eleição presidencial de 2006”. (p. 98-9).
TERRON, S.L. <i>A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)</i> . 2009. 108 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.	1989-2006 / nacional / eleições presidenciais (Lula)	Análise espacial de dados e de regressão estatística espacial de 5.564 municípios / IBGE; TSE; MDS	“A relação entre o padrão regional de Lula em 2006 e a implementação do Programa Bolsa Família foi novamente confirmada. A construção deste novo território eleitoral, numa região que até então não havia demonstrado essa coesão com nenhum outro candidato ou partido, reforça a hipótese da influência do contexto. Os rendimentos médios mensais per capita nos municípios do Norte e do Nordeste são os mais baixos do país”. (p. 154).

(continua)

Quadro 12. Teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, até 2017, que consideram que há associação positiva entre o PBF e os resultados das eleições

(continuação)

Referência bibliográfica	Período / abrangência / foco da análise	Principal metodologia / fonte	Principais conclusões
ZUCCO JUNIOR, C. The impacts of Conditional Cash Transfers in four presidential elections (2002–2014). <i>Brazilian Political Science Review</i> . São Paulo, v. 9, n. 1, p. 135-149, jan./abr., 2015.	2002-2014 / nacional / eleições presidenciais	<i>Genetic matching algorithm; propensity score matching</i> / Vox Populi; Ibope; Pesquisa do Painel Eleitoral Brasileiro	“This steep curve ‘explains’ the magnification of the BFP electoral effects because it implies not only those beneficiaries voted for incumbents at a rate larger than that of non-beneficiaries but also that non-beneficiaries voted for the incumbents at rates that are more directly proportional to coverage. Therefore, in places with large coverage, the incumbent collected a lot of votes from those covered as well as a lot of votes from those non-covered, with the opposite being true in places with little coverage” ⁶³ . (p.145).

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa

⁶³ Em tradução livre: Essa grande curva “explica” a ampliação dos efeitos eleitorais do PBF, pois implica não apenas que os beneficiários votaram no candidato governista em uma proporção maior que a dos não beneficiários, mas também que os não beneficiários votaram no mesmo candidato a taxas diretamente proporcionais à cobertura do PBF. Portanto, em locais com ampla cobertura, o candidato governista angariou muitos votos de beneficiários e não beneficiários, sendo o inverso verdadeiro em locais com baixa cobertura do PBF.

Dentre os trabalhos que consideram que há relação positiva entre o PBF e o resultados das eleições, foi possível observar que os estudos que chegaram a esta conclusão o fazem sob três pontos de vista distintos, conforme exposto, a seguir.

O primeiro ponto de vista corresponde a análises em que se busca apresentar resultados numéricos sem que se tenha como finalidade promover algum tipo de discussão ou avaliação sobre o PBF e seu público

O segundo ponto de vista considera que essa associação seria um dos desdobramentos da condição de beneficiários de uma política social que trouxe contribuições importantes para esse público, levando-se em conta o histórico de desigualdades que tem marcado profundamente a trajetória do país. Desse modo, seriam trabalhos que reconhecem a associação como algo positivo.

Já o terceiro ponto de vista reflete a ideia de que essa associação é entendida como uma externalidade negativa do PBF, coadunando com as percepções de não beneficiários levantadas no Capítulo 3.

Exemplos desses três pontos de vista podem ser observados no Quadro 12, anteriormente exposto, ainda que seja por meio de fragmentos breves.

Faz-se importante assinalar que a hipótese do efeito eleição como externalidade negativa, quando apontada por não beneficiários, extrapola a mera constatação dessa ocorrência, isto é, parte-se do pressuposto de que beneficiários votaram em candidatos do PT de forma acrítica, considerando apenas interesses próprios – que, no caso, seria a manutenção do benefício –, sem que houvesse preocupação com o bem-estar coletivo ou com os rumos do país. São comentários que possuem caráter pejorativo e de prejulgamento, a exemplo do que foi apurado no capítulo sobre a percepção de não beneficiários. De modo geral, essas percepções relacionam o “ser beneficiário” com “ser manipulado” ou “ser venal e oportunista” para finalidades eleitoreiras, considerando que a população pobre não possui capacidade racional crítica e que não se importa com as denúncias de corrupção envolvendo titulares do Governo Federal e do Poder Legislativo.

Como o voto é secreto e não existe a possibilidade de serem realizados estudos a partir de microdados, para verificar em quem os beneficiários votaram e por quais razões, diversos podem ser os caminhos escolhidos pelos pesquisadores para a realização de suas análises.

Não é a finalidade do presente estudo questionar as formas pelas quais os trabalhos acadêmicos formularam suas hipóteses e objetos de estudo, bem como as trajetórias assumidas para chegarem a conclusões. Todavia, não foi possível ignorar o fato de que algumas

considerações feitas em alguns textos acadêmicos são muito próximas dessas percepções de não beneficiários, comungando do terceiro ponto de vista anteriormente mencionado. São abordagens que partem de prejulgamentos do senso comum, sem que houvesse, ao longo dos respectivos textos, algum tipo de fundamentação teórica ou análise de dados primários ou secundários que pudessem sustentar tais afirmações; trata-se, portanto, de percepções do senso comum que não foram colocadas em análise. São textos⁶⁴ que:

- adjetivam o PBF como política “assistencialista” – sem que se tenha conceituado ou discutido o significado dessa expressão;
- consideram que os mais pobres só se importavam com as melhorias econômicas obtidas durante o mandato de Lula, ao passo que “os escândalos de corrupção só incomodavam a classe média”, sem que houvesse discussão teórica ou realização de alguma pesquisa de campo sobre essa afirmação, sem que se definisse quem faz parte da “classe média” e como se obteve a informação de que somente esse segmento se incomodava com a corrupção;
- creditam ao público beneficiário “um comportamento acrítico que pode ser muito prejudicial, frente ao cenário brasileiro de políticas públicas ineficientes”, sem trazer a especificação de conceitos nem reflexões acerca do caráter generalizante dessa forma de abordagem.

Analisando esses fragmentos, é perceptível a presença de prejulgamentos e formulação de juízos de valor, dando a entender que o público beneficiário está desprovido de senso crítico e ético; que outros segmentos sociais – dos que não são beneficiários nem “pobres” – fazem suas escolhas eleitorais não com base em seus interesses pessoais ou de categoria, mas, sim, pelo bem coletivo do país; que outros partidos não estariam envolvidos em ações de corrupção.

São poucos os trabalhos que trouxeram essa forma de abordagem, mas chamou-nos a atenção o fato de que são percepções muito próximas às que foram coligidas para esta pesquisa, conforme descrito no Capítulo 3, e que não foram colocadas em discussão ou investigação pelos respectivos autores.

As eleições de 2006 foram emblemáticas para o tema em questão, pois teria sido o momento em que a associação do PBF ao resultado das eleições passou a ser amplamente

⁶⁴ Seguindo exemplo adotado no artigo de Fernandes e Morais (2007), cujo tema foi a análise crítica de abordagens realizadas em textos de livros didáticos de História, os fragmentos reproduzidos neste trecho encontram-se entre aspas, mas sem referências bibliográficas. A finalidade de reproduzir esses excertos não foi a de julgar os trabalhos destacados, mas, apenas, de refletir acerca das percepções do senso comum e do preconceito que podem estar presentes em estudos acadêmicos.

debatida e disseminada. Isto pode ser observado no artigo de Flávia Biroli e Denise Mantovani (2010), que analisa a cobertura jornalística dada ao PBF pelos periódicos de maior circulação no país, no período de 1º de setembro a 31 de outubro de 2006. As autoras apontaram para o fato de que as matérias e notícias analisadas disseminaram a ideia da associação entre pobreza, assistencialismo e voto:

A compreensão de que os segmentos mais pobres do eleitorado definem suas preferências e seu voto de maneira enviesada foi mobilizada pelos meios de comunicação para explicar o voto em Lula nas eleições de 2006. Os beneficiários de programas sociais e, mais especificamente, do Programa Bolsa Família, foram vistos como alvos fáceis de manipulação: seu voto resultaria da carência e da desinformação, suas escolhas seriam pouco conscientes e baseadas em uma avaliação restrita e inadequada dos seus próprios interesses. A consideração de que o voto atende a uma série de vieses, entre os quais uma perspectiva autointeressada restrita, correspondeu, nesse caso, à estigmatização de parte do eleitorado, mas não se estendeu à avaliação das motivações dos eleitores de classe média e alta que votaram em Geraldo Alckmin – e mesmo em Lula. (BIROLI; MANTOVANI, 2010, p. 91).

Observa-se, se assim, que as autoras identificaram a estigmatização – cuja definição se encontra exposta no Capítulo 6 – do público beneficiário nos textos jornalísticos, cujos autores, que estão mencionados no referido artigo, são também profissionais atuantes em telejornais de grande abrangência e audiência nacional. Esta observação se torna mais pertinente se considerarmos o fato de que, dentre os trabalhos localizados para a revisão de literatura referentes aos quatro efeitos, o tema das eleições foi o que mais mobilizou os pesquisadores.

Desse modo, a questão que se coloca para reflexão neste estudo não é somente se o PBF esteve ou está diretamente associado aos resultados das eleições no Brasil – associação que a maior parte dos trabalhos localizados nesta pesquisa corrobora. Embora a intenção inicial do presente estudo fosse apenas verificar a ocorrência dessa associação, o ponto de inflexão foi a observação, ao longo da pesquisa, de que essas percepções negativas também faziam parte de alguns dos textos acadêmicos levantados, sem que fossem questionados ou debatidos, razão pela qual se infere que os pressupostos que motivaram o estudo, para parte desses trabalhos, encontram-se baseados em percepções do senso comum – talvez extraídos da mídia, de forma consciente ou não – que ganharam espaço em textos acadêmicos na forma de assertivas ou hipóteses que não foram refutadas (porque também não foram discutidas ou investigadas) e tratadas, portanto, como evidências da realidade.

Ainda acerca da cobertura jornalística sobre o PBF, o artigo anteriormente mencionado chama a atenção para o contexto que envolve a elaboração das notícias:

A cobertura ao Bolsa Família durante as eleições de 2006 e o problema mais amplo da relação entre informação e comportamento eleitoral devem ser pensados levando em consideração que o debate, nos principais veículos de comunicação, restringe-se a posições e experiências que correspondem aos degraus mais altos nas hierarquias sociais e políticas ativas e, por fim, às posições políticas assumidas pelas empresas e pelos jornalistas em contextos eleitorais específicos. [...] as representações sobre a democracia e as disputas eleitorais em contextos específicos são construídas em um ambiente comunicacional e político pouco plural, em que a capacidade de produzir e difundir discursos legítimos está nas mãos de poucos. (BIROLI; MANTOVANI, 2010, p. 114).

Pode-se observar, no fragmento anterior, a exposição de algumas das razões pelas quais as manifestações generalizantes recaem somente sobre as camadas mais pobres da população e, por consequência, sobre o público beneficiário do PBF.

Seguramente, percepções positivas sobre o PBF também podem estar enviesadas e não corresponder aos fenômenos sociais e à realidade dos beneficiários – fato que não foi objeto de análise deste estudo e pode constituir-se como uma limitação da presente pesquisa. De todo modo, seria importante aprofundar essas reflexões, no sentido de que o PBF não poderia ser tomado como fator isolado no contexto de disputas e forças eleitorais do país, assim como seria importante trazer ao debate as referências que adjetivam o público beneficiário como se este fosse composto por uma massa única e homogênea.

Desse modo, conclui-se que o efeito eleição se confirma para a maior parte dos estudos acadêmicos levantados para esta revisão, ressaltando-se, contudo, a identificação de percepções do senso comum acerca do tema, envolvendo juízo de valor de forma preconcebida.

6. O EFEITO PRECONCEITO

Este capítulo tem como finalidade abordar algumas das principais referências acerca do preconceito e do debate a respeito de alguns de seus desdobramentos nas práticas das relações sociais, especialmente, entre beneficiários e não beneficiários.

Para tanto, serão apresentadas discussões sobre o preconceito, consoantes à literatura pesquisada, e as formas pelas quais esses referenciais contribuem para a compreensão de que as percepções de não beneficiários, no que se refere aos quatro efeitos analisados nesta tese, estão ancoradas em preconceito. Essas percepções preconceituosas contribuem para a formação de ideias generalizantes, erigindo-se estigmas acerca do público beneficiário.

Para fundamentar as reflexões sobre o estigma, recorreremos à abordagem sociológica do Interacionismo Simbólico e de dois autores que são expoentes desse referencial teórico, que são Erving Goffman e Howard Becker. Para a presente tese, essa referência foi fundamental para a compreensão de que as percepções – assim como os fatos sociais – ocorrem pela interação entre diversos agentes e segmentos sociais, cujos julgamentos morais e práticas relacionais não são aleatórios, conforme discorrido adiante.

As reflexões teóricas serão exemplificadas, no decorrer do texto, por situações identificadas na produção acadêmica pesquisada, demonstrando práticas sociais estigmatizantes, resultantes do preconceito subjacente à ideia dos efeitos negativos do PBF, e os modos pelos quais estas práticas podem gerar processos excludentes e discriminatórios.

Para concluir o capítulo, serão analisados apontamentos sobre a meritocracia, conceito que, como será visto, tem sido utilizado como argumento em boa parte das percepções preconceituosas que acabam por se materializar em estigmas. As reflexões apresentadas terão como ponto de partida os debates realizados em estudos da Educação, por ser esta uma área de importante produção para discussão sobre a meritocracia. Buscou-se, com isso, analisar o fato de que as percepções dos quatro efeitos negativos têm como base as mesmas questões debatidas nessa área do conhecimento.

6.1 Reflexões sobre preconceito e estigma

Conforme análises e reflexões realizadas no capítulo anterior, podemos afirmar que, de acordo com a produção acadêmica nacional pesquisada, os efeitos cachaça, cegonha e preguiça não podem ser considerados como ocorrências sociais envolvendo o público beneficiário do PBF de modo generalizado.

Já em relação ao efeito eleição, pode-se afirmar que a maior parte dos trabalhos acadêmicos considera que a associação entre o PBF e os resultados das eleições presidenciais é positiva, ou seja, há uma relação entre a abrangência do PBF e a quantidade de votos recebidos pelo candidato Lula, na oportunidade de sua reeleição, principalmente, mas, também, por Dilma Rousseff. Contudo, o que o presente estudo colocou em questão acerca desse tema foi a utilização, por alguns dos trabalhos acadêmicos, de premissas, hipóteses e afirmações, que estão claramente baseadas em percepções do senso comum, uma vez que não há a indicação de bibliografia ou de dados analisados para fundamentá-las, conforme exposto no capítulo anterior.

Trata-se, então, de manifestação de preconceitos, por parte de não beneficiários em relação aos beneficiários?

De acordo com estudo feito por Sheyla Fernandes e colaboradores (2007), preconceito, como o próprio nome indica, significa pré-conceito, isto é, um julgamento feito previamente acerca de pessoas de um determinado grupo – étnico, cultural, religioso, regional ou que possuam algum atributo ou características específicas. Por ser um prejulgamento, o preconceito não está ancorado no real, possibilitando, por razões diversas, a formulação de juízos de valor e julgamentos morais em torno da pessoa ou grupo em questão.

O preconceito encerra, de modo generalizado, um parecer negativo previamente emitido, gerando antipatias e crenças distorcidas acerca de um dado coletivo. Para Allport (apud MONTEIRO; VILLELA; SOARES, 2014), o preconceito extrapola a esfera do parecer e da formulação de juízos, evoluindo da percepção, fruto do prejulgamento, para uma atitude aversiva dirigida a uma pessoa ou grupo que tenha atributos considerados “censuráveis socialmente”.

Como consequência, alguns indivíduos ou grupos são posicionados de “forma desvantajosa, em função de crenças, comportamentos ou outras características que os diferenciem dos grupos dominantes, num determinado contexto social” (MONTEIRO; VILLELA; SOARES, 2014, p. 422), gerando, assim, um processo de exclusão.

Partindo-se de uma visão dialética, pode-se considerar que os preconceitos

[...] se desenvolvem no interior dos processos de exclusão social e se modificam junto com estes, podendo ser definidos como uma forma de relação intergrupar em que, no quadro das relações de dominação entre grupos, desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciatórias, bem como comportamentos hostis e discriminatórios em relação a membros de um grupo [...]. (FERNANDES et al., 2007, p. 491).

Desse modo, o preconceito gera atitudes negativas em relação ao outro e estes comportamentos se inserem na dinâmica das relações sociais, podendo produzir processos excludentes que alteraram o tecido relacional de uma dada coletividade, colocando as pessoas que são alvo do preconceito em condição desvantajosa em relação a diversos aspectos da vida em sociedade.

Conforme exposto, os efeitos levantados para o presente estudo são considerados por não beneficiários como atributos socialmente censuráveis, de acordo com os fragmentos de depoimentos registrados no Capítulo 3. Contudo, como discutido anteriormente, tais efeitos não estão ancorados na realidade social, segundo o que demonstra a maior parte dos trabalhos acadêmicos que compuseram a revisão de literatura para esta tese. Podemos, então, considerar que os efeitos apontados foram erigidos com base em preconceitos, uma vez que se tratam de prejulgamentos que não se comprovam na realidade social do país.

Essas percepções preconceituosas são proferidas por diferentes sujeitos, residentes em diversas localidades do país e que ainda repercutem, mesmo com o passar dos anos. A disseminação desses preconceitos poderia ultrapassar a esfera das percepções e gerar atitudes negativas que colocariam o público beneficiário em condição desvantajosa, interferindo nas relações sociais entre estes e o conjunto da sociedade nacional?

Maria Mercedes Rabelo (2010), Mani Marins (2013; 2014) e Roberta Oliveira (2015), buscando compreender, em entrevistas realizadas com esse público, os sentidos que beneficiários atribuem à sua participação no PBF, identificaram várias situações em que o preconceito sofrido por estes foi a tônica de diversos depoimentos registrados. Como fundamentação teórica para a realização das respectivas análises, as três pesquisadoras recorreram, principalmente, a Erving Goffman (2004), especialmente a partir da obra *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Desse modo, embora outros autores sejam citados ao longo deste texto, estas foram as principais referências para as reflexões expostas neste capítulo, recorrendo-se, também, ao aporte teórico de Howard S. Becker em sua obra *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (2008).

Goffman, autor vinculado à abordagem sociológica do Interacionismo Simbólico, assim como Becker, considera que a compreensão dos fatos em sociedade envolve a ideia de que estes ocorrem por meio da interação entre diversos agentes e segmentos sociais.

De acordo com essa abordagem, a compreensão dos fatos em sociedade envolve a ideia de que estes ocorrem por meio da interação entre diversos agentes e segmentos sociais, no contexto do que Becker define como ação coletiva: “[...] as regras são impostas por um processo social que define coletivamente certas formas de comportamento como tipos de problema” (BECKER, 2008, p. 192).

Assim, todos os grupos sociais fazem regras, definindo situações e tipos de comportamento como “certos” e censurando os que seriam considerados como “errados”. Para Becker, alguém que infringe essas regras é visto como um *outsider*, isto é, aquele que tem um comportamento desviante.

Um dos pontos que esse autor ressalta em sua obra é o fato de que o comportamento desviante é aquele que é rotulado como tal, isto é, o que define o desvio ou aquilo que seria considerado como “errado” é a reação de outros em relação à ação realizada. Portanto, se um ato é ou não desviante, depende de como outras pessoas vão reagir a ele. Isso significa que um ato pode receber diferentes reações, dependendo de quem o pratica, de quem o julga e de quem se sente atingido por ele; as reações podem ser maiores ou menores, a depender de quais são os sujeitos da ação.

Como exemplo, Becker cita estudos referentes à delinquência juvenil nos EUA, em que “meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis” (BECKER, 2008, p. 25), ainda que as infrações tenham sido semelhantes.

Desse modo, compreendemos que aquilo que se considera como comportamento desviante ocorre na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele.

O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade, outras não. Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele. (BECKER, 2008, p. 26).

Podemos, aqui, retomar a discussão levantada, no capítulo anterior, acerca do “efeito eleição”. Tomando o caso do comportamento eleitoral dos beneficiários do PBF, podemos ter

um exemplo do que os autores consideram como diferentes reações ao comportamento considerado como desvio.

Conforme pontos de vista de não beneficiários, os beneficiários teriam tomado suas decisões com base em interesses próprios, visando à manutenção do benefício, por terem obtido melhorias em suas condições de vida, sem se importarem com os escândalos de corrupção que assolavam o noticiário do país, envolvendo figuras-chave do Governo Federal. Trata-se, portanto, da expressão de uma censura moral erigida por segmento de não beneficiários, pelo fato de o público do PBF, supostamente, não estar preocupado com o bem-estar coletivo e com os destinos do país.

Com a finalidade de analisar as possíveis relações entre o PBF e o desenvolvimento no território brasileiro, Tadeu Arrais (2016) apontou em seu artigo que o Programa possibilitou a capitalização das famílias, especialmente das regiões mais pobres do país. Antes do PBF, recursos do Governo Federal eram aplicados, geralmente, em grandes obras, motivo pelo qual o investimento público nunca chegava às mãos da população pobre. Por essa razão, o autor considera que o PBF representa importante contribuição para a emancipação dessas famílias. Contudo, isso não tem sido levado em consideração, quando se estabelece a relação entre o Programa e os resultados das eleições:

A emancipação, por meio da capitalização das famílias, é objeto de críticas constantes, especialmente quando se correlaciona o mapa do Bolsa Família com a geografia do voto. Essa perspectiva de análise implica considerar uma espécie de voto de ocasião. No entanto, seria oportuno indagar se não residiria, nesse voto regional, uma racionalidade positiva, uma vez que a população reconhece melhorias na sua vida diária. Não seria essa mesma racionalidade positiva que levaria, em outro polo, grupos de empresários a votarem em determinado governo cujo foco da política fossem os incentivos fiscais ou as privatizações? (ARRAIS, 2016, p.223).

O autor expôs, desse modo, que as atitudes da população pobre recebem um tipo de julgamento moral diferente do que receberiam outros segmentos.

Apontamento semelhante foi feito por Biroli e Mantovani (2010), em artigo, mencionado anteriormente, que analisa a forma pela qual o PBF foi abordado no noticiário, em 2006:

Se o empresariado agroexportador que se sentiu prejudicado em algum momento pelo governo deixa de votar em Lula, este é um voto consistente e embasado em interesses concretos, expressos na racionalidade do seu voto. O eleitor beneficiário do Bolsa Família, diferentemente, seria uma presa de estratégias que conferem a seu voto um caráter equivocadamente que corresponde, grosso modo, ao caráter ilusório do Bolsa Família (mesmo que, pontualmente, o Programa apareça como causa direta do aquecimento da economia local). (BIROLI; MANTOVANI, 2010, p. 111).

Observa-se, dessa forma, a presença de um viés de classe na forma pela qual eleitores beneficiários vêm sendo moralmente julgados, em referência aos processos eleitorais, especialmente, a partir de 2006. É assim que compreendemos como alguns atos podem ou não ser considerados como desvios, dependendo dos sujeitos que os praticam e do olhar dos que a eles reagem.

O que se considerou como abordagem preconceituosa, em relação ao efeito eleição, foram essas percepções de não beneficiários que formulam julgamentos morais acerca dos beneficiários – e que encontraram correspondência em alguns trabalhos acadêmicos –, considerando-os como “oportunistas”, “interesseiros”, “acríticos”, “manipuláveis” e que, ao contrário da “classe média”, “não se importam com a corrupção”.

Essas percepções negativas e preconceituosas, que geraram a ideia dos efeitos, podem ser compreendidas como aquilo que Goffman denominou como estigma:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...]. (GOFFMAN, 2004, p. 6).

Desse modo, o estigma pode inviabilizar a aceitação social do indivíduo ou grupo acometido, pelo efeito de descrédito que provoca perante os outros, por não atender às expectativas a ele imputadas. O caráter depreciativo do estigma possui, via de regra, forte carga de preconceito, cuja valoração se encontra intimamente vinculada às relações sociais.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (GOFFMAN, 2004, p. 6).

O que se pretende ressaltar do fragmento anterior é o fato de que o estigma – um atributo profundamente depreciativo – identificado em uma pessoa ou grupo, traz, junto com essa

desqualificação do estigmatizado, uma leitura subjacente que tem como indicativo a confirmação da “normalidade⁶⁵” do outro.

É assim que, enquanto o público beneficiário tem sido estigmatizado pelo efeito eleição, os outros segmentos sociais, ciosos de seus respectivos papéis sociais, votam com “consciência”, “responsabilidade”, “conhecimento de causa” e pelo “bem-comum”; atestando-se, assim, a “normalidade” daqueles que votaram nos candidatos opositoristas. Desse modo, embora possa haver motivações subjetivas para a adoção de determinados preconceitos, é importante assinalar que compreender o preconceito – e, portanto, o estigma –, supõe fazê-lo no contexto das relações de poder na sociedade, destacando-se a função política que tal dispositivo possui (FERNANDES et al., 2007).

As categorias daquilo que se considera como desvio – e que podem se transformar em estigma – são sempre atribuídas por iniciativa de alguém, por indivíduos ou grupos que Becker denominou como *empreendedores morais*. Em geral, esses grupos são compostos por indivíduos situados nos níveis superiores da estrutura social, o que significa que “eles acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral, o poder que extraem de sua posição superior na sociedade” (BECKER, 2008, p. 155).

Há, portanto, um exercício de poder que se estabelece no ato da estigmatização, como no caso do noticiário sobre o PBF:

Nas sondagens, assim como na cobertura jornalística, as perspectivas dos atores em posições de menor centralidade (cultural, social e politicamente) são consideradas a partir das perspectivas daqueles que detêm as posições mais centrais e os recursos para a produção e difusão dos discursos “legítimos”. (BIROLI; MANTOVNI, 2010, p. 94).

Observa-se, assim, que a estigmatização, além de conferir normalidade aos empreendedores morais, também reproduz e legitima a visão de mundo deste segmento social, sendo a mídia um veículo privilegiado para essa tarefa replicadora.

Pode-se verificar, com a disseminação dessas percepções, que há uma espécie de naturalização de determinados comportamentos, como se fosse possível considerá-los como atitudes desprovidas de cunho ideológico, político ou partidário, dependendo de quem os pratique e de quem esteja fazendo o julgamento moral.

⁶⁵ Goffman utilizou a denominação “normal” para referir-se a pessoas que identificam o estigma no outro e que não se sentem portadores desse mesmo estigma: “Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais” (GOFFMAN, 2004, p. 8); ou seja, são aqueles que atendem à “norma”.

Em pesquisa empreendida por Rita Lima (2001), para os interacionistas simbólicos, a moralidade de uma coletividade é socialmente construída, isto é,

[...] ela é relativa aos atores, ao contexto social e a um dado momento histórico. Se essa moralidade não nasce por si, é preciso que haja “construtores”. Dessa maneira, a moralidade pode ser definida pelas pessoas cujas reivindicações são baseadas em seus próprios interesses, valores e visão de mundo. (LIMA, R., 2001, p. 192).

Destaca-se do fragmento anterior que a moralidade se refere a determinado contexto social ou momento histórico, além dos interesses próprios do grupo em questão. Desse modo, a rotulação dos beneficiários como “maus” eleitores, certamente, teve origem nas eleições presidenciais de 2006, como contexto histórico que propiciou esse construto, tendo recebido amplo apoio da imprensa, conforme discutido anteriormente. Nesse caso, os empreendedores morais seriam compostos por partidários da oposição derrotada no referido processo eleitoral, que “acusaram” o PBF de ser um dos responsáveis pela derrota injustamente sofrida por seus candidatos. Para justificar as razões pelas quais a injustiça havia se instaurado, os outros três efeitos negativos foram amplamente mencionados. Na lógica de não beneficiários, entende-se, em resumo, que era injusto que segmentos da população elessem um(a) candidato(a), motivados por uma política que retira recursos públicos de um todo coletivo para destinar a um setor composto mormente por preguiçosos, genitoras irresponsáveis e pais alcoolistas.

Em relação a esses outros três efeitos, que também seriam motivos pelos quais o público beneficiário vem sendo estigmatizado, caberia abordar os tipos de comportamentos desviantes, segundo identificado por Becker (2008). O autor apontou que há quatro categorias básicas, conforme síntese apresentada, no quadro, a seguir.

Quadro 13. Tipos de comportamento desviante, segundo Becker (2008)

	Comportamento apropriado	Comportamento infrator
Percebido como desviante	Falsamente acusado	Desviante puro
Não percebido como desviante	Apropriado	Desviante secreto

Fonte: Becker (2008, p. 31)

Analisando o quadro anterior, verifica-se que há situações em que a percepção de um comportamento desviante pode ou não corresponder à realidade, razão pela qual Becker estabeleceu o tipo do *falsamente acusado* – aquele cujo comportamento não infringiu as normas, mas que, por diferentes razões, acaba sendo percebido pela coletividade como se fosse infrator.

Partindo-se dos resultados encontrados na presente pesquisa, de que os três efeitos mencionados por não beneficiários – cachaça, cegonha e preguiça – são frutos de preconceitos, uma vez que não se confirmam como fenômeno generalizado na realidade social pesquisada, podemos considerar que o público do PBF se enquadraria no tipo *falsamente acusado*, ou seja, o comportamento majoritário desse público deveria ser considerado, nesses casos, como apropriado, aos olhos dos empreendedores morais; todavia são percebidos como desviantes, sendo falsamente acusados e estigmatizados, de modo generalizado, sem que haja base em evidências da realidade social.

O rótulo de desviante foi atribuído ao público beneficiário e, seguindo o raciocínio de Becker, a posse de um traço desviante “[...] pode ter um valor simbólico generalizado, de modo que as pessoas dão por certo que seu portador possui outros traços indesejáveis presumivelmente associados a ele” (BECKER, 2008, p. 43). O autor aponta, ainda, que isso tem como uma de suas consequências o fato de esse público ser excluído de situações sociais diversas, sendo negado a eles “[...] os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas” (p. 45).

Para Goffman, há três tipos de estigma: o primeiro é relacionado às marcas corporais; o segundo, ao caráter individual; e, por fim, o relativo às tribos, raças, nação ou religião. Em todos esses tipos, encontram-se as mesmas características sociológicas:

[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que

ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. (GOFFMAN, 2004, p. 7-8).

Goffman destacou, ainda, que uma pessoa com estigma pode chegar ao ponto de não ser considerada pelos normais como alguém completamente humano. Com base nessa ideia,

[...] fazemos vários tipos de discriminações, por meio das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 2004, p. 8).

Assim sendo, os autores interacionistas apontam para o fato de que a rotulação de um comportamento considerado desviante pode se transformar em estigma, acabando por excluir os estigmatizados, que passam a perder possibilidades e oportunidades em diversos campos da vida em sociedade, por serem colocados em condição de inferioridade. Conforme destaca o fragmento, a classe social se constitui como um critério de destaque para o apontamento de diferenças.

Na literatura pesquisada para esta tese, foi possível coletar vários exemplos de situações em que beneficiários do PBF foram ou sentiram-se discriminados ou excluídos, tanto por meio das análises dos pesquisadores quanto dos depoimentos dos próprios beneficiários.

Mani Marins (2013; 2014), em pesquisa mencionada anteriormente, entrevistou beneficiários e não beneficiários residentes em um mesmo bairro, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscando analisar o significado do PBF para aquelas pessoas. Dentre os vários registros feitos pela pesquisadora, destacamos, a seguir, excertos de depoimentos de beneficiárias que exemplificam situações de atitudes discriminatórias, frutos da estigmatização a que foram expostas:

Ahhh, é muito humilhante não ter trabalho e ficar só recebendo dos outros. Você se sente inútil. A pessoa quer trabalhar e ganhar pelo seu próprio esforço e não ir no banco para ganhar dinheiro do Governo. Parece que é até um favor, né? Lá na fila, ninguém fala nada de sentir vergonha, mas, na hora de receber, tem um monte de colega que esconde o cartão. Lá na fila, às vezes a gente escuta alguns comentários, tipo: “lá vem eles, ficam aí só encostados no dinheiro dos outros”. É muito ruim. (MARINS, 2014, p. 548).

Escuto: “Eles [os beneficiários] querem dinheiro fácil, não fazem nada!”, coisas assim, mas eu fico quieta. [...]. Na época da eleição, ainda é pior. Eles [não beneficiários] falam: “Tem que acabar com o BF [Bolsa Família], fica sustentando estes vagabundos!”. Mas lá no hospital, também já ouvi isso. Assim, acho que não tem necessidade de dizer estas coisas, porque a gente

precisa mesmo. Tem gente que não tem nem leite para as crianças. Eles falam porque não precisa, né? Se tivesse precisando, não falava. (MARINS, 2013, p. 156).

Contexto semelhante pôde ser observado na dissertação de Cinthia Cunha (2016), que entrevistou 16 beneficiárias residentes em Campinas – SP, em 2016.

Entrevistada: [...] então eu penso assim, porque não olhar pra aqueles que precisa também, não é porque eu moro numa favela, não é porque eu moro num lugar que é desconsiderado do bairro, porque moro na favela, classe b, é aquela “merda” que eles fala, a maioria, eu já trabalhei em casa de família que falou pra mim que quem mora na favela não presta (chora).

Cinthia: Nossa! Sua patroa?

Entrevistada: Minha ex-patroa. Daí eu falei pra ela assim, então, eu moro na favela, entendeu? Então, ela me deu as conta. [...] eu fui chamada de nega, preta, favelada, carnicenta, quem mora na favela não presta, monte de coisa já. [Depoimento da beneficiária Rosângela, 36 anos]. (CUNHA, 2016, p. 66).

Como se observa, o rótulo atribuído aos beneficiários se mescla a outros preconceitos, muito anteriores ao PBF, formados e entranhados há séculos nas estruturas sociais e na história do Brasil.

Fato semelhante foi verificado na pesquisa realizada por Maria Mercedes Rabelo, que, conforme mencionado anteriormente, entrevistou beneficiárias em Porto Alegre – RS, em 2010:

O preconceito contra a sua situação de beneficiária se soma a outros, como os preconceitos racial e de classe. Para fazer frente a esta situação, algumas procuram explicitar a sua incapacidade para o trabalho (em decorrência de doenças, de falta de escolaridade, dentre outros), enquanto outras buscam denunciar essa situação de sobreposição de desvantagens e de estigmatizações. (RABELO, 2010, p. 214).

Os relatos anteriores demonstram o que Ranyella Siqueira e Cardoso (2011) assinalaram em seu artigo sobre o Interacionismo Simbólico, considerando que o fato de ser estigmatizado propicia colocação mais baixa na hierarquia social, afetando, ainda a autoestima desses indivíduos:

Uma das formas de se observar o efeito do estigma para aquele que é estigmatizado diante do seu autoconceito é através de sua autoestima. [...]. Percebe-se, portanto, que a autoestima é variável, de acordo com a avaliação e sentimento de si. Esse aspecto, inicialmente, pode ser sensível quanto às avaliações negativas de outros em relação a uma marca, causando até mesmo, raiva e depressão nos indivíduos quando percebem que estão sendo estigmatizados. A estigmatização pode ser suscetível à elaboração de uma baixa autoestima, pois, a avaliação dos atributos que compreendem a si é mudada. (SIQUEIRA; CARDOSO, 2011, p. 107).

As atitudes preconceituosas e estigmatizantes também podem ser detectadas na forma como profissionais que atuam diretamente com beneficiários se dirigem a esse público, como já discutido no Capítulo 3, e como demonstram, a título de exemplo⁶⁶, os fragmentos, a seguir:

- Depoimentos de beneficiária de Itaboraí – RJ:

A Agente de Saúde vinha aqui em casa e perguntava: “Com que você gasta o dinheiro do Bolsa Família? Seu esposo compra bebidas?” E fiquei pensando só comigo: não tem necessidade de perguntar com que a gente gasta, pô! Sabe que a gente tá numa situação difícil, às vezes fica sem leite para dar pras crianças, né? E ainda perguntar se meu marido bebe, até ofende, entendeu?. (MARINS, 2013, p. 134).

Elas dizem: “É só isso mesmo, querida”. “O Governo não vai dar mais nada não!”. “Vocês têm que trabalhar!”. “Não tem mais nada não!”. Aí eu nem vou mais lá na casa amarela⁶⁷, porque não quero ser maltratada. Elas lá ficam falando para qualquer um ouvir: “Vocês ficam na farra e não querem nada, só ganhar dinheiro fácil!” (MARINS, 2014, p. 548).

- Relato de trabalho de campo realizado em Alenquer – PA:

Nas várias vezes em que questionei Seu Francisco [servidor público da Assistência Social] sobre o motivo de suas palestras, ele me respondeu que era necessário mostrar às pessoas que “o governo estava de olho”, que “elas tinham obrigações”, que elas deveriam saber o motivo pelo qual estariam recebendo os recursos. Por meio de suas palestras, Seu Francisco impunha aos ouvintes uma determinada moralidade que não é exigida pelo governo, mas é compartilhada pelo senso comum: a de que o trabalho é necessário e que a transferência de renda não é um direito, mas um pagamento e, portanto, deve ter sua contrapartida. (BACHTOLD, 2016, p. 287).

- Depoimento de mãe beneficiária, de Pelotas – RS:

O meu guri perdeu a mochila com todos os cadernos, tá ele foi errado, foi pro campinho e perdeu, nunca mais apareceu a tal da mochila, daí a professora perguntou para ele: Vem cá fulano, mas tu não tem Bolsa Família? Na frente de todo mundo. Eu não acho isso certo, por que ela não se interessou em saber o porquê ele estava sem material? Eles são criança, não precisam ficar ouvindo essas coisas na frente dos outros. (GONÇALVES, 2015, p. 93).

- Depoimento de Agente de Saúde, de Florianópolis - SC:

É muito fácil, demais até. As pessoas têm que entender que não é só receber, a gente sabe que é dinheiro dos impostos que nós pagamos que é merecido, mas devia ter mais coisa... Porque não é só receber sem tu dares uma coisa em troca. É isso que ajuda o país a crescer, de alguma forma né a gente quer um país melhor. Por isso, o compromisso na comunidade. Elas recebem, em

⁶⁶ Vários são os trabalhos que analisaram a condição de estigmatização a que beneficiários se encontram submetidos; contudo, para a finalidade desta tese, foram destacados apenas alguns fragmentos que sintetizam o sentido do que se deseja expor.

⁶⁷ Casa Amarela é o nome mais comum utilizado para se referir à Coordenação do Programa Bolsa Família [em Itaboraí - RJ] (nota da autora).

contrapartida tem que se comprometer em trazer a criança pra pesar a cada mês, mas eu acho pouco, acho que tem que ter alguma coisa a mais. E eu acredito que essas mães que se beneficiam, essas mães deveriam estar mais atentas na escola também. (DALLMANN, 2015, p. 99).

Os depoimentos anteriores sintetizam situações em que percepções do senso comum se transformam em estigmas que, por sua vez, acabam por se reproduzir nas relações sociais entre beneficiários e não beneficiários, em diferentes localidades e contextos do país.

O PBF, de acordo com as categorias definidas por Lowi (apud PASE; MELO, 2017), como as demais políticas de transferência de renda focalizadas, é do tipo redistributivo, já que direciona recursos advindos do conjunto da sociedade para um segmento social específico, que, no caso, é composto por famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza. Nesse sentido, pode-se argumentar que o PBF já foi gestado, em sua origem, em contexto de fortes conflitos.

Esta sensação de que algo foi tirado de todos para dar somente a alguns pode ser observado nos fragmentos, a seguir.

- Depoimento de um aposentado de Itaboraí – RJ:

É... a gente vê um bando de preguiçosos, né? Mas num é só eu que vejo isso não. Eles recebem o Bolsa e não fazem mais nada, ficam aí pela rua. Vai esperar cair no final do mês.... As pessoas se acomodam. Os aposentados reclamam porque o Governo não dá aumento pra gente, mas dá dinheiro pra esse povo todinho. E a gente trabalhou a vida toda. Tem muita gente que recebe e nunca trabalhou. Aí o tempo passa, e que experiência eles vão ter? Se elas trabalharem, vão acostumar no trabalho, mas se não trabalhar... (MARINS, 2013, p. 156).

- Depoimento de uma vice-diretora de uma escola pública em Carmo – RJ:

Não acho um Programa interessante, acho sim seria muito mais interessante se o Governo criasse meios pra essas famílias ganharem o dinheiro, mas de uma forma assim, do seu suor, do seu próprio suor, trabalhando, e ganhando o dinheiro por aquele trabalho que ela tá fazendo. Ganhar assim, só por ganhar não, porque você vê que as famílias, quando o filho falta, vem na escola, não preocupado por que o filho faltou, mas preocupada se ele vai levar falta, porque no final do mês vai perder o Bolsa Família. Eu sou contra. (OLIVEIRA, R., 2015, p. 170).

- Depoimento de um professor de uma escola pública de Chapecó – SC:

As condicionalidades são uma forma de prender a criança na escola, pena que isso diminui a vontade de trabalhar, devido à comodidade. Não precisam ir buscar, tudo vem de graça, não precisam se esforçar, nem trabalhar, nem estudar. Hoje, os catadores nem precisam trabalhar todos os dias, ao contrário de nós, que trabalhamos manhã, tarde e noite para sobreviver. (GHELLER, 2015, p. 158).

Os depoimentos trazem não só o sentimento de algo que foi tirado de todos para beneficiar a alguns apenas, mas, principalmente, a sensação de que o ato vem sendo feito de modo injusto, sem que haja merecimento por parte dos que estão recebendo.

O merecimento é um tema que vem ocupando destaque no debate contemporâneo, razão pela qual a próxima seção irá discorrer brevemente sobre essa questão, como parte do esforço para compreender as razões pelas quais o público beneficiário vem sendo estigmatizado, ao longo da existência do PBF.

6.2 Pobreza, desigualdade e meritocracia

As reflexões iniciais que pautaram esta seção referem-se às percepções de que, no entendimento de não beneficiários, a pobreza e a desigualdade estão intimamente relacionadas à ideia de merecimento, conforme exposto na seção anterior. Com a finalidade de analisar a carga ideológica contida nessa ideia, foram abordados tópicos debatidos pela literatura acadêmica voltada ao tema.

Um desses tópicos se configura pelas percepções da elite brasileira acerca da desigualdade e da pobreza. Elisa Reis (2000) analisou dados de pesquisas realizadas⁶⁸, na década de 1990, com representantes da elite econômica e política. Quando perguntados sobre quais seriam as políticas prioritárias para combater a desigualdade, o grupo composto por empresários indicou, majoritariamente, o controle do crescimento populacional, representando 26,1% dos respondentes, e a desregulamentação da economia, com o mesmo percentual; os itens com menor número de indicações foram a implementação da participação dos trabalhadores nos lucros e a tributação da riqueza, com 3,4% e 1,1% dos respondentes, respectivamente (REIS, 2000, p, 147).

Entende-se, dessa forma, que as causas que têm provocado a desigualdade no Brasil, de acordo com o referido segmento social, seriam, principalmente, duas: a intervenção do Estado na economia e a alta natalidade. No caso do argumento da alta natalidade, subentende-se o apontamento de que são responsáveis pela pobreza a própria população pobre e sua quantidade de filhos. No entendimento da pesquisadora, não há, no contexto analisado,

[...] uma noção de responsabilidade social entre as elites. Aparentemente, elas não se vêem como parte de um todo, uma coletividade, tampouco percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da pobreza, elas se eximem da responsabilidade coletiva. (REIS, 2000, p. 149).

Em outra pesquisa de abrangência nacional⁶⁹, realizada em 2012, que resultou na obra *Percepções sobre desigualdade e pobreza – o que pensam os brasileiros da política social*

⁶⁸ A autora utilizou três fontes de dados: *survey* realizado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), no período de 1993 a 1995; entrevistas em profundidade, com amostragem de ampla representatividade, no período de 1993 a 1994; matérias assinadas e publicadas em jornais de grande circulação no país, durante 1992 a 1996.

⁶⁹ “Survey Nacional Percepção da Desigualdade”, realizado em 2012, com público amostral representativo do Censo de 2010, sendo 2.200 entrevistas com população de 16 anos ou mais, residentes em 12 Unidades da Federação, por meio de questionário estruturado, utilizando a escala de Likert (respondente assinala um número, indicando se discorda das afirmações expostas ou se concorda com elas, numa escala de 1 a 5).

(LAVINAS, 2014), os resultados obtidos indicaram que a população brasileira se encontrava dividida em suas percepções acerca das causas que provocam a pobreza:

[...] 23% dos entrevistados concordaram totalmente que as pessoas permanecem na pobreza principalmente por falta de oportunidades, 24,4% mostraram-se neutras (escala 3) e 27,2% estavam em total desacordo (logo, viam a permanência da pobreza mais por uma perspectiva de falta de interesse ou esforço individual em “correr atrás de trabalho”). Os homens são mais numerosos em identificar a pobreza como falta de esforço individual do que as mulheres. Predomina, entretanto, a visão de que pobreza é falta de esforço individual, visão que responsabiliza em primeiro lugar os próprios pobres por sua condição social. (LAVINAS, 2014, p. 124).

Verifica-se, dessa forma, tanto na primeira quanto na segunda pesquisa, que parte da população brasileira advoga a ideia de que os pobres são os principais causadores ou mantenedores de sua situação de pobreza. Isto coaduna com outro resultado apresentado, na mesma pesquisa, em que 68% dos entrevistados concordam totalmente com a afirmação de que as contrapartidas – no caso, as condicionalidades do PBF – são necessárias. Isto significa, na visão dos pesquisadores, que

[...] a condicionalidade imposta parece importar menos pela sua eficácia e mais pelo seu papel moralizador dos bons costumes e práticas por parte dos pobres, a quem se exige prestar contas do que recebe. Essa é, aliás, a visão da revista inglesa *The Economist* [...], para quem as condicionalidades deveriam ser dispensadas, pois dar renda é o grande diferencial para ampliar mercados e promover o crescimento. Condicionalidades, que elevam os custos-meio, manter-se-iam apenas por força das exigências das classes médias, contrárias a garantir aos pobres um benefício sem contrapartida com base em valores “meritocráticos”, associados ao esforço. (LAVINAS, 2014, p. 60).

No fragmento se destacada o papel “moralizante” que deve, em princípio, ser assumido pelas condicionalidades, em que o “dar algo em troca” do benefício é visto como necessário aos empreendedores morais, que seriam as classes médias, no caso do estudo mencionado.

Assim, para subsidiar o necessário esforço que deve ser empreendido pela população pobre – tendo em vista os valores “meritocráticos” ressaltados, a educação formal é apontada pelas elites e parte expressiva da população brasileira como um importante – ou o mais importante – recurso a ser explorado pelo poder público,

[...] tendo em vista dotar os setores mais pobres da população de condições para competir por um lugar melhor na estrutura social sem envolver uma ativa redistribuição de renda e riqueza. [...] A prioridade conferida à educação expressa a crença amplamente difundida, segundo a qual a escola cria oportunidades de mobilidade social. (REIS, 2000, p. 147).

Todavia, sem querer negar a importância da educação formal no contexto das sociedades contemporâneas, é necessário assinalar que o acesso à educação e o sucesso escolar também estão marcados por profundas e históricas desigualdades, que ainda se expressam em diferentes áreas e contextos (SILVA; HASENBALG, 2000; SOARES NETO et al., 2013a; 2013b), ainda que possam ter sido mitigadas nas últimas décadas. É por essa razão que a meritocracia é um conceito que vem provocando polêmicas, já há algumas décadas, em diversas áreas do conhecimento, mas, especialmente na área da Educação. Por esse motivo, será feita uma discussão concisa acerca da meritocracia na área da Educação, com vistas a compreender como essa ideia tem forte presença no senso comum e como pode contribuir para a formação de percepções acerca dos beneficiários do PBF.

De acordo com Mónica Peña e Camila Toledo (2017), a origem do conceito de meritocracia, de modo sintético, remonta ao século XVIII, no contexto da luta contra os mecanismos aristocráticos de organização social baseados na linhagem ou no nepotismo, com a finalidade de que fossem adotados valores outros, tais como os relativos ao esforço pessoal, ou seja, ao mérito. Esta origem estaria fundamentada, em grande parte, no movimento iluminista e em sua defesa da razão como princípio organizacional basilar do humano e do social, como contraponto à linhagem da nobreza. Visto deste modo, o ideal meritocrático pode ser entendido como uma contribuição à democratização do acesso a diferentes oportunidades e nichos da sociedade da época.

Este ideal do mérito também está permeado pelo modelo liberal, em que se propõe uma visão individualizada dos sujeitos, de modo que não estejam submetidos a vontades alheias e que sejam suficientemente livres para “[...] *construirse a sí mismo y desarrollarse sin limitación externa, donde su único obstáculo es su falta de voluntad*”⁷⁰ (PEÑA; TOLEDO, 2017, p. 502).

No meio corporativo contemporâneo, a ideia da meritocracia tem assumido a finalidade de contribuir para o aumento da produtividade, como forma de reconhecimento a funcionários que apresentem mais resultados, buscando-se premiá-los para incentivar os demais a seguirem pelo mesmo caminho⁷¹. Trata-se, portanto, de valorizar o esforço pessoal daqueles que mais

⁷⁰ Em tradução livre: [...] *construir-se a si mesmo e desenvolver-se sem limitação externa, em que seu único obstáculo é sua falta de vontade.*

⁷¹ Em pesquisa na Internet, foi possível identificar vários sítios que trabalham com esse conceito de meritocracia, tanto no meio corporativo - tais como: <https://www.edools.com/meritocracia/> e <https://exame.abril.com.br/blog/o-que-te-motiva/a-meritocracia-te-move/> - como na administração pública: <http://www.portaldoservidor.go.gov.br/post/ver/212113/7o.-processo-de-selecao-de-gerentes-por-meritocracia>. Acessos em: 24 nov. 2018.

produzem, independentemente de suas origens, levando-se em conta o contexto competitivo do mercado no sistema capitalista.

Ione Valle (2013), ao discutir a meritocracia no contexto da educação, apontou o fato de que este é um tema dos mais clássicos nos debates da área. A meritocracia seria entendida por seus defensores, conforme expõe a autora, como a única maneira legítima de produzir desigualdades justas, pois o indivíduo deve explorar ao máximo seus talentos, dons e vocações, com esforço e destreza, para conquistar os objetivos almejados. Desse modo, a meritocracia se identifica com um princípio que “[...] harmoniza diferenças individuais e desigualdades sociais, promovendo o equilíbrio e a eficácia global da sociedade” (VALLE, 2013, p. 297).

Assim, a autora ressalta o fato de que a meritocracia, assim entendida, utiliza a ideia de que as diferenças entre os indivíduos provêm de suas características subjetivas, criando um discurso que visa legitimar as desigualdades como ocorrências justas. Contudo, como a própria autora aponta, assim como Peña e Toledo (2017), as críticas à meritocracia são muitas e vêm de diferentes frentes, sendo que todas procuram desconstruir a lógica que sustenta esse suposto princípio de justiça:

Ora, desde os trabalhos de Bourdieu e Passeron (1964 e 1970), sabemos que a meritocracia não é um princípio que preconiza a igualdade social. Ao contrário, ela visa distinguir os mais talentosos por meio da autoridade legitimadora da escola, exercida por uma “competição meritocrática” que favorece os privilégios ligados ao nascimento, reproduzindo assim as fronteiras sociais. Fica evidente, portanto, que a situação familiar, social, cultural e profissional exerce um papel considerável sobre o rendimento escolar. A tese clássica destes autores relacionada ao lugar da escola na reprodução social ainda não foi refutada, como mostram as enquetes do *Programme for International Student Assessment* (PISA), retomadas por Baudelot e Establet (2009, p. 61), “é nos países em que a meritocracia republicana é mais fortemente reivindicada que os destinos escolares aparecem mais fortemente ligados às origens sociais e ao capital cultural das famílias”. (VALLE, 2013, p. 301).

Compreende-se, dessa maneira, que a valorização do mérito pessoal acaba sendo parte de um discurso que oculta questões relativas às condições e origens sociais, econômicas e culturais das famílias dos estudantes – e, portanto, inseridas no contexto geral da sociedade. Imputar as únicas razões para a obtenção de “sucesso” ou “fracasso” escolar aos esforços pessoais – e isto pode ser estendido para os mais diversos campos da vida individual e coletiva – é negar a existência das desigualdades econômicas, sociais, culturais, raciais, de gênero, de participação política e de acesso a serviços essenciais, dentre tantas outras que se encontram cravadas, há séculos, nas estruturas da sociedade brasileira.

Refletindo acerca das cotas étnico-raciais para ingresso de estudantes em universidades públicas, o historiador Sidney Chalhoub⁷² chamou a atenção para o fato de que, tomando São Paulo como exemplo do que ocorreu em parte expressiva do território nacional, a prosperidade desse estado ocorreu a partir da cafeicultura, no século XIX. Esta atividade foi concretizada por intermédio de dois meios ilícitos que foram praticados de maneira abusiva pela classe proprietária, durante décadas: o contrabando de escravos africanos e a apropriação ilegal de terras:

A lei brasileira, de 7 de novembro de 1831, havia proibido o tráfico africano de escravos, mas a propriedade cafeicultora fluminense e paulista se formou por meio da continuidade do tráfico. Um contingente formado por 750 mil africanos foi trazido ao Brasil ilegalmente, em condições desumanas. Esses negros foram escravizados e seus descendentes também. Além disso, a formação da grande propriedade cafeicultora ocorreu através de invasão das terras. Trabalho e terras foram obtidos pela classe dominante ao arripio da lei. Portanto, a reparação é uma questão que deve ser levada à sério. (CHALHOUB, 2017).

Pelas razões expostas, o historiador considera que as cotas fazem parte de uma política de reparação e de justiça social para com os afrodescendentes e povos indígenas (de quem as terras foram usurpadas), acrescentando, ainda, o fato de que houve políticas afirmativas em favor de imigrantes europeus – italianos, inicialmente –, por meio de subsídios concedidos pelo tesouro da Província de São Paulo e, posteriormente, pelo Estado de São Paulo, favorecendo a adaptação desses trabalhadores:

Tratou-se de uma política de inclusão social que jamais existiu para a população negra até recentemente. Portanto, já houve no Brasil a adoção de política de ação afirmativa para brancos europeus e seus descendentes. Dessa maneira, não há nada demais que se veja como reparação as políticas de cotas para negros e indígenas. (CHALHOUB, 2017).

Assim sendo, na visão desse historiador, a ideia de meritocracia como um valor universal – isto é, como se não dependesse das condições sociais, materiais e históricas que marcaram e marcam a sociedade brasileira – deve ser entendida como um mito que serve à eterna reprodução das desigualdades sociais e raciais que caracterizam o Brasil: “[...] é a lei da

⁷² Em entrevista concedida ao Jornal da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), na oportunidade em que essa Universidade aprovou o princípio das cotas étnico-raciais como parte de seu processo seletivo (Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>. Acesso em: 24 nov. 2018).

sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira” (CHALHOUB, 2017).

Evidentemente, a problemática histórica acerca das desigualdades no Brasil está sendo abordada na presente tese de forma muito sintética; todavia, a intenção é a de refletir, por meio dos exemplos destacados do debate na área da educação, sobre as estruturas sociais brasileiras que têm promovido, ao longo de séculos, tantas desigualdades e a injustiça que se instala por detrás da ideia de meritocracia.

Conforme exposto no Capítulo 5, referente à discussão do efeito preguiça, a ideia da meritocracia é uma constante cristalizada nas percepções dos que acreditam que o PBF desestimula o trabalho.

Em estudo de caso realizado no município de Uberlândia – MG, acerca das consequências do PBF entre seu público beneficiário, Bruno Paim (2017) trouxe à discussão o fato de que, na sociedade capitalista, as qualidades morais dos sujeitos estão vinculadas às respectivas propensões ao trabalho, em que os atributos de honestidade e dignidade, por exemplo, estão atrelados ao esforço despendido com o trabalho. Todavia, quando se observa a contramão desta realidade,

[...] não se leva em consideração a situação na qual o sujeito está inserido, se pode trabalhar, se possui meios e saúde para trabalhar. Assim, denominações como vagabundo, vadio são dirigidas para quem não está dentro da “moralidade” do sistema. Não há problema em ser pobre, até porque estes são necessários para a funcionalidade do capitalismo e para o enriquecimento burguês; o problema aparece quando o Estado fornece estratégias e se desdobra para alcançar os pobres, a sociedade se exclui da responsabilidade pela existência da pobreza – a culpa desta é do pobre. (PAIM, 2017, p. 77-8).

Assim como no estudo anterior, Luciana Oliveira (2015), em sua pesquisa de campo realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre – RS, buscou analisar a percepção de beneficiários acerca do Programa e também trouxe à tona reflexões referentes ao trabalho e à meritocracia:

A ideia da exceção é bastante capturada pela burguesia para justificar a meritocracia, ou seja, o fato de que todos podem alcançar o sucesso profissional, bastando querer e esforçar-se o suficiente. A ênfase na descrição de casos singulares de êxito de pessoas pobres no sistema escolar denota ainda a ausência de movimentos estruturais promovidos pela ação do sistema educacional na equalização das oportunidades sociais. (OLIVEIRA, L., 2015, p. 122).

Desse modo, compreende-se que os efeitos negativos destacados para a presente tese, além de estarem ancorados em preconceitos que estigmatizam o público beneficiário, quando

assim o fazem, ocultam o fato de que as dinâmicas e processos da sociedade nacional vêm produzindo desigualdades em diferentes áreas e níveis, que repercutem na trajetória de vida dos mais vulneráveis, especialmente da população que se encontra abaixo da linha da pobreza, impedindo-a de obter sucesso não só na escola, como em outros campos da vida em sociedade, conforme destacado por Tatiana Stechi (2013):

Vale ressaltar que a pobreza, no país, e, portanto, a desigualdade social, é histórica, estrutural e multidimensional. Dessa forma, a história evidencia que a pobreza é, também, fruto de um processo de colonização que tinha por objetivo a exploração das riquezas minerais e vegetais do país que estava submetido ao capital externo, o que, de fato, proporcionou o enriquecimento somente dos que estavam no poder. Neste aspecto, a pobreza e a desigualdade social carregam dimensões culturais, sociais, econômicas e históricas, fato que coloca em questão inúmeros desafios para atuação do assistente social. (STECHEI, 2013, p. 168).

Assim, sob o ponto de vista abordado, embora as expressões registradas nesta pesquisa sejam manifestações do âmbito das relações interpessoais, é importante reconhecer que o preconceito e o estigma exercem uma função social “na produção e na manutenção das desigualdades entre os indivíduos e os grupos sociais, bem como reduz a compreensão dos processos de naturalização das diferenças e hierarquias sociais” (MONTEIRO; VILLELA; SOARES, 2014, p. 422-423).

Em resumo, observa-se, com essas reflexões, que os estigmas compostos pelos ditos efeitos do PBF, fazem com que o público beneficiário seja visto – e, em muitos casos, seja tratado, na prática cotidiana das relações sociais – como preguiçosos, oportunistas, irresponsáveis, acomodados, aproveitadores e toda sorte de adjetivações referentes a esse contexto; indivíduos que, por “natureza”, não empreendem esforços para saírem da condição de pobreza.

São estigmas que se somam aos anteriormente existentes na sociedade brasileira, como já dito, originados de desigualdades já estruturadas, tais como o racismo e o sexismo, por exemplo, cujos contextos podem ser agravados pelo enorme abismo existente entre ricos e pobres no país.

Pode-se acrescentar a essas reflexões, ainda, o fato de que há muita desinformação acerca do PBF, de modo geral, como a experiência cotidiana já vinha demonstrando e como é apontado por pesquisas, como as de Rabelo (2011) e Castro et. al. (2009). Para o senso comum, além do desconhecimento das regras gerais, existe uma ideia de que o benefício do PBF é constituído por valores altos, que permitiriam às famílias viver sem trabalhar:

É comum as pessoas se surpreenderem quando afirmamos que o valor mais alto que uma família pode receber é R\$ 200,00⁷³ [...]. Esta desinformação também expressa uma falta de interesse em informar-se, que já vem de uma posição *a priori* crítica do Programa. (RABELO, 2011, p. 195).

Mais do que falta de informação, a pesquisadora chama a atenção para o fato de haver um posicionamento do senso comum contrário ao Programa, que se estabelece previamente – seja pela não convivência com as camadas mais pobres da população, seja pelo poder de indução dos meios de comunicação, como já foi exposto na Seção 5.4. Conforme citado anteriormente, o valor médio do benefício mensal transferido por família, em agosto de 2018, era de R\$ 188,16⁷⁴, informação pouco conhecida pela sociedade, de um modo geral, e que equivale a 19,7% do salário mínimo vigente no período, que era de R\$ 954,00,

Recorrendo novamente aos estudos de Becker (2008), o autor faz apontamentos acerca do senso comum que, em um de seus sentidos, pode incluir generalizações das ciências sociais sobre a natureza dos fenômenos sociais, em que categorias acabam sendo correlacionadas, a exemplo de raça e crime, classe e inteligência. Ainda que a ciência venha a derrubar tais correlações, estas continuam se mantendo no senso comum:

As generalizações de senso comum assemelham-se às da ciência social em sua estrutura formal; diferem amplamente em sua imunidade a observações contraditórias. As generalizações da ciência social, em princípio e muitas vezes de fato, mudam quando novas observações mostram que são incorretas. As generalizações de senso comum, não. Esse tipo de senso comum, em particular, porque seus erros não são aleatórios, favorece as instituições estabelecidas. (BECKER, 2008, p. 190).

O autor sublinha o fato de que a manutenção das generalizações, ainda que não sejam corretas do ponto de vista das ciências, pode não ser uma circunstância aleatória, ou seja, presta-se a favorecer instituições localizadas nos estratos superiores da escala social, em que a preservação das estruturas vigentes seria benéfica ou defenderia interesses específicos.

No caso da temática do presente estudo, as generalizações que vêm sendo feitas pelo senso comum correlacionam ser beneficiário e ter um comportamento relativo a algum dos quatro efeitos aqui debatidos. Não desfazer esse tipo de correlação coaduna com a ideia de responsabilização da população pobre pela sua condição, considerando-se sua falta de mérito

⁷³ Valores vigentes à época da referida pesquisa, 2010, considerando uma família em extrema pobreza, recebendo, assim, a soma do benefício básico, mais três BFA e dois BVJ. As regras se modificaram, em 2011, conforme abordado na seção 2.2.5, permitindo que a família receba até cinco BFA. Em valores de dezembro de 2018, o valor máximo que uma família pode receber, sem considerar o acréscimo do BSP, é de R\$ 390,00.

⁷⁴http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448. Acesso em: 12 nov. 2018.

em alcançar melhores condições de vida. Mais do que isentar-se de responsabilidade pelo contexto em tela, esta visão é uma forma de atestar a “normalidade” dos empreendedores morais, legitimando e naturalizando as diferenças econômicas e sociais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como finalidade investigar se os efeitos negativos do PBF, apontados por não beneficiários como sendo perniciosos tanto ao público beneficiário quanto ao conjunto da sociedade brasileira, poderiam ser considerados como fenômenos sociais que identificam o público beneficiário em sua maioria.

Esse problema de pesquisa teve origem, num primeiro momento, em nossa experiência cotidiana e pessoal, por meio da qual foi possível observar, no dia a dia das relações interpessoais, percepções de não beneficiários bastante semelhantes aos que foram selecionados para análise nesta tese. Posteriormente, por meio da experiência profissional vivenciada no MDS, foi possível verificar que trabalhos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento também abordaram essas percepções, em entrevistas realizadas com não beneficiários de diferentes segmentos sociais e de várias regiões do país.

Com vistas a pesquisar o tema proposto, inicialmente, buscou-se, nesta tese, descrever os principais aspectos referentes às diretrizes e ao funcionamento do PBF, com a intenção de demonstrar que esta política pública não pode ser entendida apenas como uma junção de outras anteriormente existentes, representando uma inovação, sob muitos quesitos, em termos de proteção social, possuindo, ainda, uma complexa estrutura de gestão e execução que envolve todos os entes federados do país.

Um breve panorama acerca da produção acadêmica foi traçado, com a finalidade de trazer alguns dos principais pontos de análise acerca do PBF, elencando contribuições, conquistas, desafios a serem vencidos e aprimoramentos necessários. A pesquisa bibliográfica realizada para esse tópico permitiu observar a existência de diferentes tendências de estudos críticos ao PBF, conforme exemplificado por excertos da bibliografia pesquisada.

A trajetória assumida por esta pesquisa acerca das percepções de não beneficiários teve como ponto de partida a exploração da produção acadêmica realizada no Brasil referente ao PBF, procurando levantar o maior número possível de teses, dissertações e artigos científicos, cujos textos abordassem essas percepções, considerando não beneficiários de diferentes localidades e segmentos sociais. Além disso, com vistas a ampliar as fontes de pesquisa, buscou-se analisar charges publicadas em sítios da Internet, cujos conteúdos remetiam a percepções de não beneficiários.

Nessa investigação, foi possível verificar que as percepções negativas mais comumente observadas em nosso cotidiano estavam presentes também nos registros feitos por trabalhos

acadêmicos que se basearam em entrevistas com não beneficiários, residentes em diversas localidades do país e pertencentes a diferentes estratos socioeconômicos, bem como nas charges analisadas, conforme discorrido no Capítulo 3.

Após essa pesquisa, os quatro efeitos negativos – cegueira, cachorra, preguiça e eleição – foram selecionados para serem analisados, com base na produção acadêmico-científica sobre o PBF, que foi publicada ou defendida até o ano de 2017.

Para a realização deste estudo, foram utilizados os referenciais metodológicos da revisão de literatura integrativa, com a finalidade de identificar estudos acadêmicos que permitissem verificar se esses quatro efeitos negativos estavam, de fato, ancorados na realidade social desse público beneficiário, sintetizando os principais resultados apresentados. Partindo dos objetivos descritos pelos respectivos autores, foram selecionadas produções acadêmicas referentes ao estudo de algum dos quatro efeitos e todos os trabalhos localizados, conforme os critérios estabelecidos no Capítulo 4, foram considerados para essa revisão de literatura. Assim, após análise em separado de cada um deles, foi possível concluir que os efeitos cegueira, cachorra e preguiça são partes de percepções que não estão ancoradas na realidade social do público do PBF, ao menos como comportamentos generalizáveis, conforme indicam a maior parte dos estudos localizados para a finalidade desta tese.

Acerca do efeito cachorra, os estudos levantados são unânimes em indicar que se trata de um efeito marginal e sem significância estatística. Foi possível identificar o registro de ocorrências graves acerca do uso de drogas lícitas e ilícitas dentre beneficiários. Porém, vários foram os registros do senso de responsabilidade com que beneficiárias entrevistadas procuram utilizar os recursos do PBF, destinando-os, primordialmente, para a aquisição de alimentos e materiais escolares para as crianças, bem como itens domésticos para melhorar a qualidade de vida das respectivas famílias. Observou-se, ainda, o fato de que as famílias beneficiárias se encontram sob o olhar do julgamento moral de pessoas do entorno, tanto próximas quanto distantes, acerca do uso desse recurso.

Quanto ao efeito cegueira, verificou-se que os números referentes à taxa de fecundidade, dentre as beneficiárias do PBF, encontram-se em queda, acompanhando a tendência populacional nacional das últimas décadas. Observou-se, ainda, o registro de depoimentos de várias beneficiárias expressando o desejo de poder ter o número de filhos gerados sob seu controle; contudo, as decisões referentes à temática se encontram profundamente vinculadas aos respectivos contextos socioeconômicos e de acesso aos serviços de saúde, dentre outras questões, conforme abordado pela produção acadêmica pesquisada. Além disso, a consciência

das beneficiárias entrevistadas de que os baixos valores não são suficientes para a sobrevivência da família tem sido fator importante para refutar a ocorrência desse efeito.

Em referência ao efeito preguiça, conclui-se que este não pode ser identificado como fenômeno social generalizado, pois, além do fato de que os baixos valores auferidos pelo PBF são insuficientes para a sobrevivência de uma família, há claros registros na produção acadêmica que demonstram o desejo de inserção no mercado laboral, por parte do público beneficiário. Esta inserção, conforme registrado na Seção 5.3, é vista pelo público beneficiário entrevistado como possibilidade de acesso a direitos, principalmente aos advindos das relações formais de trabalho. Demonstrou-se, ainda, que a atividade produtiva é parte inerente da trajetória de vida dessas pessoas.

Como foi visto, os casos em que se observa redução de horas de trabalho ofertadas por beneficiários ocorrem em circunstâncias sociais resultantes de processos excludentes do mercado de trabalho, não se tratando, portanto, apenas de decisões individualizadas em função da preguiça e da acomodação. Alguns dos fatores que contribuem para que esse público seja excluído de oportunidades laborais são: a baixa ou nenhuma escolaridade; a falta de qualificação profissional; a idade avançada; a necessidade de dedicar cuidados aos familiares, principalmente crianças, em locais marcados pela ausência de equipamentos públicos essenciais, como creches; a discriminação racial. Nesses contextos, muitas vezes, a informalidade acaba sendo a única possibilidade de trabalho remunerado, não se tratando, portanto, apenas de uma “escolha” desses indivíduos.

Além disso, de acordo com os diferentes contextos abordados nos estudos, o PBF representou uma oportunidade para que beneficiários pudessem declinar de trabalhos mal remunerados ou cujas condições fossem degradantes, insalubres e irregulares, permitindo a busca de alternativas, incluindo, ainda, a possibilidade de participação em programas de capacitação profissional ou mesmo de reinserção na educação formal.

Em relação ao efeito eleição, foi possível verificar que a maior parte dos estudos levantados corrobora a existência de associação entre o PBF e os resultados das eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014. Isso significa dizer que nas localidades em que havia maior público beneficiário, maiores foram os votos apurados em favor de Lula e Dilma Rousseff. Para parte dos pesquisadores, esse resultado não deve ser atribuído somente à abrangência do PBF, mas, sim, ao conjunto de políticas públicas que levaram desenvolvimento econômico e social a regiões que se encontravam historicamente excluídas.

Todavia, a pontuação que se fez, nesta tese, acerca dessa temática foi a presença, em alguns textos acadêmicos, de percepções do senso comum que coadunam com a ideia dos efeitos, reproduzindo, assim, preconceitos e estigmas acerca do público beneficiário. Esses trabalhos consideraram que beneficiários fazem suas opções eleitorais com base apenas no próprio benefício, de modo acrítico, sendo manipuláveis e venais, sem se preocuparem com o destino do país, em seu conjunto. Infere-se, daí, que os outros segmentos socioeconômicos, compostos por não beneficiários, fazem suas escolhas eleitorais de modo distinto.

Assim, identificados os quatro efeitos e seus estudos, foi possível compreender que o PBF tem, de fato, como um de seus efeitos o preconceito de não beneficiários contra o público beneficiário – o efeito preconceito – e, por essa razão, esta tese dedicou um capítulo para analisar o preconceito e seus desdobramentos nas práticas das relações sociais.

Essas análises foram realizadas com base em referenciais teóricos do Interacionismo Simbólico, especialmente a partir de obras de dois autores icônicos dessa abordagem sociológica – Erving Goffman e Howard Becker –, dos quais foram destacados, principalmente, para a finalidade desta tese, os conceitos de estigma, comportamento desviante, empreendedor moral, normalidade e ação coletiva. Por meio do estudo desses conceitos, foi possível aprofundar a compreensão do fato de que percepções envoltas em preconceito são construídas na dinâmica das relações sociais e da manutenção e exercício de poder, cujo julgamento moral promove e legitima a exclusão de indivíduos ou grupos de diversas oportunidades sociais.

O efeito preconceito pôde ser conferido em registros coligidos pela produção acadêmica nacional referente ao PBF, sendo que alguns excertos foram apresentados nesta tese. Pôde-se averiguar que o preconceito acaba por fundamentar práticas sociais que estigmatizam o público beneficiário, generalizando-o como uma massa homogênea, cujo comportamento tem sido considerado como desviante, de acordo com o olhar dos que compõem o grupo de empreendedores morais. Mais do que subjugar as camadas mais pobres da população, excluindo-as de oportunidades sociais, o julgamento emitido pelos empreendedores morais tem como finalidade, como nos alertou Becker, atestar a própria normalidade: ao atribuir a responsabilidade pela pobreza aos próprios pobres, legitimam-se as diferenças sociais e econômicas como se estas fossem resultados apenas do mérito pessoal.

Por esse motivo, esta tese trouxe reflexões acerca da meritocracia, com base no debate que vem sendo realizado em estudos da área da Educação. A finalidade de abordar esse debate foi a de subsidiar o entendimento de que atribuir à falta de esforço pessoal como sendo a razão

determinante para que famílias não saiam da condição de pobreza significa, em síntese, negar a existência de injustiças sociais e desigualdades históricas sobre as quais se erigiram as macroestruturas ainda vigentes no país.

Concluiu-se, assim, que a ideia de meritocracia alimenta os preconceitos contra o público beneficiário, gerando estigmas e atitudes discriminatórias que desencadeiam processos de exclusão, conforme exposto e exemplificado no Capítulo 6. Esses julgamentos proferidos pelos empreendedores morais não são aleatórios e desempenham papel na estrutura estabelecida na sociedade capitalista, legitimando e justificando a assunção do poder para aqueles que o detêm.

Foi possível observar, também, que o desconhecimento acerca do funcionamento do PBF contribui para a reverberação de preconceitos contra esta política. Como foi mencionado, é comum o fato de que não beneficiários se surpreendam quando informados sobre o valor médio nacional do benefício mensal recebido por uma família, assim como muitos ignoram a existência de outras regras, como as condicionalidades e sua importância para o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza.

Pelo que foi apurado na presente pesquisa, para a consecução dos objetivos primordiais do PBF, seria necessário que fossem promovidos, pelo poder público, capacitações continuadas de seus quadros, especialmente do corpo de profissionais que atuam nas três áreas fundamentais para o Programa – Assistência Social, Saúde e Educação – e que lidam diretamente com o público beneficiário. Foi possível observar nos fragmentos selecionados para esta tese que há desconhecimento, também, em parte desse grupo de profissionais, o que pode resultar em atitudes estigmatizantes em relação ao público beneficiário.

Conforme exposto na Seção 3.3, não se tem aqui a intenção de culpabilizar esses profissionais pelas situações descritas, envoltas em preconceito e estigmatizações, uma vez que a precariedade tem sido a tônica das condições de trabalho dessas pessoas, principalmente por atuarem em regiões de maior vulnerabilidade social, em que novos desafios surgem, cotidianamente, ainda que os anteriores não tenham sido resolvidos. Por esse motivo, seria muito importante que o poder público, além de, evidentemente, prover melhores condições de trabalho e remuneração condigna, promovesse a formação continuada de seus quadros, especialmente daqueles profissionais que lidam diretamente com as famílias beneficiárias.

Divulgar informações corretas sobre o PBF para a sociedade nacional é de importância capital para mitigar o efeito preconceito, como forma de fazer frente à desinformação que vem alicerçando percepções do senso comum, como pôde ser visto nesta tese, e que, por sua vez,

podem acabar induzindo não beneficiários a exercer práticas sociais estigmatizantes em relação ao público beneficiário.

Conforme exposto pelos autores do Interacionismo Simbólico referenciados nesta tese, os estigmas são criados em relações interpessoais que ocorrem em determinados contextos sociais e históricos, sendo, portanto, reflexos de ações humanas – razão pela qual o efeito preconceito pode e deve ser transformado por outras ações igualmente humanas. Por compartilhar desse entendimento, a intenção maior assumida por esta tese, no decorrer de sua trajetória, acabou se tornando a de contribuir, ainda que modestamente, para desconstruir preconceitos, com base no conhecimento acadêmico e científico, como forma de somar esforços às ações humanas que concorrem para a transformação das relações sociais criadoras e propagadoras de preconceitos e estigmas.

REFERÊNCIAS

- AGATTE, Juliana P. *Condicionalidades do Programa Bolsa Família: entre o marco legal e o acompanhamento nos municípios do ABC paulista*. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- AGUIAR, Sara C. O Programa Bolsa Família e o Governo Lula. *Polêm!ca*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1513-1521, out./dez., 2014.
- ALMEIDA JUNIOR, Pedro M. de; SOUZA, Tatiene C. Estimativas de votos da presidente Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 sob o âmbito do Bolsa Família. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 37, n. 1, p. 12-22, 2015.
- ALVES, Flávia J.O. *Efeito do Programa Bolsa Família na redução das taxas de suicídio e de hospitalização por tentativa de suicídio nos municípios brasileiros*. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017
- ALVES, José E.D. O Programa Bolsa Família e a transição da fecundidade no Brasil. *One Pager*, Brasília, n. 227, nov. 2013. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager227.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018).
- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência – Introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- AMARAL, Oswaldo E.; RIBEIRO, Pedro F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 107-123, dez. 2015.
- ANDRADE, Lizie C.M. *Do quase nada ao praticamente tudo: Uma análise espacial da evolução da votação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência no Nordeste*. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ANNENBERG, Flavia Xavier. *Direito e políticas públicas: uma análise crítica de abordagens tradicionais do Direito Administrativo a partir de um estudo do Programa Bolsa Família*. 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ARRAIS, Tadeu A. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 65, p. 200-226, dez. 2016.
- ÁVILA, Milene P. *O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: ‘detalhes’ que fazem a diferença*. 2013. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BACHTOLD, Isabele V. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de busca ativa no Estado do Pará. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 46, p. 273-301, jul./dez. 2016.
- BAPTISTELLA, Juliana C.F. *Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Bolsa Família sobre o consumo de alimentos*. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2012.

- BARBOSA, Ana L.N.H.; CORSEUIL, Carlos H.L. Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. *Texto para Discussão*, Brasília, n. 1948, p. 1-38, abr. 2014.
- BASTOS, Mario R.C. *A Implementação de Políticas Públicas com Agenciamento e Múltiplos Principais - A Análise da Difusão do Programa Bolsa Família*. 2015. 168 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BECKER, H.S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BERBEL, Cláudio S. *Interações econômicas entre capital humano e fecundidade*. 2011. 93 f. Tese (Doutorado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.
- BICHIR, Renata M. o Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 87, p. 115-129, jul. 2010.
- BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 90-116, jun. 2010.
- BOLZAN, Daiane Deponti. *Ciclos político-econômicos e as eleições presidenciais brasileiras de 2014*. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v.18, n. 35,p. 167-188, fev., 2010.
- BOTELHO, Louise L.R.; CUNHA, C.C.A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRAGA, Valtemar A. *O Bolsa Família em Guaribas e Acauã (PI): estudo sobre o desenvolvimento e o significado de experiências pioneiras*. 2015. 222 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2015.
- BRASIL. *Manual de gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Brasília: MDS, 2017.
- BRASIL. *Orientações para o aperfeiçoamento da gestão local – Cadastro Único e Programa Bolsa Família*. Brasília, MDS, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/orientacoes_gestaolocal.pdf . Acesso em: 04 dez.2018.
- BRASIL. *Programa Bolsa Família – Ficha de Programa*, Brasília, MDS, 2015. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/fichadescritiva_12.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. *Guia de atuação das Instâncias de Controle Social do Bolsa Família*. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: http://redesans.com.br/rede/wp-content/uploads/2012/10/atuacao_das_instancias_biblioteca.pdf . Acesso em: 14 dez. 2018.

BRASIL. *Sumário Executivo da Pesquisa Qualitativa Percepções sobre o Planseq Bolsa Família*. Brasília: SAGI/MDS, 2009. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20qualitativa%20Percep%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20Planseq%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20E2%80%93%20estudo%20com%20gestores%20locais%20e%20eleg%C3%ADveis%20a%20acao.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2018.

BRASIL. *Estudo sobre controle e fiscalização do Programa Bolsa Família*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS, 2006. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Estudo%20sobre%20controle%20e%20fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

CÂMARA, Guilherme D. *Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação*. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CAMARGO, Pedro C.; PAZELLO, Elaine T. Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 623-640, 2014.

CAMPARA, Jessica Pulino. *Beneficiários do Programa Bolsa Família: uma análise sob a óptica comportamental e financeira em municípios gaúchos*. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

CAMPELLO, T.; NERI, M.C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013

CANDADO, Geni R.S. *Programa Bolsa Família e condicionalidades: Escola Municipal Indígena Tengatui Marangatu*. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 31-61, 2015.

CARMO, Ariene S. et al. Influência do Programa Bolsa Família no estado nutricional e frequência alimentar de escolares. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 4, p. 381-387, jul./ago. 2016.

CARVALHO, Cleuseni H. *Bolsa Família e desigualdade da renda domiciliar entre 2006 e 2011*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARVALHO, Cleuseni H.; MARQUES, Rosa M. Bolsa Família e desigualdade da renda domiciliar entre 2006 e 2011. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 244-259, jul./dez. 2014.

CARVALHO, Daniel; SANTOS, Gervásio F. Ciclos políticos, socioeconomia e a geografia eleitoral do estado da Bahia nas eleições de 2006. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 109-135, jun. 2015.

CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (orgs.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010.

CASTRO, Henrique C.O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, nov. 2009.

CAVALCANTI, D.M. *Avaliação dos impactos do Programa Bolsa Família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil*. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CAVALCANTI, D.M. et al. Impactos do Programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 173-201, 2016.

CECHIN, Luis A.W. et al. O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 303-329, jul./set. 2015.

CEZAR, Irina Frare. *Microcrédito e empoderamento de mulheres de baixa renda: uma análise do projeto "Elas"*. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas/SP, São Paulo, 2016.

CHALHOUB, Sidney. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades. *Jornal da Unicamp*: 07 jun. 2017. Entrevista concedida a Manual Alves Filho. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CIRENO, F.; SILVA, J.; PROENÇA, R.P. Condicionais, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

COELHO, Bernardo D.P. *Essays in Applied Economics: inequality and voting decision in Brazil*. 2017. 95 f. Tese (Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

COLLARES, Mirian E.H. *Combate à pobreza: a educação e o Programa Bolsa Família*. 2014. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CONCEIÇÃO, Samara H. *Avaliação do Programa Bolsa Família a partir das trajetórias de mulheres do Pirambu, em Fortaleza-CE: percepções sobre cidadania em processo*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CORACY, L.A.V. *Efeito de políticas assistencialistas no percentual de votos*. 2016. 44 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2016.

CORRÊA, Diego S. Transferência de renda e eleições - A trajetória latino-americana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 99-114, 2016.

_____. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 514-534, dez. 2015.

CORREA JUNIOR, Carlos B. *Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2013*. 2017. 163 f. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CORREIA, Luis C.F. *Efeitos do Programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho de jovens e adultos*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

COSTA, Cláudia C.R.C. *Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007-2009*. 2011. Tese. 186 f. (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

COSTA, Max A.C. *Norteando o voto: o impacto do Programa Bolsa Família no comportamento do Eleitor do Norte do Brasil*. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

COSTA, Rayssa A. *Ensaio sobre o mercado de trabalho, ocupação e Programa Bolsa Família, nas áreas rurais do Brasil*. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

COTTA, T.; PAIVA, L. H. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil. In: CASTRO, J.A.; MODESTRO, L. (orgs.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010.

CRAVEIRO, Célia B.A.; XIMENES, D.A. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da Educação Básica no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. (Orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, Ipea, 2013.

CRUZ, Rebeca C.S. *Programa Bolsa Família e a criação de oportunidades na saúde de crianças menores de cinco anos de idade*. 2018. 136 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CUNHA, Cinthia de Oliveira. *O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza na visão das beneficiárias*. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

CUNHA, Cynthia C. *O impacto eleitoral de programas de transferência de renda estaduais no Brasil*. 2014. 43 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Fundação Getúlio Vargas/RJ, Rio de Janeiro, 2014.

DALLMANN, João M.A. *Medicalização da pobreza ou a pobreza condicionada: Um estudo sobre o Programa Bolsa Família*. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DALT, Salete da. *Programa Bolsa Família -- limites e possibilidades para a geração de trabalho e renda entre os beneficiários*. 2013. 227 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DINIZ, Luciano M. *Avaliação de desempenho no setor público: uma análise da alocação orçamentária do Programa Bolsa Família e o desenvolvimento municipal*. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DOMINGOS, Renata Martins. *O direito à segurança de renda e o Programa Bolsa Família: medidas de proteção e desproteção social no município de João Pessoa entre 2004 e 2014*. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DOURADO NETO, Aloísio. *Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família na inserção de jovens no mercado formal de trabalho por meio do método de Regressão com Descontinuidade (RDD)*. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Computação Aplicada) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

EGER, Talita J. *Dinheiro e moralidade no Bolsa Família: uma perspectiva etnográfica*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

EGER, Talita J.; DAMO, A.S. *Money and morality in the Bolsa Família. Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 250-284, jan./jun. 2014.

ELLIOT, Lígia G. (org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa – caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. *Trajetórias do desenvolvimento – Da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ERCOLE, F.F.; MELO, L.S.; ALCOFORADO, C.L.G.C. Revisão integrativa *versus* revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 9-11, jan./mar. 2018.

FALCÃO, M.A. A teoria do fato social em Durkheim e os elementos de conexão para uma análise sociológica do tributo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 49, n. 196, p. 39-51, out./dez. 2012.

FERNANDES, Flávio C. *Federalismo, políticas sociais e sistemas de incentivo: o caso do Programa Bolsa Família (2006-2014)*. 2016. 170 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERNANDES, Luiz E.; MORAIS, Marcus V. Renovação da História da América. In: KARNAL, L. (org.). *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2007 – 5ª ed.

FERNANDES, Sheyla et al. Valores psicossociais e orientação à dominância social: um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 30, p. 490-498, 2007.

FERRARIO, Marcela Nogueira. *Análise do impacto dos programas de transferência de renda sobre as despesas familiares com o consumo*. 2013. 91 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Vanessa A.; MAGALHÃES, Rosana. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 26, n.4, p.987-998, 2017.

FLORES, Daniela F. “*A gente não tem noção*”: pontos de vista de professores de uma escola pública de Campinas (SP) em relação ao Programa Bolsa Família. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

GALVÃO, Adilma Pinto. *O Programa Bolsa Família: um estudo sobre os efeitos do descumprimento das condicionalidades em Presidente Dutra-BA*. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2016.

GHELLER, Julceia C.K. *As vozes dos sujeitos e as repercussões do Programa Bolsa Família com foco na frequência escolar como condicionalidade*. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2015.

- GODWARD, Carlos D. *O Programa Bolsa Família estimula a migração dos trabalhadores de baixa renda ao mercado informal?* 2017. 63 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004. *E-book*.
- GONÇALVES, Aline C. *A influência do Programa Bolsa Família na educação escolarizada - olhares e vivências*. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2015.
- GORGOZINHO, Kamila D.S. *A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção das tradições? Emancipação*. Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 97-114, 2015.
- GRIGOLETTO, Evandra. *Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito*. *Anais do II Sead – Seminário de Estudos em Análise de Discurso*. Porto Alegre, 2005.
- GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. *Revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências*. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.
- GUEDES, Claudia M.Q. *Os Programas Sociais e sua relação com as condições de trabalho e saúde nas vidas das marisqueiras e pescadores artesanais no Município de Salinas das Margaridas*. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- GUERRA, Alexandre L. *Estado, garantia de renda e geração de oportunidades: a estratégia da Prefeitura de Osasco no período 2005-2012*. 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.
- HAVRECHAKI, Carlos F. *A segregação urbana em Ponta Grossa: o Programa Bolsa Família no território de abrangência do CRAS Cará-Cará*. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- HELLMANN, Aline G. *Monitoramento e avaliação de políticas de desenvolvimento social: uma interpretação institucional com referência ao caso do Programa Bolsa Família*. 2016. 153 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- JESUS, P.B.R.; BRANDÃO, E.S.; SILVA, C.R.L. *Revisão integrativa de literatura*. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 2639-2648, abr./ jun. 2015.
- JESUS, Veronica F. *O Programa Bolsa Família e o desenvolvimento das ações complementares em Salvador / BA*. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- KAISER, Fabiana A. *Treino de habilidades parentais: estudo de caso com famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família*. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- KAWAMURA, Henrique C. *Efeitos do Programa Bolsa Família no consumo de nutrientes e índices antropométricos*. 2014. 104 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

KAWAUCHI, M.; SOARES NETO, J.J.; ALVES, C.B. As condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: proteção social e sucesso escolar. *Revista Com Censo*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 30-39, março, 2018.

KOPRUSZYNSKI, Cibele P. *Estado nutricional de pré-escolares e consumo alimentar de suas famílias no município de Ponta Grossa - PR: a influência das condições socioeconômicas e das políticas públicas*. 2014. 142 f. Tese (Doutorado em Nutrição) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

LAUTHARTE JUNIOR, I.J. *Ensaio sobre políticas públicas para o desenvolvimento infantil*. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LAVINAS, Lena (Coord. Geral). *Percepções sobre desigualdade e pobreza – o que pensam os brasileiros da política social*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014. *E-book*.

LEITÃO, Natália M. *Burocracia e política local na implementação de políticas públicas: o caso das condicionalidades do Programa Bolsa Família*. 2017. 124 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LICIO, Elaine C. *Para além da recentralização: os caminhos da coordenação federativa do Programa Bolsa Família (2003-2010)*. 2012. 351 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LICIO, Elaine C.; RENNÓ, L.R.; CASTRO, H.C.O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, v.15, n.1, Campinas, jun., 2009.

LIEBEL, V. A análise de charges segundo o método documentário. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Ana Carolina R. *Interferência do Programa Bolsa Família na vida das mulheres da Favela do Vidigal: um estudo de caso*. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015:

LIMA, Francisca E.S. *Pobreza e desigualdades socioterritoriais: uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município de Pau dos Ferros/RN*. 2014. 235 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

LIMA, Fúlvia F. *Ensaio sobre a oferta de trabalho das mulheres no meio rural do Brasil*. 2017. 61 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

LIMA, Gabrielle P.P. *Ensaio sobre Pobreza e Desigualdade*. 2013. 78 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

LIMA, Rita C.P. Sociologia do desvio e interacionismo. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 185-201, maio, 2001.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LOPES, Amanda G. *Programa Bolsa Família e fatores associados com a situação de (in)segurança alimentar em famílias de dois municípios da Paraíba*. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Nutrição) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LOPES, Camila C. *Uma avaliação do impacto eleitoral do Programa Bolsa Família*. 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estatística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LUI, Gabriel H. *Transição de modos de vida rurais na Amazônia brasileira: uma perspectiva longitudinal sobre diversificação da renda, atividades agrícolas e uso da terra entre pequenos produtores*. 2013. 311 f. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

MACIEL, Natália; VENTURA, Tiago. O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014). *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 96-125, abr., 2017.

MAGALHÃES, André M.; SILVA, Marcelo E.A.; DIAS, Fernando de M. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. *Opinião Pública*. Campinas, v. 21, n. 3, p. 535-573, dez. 2015.

MAGALHÃES, Rosana. Implementação de programas multiestratégicos: uma proposta de matriz avaliativa. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 2115-2123, 2014.

_____. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 569-579, mai./jun. 2001.

MARESI, Viviane A. *A relação entre a titularidade do Programa Bolsa Família e as práticas alimentares de famílias beneficiárias residentes no município de Duque de Caxias - RJ*. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MARIANO, Silvana A.; SOUZA, Márcio F. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 147-177, dez. 2014.

MARINS, Mani T.A. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 543-562, out. 2014.

_____. *A construção de fronteiras simbólicas entre os "pobres": o caso do Programa Bolsa Família*. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, Rosa M. et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista de Economia Política*, v.29, n.1, p. 114-132, São Paulo, jan./mar. 2009.

MARTINS, Aline A. *A política de assistência social e a promoção ao trabalho: uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec Brasil Sem Miséria na perspectiva dos egressos da Casa Brasil do Bairro Granja Portugal*. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

MARTINS, Ana Paula B. *Impacto do Programa Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda*. 2013. 123 f. Tese (Doutorado em Nutrição) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, Diogo J.D. et al. Fatores que contribuíram para a reeleição da presidente Dilma Rouseff. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 145-170, jan./abr. 2016.

MAURÍCIO, Márcio F. *Um debate tridimensional sobre os padrões de proteção social no Brasil frente à crise capitalista internacional: o caso do Programa Bolsa Família*. 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MEDEIROS, Marcia de S. *Adesão à democracia em beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família: grupos de Porto Alegre (RS) e São Luís (MA)*. 2015. 277 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MELO, Késia M.M.; MENTA, Sandra A.; SERAFIM, Ana C.C. O Programa Bolsa Família e a questão de gênero: desafios e percepções para a atuação do terapeuta ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 205-214, 2014.

MELLO, Livia M.M.J. *Programa de transferência de renda e mercado de trabalho: um estudo de impactos do Bolsa Família sobre a inserção laboral de beneficiários do município de São Luís*. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MENDES, Karina D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

MENDES, Pedro B. *O Programa Bolsa Família no horizonte do direito à renda e as novas dimensões revolucionárias do Trabalho Vivo*. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

MINAYO, Maria Cecília S.; ASSIS, Simone G.; SOUZA, Edimilson R. (orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos* – Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

MONTEIRO, Flávia et al. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 5, jan./maio 2014.

MONTEIRO, Simone S.; VILLELA, W.V.; SOARES, P.S. É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 421-440, 2014.

MOSTAFA, Joana; SANTOS, Thuany dos. Limitações de um teste de meios via predição de renda: evidências de uma aplicação no Programa Bolsa Família. *Texto para Discussão*, Brasília, n. 2238, p. 1-48, out. 2016.

MOTA, Dalva M. et al. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. S189-S204, 2014.

NASCIMENTO, Kyara M.F. *Monitoramento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família: estudo de casos em dois níveis de gestão do Estado de Goiás*. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

NAZARENO, Luísa de A. O Programa Bolsa Família e o mercado de trabalho informal: uma análise de impacto da ação Brasil Carinhoso. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 45-470, 2016.

NEVES, Paulo R.S. *Integração de políticas sociais: O Programa Bolsa Família e a sua relação com o PRONATEC Brasil Sem Miséria no Centro de Referência da Assistência Social do Ibura/Recife*. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NICOLAU, Jairo. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 311-325, dez. 2014.

NUNES, José A.; MARIANO, J.N. Efeitos dos Programas de Transferência de Renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região Nordeste. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 71-090, jan./mar., 2015.

OECD. Equity and Quality in Education: Supporting Disadvantaged Students and Schools, *OECD Publishing*, Paris, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264130852-en>. Acesso em: 05 jan. 2018.

OLIVEIRA, Breyner R. *A implementação dos Programas Bolsa-Família e Oportunidades sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base*. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014(a).

_____. *A implementação do Programa Bolsa Família sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base*. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 65, n. 4, p. 517-544, out./dez. 2014(b).

OLIVEIRA, Christian A. *O desenvolvimento gerado pela distribuição de renda com Assistência Social no Setor Madre Germana em Aparecida de Goiânia*. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Eliana R. *Políticas públicas sociais e comportamento eleitoral: o Programa Bolsa Família e as eleições federais no município de Vila Velha - ES (2006 -2010)*. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) - Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2014.

OLIVEIRA, Eliane M. *Agricultura familiar e estratégias de reprodução socioeconômica das famílias rurais de São Miguel – RN*. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

OLIVEIRA, Luciana F. *Pobreza, trabalho infantojuvenil e escolarização: concepções e práticas a partir do Programa Bolsa Família*. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

OLIVEIRA, Roberta R. *As condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: percepções da comunidade escolar em um município de pequeno porte*. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

OLSÉN, Orjan O.V. A percepção da opinião pública e de grupos sociais estratificados a respeito de desafios ambientais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26 n. 1, p. 188-219, jan./mar. 1992.

PAES-SOUSA, R.; RAMALHO, W.M.; FORTALEZA, B.M. Pobreza e desnutrição: uma análise do Programa Fome Zero sob uma perspectiva epidemiológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2003.

- PAIM, Bruno A. *Trabalhadores, migrações e pobreza: uma análise do Programa Bolsa Família nos Distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos / Uberlândia – MG (2003-2013)*. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- PASE, Hemerson L.; MELO, Claudio C. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 312-329, mar./abr. 2017.
- PASSOS, Luana; WALTENBERG, F. *Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação?* Revista Brasileira de Estudos de População. Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 517-539, set./dez., 2016.
- PEDROSO, Carolina P. *Novas ameaças a uma adversidade histórica: clima e agricultura familiar no sertão*. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- PEDROZO JUNIOR, E. *Efeitos de elegibilidade e condicionalidade do Programa Bolsa Família sobre a alocação de tempo dos membros do domicílio*. 2010. 120 f. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.
- PEÑA, Carlos R. et al. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 889-913, jul./ago. 2015.
- PEÑA OCHOA, Mónica; TOLEDO ORBETA, Camila. Discursos sobre classe social y meritocracia de escolares vulnerables en Chile. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 496-518, abr./jun. 2017.
- PETTERINI, Francis C. *Três ensaios sobre escolhas e o uso da técnica mixed logit*. 2009. 94 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- PINHO NETO, Valdemar R. *Transferências condicionais de renda e nutrição: uma avaliação do Programa Bolsa Família nas áreas rurais e urbanas do Brasil*. 2014. 33 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Fundação Getúlio Vargas/RJ, Rio de Janeiro, 2014.
- PINTO, Jeronimo M. *Benefícios do Governo Federal: uma análise com base na teoria dos ciclos eleitorais*. 2011. 88f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.
- PINTO, Michele L.P. *Políticas públicas de transferência de renda: um estudo sobre o Programa Bolsa Família na favela do Pavão-Pavãozinho, Rio de Janeiro*. 2016. 166 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.
- PIRES, Ariane S.P. et al. A formação de enfermagem na graduação: uma revisão integrativa da literatura. *Revista de Enfermagem da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 705-11, set./out. 2014.
- PRÓSPERI, Luciene de O. *O Programa Bolsa Família, o “efeito preguiça” e o mercado de trabalho*. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Gestão Pública e Sociedade) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2015.
- QUADROS, Marion T. de; SANTOS, Giselle M. N. C. Obstáculos na procura pela esterilização feminina entre mulheres do Bolsa Família. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, 2017.

- QUEZADA, Santiago J.M. *Impacto das políticas de transferência de renda nos fluxos migratórios do Brasil. O Programa Bolsa Família*. 2014. 89 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- RABELO, Maria Mercedes. *Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- RASELLA, Davide. *Impacto do Programa Bolsa Família e seu efeito conjunto com a Estratégia Saúde da Família sobre a mortalidade no Brasil*. 2013. 91 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 143-152, fev. 2000.
- REZENDE, Aurimar de Freitas. *Os benefícios não contributivos em dinâmicas sociais e econômicas locais: estudo de caso em Passa Tempo - MG*. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- RIBEIRO, F.G.; SHIKIDA, C.; HILLBRECHT, R.O. Bolsa Família: um *survey* sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 47, n. 4, p. 805-862, out./dez. 2017.
- RICO, Elizabeth M. (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.
- ROCHA, Gisele Alves S. *A influência da redução da tributação indireta sobre os alimentos da cesta básica, na percepção das famílias do programa governamental Bolsa Família*. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Agronegócio) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.
- ROCHA, Mirian A. *Impacto do Programa Bolsa Família sobre os padrões de consumo das famílias brasileiras*. 2015. 87 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.
- ROCHA, Romero C.B.R. *Três ensaios em avaliação de intervenções sociais com foco comunitário e familiar*. 2009. 125 f. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009
- RODRIGUES, Ludmila A.S.T. *Programa de transferência de renda e comportamento eleitoral: um estudo do Bolsa Família federal*. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- RODRIGUES, Vera. E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção - CE. *Tomo*, São Cristóvão, n. 28, p. 73-100, jan./jun. 2016.
- SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.
- SANTANA, Jerusa M. *Influência do consumo alimentar, determinantes genéticos e de proteção social no ganho de peso gestacional: contribuições à promoção da alimentação adequada e saudável para gestantes usuárias da atenção básica*. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Charles dos. *A construção social do meia sola: trabalho, pobreza e o Programa Bolsa Família na Zona da Mata Canavieira de Alagoas*. 2017. 228 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SANTOS, Danilo B. *Escolhas individuais e bem-estar financeiro: três ensaios utilizando microdados*. 2016. 96 f. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

SANTOS, D.B. et al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 5, p. 708-733, set./out., 2017.

SANTOS, G.C. et al. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 355-379, jul./set. 2010.

SANTOS, Giselle M.N.C. *Gênero, desenvolvimento e Programa Bolsa Família: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do coque (Recife/PE)*. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Ladine Teixeira. *A ajuda para os fracos: percepções de beneficiárias acerca do Programa Bolsa Família em um pequeno município do interior da Bahia*. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015.

SANTOS, Lineu. *Escolas Municipais de Campinas - SP situadas em regiões de maior vulnerabilidade social que atingiram o IDEB projetado para 2013 - Práticas pedagógicas relacionadas à aprendizagem dos beneficiários do Programa Bolsa Família*. 2016. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

SANTOS, Thais D.L.B. *Voos da espera e da esperança – o bairro Sagrada Família e as estratégias de permanência no Sertão Norte-Mineiro*. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SCHEFER, Maria C. Relações periféricas na escola: incumbências e sucumbências do Programa Bolsa Família. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 150-156, maio/ago. 2014.

SCHMIDT, Albano F. *O Programa Bolsa Família e a acomodação de seus beneficiários na cidade de Joinville - SC: uma análise econômica dos (des)incentivos ao trabalho*. 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

SILVA, Ádba M. *Fatores determinantes da economia informal: estudo de caso com dados em painel de 2004 a 2008*. 2012. 39 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Agostinho T. *Transferência de renda e risco: o Programa Bolsa Família e a fuga do emprego*. 2017. 125 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e. *O Programa Bolsa Família no meio rural: um caminho ao desenvolvimento no Rio Grande do Sul? 2014*. 195 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

- SILVA, Fábio M.E. *Clientelismo, eleições legislativas e o Programa Bolsa Família: um estudo de caso em Minas Gerais*. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, Janaina P. *Função social da escola e o aspecto educacional do Programa Bolsa Família*. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SILVA, Jorge A. *Basta qualificar? O Pronatec como estratégia de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria*. 2014. 183 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SILVA, Juliana M. *É preciso vontade política: debate público sobre pobreza e desigualdade na imprensa brasileira (2008 a 2012)*. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Laurileide B. *Contradições do controle social na realidade brasileira: o caso do Programa Bolsa Família*. 2014. 177 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- SILVA, N.V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.
- SILVA, Olga M.T. *Salário x transferência de renda: tensões no processo de reprodução social de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém*. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- SILVA, Rebeca N.M. *Programas de transferência de renda e combate à pobreza no Brasil: um estudo sobre os programas Renda Melhor e Cartão Família Carioca*. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Telma C.G. O interdiscurso no gênero charge: um estudo do discurso humorístico sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 302-321, 1º semestre 2012.
- SIMÕES, Patrícia. *Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das mulheres beneficiárias*. 2011. 74 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- SIMÕES, Patrícia; SOARES, R.B. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 533-556, out./dez. 2012.
- SIMONI JUNIOR, Sergio. *Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral*. 2017. 154 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonautas*, v. 2, n. 1, p. 92-113, 2011.
- SOARES, G.A.D.; TERRON, Sonia L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, v.14, n.2, Campinas, nov. 2008.

SOARES NETO, J.J.; JESUS, G.R.; KARINO, C.A.; ANDRADE, D.F. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. In: *Estudos de Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n.54, p. 78-99, jan./abr. 2013(a).

_____. A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 64, n.3, p. 377-392, jul./set. 2013(b).

SOARES, Sergei. Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (orgs.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 2010.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *Texto para discussão nº 1424 - O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: IPEA, out. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf . Acesso em: 08 dez. 2018.

SOBERON, Gabriela F. *O uso dos recursos pelos Yanomami*. Um estudo sobre a implantação do Programa Bolsa Família na Terra Indígena Yanomami, Médio Rio Negro, AM. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Biologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2014.

SOUZA, Sabrina de Cássia Mariano de. *Insegurança alimentar, acesso e inflação de alimentos no Brasil*. 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUZA, T.Q. *Programa Bolsa Família: as conexões eleitorais e os aspectos político-institucionais das políticas sociais do Governo Lula*. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SPERANDIO, Naiara. *Impacto do Programa Bolsa Família no estado nutricional e consumo alimentar: estudo das regiões Nordeste e Sudeste*. 2016. 135 f. Tese (Doutorado em Nutrição) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

SPERANDIO, Naiara et al. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1771-1780, 2017.

SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 739-748, out./dez. 2015.

STECHEI, Tatiana O. O Programa Bolsa Família a partir do território: o trabalho social com as famílias beneficiárias. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 167-192, jul./dez. 2013

SUZART, Andre S. *Programa Bolsa Família e a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários de Vitória da Conquista - BA*. 2016. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

TAVARES, Camila M.M. *Quais políticas públicas que influenciam no tempo de permanência no Programa Bolsa Família*. 2014. 43 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TAVARES, Priscilla A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635 dez. 2010.

TEIXEIRA, Clarissa G. *O Programa Bolsa Família e a oferta de trabalho: uma perspectiva de choque orçamentário*. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TERRON, Sonia L.A. *Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)*. 2009. 108 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TONETTO, Elci da Silva. *A relação do Programa Bolsa Família com a evolução dos indicadores sociais de combate à pobreza no Rio Grande do Sul: um olhar a partir da abordagem das capacitações*. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Economia e Desenvolvimento) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

TRONCO, G.B.; RAMOS, M.P. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 294-311, mar./abr. 2017.

VALLE, Ione R. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 48, p. 289-307, abr./jun. 2013.

VASCONCELOS, Ana C.C.P. *Práticas Educativas em Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência da Estratégia Saúde da Família em João Pessoa - PB*. 2013. 297 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELOS, Suziana Martins de. *A face (in) visível da extrema pobreza: experiências de vida no contexto urbano*. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

VAZ, Joana D Arc. *Educação, Programa Bolsa Família e combate à pobreza: o cinismo instituído*. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VEGA, Juliana B.; TADDEI, José A.A.C.; POBLACION, Ana P. Características sociodemográficas e nutricionais de crianças brasileiras menores de 2 anos beneficiárias de programas de transferência condicionada de renda em 2006. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 931-942, 2014.

VESTENA, Carolina Alves. *Desigualdade, direito e estratégias políticas: uma análise do processo de institucionalização do programa Bolsa Família*. 2016. 227 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VIANA, Iara A.V.; CIRENO, F.; ALVES, C.B.; SOARES NETO, J.J. O PNE e o Bolsa Família. In: RONCA, A.C.C.; ALVES, L.R. (Org.). *O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: Educar para a Equidade*. São Paulo: Fundação Santillana, v. 1, p. 151-177, 2015.

VIANA, Iara A.V.; KAWAUCHI, M. A produção científica sobre o PBF no Brasil, entre 2005 e 2016. In: VIANA, I.A.V. et al. (orgs.). *Bolsa Família 15 anos (2003-2018)*. Brasília: Enap, 2018.

ZIMMERMANN, C.R.; ESPINOLA, G.M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, jan./abr. 2015.

ZUCCO JUNIOR, Cesar. When payouts pay off: Conditional Cash Transfers and voting behavior in Brazil 2002–10. *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 4, p. 810-822, 2013.

_____. The impacts of Conditional Cash Transfers in four presidential elections (2002–2014). *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 135-149, jan./abr. 2015.

Legislação consultada sobre o PBF

BRASIL. **Lei n. 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

_____. **Decreto n. 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

_____. **Portaria n. 555**, de 11 de novembro de 2005. Estabelece normas e procedimentos para a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família.

_____. **Portaria n. 341**, de 07 de outubro de 2008. Dispõe sobre procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias no PBF.

_____. **Decreto n. 6.917**, de 30 de julho de 2009. Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. **Decreto n. 7.013**, de 19 de novembro de 2009. Altera o Decreto n. 5.209, de 17 set. 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. **Decreto n. 7332**, de 19 de outubro de 2010. Dá nova redação e acresce artigos ao Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 jan. 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. **Portaria MDS n. 617**, de 11 de outubro de 2010. Estabelece a competência da Senarc de realizar o planejamento anual da revisão cadastral.

_____. **Decreto n. 7.494**, de 02 de junho de 2011. Altera o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. **Portaria n. 251**, de 12 de dezembro de 2012. Regulamenta a gestão das condicionalidades do PBF, revoga a Portaria 321/2008 e dá outras providências.

_____. **Decreto n. 8.794**, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências.

_____. **Instrução Operacional n. 48/SENARC/MDS**, de 13 de outubro de 2011. Divulga aos municípios procedimentos operacionais a serem adotados para o Retorno Garantido de famílias que tenham se desligado voluntariamente do Programa Bolsa Família, assim como novas regras de reversão de cancelamento de benefícios para os demais casos

_____. **Decreto n. 9.396**, de 30 de maio de 2018. Altera o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família